



**XIV**  
**CONGRESSO**  
**INTERNACIONAL**  
**SOBRE**  
**INTEGRAÇÃO REGIONAL,**  
**FRONTEIRAS E**  
**GLOBALIZAÇÃO NO**  
**CONTINENTE AMERICANO**

**IV**  
**SEMINÁRIO**  
**SOBRE**  
**REFORMA**  
**DO ESTADO E TERRITÓRIO**

## **Caderno de Resumos e Programa**

20, 21 e 22 de novembro de 2013 – Porto Alegre

23 e 24 de novembro de 2013 – Santana do Livramento



## CRONOGRAMA

20 DE NOVIEMBRE					
	Temas 1 e 2 Sala 1	Temas 1 e 2 Sala 2	Tema 3 Sala 3	Tema 4	Temas 5 e 6 Sala 4
08h40-10h40	MESA 1	MESA 8	MESA 18		MESA 30
11h00-13h00	MESA 2 (1ª PARTE)	MESA 9 (1ª PARTE)	MESA 19		MESA 31
14h30-16h30	MESA 2 (2ª PARTE)	MESA 9 (2ª PARTE)	MESA 20		MESA 32 (1ª PARTE)
16h50-18h50	MESA 3 (1ª PARTE)	MESA 10	MESA 21		MESA 32 (2ª PARTE)
19h00-20h30	CONFERENCIA MAGISTRAL				

21 DE NOVIEMBRE					
	Temas 1 e 2 Sala 1	Temas 1 e 2 Sala 2	Tema 3 Sala 3	Tema 4	Temas 5 e 6 Sala 4
08h40-10h40	MESA 3	MESA 11	MESA 22	MESA 24	MESA 33
11h00-13h00	MESA 4	MESA 12	MESA 23	MESA 25	MESA 34
14h30-16h30	MESA 5	MESA 13 (1ª PARTE)		MESA 26	MESA 35
16h50-18h50	MESA 6	MESA 13 (2ª PARTE)		MESA 27	MESA 36

22 DE NOVIEMBRE					
	Temas 1 e 2 Sala 1	Temas 1 e 2 Sala 2	Tema 3 Sala 3	Tema 4	Temas 5 e 6 Sala 4
08h40-10h40	MESA 7 (1ª PARTE)	MESA 14		MESA 28 (1ª PARTE)	MESA 37
11h00-13h00	MESA 7 (2ª PARTE)	MESA 15		MESA 28 (2ª PARTE)	MESA 38
14h30-16h30	MESA 7 (3ª PARTE)	MESA 16		MESA 29 (1ª PARTE)	MESA 39
16h50-18h50	MESA 7 (4ª PARTE)	MESA 17		MESA 29 (2ª PARTE)	PRES. LIBROS Y REVISTAS

### 23 Y 24 DE NOVIEMBRE: VISITA TÉCNICA A LA FRONTERA BRASIL-URUGUAY

VISITA A ASENTAMIENTO RURAL, CONTACTO CON LIDERAZGOS, PRESENTACIÓN DE TRABAJOS,  
VISITA A ESTACIÓN ECOLÓGICA BINACIONAL, ACTIVIDADES CULTURALES

**ADRIANA DORFMAN  
ALDOMAR ARNALDO RÜCKERT  
JUAN MANUEL SANDOVAL PALACIOS  
(ORGS.)**

**CADERNO DE RESUMOS E PROGRAMA DO  
XIV CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE  
INTEGRAÇÃO REGIONAL, FRONTEIRAS E GLOBALIZAÇÃO  
NO CONTINENTE AMERICANO E DO  
IV SEMINÁRIO SOBRE  
REFORMA DO ESTADO E TERRITÓRIO**

Instituto de Geociências da UFRGS  
Porto Alegre  
2013

Caderno de Resumos e Programa do XIV Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano / Adriana Dorfman, Aldomar Arnaldo Rückert, Juan Manuel Sandoval Palacios (Org.) - Porto Alegre : IGEO/UFRGS, 2013.

[200 f.] il.

ISBN 978-85-61424-18-3

1. Integração Regional 2. Fronteira. 3. Globalização. 4. Continente Americano. I. Adriana Dorfman II. Aldomar Arnaldo Rückert. III. Juan Manuel Sandoval Palacios. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca do Instituto de Geociências  
Alexandre Ribas Semeler CRB 10/1900

---

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul** - Campus do Vale Av. Bento Gonçalves, 9500 - Porto Alegre - RS - Brasil CEP: 91501-970 / Caixa Postal: 15001

**Fone:** +55 51 3308-6329

**Fax:** +55 51 3308-6337

**E-mail:** bibgeo@ufrgs.br

## **COORDINADORES**

*Dr. Juan Manuel Sandoval Palacios e Dra. Raquel Álvarez de Flores*

## **COMITÉ ORGANIZADOR**

*Dr. Alejandro Fabián Schweitzer, CONICET - Universidad Nacional de la Patagonia Austral, Río Gallegos, Santa Cruz, Argentina.*

*alejandro.schweitzer@gmail.com*

*Dr. Juan Manuel Sandoval Palacios, Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras, Dirección de Etnología y Antropología Social, Instituto Nacional de Antropología e Historia, México, D. F.*

*jsandoval.deas@inah.gob.mx*

*Dra. Raquel Álvarez de Flores, Grupo de Estudios sobre Regionalismo, Integración Económica y Desarrollo, Universidad de Los Andes, Mérida, República Bolivariana de Venezuela.*

*raflores67@hotmail.com*

*Dra. Sara Yaneth Fernández Moreno, Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencia Sociales y Humanas, Universidad de Antioquia, Medellín, Colombia.*

*spartacolombia@yahoo.com.mx*

## **COMITÉ ORGANIZADOR LOCAL**

*Dra. Adriana Dorfman, Laboratorio de Espacio Social y Laboratorio Estado y Territorio, Universidad Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre y Grupo Retis, Universidad Federal de Río de Janeiro, Brasil.*

*adriana.dorfman@ufrgs.com*

*Dr. Aldomar A. Rückert, Laboratorio de Espacio Social y Laboratorio Estado y Territorio, Universidad Federal de Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil).*

*aldomar.ruckert@gmail.com*

*Dr. Avelar Fortunato, Grupo de Investigación "Integraciones económicas binacionales y desarrollo social en regiones de fronteras", Universidad Federal de la Pampa, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil.*

*avelar.fortunato@gmail.com*

*Dra. Heleniza Ávila Campos, Laboratorio Estado y Territorio, Universidad Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.*

*heleniza.campos@ufrgs.br*

## **ARTE ORIGINAL DA CAPA DO CADERNO**

Heleniza Ávila Campos

## **ORGANIZAÇÃO DESTE CADERNO**

Adriana Dorfman

Henrique Lorea Leite

Isabel Pérez

Rafael Carriconde

## **ASSISTENTES NA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO**

Anderson Müller

Bianca Fachinelli S. Morão

Bruna Jaeger

Camille Remondeau

Camilo Pereira Carneiro Filho

Carla Webber

Caroline Chagas de Assis

Christiano Ricardo dos Santos

Cilene Xavier

Claudia Trindade

Daniela de Seixas Grimberg

Daniela Rocha

Eduarda Figueiredo Scheibe

Henrique Lorea Leite

Isabel Pérez

Jenifer Ortiz de Souza

Laura Romanowski Wainer

Luiza Cerioli

Marcelo Rates Roncato

Maria Regina Cardoso

Maximilian Dante Barone Bullerjahn

Meriene de Moraes

Othon Veloso Schenatto

Pedro Ignacio Salazar Salamanca

Rafael Carriconde

Sara Fernandes Both

Tobias Balbinder

## **ASSISTENTES DA ORGANIZAÇÃO EM SANTANA DO LIVRAMENTO**

Caroline Simões Pires

Gabriella Quevedo

Jaqueline Kovalick de Souza

Jocerlei de Fatima dos Santos

María Carolina dos Santos Villar

Mario Luiz Oliveira

Maurício Lima Collaziol

Rosalda Fros Ubal

Rubenson Silva

Valentina Ortiz Ubal

## APRESENTAÇÃO

O Caderno de Resumos e Programa do XIV Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano e IV Seminário sobre Reforma do Estado e Território que temos em mãos reflete - em parte - os esforços da comissão organizadora transnacional e bilíngue na organização deste evento. Pela primeira vez, o Congresso é realizado no Brasil e pela primeira vez se desdobra em duas sedes (Porto Alegre e Santana do Livramento/Rivera).

O Congresso tem sido organizado pelo Seminário Permanente de Estudos Chicanos e de Fronteiras (SPEChF) da direção de Etnologia e Antropologia Social (DEAS) do Instituto Nacional de Antropologia e história (INAH) do México. O SPEChF foi criado em setembro de 1982 por um grupo de pesquisadores do INAH com o objetivo de tematizar fronteiras, migrações internacionais, questões nacionais e movimentos sociais mexicanos e centroamericanos através da metodologia de pesquisa-ação. O SPEChF tem realizado inúmeros eventos acadêmicos e de difusão e organizou um Centro de Información y Documentación (com acervos bibliográficos, hemerográficos e documentais), especializado nos temas a que se dedicam os pesquisadores reunidos no SPEChF.

Em 1994, o SPEChF se reestrutura ao estabelecer relações com o Centro de Estudios de Fronteras (CEFI) da Universidad de Los Andes-Núcleo Táchira, situada em San Cristóbal (Venezuela), fronteira com a Colômbia. A aproximação se formaliza em 1997, na forma de um Programa Académico sobre Integración Regional, Fronteras y Globalización en el Continente Americano, coordenado pelo Dr. Juan Manuel Sandoval (INAH) e pela Dra. Raquel Álvarez (ULA).

O Núcleo de Pesquisa “Reforma do Estado e Território” do Laboratório do Espaço Social – LABES tem promovido, desde 2007, os Seminários “Reforma do Estado e Território”, com apoio do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Instituto de Geociências da UFRGS. O evento é coordenado pelo Prof. Dr. Aldomar A. Rückert e tem como agenda de pesquisa a reforma do Estado e do território, centrada nos seguintes eixos: a) as fronteiras sul-americanas e a integração energética, b) as dinâmicas recentes na gestão do território brasileiro e rio-grandense e c) os usos do território e as políticas territoriais contemporâneas: cenários no Brasil / Mercosul e União Européia. O evento tem contado com apoio do projeto de pesquisa “Ajustes Espaciais na Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: dos Dilemas Espaciais à Defesa do Território” (CAPES / Edital Pró-Defesa, 2008) coordenado pelo Prof. Dr. Jadson Luis Rebelo Porto e desenvolvido na Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá.

No XIII Congresso, realizado em Quito, nasceu a ideia de consolidar a aproximação entre as duas iniciativas. Os colegas da UFRGS aceitaram o convite e o desafio que resulta a realização conjunta, e possivelmente estejamos inaugurando uma nova etapa dos Congressos. Realizar em Porto Alegre o XIV Congresso Internacional sobre Integración Regional, Fronteras y Globalización en el Continente Americano visa expandir o projeto SPEChF no continente, ampliar a Rede de Pensamento SPEChF ao Brasil, construindo um espaço teórico-prático que nos permita contribuir com um maior entendimento de nossa realidade. Sempre marcada pela investigação para a ação e para a construção de uma postura crítica frente a nossos problemas mais prementes, espera-se ampliar o campo de participantes da rede SPEChF no sentido Sul. Ao mesmo tempo, a crescente internacionalização dos Seminários de Reforma do Estado através da aproximação das pesquisas e dos pesquisadores de distintos horizontes das Américas é promessa da convergência que vai ter lugar em Porto Alegre.





- Grupo Retis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil);
- Grupo de Estudos Interações Econômicas Binacionais e Desenvolvimento Social em Regiões de Fronteiras (GEIEB), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus Santana do Livramento (Brasil) e o
- Laboratório do Espaço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil).

Listemos ainda a participação dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (POSGEA e PROPUR), bem como o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Estes apoios, principalmente o da CAPES, ajudam a dar visibilidade ao evento e seus desdobramentos. Henrique Lorea Leite, Isabel Pérez e Rafael Carriconde foram essenciais na formatação desse Caderno.

Desejamos a todos um Congresso frutífero, lembrando que a constituição de vínculos Sul-Sur faz parte de nossas buscas a partir da filosofia da práxis, de um conhecimento con-movido, situado, senti-pensado, comprometido com as comunidades, com migrantes, os deslocados e despossuídos. Somar-se a esse esforço também é pensar na formação e construção de mulheres e homens que sejam sujeitos políticos dignos, autônomos, reconhecidos em sua diversidade e riqueza latinoamericanas.

**Adriana Dorfman, Aldomar Rückert, Alejandro Schweitzer, Avelar Fortunato, Heleniza Campos, Juan Manuel Sandoval Palacios, Raquel Álvarez de Flores e Sara Yaneth Fernández Moreno.**

Porto Alegre, novembro de 2013

**CONFERENCIA MAGISTRAL ..... 28**

SALA II DEL SALÓN DE ACTOS DE LA RECTORÍA  
20 de noviembre de 2013 – 19h

**¿CÓMO VA LA INTEGRACIÓN REGIONAL EN EUROPA? UNIÓN EUROPEA FRENTE A UNA EUROPA MÁS AMPLIA?**

***COMMENT VA L'INTÉGRATION RÉGIONALE EN EUROPE? UNION EUROPÉENNE OU GRANDE EUROPE?***

DR. YANN RICHARD

Profesor de Geografía

Director de la UFR de Geografía de la Universidad Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Francia

## **TEMAS 1 y 2: LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL FRENTE A LA CRISIS ECONÓMICA GLOBAL y TRATADOS DE LIBRE COMERCIO Y PLANES GEOESTRATÉGICOS..... 29**

SALA II DEL SALÓN DE ACTOS DE LA RECTORÍA  
20 de noviembre de 2013

### **MESA 1: LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL FRENTE A LA CRISIS ECONÓMICA GLOBAL ..... 29**

Moderador: Aldomar A. Rückert

- A) "El impacto de la crisis global en México y el proceso de integración: oportunidades y dificultades."  
Carlos Martínez León. BAUP, Puebla, México.
- B) "A regional arrangement proposal for the UNASUR."  
Fernando Ferrari-Filho. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.
- C) "Políticas territoriais comparadas entre a União Europeia e o Brasil no contexto da crise econômica mundial."  
Aldomar A. Rückert. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.
- D) "Las opiniones latinoamericana y europea frente a la reciente crisis económica internacional."  
Marlene Otero S. ULA, Mérida, Venezuela.

### **MESA 2 (1ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, LIBRE COMERCIO Y GLOBALIZACIÓN..... 31**

Moderador: Miguel Ángel Vázquez Ruiz

- A) "Los TLC: instrumentos del nuevo capitalismo global, que debilitan los procesos regionales de integración. Una mirada crítica desde la perspectiva de la Teoría del Equilibrio General".  
Giovanny Cardona Montoya. CEIPA, Sabaneta, Colombia.
- B) "El Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) veinte años después: saldos y lecciones."  
Miguel Ángel Vázquez Ruiz. USON, México.
- C) "As relações comerciais brasileiras no MERCOSUL."  
Glenio Piran Dal' Magro. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.  
João Armando Dessimon Machado. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

### **MESA 2 (2ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, LIBRE COMERCIO Y GLOBALIZACIÓN..... 33**

Moderadora: Carmen Bocanegra Gastelum

- A) "Las relaciones comerciales entre Venezuela y los países de la Comunidad Andina (CAN) después del año 2006."  
Maritza Rosales. ULA, Mérida, Venezuela.
- B) "La integración de Wal-Mart al comercio minorista de Suramérica."  
Carmen Bocanegra Gastelum. USON, México.
- C) "O antidumping dos países em desenvolvimento: Proteccionismo ou Defesa Comercial no Brasil".  
Rafael Pentiado Poerschke. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.
- D) "O neodesenvolvimentismo brasileiro é "imperialista"?"  
Lisandra Pereira Lamoso. UFGD, Brasil.

### **MESA 3 (1ª PTE): INTEGRACIÓN REGIONAL: EMERGENCIA DE NUEVOS PROYECTOS GEOESTRATÉGICOS Y GEOPOLÍTICOS..... 35**

Moderadora: Eduarda Figueiredo Scheibe

- A) "El Proyecto Mesoamérica, a propósito de planes geoestratégicos en América Latina."  
Marcela Orozco Contreras. UNAM Y RMALC, México.
- B) "A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como instrumento multiescalar de integração."  
Eduarda Figueiredo Scheibe. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

## Programa

Aldomar A. Rückert, UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

C) “A importância da integração física no eixo Amazonas: oportunidades de desenvolvimento.”

Thaís Virga Passos. USP, São Paulo, Brasil.

E) “La IIRSA en la UNASUR. Cambios y continuidades”.

Mariana Schweitzer. CONICET –UBA, Buenos Aires, Argentina.

## SALA II DEL SALÓN DE ACTOS DE LA RECTORÍA

21 de noviembre

### MESA 3 (2ª PARTE): EMERGENCIA DE NUEVOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL..... 39

Moderador: Iván Franco Cáceres

A) “Descolonizando el saber y recuperando lo transnacional: otro enfoque del Estado, las fronteras y la integración regional.”

Willy Soto Acosta. UNA, Costa Rica.

B) “La península de Yucatán en la fase de integración al capitalismo global, 1977-2013”.

Iván Franco. Centro Yucatán del INAH, México.

C) “A fronteira tardia no Platô das Guianas: o desenvolvimento geográfico desigual Amapá-Guiana Francesa (1943-2013).”

Jadson Luís Rebelo Porto. UNIFAP, Macapá, Brasil.

Ivo Marcos Theis, FURB, Blumenau, Brasil.

Luiz Carlos Tau Golin. UPF, Passo Fundo, Brasil.

E) “Reflexões sobre a plataforma continental brasileira e a integração territorial.”

Luiz Felipe Barros de Barros. UNISC, Brasil.

### MESA 4: REGIONALIZACIÓN Y EXTRACTIVISMO DE RECURSOS NATURALES ESTRATÉGICOS (PETRÓLEO, GAS).. 42

Moderadora: Sara Yaneth Fernández Moreno

A) “Petrocaribe: cooperación energética para el desarrollo de los pueblos del Caribe y Centroamérica (2005-2008)”.

Juan Carlos Morales Manzur. Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela.

B) “A geoeconomia do gás natural na América do Sul”.

Adriano Pires de Almeida. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

C) “Gasoduto e Petrolífera Urucu-Coari-Manaus Um Marco no Desenvolvimento na Amazônia”.

Gerland Santos de Paiva. UFAM, Manaus, Brasil.

### MESA 5: REGIONALIZACIÓN, EXTRACTIVISMO DE RECURSOS NATURALES ESTRATÉGICOS Y CONFLICTOS..... 43

Moderadora: Silvia Valiente

A) “Dinámicas geopolíticas y extractivismo de recursos naturales ¿legitiman un nuevo modelo territorial?”

Silvia Valiente. UNC, Córdoba y UNPA, Río Gallegos, Argentina.

Beatriz Ensabella. UNC, Córdoba, Argentina.

Marcela Julio. UNICEN, Tandil, Argentina.

B) “Conflictos jurídico-políticos en el acceso y gestión de los acuíferos transfronterizos en la frontera México-Estados Unidos”.

Gonzalo Hatch Kuri. UNAM, México.

C) “Neoextractivismo y territorio. Expansión geográfica y conflictos distributivos en la Provincia de Santa Cruz.”

Alejandro Schweitzer. CONICET-UNPA/UARG, Río Gallegos, Argentina.

Pablo Godoy. UNPA/UARG, Río Gallegos, Argentina.

Enzo Fasioli. UNPA/UARG, Río Turbio, Argentina.

D) “Dinámica geopolítica y conflictividad socio-territorial. Una aproximación desde la cartografía social y los talleres pedagógicos.”

Alejandro Schweitzer. CONICET-UNPA, Río Gallegos, Argentina.

Silvia Valiente. UNC, Córdoba y UNPA, Río Gallegos, Argentina.

Noemí Fratini. UNC, Córdoba, Argentina.

Pablo Godoy. UNPA, Río Gallegos, Argentina.

## **MESA 6: REGIONALIZACIÓN, EXTRACTIVISMO DE RECURSOS NATURALES ESTRATÉGICOS Y EXPERIENCIAS RECIENTES DE ORGANIZACIÓN Y LUCHA..... 46**

Moderador: Alejandro Schweitzer

### **A) “Procesos de expansión geográfica asociados a la mega-minería y experiencias recientes de organización. El caso de Andalgalá, Catamarca, Argentina.”**

Jorgelina Berteá. UNC, Córdoba, Argentina.

Silvia Nieto. UNC, Córdoba, Argentina.

Brenda Ponzi. UNICEN, Tandil, Argentina.

### **B) “Fragmentación socio-espacial y contradicciones campo – ciudad en la provincia de Santa Cruz (Argentina).”**

Enzo Fasioli. UNPA/UART, Río Turbio, Argentina.

Alejandro Schweitzer. CONICET- UNPA/UARG, Argentina.

### **C) “Territorialidades del extractivismo y conflictos ecológico-distributivos. Procesos expropiatorios minero metalíferos en el noroeste de la provincia de Santa Cruz (Patagonia austral, Argentina).”**

Pablo Godoy. UNPA/UARG, Río Gallegos, Argentina.

Alejandro Schweitzer. CONICET-UNPA/UARG, Río Gallegos, Argentina

### **D) “Las políticas mineras y los estados latinoamericanos: los casos de México y Chile”.**

Mayra Montserrat Eslava Galicia. UNAM, México.

## SALA II DEL SALÓN DE ACTOS DE LA RECTORÍA 22 de noviembre

## **MESA 7 (1ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, COOPERACIÓN Y DESARROLLO FRONTERIZO ..... 49**

Moderadora: Marina Sierra

### **A) “Direito das Relações Internacionais: buscando novas institucionalidades para construção de um projeto de pesquisa transfronteiriça”.**

Cláudio Machado Maia. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.

Eduardo Ernesto Filippi. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Mario Riedl. FACCAT, Taquara, Brasil.

Dione Ludwig. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.

Aparício Rolim. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.

### **B) “A Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai: impactos territoriais sobre as cidades-gêmeas de Sant’Ana do Livramento e Rivera”.**

Bruno de Oliveira Lemos. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Aldomar Arnaldo Rückert. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

### **C) “Las fronteras colombianas de cara a la propuesta de una política pública.”**

Marina Sierra. UFPS, Cúcuta, Colombia.

### **D) “Asimetrías entre la política pública fronteriza y el territorio: caso subregión suroriental de Departamento Norte de Santander, Colombia.”**

Jorge Matajira. ESAP, Territorial Norte de Santander-Arauca, Cúcuta, Colombia.

## **MESA 7 (2ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, COOPERACIÓN Y DESARROLLO FRONTERIZO ..... 53**

Moderadora: Xiomara Ramirezparis Colmenares

### **A) “Procesos de integración en la región estado Táchira – Depto. Norte de Santander, 2001 – 2013.”**

Xiomara Ramirezparis Colmenares. UDES, Cúcuta, Colombia.

Álvaro Jesús Sepúlveda Yáñez. UDES, Cúcuta, Colombia.

Eloisa Maieski Antunes. Analista de Comércio Exterior.

Avelar Fortunato. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

## Programa

Alexander Severo Córdoba. FURG, Rio Grande, Brasil.

Valesca Brasil Irala. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

### D) “Santana no Amapá e Caiena na Guiana Francesa: peculiaridades e institucionalidades de cidades portuárias no Platô das Guianas.”

José Alberto Tostes. Observatório das Fronteiras Amazônicas, Brasil.

Fátima Maria Andrade Pelaes. Observatório das Fronteiras Amazônicas, Brasil.

## MESA 7 (3ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, COOPERACIÓN Y DESARROLLO FRONTERIZO ..... 58

Moderador: Avelar Fortunato

### A) “Brasil e MERCOSUL: iniciativas de integração fronteiriça.”

Camilo Pereira Carneiro Filho. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Bruno de Oliveira Lemos. SEPLAG-RS, Porto Alegre, Brasil.

### B) “As relações bilaterais Brasil-Uruguai e a Agenda Binacional de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço.”

Maria Izabel Mallmann. PUCRS, Porto Alegre, Brasil.

Teresa Cristina Schneider Marques. PUCRS, Porto Alegre, Brasil.

### C) “Lei de faixa de fronteira no Brasil e o desenvolvimento econômico na fronteira com o Uruguai”.

Mario Luiz de Oliveira. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

Avelar Fortunato. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

Hamilton dos Santos Rodrigues. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

### D) “Núcleo de Estudos Fronteiriços da UFPEL. Integração e Cooperação na Fronteira Brasil-Uruguai.”

Maurício Pinto da Silva. UFPel/CIM/NEF, Pelotas, Brasil.

## MESA 7 (4ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, COOPERACIÓN Y DESARROLLO FRONTERIZO ..... 61

Moderador: Eimer Alexis Barajas Román

### A) “Fronteira Brasil e Venezuela: considerações sobre a governança.”

Ana Zuleide Barroso da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Georgina Patricia da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Jaqueline Silva da Rosa. UFRR, Boa Vista, Brasil.

### B) “Análisis geopolítico y geoestratégico de la región del Catatumbo en la frontera colombo – venezolana.”

Eimer Alexis Barajas Román. Centro de Estudio Fronteras y Desarrollo Territorial, Cúcuta, Colombia.

### C) “O contrabando de cigarro e a intervenção do estado na fronteira Brasil/Paraguai”.

Eric Gustavo Cardin. UNOESTE, Paraná, Brasil.

### D) “Segurança pública ambiental na fronteira: um estudo sobre o crime de abigeato.”

Igor Marcelo Fouchy das Neves. UFPel, Pelotas, Brasil.

Maurício Pinto da Silva. UFPel, Pelotas, Brasil.

Ricardo Jose B. Nogueira. UFAM, Brasil.

Thiago Oliveira Neto. UFAM, Brasil.

## **TEMAS 1 y 2: LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL FRENTE A LA CRISIS ECONÓMICA GLOBAL y TRATADOS DE LIBRE COMERCIO Y PLANES GEOESTRATÉGICOS..... 65**

SALÓN DE APOYO 1 AL SALÓN DE ACTOS II DE LA RECTORÍA  
20 de noviembre

### **MESA 8: EL G20 Y SUS REPRESENTACIONES DEL LUGAR QUE OCUPA AMÉRICA LATINA EN LA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÁNEA ..... 65**

Moderador: Martha Monzón Flores

- A) “Las representaciones de América Latina en los discursos políticos del BRICS y el G8.”  
Alberto Betancourt Posada. UNAM, México.
- B) “Nuevas formas de guerra y dominación geopolítica global. Representaciones de una “ocupación humanitaria”, el caso Haití (2010-2013).”  
Diego Bautista Paéz. UNAM, México.
- C) “Representaciones de Latinoamérica en la prensa británica y argentina, dos mundos posibles: Malvinas y Falkland Islands.”  
Georgina Galván Medina. UNAM, México.
- D) “Relación BRICS y América Latina un nuevo lazo entre África y el Continente Americano.”  
Mariana Paz y Rocha. UNAM, México.
- E) “Argentina en el G20: Una historia social marginada.”  
Ulises Delgado Gonzalez. UNAM, México.

### **MESA 9 (1ª PARTE): PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL Y GLOBAL DE SECTORES EMPRESARIALES Y DE COMERCIO ..... 67**

Moderadora: Marleny Cardona A.

- A) “Los procesos de integración regional y el papel del estado frente a la globalización: el caso de Bogotá Ciudad Región en Colombia”.  
Suelen Emilia Castiblanco Moreno. FUKL, Bogotá, Colombia.
- B) “Desenvolvimento territorial, integração regional e turismo: analisando o papel da rede de transporte aéreo de passageiros turistas.”  
Jacieli Gustavo Kunz. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.
- C) “La internacionalización de la innovación desde el recurso humano efectivo y el emprendimiento: el caso del Sector Metalmeccánico y BPO en Bogotá.”  
Marleny Cardona A. FUKL, Bogotá, Colombia.

### **MESA 9 (2ª PARTE): PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL Y GLOBAL DE SECTORES EMPRESARIALES Y DE COMERCIO ..... 69**

Moderador: Manuel Del Valle Sánchez

- A) “Un balance de los programas de capacitación gremial y la ampliación de capacidades de los empresarios y comerciantes.”  
Diana Osorio. Fenalco, Bogotá, Colombia.
- B) “Tequila denominación de origen, producción y consumo en el proceso de globalización (2005-2012).”  
Manuel Del Valle Sánchez. UACH, Chapingo, México.  
José Javier Orosa González. UDC, La Coruña, España.  
Braulio Morales Morales. UACH, Chapingo, México.
- C) “Denominación de Origen como estrategia de posicionamiento global: el caso del vino Rías Baixas”.  
José Javier Orosa González. UDC, La Coruña, España.  
Manuel Del Valle Sánchez. UACH, Chapingo, México.

<b>MESA 10: INTEGRACIÓN REGIONAL, DESARROLLO TERRITORIAL Y TURISMO .....</b>	<b>71</b>
Moderador: José Javier Orosa González	
<b>A) “O turismo histórico e o processo de transfronteirização na região das Missões (BR), Misiones (AR) e Itapuá (PY)”.</b>	
Christiano Ricardo dos Santos. UFRGS, Porto Alegre, Brasil. Aldomar Arnaldo Rückert. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	
<b>B) “Globalización y marca turística territorial: el caso de Galicia.”</b>	
José Javier Orosa González. UDC, La Coruña, España.	
<b>C) “Instituciones, innovaciones y gestión de la industria de servicios.”</b>	
Nir Kshetri. FUKL, Bogotá, Colombia. Marleny Cardona. FUKL, Bogotá, Colombia. Jorge Herrera. FUKL, Bogotá, Colombia. Maribel Reinel. FUKL, Bogotá, Colombia. Suelen Castiblanco. FUKL, Bogotá, Colombia.	
<b>D) “Tipología multivariada de los consumidores de servicios recreativos ambientales en México.”</b>	
Francisco Pérez Soto. UACH, Chapingo, México. Cristóbal Martín Cuevas Alvarado. UAEM, México. Esther Figueroa Hernández. UAEM, México. Lucila Godínez Montoya. UAEM, México.	

**SALÓN DE APOYO 1 AL SALÓN DE ACTOS II DE LA RECTORÍA**  
21 de noviembre

<b>MESA 11: INTEGRACIÓN REGIONAL Y MEGAPROYECTOS HIDROELÉCTRICOS .....</b>	<b>75</b>
Moderador: Júlio da Silveira Moreira	
<b>A) “Proyectos hidroeléctricos y los pueblos indígenas.”</b>	
Braulio Morales Morales. UACH, Chapingo, México. Lorenzo Reyes Reyes. UACH, Chapingo, México. Manuel Del Valle Sánchez. UACH, Chapingo, México.	
<b>B) “Bacia Amazônica: foco da integração energética regional e externalidades hidrosócioambientais.”</b>	
Xaman Korai. UFRR, Boa Vista, Brasil. Mónica Montana Martínez Ribas. UFRR, Boa Vista, Brasil.	
<b>C) “Integração Energética na América do Sul: o caso do complexo hidrelétrico de Garabi”.</b>	
Raíza Gomes Fraga. UnB, Brasília, Brasil. Júlio da Silveira Moreira. UNAM, México.	
<b>MESA 12: DESARROLLO REGIONAL, ESTRATEGIAS GEOPOLÍTICAS E IMPACTOS AMBIENTALES.....</b>	<b>77</b>
Moderador: Enzo Fasioli	
<b>A) “A Zona Franca de Manaus e as Características Geopolíticas”.</b>	
Renan Kaique Tinoco de Souza. UFAM, Manaus, Brasil. Thiago Oliveira Neto. UFAM, Manaus, Brasil.	
<b>B) “Atravessando as fronteiras, as representações dos atores locais sobre a pecuária questionam a governança global do setor”.</b>	
J.F. Tourrand, Cirad, Francia y UnB, Brasil, C. Barnaud, Inra, Francia, H. Morales, IPA, Uruguay, E. Fasioli, UNPA, Argentina, F. Coronato, CENPAT, Argentina, S. Carvalho, UFPA, Brasil, A. B. Burlamaqui, Embrapa, Brasil, A. Schweitzer, UNPA, Argentina, P. Waquil, UFRGS, Brasil y	



R. Pocard-Chapuis, Cirad, Francia y Embrapa, Brasil.

**C) “Antropología ecológica del avance del capitalismo en Misiones, Argentina.”**

Elías Gómez. UNAM, Misiones, Argentina.

Brián Ferrero. UNAM, Misiones, Argentina.

**D) “Relações Internacionais e Meio Ambiente: Implicações das Unidades de Conservação no Estado do Amapá para a agenda internacional.”**

Brenda Farias da Silva. UFAP, Macapá, Brasil.

Cintya Dayanne Gomes de Almeida. UFAP, Macapá, Brasil.

Gutemberg de Vilhena Silva. UFAP, Macapá, Brasil.

**E) “A geopolítica rodoviária na Amazônia: BR-319.”**

Thiago Oliveira Neto. UFAM, Manaus, Brasil.

Ricardo José Nogueira. UFAM, Manaus, Brasil.

**MESA 13 (1ª PARTE): LAS FRONTERAS DE CARA A LA INTEGRACIÓN: AGENCIAS EN CONDICIÓN FRONTERIZA . 81**

Moderadora: Adriana Dorfman

**A) “Perspectivas Sociológicas sobre a Globalização.”**

Melissa de Mattos Pimenta. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

**B) “A antropologia e a porosidade das fronteiras”.**

Denise Fagundes Jardim. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

**C) “Fronteras, espacios de integración? en el nuevo milenio”**

Elsa Laurelli. CONICET-CEUR, Buenos Aires, Argentina.

**D) “Territorialidades em fronteiras: as particularidades da fluidez e da flexibilidade”.**

Heleniza Ávila Campos. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

**MESA 13 (2ª PARTE): LAS FRONTERAS DE CARA A LA INTEGRACIÓN: AGENCIAS EN CONDICIÓN FRONTERIZA . 83**

Moderadora: Heleniza Ávila Campos

**A) “Mídia, Fronteiras e Práticas Socioculturais em diferentes momentos investigativos”.**

Karla M. Müller. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

**B) “Análise do Plano Nacional de Fronteira (2011). Um novo processo de militarização?”**

Gislene Santos. UFPR, Curitiba, Brasil.

**C) “Territorialização do contrabando no Cone Sul: notas de pesquisa.”**

Adriana Dorfman. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

**D) “Regionalização e cartografia das passagens na fronteira do Rio Grande do Sul”**

Erika Collischonn. UFPel, Pelotas, Brasil.

**SALÓN DE APOYO 1 AL SALÓN DE ACTOS II DE LA RECTORÍA**

22 de noviembre

**MESA 14: PENSAMIENTO POLÍTICO Y GEOPOLÍTICA EN LA INTEGRACIÓN REGIONAL ..... 86**

Moderador: Maria Izabell Mallmann

**A) “Sociabilización del Pensamiento Político de la Integración Latinoamericana y Caribeña”.**

Yackson José Ramírez Ochoa. UCV, Caracas, Venezuela.

**B) “Uma análise pendular dos processos de integração latino-americana: entre Bolívar e Monroe”.**

Tchella Fernandes Maso. UFGD, Dourados, Brasil.

**C) “As dimensões geopolíticas da integração física na América do Sul”.**

Thaís Virga Passos. USP, São Paulo, Brasil.

Marcos Fávaro, USP, São Paulo, Brasil.

**D) “Uruguai-Brasil: cooperação e integração nos governos de Mujica e Rousseff”**

Rafael Alvariza Allende. PUCRS, Porto Alegre, Brasil.

Maria Izabel Mallmann. UdelaR, Montevideo, Uruguay.

Teresa Schneider Marques. UdelaR, Montevideo, Uruguay.

<b>MESA 15: GLOBALIZACIÓN, MERCADOS AGRÍCOLAS Y CRISIS ALIMENTARIA .....</b>	<b>89</b>
Moderadora: Aurora Furlong y Zacula	
<b>A) “Agricultura, mercado e desenvolvimento rural no contexto da globalização”</b>	
Cláudio Machado Maia. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.	
Eduardo Ernesto Filippi. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	
Mario Riedl. FACCAT, Taquara, Brasil.	
Dione Ludwig. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.	
<b>B) “Apertura comercial e impacto en la producción de alimentos en América Latina”.</b>	
Aurora Furlong. BUAP, Puebla, México.	
Nayeli Jocelyn Castañeda García. BUAP, Puebla, México.	
José Pablo Alaguna Padilla. BUAP, Puebla, México.	
Aurora Furlong. BUAP, Puebla, México.	
Raúl Netzahualcoyotzi. BUAP, Puebla, México.	
Lizeth Alejandra Parra Barbosa. UdeA, Medellín, Colombia.	
<b>MESA 16: DESARROLLO REGIONAL, DESEQUILIBRIOS Y DESIGUALDAD .....</b>	<b>91</b>
Moderadora: Jesica Wendy Beltran Ch	
<b>A) “Desequilibrios en el acceso al desarrollo en el Departamento del Cauca – Colombia”.</b>	
Jesica Wendy Beltran Ch. UFSM, Santa Maria, Brasil.	
<b>B) “Estudo sobre o desenvolvimento local dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras no oeste do Paraná (1945-2010).”</b>	
Tatiane Dinca	
<b>C) “Pobreza y desigualdad en las comunidades indígenas de México, en la primera década del siglo XXI.”</b>	
Lorenzo Reyes Reyes. UACH, Chapingo, México.	
Braulio Morales Morales. UACH, Chapingo, México.	
Oscar Iván Reyes Maya. UCM, Madrid, España.	
<b>MESA 17: DESIGUALDAD SOCIAL Y DESNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN EN LA GLOBALIZACIÓN .....</b>	<b>93</b>
Moderador: Raúl Netzahualcoyotzi	
<b>A) “Caracterização dos municípios que receberam novos <i>campi</i> a partir do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)”.</b>	
Geisa Zanini Rorato. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	
Heleniza Ávila Campos. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	
<b>B) “Globalización, Desigualdad Social y el Papel de la Educación Universitaria.”</b>	
Roberto Trinidad Pizarro. UPR, Recinto de Río Piedras.	
<b>C) “A Desnacionalização do Ensino Superior Privado Sulamericano/ Una Nueva Colonización: la Desnacionalización de la Educación Superior Sudamericana”</b>	
Vanessa Maria de Oliveira Borges. UNIJORGE, Salvador, Brasil.	
<b>D) “Educación superior en contextos de interculturalidad.”</b>	
Yamila Irupé Nuñez. UNaM, Misiones, Argentina.	
<b>E) “Integração educacional na fronteira: a percepção dos estudantes universitários uruguaios e/ou binacionais”</b>	
Luiz Valdemir Ribas da Cruz Junior. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.	
Valesca Brasil Irala. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.	

## TEMA 3: MILITARIZACIÓN, SEGURIDAD FRONTERIZA Y SEGURIDAD REGIONAL ..... 98

SALÓN DE APOYO 2 AL SALÓN DE ACTOS II DE LA RECTORÍA  
20 de noviembre

### MESA 18: SEGURIDAD REGIONAL, MILITARIZACIÓN, ARMAMENTISMO Y REPRESIÓN ..... 98

Moderadora: Tamires Aparecida Ferreira Souza

A) "Comunidade de segurança na América do Sul: construção do Conselho de Defesa Sul-Americano, da UNASUL".

Tamires Aparecida Ferreira Souza. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

B) "Corrida armamentista civil: a contramão das políticas públicas brasileiras."

Carlos Vinícius Costa Garcia. UFAM, Manaus, Brasil.

C) "Operação Condor: métodos da repressão e instituições de lesa-humanidade".

Thiara Tezza. UNIPAMPA, São Borja, Brasil.

Ronaldo Colvero. UNIPAMPA, São Borja, Brasil.

D) "A internacionalização do terror através da Operação Condor: O exílio argentino".

Leonardo Marmontel Braga. IDEAU, Bagé, Brasil.

### MESA 19: MILITARIZACIÓN, SEGURIDAD FRONTERIZA Y SEGURIDAD REGIONAL ..... 100

Moderadora: Flávia Carolina de Resende Fagundes

A) "Wings Over the Border": "Mosquitos", "AWACS" y "Drones" en el control de la frontera de Estados Unidos y México, región estratégica del Cinturón de la Industria de Armamentos (GunBelt)".

Juan Manuel Sandoval. INAH, México.

B) "The Citizen and the Criminal: Border Security and the Mandate to Track Criminal Aliens."

Patrisia Macias-Rojas. UIC, Chicago, Estados Unidos.

C) "Cooperação transfronteiriça em segurança no espaço Pan-Amazônico: uma abordagem teórica."

Flávia Carolina de Resende Fagundes. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

D) "A cobertura jornalística de fronteiras internacionais: discurso e projeção de poder"

Ada Cristina Machado Silveira. UFSM, Santa Maria, Brasil.

Isabel Padilha Guimarães. UFSM, Santa Maria, Brasil.

Mariana Nogueira Henriques. UFSM, Santa Maria, Brasil.

### MESA 20: "GUERRA CONTRA LAS DROGAS": MILITARIZACIÓN Y VIOLENCIA EN LA FRONTERA MÉXICO-EUA.. 102

Moderador: Héctor Antonio Padilla Delgado

A) "Narcoguerra Ficticia: La impunidad en México"

Melissa Wright. PSU, State College, Estados Unidos.

B) "Militarización, barreras y paisajes en la frontera México-EU."

Juanita Sunberg. UBC, Vancouver, Canada.

C) "Identidad y futuro de un imaginario social en un contexto de militarización en Ciudad Juárez."

Leobardo Alvarado. UACJ, Ciudad Juárez, México.

D) "Ciudad Juárez: espacio público-espacio privado en un contexto de militarización."

Héctor Antonio Padilla Delgado. UACJ, Ciudad Juárez, México.

### MESA 21: VIOLENCIA E INSEGURIDAD EN MEDELLÍN (COLOMBIA) Y EN CIUDAD JUÁREZ (MÉXICO) ..... 104

Moderadora: María Victoria López López

A) "Delimitación de fronteras como estrategia de control social. El caso de la violencia homicida en Medellín, Colombia".

María Victoria López López. UdeA, Medellín, Colombia.

María del Pilar Pastor Durango. UdeA, Medellín, Colombia.

B) "Ciudad Juárez: espacio de experimentación de las múltiples violencias."

## Programa

Carlos Yéffim Fong Ronquillo. UACJ, Ciudad Juárez, México.

Iliana Martell González. UACJ, Ciudad Juárez, México.

### C) “Modelos de intervención social para la violencia en Ciudad Juárez y Medellín.”

Nemesio Castillo Viveros. UACJ, Ciudad Juárez, México.

## SALÓN 203 DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA

21 de noviembre

### MESA 22: VIOLENCIA, INSEGURIDAD Y ESCLAVITUD ..... 106

Moderadora: María del Socorro Velázquez Vargas

#### A) “Movilidad poblacional: efecto de la simbiosis entre violencia, inseguridad y desempleo en Ciudad Juárez”.

María del Socorro Velázquez Vargas. UACJ, Ciudad Juárez, México.

Wilebaldo L. Martínez Toyos. UACJ, Ciudad Juárez, México.

#### B) “Entre la violencia, el miedo y la exclusión. Los jóvenes en Ciudad Juárez.”

Jorge Balderas Domínguez. UACJ, Ciudad Juárez, México.

#### C) “Disminución de la violencia de pareja utilizando una red social (RedSiam) de apoyo emocional.”

Alberto Ochoa. UACJ, Ciudad Juárez, México.

Sandra Bustillos. UACJ, Ciudad Juárez, México.

Halina Tzhkaeva. UACJ, Ciudad Juárez, México.

#### D) “O trabalho desenvolvido pelas instituições não governamentais: CPT, CDHA e Repórter Brasil na luta contra a escravidão por dívida no Estado do Tocantins.”

Juliana Lopes do Nascimento. UFT, Araguaína, Brasil.

Alberto Pereira Lopes. UFT, Araguaína, Brasil.

### MESA 23: REGIONALIZACIÓN DEL MERCADO DE DROGAS, SEGURIDAD FRONTERIZA Y POLÍTICAS ..... 107

Moderador: Avelardo Valdez

#### A) “Culiacán y la economía criminal global”.

Arturo Santamaría Gómez. UAS, Sinaloa, México.

#### B) “Narcotráfico, cultivos ilícitos, Plano Colômbia: externalidades na área de fronteira colombo-equatoriana.”

Mónica Montana Martínez Ribas. UFRR, Boa Vista, Brasil.

#### C) “Seguridad en las fronteras del trapecio amazónico - los retos del narcotráfico y la necesidad de cambiar las respuestas.”

Nadège Porta. CIDDH, PUCP, Lima, Perú

#### D) “Reduciendo costos: Propuesta para una política regional de drogas.”

Loreto Gavilán. UDP, Santiago, Chile

Francisca Machado. UDP, Santiago, Chile

#### E) “The Unintended Consequences of U.S. Immigration and Drug Policies on Mexico.”

Avelardo Valdez. USC, Los Angeles, Estados Unidos.

Alice Cepeda. USC, Los Angeles, Estados Unidos.

## TEMAS 4: MIGRACIONES, DESPLAZAMIENTOS FORZADOS Y REFUGIO 111

Salón de Apoyo 2 al Salón de Actos II de la Rectoría  
21 de Noviembre

### MESA 24: REGIONALIZACIÓN, TRANSMIGRACIÓN Y FRONTERAS..... 111

Moderadora: Mariella Dardanelli

**A) "Nociones básicas en el estudio de la regionalización económica que une a Centro y Norteamérica: transmigración y frontera latina".**

Rodolfo Basurto Alvarez. USON, Sonora, México.

Leopoldo Santos Ramirez. USON, Sonora, México.

**B) "La circulación de personas en los procesos de integración regional y los desafíos para las zonas fronterizas: el caso del Mercosur".**

Mariella Dardanelli. Montevideo, Uruguay.

**C) "Migraciones de China en AL: caso México".**

Raúl Netzahualcoyotzi. BAUP, Puebla, México.

Aurora Furlong. BAUP, Puebla, México.

**D) "Espacio interinstitucional e integración regional en la migración de tránsito por la frontera sur de México con Centroamérica".**

Edilma De Jesus Desidério. UNAM, México.

### MESA 25: CRISIS ECONÓMICA GLOBAL Y MIGRACIONES FORZADAS EN AMÉRICA LATINA..... 113

Moderadora: María Rocio Bedoya Bedoya

**A) "La crisis económica mundial y su efecto sobre los flujos migratorios de América Latina."**

Lucila Godínez Montoya. UAEM, México.

Esther Figueroa Hernández. UAEM, México.

Francisco Pérez Soto. UACH, Chapingo, México.

**B) "Migración y Globalización. El Caso del Estado de Yucatán".**

Alberto Quintal Palomo. UADY, Mérida, México.

**C) "Crisis financiera internacional y retorno a Colombia".**

Yeim Castro. COLMEX, DF, México.

**D) "Los determinantes sociales, económicos y políticos de la decisión de migrar o retornar de los colombianos en el contexto de la crisis de 2008 y la globalización: los casos del Eje Cafetero, Cali, Medellín y Bogotá."**

María Rocio Bedoya Bedoya. UdeA, Medellín, Colombia.

**E) "Las "migraciones forzadas" en el marco del MERCOSUR, dilemas a la ciudadanía comunitaria".**

Juan Carlos Sabogal. UNC, Córdoba, Argentina.

Janneth K. Clavijo. UNC, Córdoba, Argentina.

### MESA 26: INTEGRACIÓN REGIONAL Y MIGRACIONES LABORALES EN AMÉRICA DEL NORTE..... 116

Moderadora: Rosa María Vanegas García

**A) "Mujeres temporeras mexicanas del PTAT en Canadá."**

Rosa María Vanegas García. INAH, México.

Iván Franco Cáceres. INAH, México.

**B) "Nuevas tendencias de la inserción laboral de los migrantes mexicanos en Estados Unidos."**

Esther Figueroa Hernández. UAEM, México.

Francisco Pérez Soto. UACH, Chapingo, México.

Lucila Godínez Montoya. UAEM, México.

**C) "Mujeres migrantes en la región fronteriza México-Estados Unidos. Labores de cuidado en Paso del Norte (Chihuahua-Texas)"**

Sandra Bustillos Durán. UACJ, Ciudad Juárez, México.

## Programa

Rodolfo Rincones Delgado. UACJ, Ciudad Juárez, México.

Edith Vera Bustillos. UACJ, Ciudad Juárez, México.

### **MESA 27: MIGRACIÓN, DISCRIMINACIÓN Y (DES) ADAPTACIÓN ..... 117**

Moderadora: Martha Monzón Flores

#### **A) "Prácticas racistas a grupos indígenas migrantes".**

Martha Monzón Flores. INAH, México.

#### **B) "Migración y pobreza en la ciudad de Mérida, Yucatán".**

María Guadalupe Violeta Guzmán Medina. UADY, Mérida, México.

#### **C) "Flujos de migración de chiapanecos indígenas a los Estados Unidos. Una visión desde la Encuesta sobre Migración en la Frontera Norte de México - EMIF NORTE."**

Jorge Alberto López Arévalo. UNACH, Chiapas, México.

Emmanuel Arrazola Ovando. UMAR, Oaxaca, México.

#### **D) "Gestão Educacional e (I) Migração na fronteira Brasil e Uruguai".**

Geovana Gabriela Bardesio. UNIPAMPA, Santana do Livramento, RS, Brasil.

Paulo Cassanego Jr. UNIPAMPA, Santana do Livramento, RS, Brasil.

## SALÓN DE APOYO 2 AL SALÓN DE ACTOS II DE LA RECTORÍA

22 de noviembre

### **MESA 28 (1ª PTE): INTEGRACIÓN REGIONAL Y POLÍTICA MIGRATORIA EN NORTEAMÉRICA Y SURAMÉRICA .. 121**

Moderador: Arturo Perales Salvador

#### **A) "Comportamiento de los flujos migratorios de mexicanos a Estados Unidos de América, en un escenario de reforma migratoria".**

Lorenzo Reyes Reyes. UACH, Chapingo, México.

Oscar Iván Reyes Maya. UCM, Madrid, España.

Braulio Morales Morales. UACH, Chapingo, México.

#### **B) "Hacia una política migratoria mexicana orientada a la frontera sur".**

Arturo Perales Salvador. UACH, Chapingo. México.

Angélica Lastiri Salazar. UAM, Xochimilco, México.

Roberto Rodolfo Georg Uebel. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Patricia Elena Giraldo Calderón. UdeA, Medellín, Colombia.

#### **E) "Retorno migratorio y las vías del derecho a no migrar en la cafeticultura veracruzana".**

Francis Mestries. UAM, Azcapotzalco, México.

### **MESA 28 (2ª PTE): INTEGRACIÓN REGIONAL Y POLÍTICA MIGRATORIA EN NORTEAMÉRICA Y SURAMÉRICA .. 124**

Moderadora: Marcia Vera

#### **A) "O tratamento reservado ao estrangeiro: entre a discriminação e a distinção. Um olhar sobre o processo de construção da nova apolítica migratória brasileira."**

Anelize Maximila Corrêa. UFPel, UCPel, Pelotas, Brasil.

Jandré Corrêa Batista. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

#### **C) "En búsqueda de protección: Una revisión del modelo regional de reasentamiento de refugiados en Chile y Brasil."**

Marcia Vera. University of Sheffield, Sheffield, Reino Unido.

#### **D) "El proceso de reasentamiento de los refugiados palestinos en la Región de Valparaíso, Chile."**

Karina Bijit Abde. UV, Valparaíso, Chile.

### **MESA 29 (1ª PARTE): DESPLAZAMIENTOS FORZADOS, DESPOJO Y RE-TERRITORIALIZACIÓN ..... 126**

Moderador: Myriam Zapata Jiménez

#### **A) "Desplazados internos en México."**

Edgar Talledos Sánchez. UMAR, Huatulco, México.

#### **B) "Migración y desarticulación territorial."**

Andrés Cuesta Beleño. UNISALLE, Bogotá, Colombia.

C) “Despojo y restitución de tierras en Colombia, un análisis de proceso actual”.

Francys Cárdenas Ferrucho. UEXTERNADO, Colombia.

D) “Impactos rurales de la economía global: cambios sociopolíticos, culturales y políticas públicas: una aproximación a la vulneración de derechos de los desplazados forzados en Yopal Casanare”.

Myriam Zapata Jiménez. UNISALLE, Bogotá, Colombia.

**MESA 29 (2ª PARTE): DESPLAZAMIENTOS FORZADOS, DESPOJO Y RE-TERRITORIALIZACIÓN ..... 128**

Moderadora: Sara Yaneth Fernández Moreno

A) “*Geografías del terror* en el Departamento del Cauca: Estudio de caso de las víctimas en situación de desplazamiento forzado ubicadas en la ciudad de Popayán”.

Harold Andrés Méndez Urbano. Universidad del Cauca, Colombia.

Diego Edinson Lara Rivera. Universidad del Cauca, Colombia.

B) “Violencia feminicida en el conflicto armado interno en Colombia: una lectura desde la evitabilidad de la morbi-mortalidad de mujeres desplazadas, por la exigibilidad del derecho a la salud y a la vida.”

Sara Yaneth Fernández Moreno. UdeA, Medellín, Colombia.

C) “El desplazamiento de comunidades indígenas a la ciudad de Medellín, una forma de entender la esclavitud moderna”.

Luisa Fernanda Valencia Jiménez. UdeA, Medellín, Colombia.

## **TEMAS 5 y 6: NUEVOS MOVIMIENTOS Y EXPERIENCIAS RECIENTES DE ORGANIZACIÓN y TRANSCULTURACIÓN TRANSFRONTERIZA ..... 131**

AUDITÓRIO DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA  
20 de noviembre

### **MESA 30: FRONTERAS, TERRITORIOS INTERÉTNICOS Y ETNODESARROLLO ..... 131**

Moderadora: Claudia Patricia Carrión Sánchez

A) "Fronteras institucionales en el marco del conflicto de tierras y los derechos colectivos en Colombia: el caso de los territorios interétnicos."

Alix Bibiana Gómez Vargas. UdeA, Medellín, Colombia.

B) "Autogobiernos indígenas en la sierra ecuatoriana y el suroccidente colombiano."

Claudia Patricia Carrión Sánchez. CCS, Bogotá, Colombia.

C) "Indígenas no espaço fronteiriço - Brasil e a Venezuela."

Ana Zuleide Barroso da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Jaqueline Silva da Rosa. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Georgia Patricia da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.

D) "Etnodesenvolvimento na região Ingarikó como via de integração regional."

Elizabete Melo Nogueira. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Canrobert Penn Costa Neto. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Georgia Patricia da Silva. Universidade Federal de Roraima, Brasil.

### **MESA 31: POLÍTICAS PÚBLICAS Y SEGURIDAD SOCIAL EN CONTEXTOS TRANSFRONTERIZOS ..... 134**

Moderadora: Gladys Modesta Quintero Villamizar

A) "Seguridade social e fronteira: perspectivas a intersectorialidade".

Glória M. G. Dravanz. UCPel, Pelotas, Brasil.

Vini R. Silva. UCPel, Pelotas, Brasil.

Daiane da R. Ugoski. UCPel, Pelotas, Brasil.

B) "Fronteira e desproteção social: o desafio da proteção aos transfronteiriços"

Daiane da Rosa Ugoski. UCPel, Pelotas, Brasil.

Vini Rabassa da Silva. UCPel, Pelotas, Brasil.

Mara Rosange Acosta de Medeiros. UCPel, Pelotas, Brasil.

Glória Maria Gomes Dravanz. UCPel, Pelotas, Brasil.

C) "Procesos reproductivos y Políticas públicas en contextos transfronterizos. El caso de Posadas (Argentina) y Encarnación (Paraguay)."

Juan Pablo Espinosa. UNAM, Misiones, Argentina.

D) "El derecho a la ciudad de las personas con discapacidad en la ciudad San José de Cúcuta."

Gladys Modesta Quintero Villamizar. UNILIBRE, Cúcuta, Colombia.

### **MESA 32 (1ª PARTE): SALUD PÚBLICA Y AMBIENTAL EN REGIONES FRONTERIZAS ..... 137**

Moderador: Maurício Pinto da Silva

A) "Governança territorial em áreas de fronteira o desafio da cooperação em saúde ambiental na fronteira Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguay)."

Maurício Pinto da Silva. UFPel, Pelotas, RS, Brasil.

B) "O direito à saúde na fronteira Brasil/Uruguai."

Maurício Pinto da Silva. UFPel, Pelotas, RS, Brasil.

Mateus Lopes da Silva. UFPel, Pelotas, RS, Brasil.

C) "Utilização de Drogas Lícitas entre Jovens Universitários em Região de Fronteira do RS-Brasil."

Thamara Rizério da Silva Vargas. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.

Priscila Baruffi Ribeiro. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.

Luciana Machado Rodrigues. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.



<b>MESA 32 (2ª PARTE): SALUD PÚBLICA Y AMBIENTAL EN REGIONES FRONTERIZAS .....</b>	<b>139</b>
Moderadora: Rosane Cardoso Machado	
A) “Além do limite da linha divisória, um olhar sobre saúde em área de fronteira.”	
Rosane Cardoso Machado. Santana do Livramento, Brasil.	
B) “Caracterização da cooperação em saúde em cidades gêmeas do Brasil e Uruguai: um estudo de caso.”	
Carla Gabriela Cavini Bontempo. UFSC, Florianópolis, Brasil.	
Vera Maria Ribeiro Nogueira. UCPel, Pelotas. UFSC, Florianópolis, Brasil	
C) “Um olhar urgente à saúde do trabalhador na fronteira do rs/Brasil com Argentina e Uruguai.”	
Véra Lúcia Carvalho Villar. UNIPAMPA, São Borja, Brasil.	

AUDITÓRIO DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA  
21 de noviembre

<b>MESA 33: GEOHISTORIA DE REGIONES FRONTERIZAS EN AMÉRICA DEL SUR.....</b>	<b>141</b>
Moderadora: Emilce Beatriz Cammarata	
A) “Região e Fronteira em História: Notas para um exame da operacionalização dos conceitos no espaço platino”.	
Susana Bleil de Souza. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	
B) “ <i>Santitos</i> : insígnia missioneira em situação de fronteira”.	
Jacqueline Ahlert. UPF, Passo Fundo, RS, Brasil.	
C) “Os Desertores da Guerra na Tríplice Aliança: Utopia Anarquica?”	
Cristiana de Vasconcelos Lopes. USP, São Paulo, Brasil.	
Osvaldo Luiz Angel Coggiola. USP, São Paulo, Brasil.	
D) “Argentina y Brasil en las cuestiones de límites y frontera en la zona Misionera.”	
Daniela Galli Mattiauda. UNILA, Tríplice Fronteira Argentina, Brasil y Paraguay.	
Cezar Karpinski. UNILA, Tríplice Fronteira Argentina, Brasil y Paraguay.	
E) “Misiones en la frontera con Paraguay y Brasil. Procesos de territorialización y educación en la construcción del estado nación”.	
Emilce Beatriz Cammarata. UNAM, Posadas, Argentina.	
María Claudia Giménez. UNAM, Posadas, Argentina.	
Alicia Mónica Oudin. UNAM, Posadas, Argentina.	
Adriana Carísimo. UNAM, Posadas, Argentina.	
Emiliano Vitale. UNAM, Posadas, Argentina.	
<b>MESA 34: NARRATIVA VISUAL DE LA MEMORIA EULATINA.....</b>	<b>144</b>
Moderador: Manuel de Jesús Hernández G.	
A) “Las visiones de la comida mexicana en Texas, 1836-1960: entre las visiones imperiales, la economía doméstica y el gusto por lo ‘mexicano’ ”	
Juan Manuel Mendoza Guerrero. UAS, Sinaloa, México.	
B) “El sujeto inmigrante mexicano—rechazado, aceptado, soñador/a proscrit@: cinco masivas olas migratorias y su producción literaria y cultural desde 1910 al presente.”	
Manuel de Jesús Hernández G. ASU, Tempe, Estados Unidos.	
C) “La memoria visual de <i>La Pastorela</i> de Luis Valdéz.”	
Juan Villa. ASU, Tempe, Estados Unidos.	
D) “Migración, exilio y arrastre cultural en los espacios eulatinos.”	
Daniel Minerbi Vargas. ASU, Tempe, Estados Unidos.	
E) “Public Art – El Arte Público”	
Roberto Delgado. Los Angeles, Estados Unidos.	
<b>MESA 35: TRANSCULTURACIÓN TRANSFRONTERIZA: LENGUA Y MEDIOS DE COMUNICACIÓN EN REGIONES FRONTERIZAS .....</b>	<b>150</b>

## Programa

Moderadora: Karla M. Muller

**A) “O bilinguismo como estratégia de aprimoramento do discurso organizacional na fronteira binacional Livramento-Rivera (BR/UY).”**

Stefânia Oliveira da Costa. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Karla M. Muller. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Jandré Corrêa Batista. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

**B) “Culturas transfronteiriças no jornalismo local: entre a assimilação e o estigma.”**

Ada Cristina Machado Silveira. UFSM, Santa Maria, Brasil.

Aline Roes Dalmolin. UFSM, Santa Maria, Brasil.

Wagner Azevedo. UFSM, Santa Maria, Brasil.

**C) “Rádio de fronteira: o porta-voz da cultura fronteiriça.”**

Vera Lucia Spacil Raddatz. UNIJUI, Ijuí, Brasil.

**D) “Cultura(s) fronteiriça(s) na mídia *online*.”**

Karla M. Müller. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Jandré Corrêa Batista. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Stefânia Oliveira da Costa. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Natália Corá Tomé da Cruz. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

**E) “O lugar da notícia nos processos regionais de integração do Mercosul.”**

Jandré Corrêa Batista. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Karla M. Müller. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Stefânia Oliveira da Costa. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

### **MESA 36: TRANSCULTURACIÓN TRANSFRONTERIZA: NUEVAS IDENTIDADES Y NUEVOS SUJETOS SOCIALES .. 154**

Moderador: Alejandro Schweitzer

**A) “Viejos y nuevos actores: otras identidades en las ciudades fronterizas de Venezuela.”**

Mario Valero Martínez. ULA, Táchira, Venezuela.

**B) “As especificidades do cotidiano da fronteira platina e as intervenções no espaço urbano das cidades gêmeas.”**

Karla Nunes de Barros Coelho. ULBRA, Torres, Brasil.

**C) “Dos en una: a relação entre irmãos-hermanos na Fronteira da Paz.”**

Mayra Coan Lago. USP, São Paulo, Brasil.

Thaís de Oliveira. USP, São Paulo, Brasil.

**D) “Língua e identidade na fronteira: relatos de diferentes agentes institucionais.”**

Ariéli Santana Rocha. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

Valesca Brasil Irala. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

## AUDITÓRIO DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA

22 de noviembre

### **MESA 37: TRANSCULTURACIÓN TRANSFRONTERIZA: PATRIMONIO SIN FRONTERAS, PRECARIZACIÓN CULTURAL Y PAISAJE TRANSFRONTERIZO..... 157**

Moderadora: Georgia Patrícia da Silva

**A) “O patrimônio sem fronteiras: questões contemporâneas das políticas públicas para o patrimônio imaterial na América do Sul.”**

Darlan De Mamann Marchi. UFPel, Pelotas, Brasil.

**B) “Globalização e etnicidades: a precarização das matrizes culturais na região do Recôncavo Baiano”.**

Júnio de Jesus dos Santos. UEBA, Salvador, Brasil.

**C) “A (des) integração regional mediante a valorização da cultura: o caso de São Luís – MA.”**

Georgia Patrícia da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.

**D) “A paisagem transfronteiriça na bienal do MERCOSUL: a geopoética do pampa”.**

Marina Cañas Martins. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

**MESA 38: NUEVOS MOVIMIENTOS Y EXPERIENCIAS RECIENTES DE ORGANIZACIÓN: SOCIABILIDADES EMERGENTES Y EN RED ..... 160**

Moderadora: Maria Margareth Lins Rossal

**A) “As Tecnologias de Informação e Comunicação como Instrumentos Emancipatórios em Orçamentos Participativos?”**

Maria Margareth Lins Rossal. UC, Coimbra, Portugal.

**B) “La Red Alianza Gerdau GIZ en la America del Sur.”**

Sabrina Lissa Ferreira Lauriano Leme. UFPR, Curitiba, Brasil.

**C) “Economía Solidária no Prata: uma Alternativa aos Descompassos da Globalização.”**

Pamela Ieda Muniz. IDEAU, Bagé, Brasil.

Cindy Rosa Martinez. IDEAU, Bagé, Brasil.

L. A. Maia. IDEAU, Bagé, Brasil.

**D) “Cambio climático y población vulnerable: el uso de los sistemas de Alerta Temprana: una opción para la región.”**

Juan Zotz. UBA, Buenos Aires, Argentina.

**MESA 39: NUEVAS IDENTIDADES, NUEVOS SUJETOS SOCIALES TRANSFRONTERIZOS Y MOVIMIENTOS Y EXPERIENCIAS RECIENTES DE ORGANIZACIÓN ..... 162**

Moderador: Manuel Ortiz Veas

**A) “A identidade política e social quilombola no Brasil do Sec. XXI”.**

Diosmar M. Santana Filho. UFBA, Salvador, Brasil.

Guiomar Inez Germani. UFBA, Salvador, Brasil.

**B) “Comunicología y Unidad IberoAmericana.”**

Manuel Ortiz Veas, Universidad de La Frontera, Temuco, Chile

**C) “Metropolización y economía informal: la conformación de hecho del Sistema Metropolitano Binacional Cúcuta - San Cristóbal.”**

Jorge Bichara Bitar Ramírez. Universidad de Pamplona, Colombia.

**D) “Propuesta Comunicacional para la frontera Colombo-Venezolana.”**

Gerzon Cárdenas. UNET, San Cristóbal, Venezuela.

**PRESENTACIÓN DE LIBROS Y REVISTAS..... 165**

AUDITÓRIO DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA  
22 de noviembre

Moderadora: María del Rocío Bedoya Bedoya

**Revista: Papeles de Población. Retos y desafíos futuros.**

Juan Gabino González Becerril, B. Jaciel Monyoya Arce, Paulino Osorio Montaña.

Universidad Autónoma del Estado de México.

**Revista: Boletim Gaúcho de Geografia, v. 41. n.1**

Adriana Dorfman

Publicação de carácter científico da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre. ISSN 0101-788-8

**Libro: Planes geoestratégicos, desplazamientos y migraciones forzadas en el área del Proyecto de Desarrollo e Integración de Mesoamérica.**

Juan Manuel Sandoval, Raquel Álvarez y Sara Fernández (Coordinadores).

Universidad de Los Andes (Venezuela), Universidad de Antioquia (Colombia); Centro de Investigaciones en Sociedad, Salud y Cultura (Colombia); Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio; y Centro de Estudios Estratégicos de América del Norte, A. C. (México).

Medellín, Colombia, 2011.

ISBN: 978-958-98566-6-6.

**Manual: Conversaciones sobre las prácticas investigativas desde la pregunta por las metodologías críticas en contextos sociales de despojo, destierro y desplazamiento forzado. Elementos para una filosofía de la praxis.**

Sara Yaneth Fernández, Marcela Gómez y Marta Cecilia López (Compiladoras).

Coordinación Proyecto SPECHF Colombia.

Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, Universidad de Antioquia, Medellín, Colombia. 2011.

ISBN: 978-958-98566-7-3.

## **SESIÓN DE PRESENTACIONES EN LA FRONTERA BRASIL-URUGUAY ... 166**

SANTANA DO LIVRAMENTO

23 de noviembre de 2013

### **MESA 40: PRATICAS E REFLEXÕES NA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-URUGUAY ..... 166**

Moderador: Hamilton Santos Rodrigues

**A) “Saúde na fronteira de Barra do Quaraí, RS e Bella Unión, Artigas: alternativas a soluções de problemas com base na integração entre o Brasil e o Uruguai.”**

Hamilton Santos Rodrigues. Unipampa – S. do Livramento, Pref. Munic. de Barra do Quaraí

Avelar B. Fortunato. Unipampa – S. do Livramento

**B) “Integração e Desenvolvimento Social: Ações do MIDES e Avanços na Cidadania na Fronteira Entre Uruguai e Brasil”**

Horacio Dávila Rodriguez. Unipampa – S. do Livramento, Pref. Munic. de Barra do Quaraí.

Avelar B. Fortunato. Unipampa – S. do Livramento.

## CONFERENCIA MAGISTRAL

SALA II DEL SALÓN DE ACTOS DE LA RECTORÍA

20 de noviembre de 2013 – 19h

### ¿CÓMO VA LA INTEGRACIÓN REGIONAL EN EUROPA? UNIÓN EUROPEA FRENTE A UNA EUROPA MÁS AMPLIA?

*COMMENT VA L'INTÉGRATION RÉGIONALE EN EUROPE? UNION  
EUROPÉENNE OU GRANDE EUROPE?*

DR. YANN RICHARD

Profesor de Geografía

Director de la UFR de Geografía de la Universidad Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Francia

L'UE a été pionnière en lançant dès les années 1950 son projet d'intégration régionale, plusieurs fois approfondie au gré des traités, l'Europe se trouve en difficulté. Son modèle d'intégration semble bout de souffle, en partie à cause des défauts de la gouvernance économique et financière de l'Union européenne. Le scénario de l'éclatement est même envisagé. Bien que ce scénario soit peu probable (pas prévu par les traités européens et coûteux), il souligne la fragilité de la construction européenne. Le scénario de la différenciation est plus vraisemblable, car il repose sur le principe déjà éprouvé des coopérations renforcées tout en maintenant la dynamique du projet européen. Pour sortir par le haut de la crise actuelle, la relance du projet européen pourrait passer par la proposition d'un régionalisme élargi : il s'appuierait sur l'élément imparfait mais précurseur qu'est la Politique européenne de voisinage et proposerait un élargissement de certaines politiques communes européennes aux pays voisins ; la condition de son succès serait sans doute l'adoption d'un scénario de la différenciation à l'échelle de ce grand ensemble composé par l'UE et ses voisinages. Ce scénario mérite d'être pris au sérieux pour les raisons suivantes : il existe déjà un territoire euroméditerranéen fondé sur une intégration fonctionnelle avancée ; il existe des complémentarités démographiques et économiques entre l'UE et ses voisins ; les voisins bénéficient d'une croissance économique notable ; on observe une forme de convergence des comportements et des valeurs ; des défis communs doivent être relevés. Toutefois, les obstacles sont nombreux : l'influence européenne décroît dans son voisinage, l'UE manque d'une stratégie régionale cohérente et lisible, le contexte régional ne se prête pas à ce grand projet régional.

## **TEMAS 1 y 2: LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL FRENTE A LA CRISIS ECONÓMICA GLOBAL y TRATADOS DE LIBRE COMERCIO Y PLANES GEOESTRATÉGICOS**

SALA II DEL SALÓN DE ACTOS DE LA RECTORÍA

20 de noviembre de 2013

### **MESA 1: LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL FRENTE A LA CRISIS ECONÓMICA GLOBAL**

Moderador: Aldomar A. Rückert

08h40 – 10h40

#### **A) “El impacto de la crisis global en México y el proceso de integración: oportunidades y dificultades.”** Carlos Martínez León. BAUP, Puebla, México.

Las crisis económicas no son algo novedoso en América Latina. En los últimos 80 años hemos sido conmovidos por tres recesiones de enorme magnitud: la que siguió a la Gran Depresión de 1929; la que acompañó a la crisis de la deuda externa en 1982; y la actual, que comenzó a sentirse con fuerza desde los últimos meses de 2008.

Es una situación inquietante, pero dista de ser el mayor reto o dificultad que estos países hayan enfrentado en su historia. El tipo de crisis financieras que tienen un efecto importante en la caída de la actividad económica son preocupantes debido a que minan la confianza en una parte significativa del sistema bancario y financiero, con efectos potencialmente graves sobre la economía real.

Existe evidencia que una crisis financiera puede originar una crisis macroeconómica y viceversa. Dentro de las condiciones macroeconómicas que pueden generar crisis bancarias están: el déficit fiscal, la inflación y la devaluación. La crisis actual podría verse como un mecanismo de ajuste del mercado que corrige los excesos que se cometieron en los últimos años. También se podría ver como un proceso de transición hacia algún otro modelo económico. La realidad es que la magnitud y extensión de este fenómeno obliga a replantear premisas económicas que antes eran fundamentales.

Los procesos de integración regional permitirán en América Latina y, sobre todo, en América del Sur, enfrentar la crisis que plantea desafíos para lograr la conectividad de infraestructura, la articulación energética, la superación de la pobreza y la integración a la sociedad del conocimiento.

En la parte norte de la región, la integración ha sido bastante más débil y se ha concentrado en el Plan Puebla-Panamá, propuesto por el presidente Vicente Fox en 2000, que muchos gobiernos centroamericanos consideran una mera reestructuración de anteriores proyectos de infraestructura, además de cuestionar el escaso volumen de recursos financieros que se le ha dedicado. A ello se agrega la sensación de que el TLC con EEUU le resta autonomía e interés a México para trabajar con sus vecinos. Para México, ha sido determinante su vinculación comercial con E.U. y Canadá a través del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), a donde se dirige casi 90% de sus exportaciones: estas, en efecto, se han visto fuertemente reducidas.

La intervención de los gobiernos puede frenar situaciones como la pérdida de empleos o el debilitamiento del bienestar de las familias. Para ello es necesario que los regímenes de la región

20 a 24 de noviembre de 2013

Caderno de Resumos e Programa - ISBN 978-85-61424-18-3

tomen conciencia de la dimensión de la crisis y flexibilicen sus posiciones políticas para establecer lazos comerciales que permitan mayor inversión y crear un efecto multiplicador para generar empleos y combatir la pobreza extrema en sus comunidades.

**Palabras Claves:** Crisis. Integración. Déficit fiscal. Desarrollo. América de Sur.

**B) “A regional arrangement proposal for the UNASUR.”**

Fernando Ferrari-Filho. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

The article analyses the current process of economic integration in South America. Thus, concentrating our attention on the UNASUR regional integration process, two questions arise: First, is UNASUR the most viable institution to achieve a consistent economic integration process in South America? Second, what model of economic integration should be adopted in the case of UNASUR, which would ensure macroeconomic stability and avoid financial and exchange rate crises in the South America? To answer these questions, the article proposes, based on the Keynes’s revolutionary analysis presented in his *International Clearing Union*, during the Bretton Woods Conference in 1944, a regional arrangement to UNASUR.

**Keywords:** Economic integration. South America. UNASUR. Keynesian theory.

**C) “Políticas territoriais comparadas entre a União Europeia e o Brasil no contexto da crise econômica mundial.”**

Aldomar A. Rückert. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Este artigo aborda políticas territoriais numa perspectiva comparada entre a União Europeia e o Brasil. Grasland e Rückert sugerem a possibilidade de estudos comparativos de políticas territoriais e da adoção de ferramentas de análises cartográficas entre a União Europeia e o Brasil. Para a realização de tais estudos a análise deve considerar as especificidades das diferentes experiências macrorregionais; distintos contextos e estratégias dos atores em múltiplas escalas na União Europeia e no Brasil. Procura-se identificar pontos de convergência ou de diferenças em suas políticas territoriais procurando-se compor, assim, cenários comparativos internacionais mais ricos e diversos. A opção metodológica é uma abordagem comparada, na busca de identificação de padrões de análise territorial que vertem do Novo Regionalismo que tem inspirado a perspectiva territorial e a política regional da União Europeia e, mais recentemente, do Brasil. Tais experiências guardam alguns denominadores comuns como, por exemplo, a adoção dos mesmos referenciais da abordagem territorial da OCDE, isto é *ciudades e regiões competitivas*.

A política de coesão territorial da União Europeia, mais conhecida por sua política regional vem enfrentando mudanças de abordagens no contexto da discussão da proposta para a política regional “Europa 2020” e a revisão orçamentária em meio à grave crise no continente. A partir deste contexto aborda-se na primeira parte do artigo as políticas de coesão territorial da União Europeia, enfatizando-se o cenário da crise europeia e da política de coesão territorial; a mudança de rumos na política regional baseada na OCDE: competição entre cidades e regiões – políticas “*place-based*” e a “Europa 2020”; o Plano Europeu da Recuperação Econômica e a proposta da *condicionalidade macroeconômica* da Comissão Europeia para os governos nacionais deficitários. Em segundo lugar abordam-se políticas territoriais recentes no Brasil; as origens, o objeto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e suas limitações; as novas propostas para a PNDR e seus vínculos com a OCDE e a Directorate General-Regio da União Europeia.



**D) “Las opiniones latinoamericana y europea frente a la reciente crisis económica internacional.”**

Marlene Otero S. ULA, Mérida, Venezuela.

Con esta ponencia se busca presentar los resultados de un estudio en el cual se revisaron las opiniones latinoamericana y europea en relación con la más reciente crisis económica internacional. Se pulsa lo que afirman y valoran estas opiniones sobre los modelos económicos y políticos, sobre la actuación de los gobiernos y de los organismos internacionales y sus principales problemas y recomendaciones de cara al futuro. Todo ello, a partir de la consulta de las mediciones de opinión que se realizaron con los Eurobarómetros y Latinobarómetros en los últimos 4 años (2008-2011). De acuerdo a lo que se pudo apreciar, la última crisis económica internacional encontró mejor preparada a Latinoamérica que a Europa y las opiniones latinoamericanas valoran más positivamente a sus gobiernos que las europeas.

Como se sabe, la economía internacional fue sorprendida en el año 2007 con una nueva crisis económica internacional que luego de hacer estragos y definir algunas características particulares en Estados Unidos se fue presentando de manera parecida en Europa y ha venido teniendo repercusiones en casi todos los países, entre ellos los latinoamericanos -aunque con baja intensidad-, en virtud del entrelazamiento que presenta la economía internacional producto de la interdependencia y de la globalización.

Al revisar algunas valoraciones sobre esta crisis Joseph Stiglitz, premio Nobel de Economía en 2011, menciona a la “especulación de los mercados financieros” como la principal causa de la crisis, así como a la desigualdad existente entre ricos y pobres y al revisar los altos porcentajes de apoyo de los que han gozado en los últimos años los gobiernos de la región, coincidimos con Massimo Modonesi y Julián Rebón (2011), en que comenzaron a surgir en Latinoamérica, en la última década, gobiernos que se vincularon “de modo muy heterogéneo con las luchas populares”, expresando formas de enfrentar y resolver injusticias y exclusiones de larga data, promoviendo procesos de redistribución de la riqueza.

**Palabras claves:** Latinobarómetro. Eurobarómetro. Crisis económica internacional. Estudios de opinión.

**MESA 2 (1ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, LIBRE COMERCIO Y GLOBALIZACIÓN**

Moderador: Miguel Ángel Vázquez Ruiz

11h00 – 13h00

**A) “Los TLC: instrumentos del nuevo capitalismo global, que debilitan los procesos regionales de integración. Una mirada crítica desde la perspectiva de la Teoría del Equilibrio General”.**

Giovanny Cardona Montoya. CEIPA, Sabaneta, Colombia.

La nueva división internacional del trabajo, fundamentada en un “comercio global de tareas” en el cual las grandes multinacionales diseminan su producción de bienes y servicios recurriendo a procesos de deslocalización y subcontratación por todo el planeta (*offshoring and oversea*), requiere que los países en vía de desarrollo firmen masivamente TLC (*spaguetti bowl*) para que los insumos y bienes intermedios migren libremente de fábrica en fábrica hasta obtener el producto terminado al menor “costo global de mercado”.

El regionalismo tradicional (Comunidad Andina, Mercado Común Centroamericano, ALADI, etc.) surgió como instrumento de política económica, inspirado en teorías estructuralistas, para que las naciones de una región determinada aunaran esfuerzos con objetivos comunes de desarrollo. La

expansión de mercados locales de nivel regional y la concertación de políticas económicas servían de vehículo para llevar a nuestros conglomerados poblacionales hacia mayores niveles de bienestar.

Sin embargo, como respuesta a las necesidades del capital transnacional, las naciones en vía desarrollo hemos incursionado en un regionalismo abierto, caracterizado por las aperturas unilaterales a las importaciones y al capital multinacional, y el auge de TLC, que sofoca los débiles intentos de integración regional. En el caso de América Latina, la concertación intrarregional está menguando, mientras los gobiernos y empresarios miran con vaga ilusión hacia los mercados globales. Sin embargo, las evidencias empíricas demuestran que el regionalismo abierto debilita a la integración latinoamericana a la vez que nos convierte en exportadores netos de hidrocarburos y demás productos de la minería, usados en las grandes cadenas de valor en las que el eje Europa Occidental – China (Este asiático) – Norteamérica se adueña del valor agregado.

**B) “El Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) veinte años después: saldos y lecciones.”**

Miguel Angel Vázquez Ruiz. USON, México.

El proceso histórico de integración informal entre México y Estados Unidos fue coronado en 1994 con la entrada en vigor del TLCAN. De esa manera, por una parte se dio pie a la generación de condiciones formales para la creación de comercio y la libre movilidad de capitales y, por otra se dejó a las condiciones del mercado y la política, la situación de la migración y la configuración del mercado laboral compartido entre ambos países. A unos meses de cumplirse veinte años de vigencia del tratado, los saldos son claros. Los objetivos de creación de comercio y atracción de inversión extranjera se han cumplido, sin soslayar que han decrecido en los años posteriores a la crisis de 2009; no así, aquellos que vaticinaban que el tratado sería el punto de inflexión hacia sendas de desarrollo para la economía y la sociedad mexicana.

Sin que estas expectativas se hayan logrado, el proceso de integración continúa, adentrado en una fase de profundización, donde más allá de las razones económicas, intervienen factores relacionados con cambios estructurales en ámbitos de interés para Estados Unidos, como son el mercado laboral, la apertura energética y otros asociados a la seguridad nacional de ese país. Todo esto marca tendencias de pérdida de márgenes de maniobra de México, los cuales conducen a una creciente subordinación a los intereses del poderoso vecino, no obstante la crisis que vive, particularmente exacerbada a partir de 2008. Examinar lo anterior es el objetivo de la ponencia

**C) “As relações comerciais brasileiras no MERCOSUL.”**

Glenio Piran Dal' Magro. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

João Armando Dessimon Machado. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

As relações comerciais entre nações são fruto de um processo crescente na troca de bens, serviços e capital em um mercado internacional instável e competitivo. Neste macroambiente globalizado, diferentes países estabelecem ligações entre si formando grupos a fim de promover uma integração regional. O fenômeno da integração regional surge como resposta por alternativas econômicas nas negociações do mercado internacional. Motivados pelo interesse comum e pela cooperação, a regionalização origina a formação de blocos econômicos entre países e obteve uma ascensão, principalmente, no final do século XX. Neste âmbito objetiva-se analisar as relações comerciais brasileiras com os demais Estados Parte que compõem o MERCOSUL, no período de

1989 a 2010. Os dados utilizados compõem valores de importação e exportação durante o período avaliado, sendo fonte o Sistema ALICEweb do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil.

Os resultados mostram um crescimento da balança comercial do MERCOSUL, com as importações saindo de US\$ FOB 2.191.679.110 em 1989 para US\$ 19.250.741.167 em 2012, e as exportações, de US\$ FOB 1.379.717.221 para US\$ FOB 22.801.529.665, no mesmo período. Sobre as relações comerciais brasileiras no MERCOSUL, as principais classes de produtos para exportação aos demais países membros foram de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; produtos da indústria química; e materiais de transporte. Já nas importações brasileiras, destacam-se as classes de materiais de transporte; produtos do reino vegetal; plásticos e borracha; e materiais têxteis. O Brasil tem aumentado tanto as importações quanto as exportações para os Estados Parte. Algumas classes de produtos chamam a atenção por representarem importante participação nas relações comerciais, tais como produtos do reino vegetal com 52, 22% e 40,13% das importações brasileiras do Paraguai e Uruguai, respectivamente. A classe dos materiais de transporte chama atenção devido a relação comercial mútua entre Brasil e Argentina, exportando 35,94% e 43,35%, respectivamente. Conclui-se que o comércio regional entre os Estados Parte tem aumentado desde a criação do MERCOSUL.

Ainda se percebe que a movimentação monetária destas relações é maior entre o Brasil e Argentina, do que entre os demais países. Ademais, as classes ligadas à tecnologia, químicos e logística de transporte sobressaem entre as relações comerciais mais visadas pelos membros.

**Palavras-chave:** Comércio. Globalização. Integração econômica. Mercado. Regionalização.

## MESA 2 (2ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, LIBRE COMERCIO Y GLOBALIZACIÓN

Moderadora: Carmen Bocanegra Gastelum

14h30 – 16h30

### A) “Las relaciones comerciales entre Venezuela y los países de la Comunidad Andina (CAN) después del año 2006.”

Maritza Rosales. ULA, Mérida, Venezuela.

El artículo analiza las relaciones económicas entre Venezuela y los países miembros de la CAN, particularmente, lo sucedido después del año 2006 cuando Venezuela denuncia el Acuerdo de Cartagena, se hará énfasis de lo ocurrido entre Venezuela y Colombia, dado que estos dos países representaban el impulso integracionista y la dinámica comercial más importante en el marco del Acuerdo. La variable a destacar es el comercio de Venezuela con los países de la CAN.

La investigación es de carácter documental. Los resultados obtenidos dan cuenta del retroceso en el proceso de integración andina, debido a las diferencias ideológicas y políticas originadas en el marco de dos modelos de desarrollo distintos. No obstante, la coyuntura favorable de las economías, ha permitido mantener el dinamismo comercial desde Venezuela, aunque se evidencia un deterioro del comercio en los últimos dos años.

**Palabras Claves:** Integración económica. Comercio. Colombia. Venezuela.

**B) “La integración de Wal-Mart al comercio minorista de Suramérica.”**

Carmen Bocanegra Gastelum. USON, México.

Ante el crecimiento desmedido de establecimientos, proveedores, artículos ofrecidos e ingresos por ventas a escala global de la cadena minorista Wal-Mart Stores, Inc., el objetivo de la ponencia es estudiar cómo se ha integrado al comercio minorista en Chile, Brasil y Argentina. Conocer qué medidas pone en práctica para introducirse al mercado minorista en cada país, al mismo tiempo que se va adaptando a determinadas costumbres locales, sin soslayar la tendencia a estimular el estilo de consumo estadounidense a través de sus establecimientos de origen y marcas propias. Estas estrategias le permiten integrar *informalmente* los hábitos de consumo personal en estas naciones sudamericanas. Como premisa recurre a la alianza temporal con el minorista dominante del mercado local. Este entorno ubica a la firma entre las cadenas de mayor proporción del comercio minorista.

Para el estudio se abordó la integración comercial formal a través de los acuerdos de cada país. Se contrastaron variables económicas entre las naciones sudamericanas y Estados Unidos del cual es originaria, como el PIB, el ingreso per cápita y la inflación. Posteriormente se exponen las habilidades para introducirse al mercado interno de cada localidad, así como para enfrentar a la competencia minorista más representativa.

**C) “O antidumping dos países em desenvolvimento: Protecionismo ou Defesa Comercial no Brasil”.**

Rafael Pentiado Poerschke. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Embora seja inegável o direito de um país condenar práticas desleais de comércio, o argumento de dano à indústria doméstica pode dissociar-se dessa lógica. Portanto, o presente projeto pretende investigar em que medida essa prática poderia minar as relações entre os países em desenvolvimento, ou seja, os esforços cooperativos já alcançados/almejados e, também deprimir o comércio. Tais respostas serão encontradas em uma análise documental e empírica, indispensáveis para conclusões mais robustas do fenômeno. Nesse sentido, espera-se uma emergência do protecionismo Sul-Sul, em especial, podendo ser uma prática restrita a grupos tradicionais de pressão e aos países chamados emergentes. No Brasil, é possível identificar períodos de um maior movimento nos pedidos de aplicação de direitos antidumping relacionados com a conjuntura desfavorável da economia.

**Palavras-chave:** Protecionismo. Comércio Internacional. Países Emergentes.

**D) “O neodesenvolvimentismo brasileiro é “imperialista”?”**

Lisandra Pereira Lamoso. UFGD, Brasil.

As características do que se tem considerado como “Neodesenvolvimentismo” no Brasil ainda estão em debate e discussão. A princípio, as características adotadas nesse trabalho partem da contribuição de Bresser-Pereira, que propõe o Neodesenvolvimentismo como uma estratégia de desenvolvimento nacional que se contrapõe ao projeto neoliberal vigente, com mais vigor, nos anos noventa. Baseia-se em negociada abertura comercial, preservação da estabilidade macroeconômica, planejamento estratégico que induza a competição e internacionalização das empresas de capital privado nacional, equilíbrio fiscal, redução do déficit público, controle da inflação e manutenção/ampliação do emprego formal. No conjunto Neodesenvolvimentista, investimentos públicos tem sido realizados pelo Estado, que reassume sua função de coordenador

e interventor direto em processos de desenvolvimento econômico e regional. Banco Central e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são dois braços financeiros da execução do modelo econômico.

Geograficamente, as características da política econômica brasileira refletem no continente sul-americano tanto pela extensão das fronteiras como pelo entendimento e prioridade que tem sido conferido aos processos de integração regional. Os objetivos deste trabalho são discutir os limites e as possibilidades que o modelo neodesenvolvimentista oferece para a integração regional sul-americana, considerando a conjuntura política instalada neste início do século XXI e o papel da infraestrutura como elemento multiplicador de efeitos econômicos, políticos, ambientais e que implica em elevada inversão e longo tempo de maturação.

A questão norteadora é se o Neodesenvolvimentismo brasileiro pode ser considerado “imperialista” em suas iniciativas de integração regional.

### MESA 3 (1ª PTE): INTEGRACIÓN REGIONAL: EMERGENCIA DE NUEVOS PROYECTOS GEOESTRATÉGICOS Y GEOPOLÍTICOS

Moderadora: Eduarda Figueiredo Scheibe

16h50 – 18h50

#### A) “El Proyecto Mesoamérica, a propósito de planes geoestratégicos en América Latina.”

Marcela Orozco Contreras. UNAM Y RMALC, México.

La caída del Muro de Berlín a finales de 1989, significó una fuerte ola de cambios a nivel mundial que la mayor parte de los gobiernos del mundo resumieron en la fórmula: economías de mercado más sistemas políticos “democráticos” a lo largo de la década de 1990.

México y los países centroamericanos no escaparon a la dinámica de este reacomodo y pensando en su “desarrollo”, celebraron la primera cumbre del Mecanismo de Tuxtla en enero de 1991. Para la siguiente cumbre, realizada 5 años más tarde, los presidentes de la región decidieron, entre otras cosas, avanzar hacia el establecimiento de una zona de libre comercio; impulsar proyectos económicos conjuntos y acordar acciones de cooperación regional. Cabe recordar que en 1994, México ya se había convertido en miembro del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), acuerdo que se convirtió en el modelo de integración subordinada que el gobierno mexicano esparciría entre los países centroamericanos a partir del Mecanismo de Tuxtla, el Plan Puebla Panamá y ahora el Proyecto de Integración y Desarrollo (Proyecto Mesoamérica-PM).

El 14 de junio de 2013, Enrique Peña Nieto, presidente de México, sostuvo que su gobierno tiene como objetivo convertir a nuestro país en un gran centro logístico global mediante la modernización y el desarrollo de infraestructura –ferroviaria, carretera y portuaria, que se privatizó y dismanteló durante la década de 1990 –. Si consideramos las áreas de trabajo y los proyectos en ejecución del eje económico del PM –facilitación comercial y competitividad, energía, transporte y telecomunicaciones–, observaremos que no sólo México está en vías de fortalecerse como ese tipo de centro sino que incorpora de lleno a todos los países del PM a la lógica de acumulación del capital transnacional cuyo componente latinoamericano tiene una presencia importante en Centroamérica.

En este trabajo se dará cuenta de la forma en que ha avanzado el fortalecimiento institucional del PM que ha ido elevando el nivel político pero también operativo en donde México ha jugado un papel importante. Se profundizará en los avances respecto a la facilitación comercial;

la energía en cuanto a la interconexión eléctrica y el transporte en tanto se está trabajando en torno al Sistema de Transporte Multimodal Mesoamericano (STMM), la Red Internacional de Carreteras Mesoamericanas (RICAM) y se está acelerando la construcción del Corredor Pacífico, cuya incorporación está relacionada con las negociaciones del Acuerdo Transpacífico (TPP por sus siglas en inglés), iniciativa comercial impulsada por el gobierno de Estados Unidos que amplía los alcances del TLCAN a los dos lados del Océano Pacífico y que ha servido como cuña en los procesos de integración en América del Sur una vez derrotado el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA) y la débil proyección de su continuación: la iniciativa Caminos para la Prosperidad.

**B) “A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como instrumento multiescalar de integração.”**

Eduarda Figueiredo Scheibe. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Aldomar A. Rückert, UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Durante a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, ocorrida em Brasília, no ano de 2000, representantes dos doze Estados independentes do subcontinente acordaram reunir esforços em um plano para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A importância da integração física para a consecução dos objetivos de integração regional foi reafirmada com o lançamento da iniciativa, de abrangência sem precedentes. Entende-se, contudo, que as formas pelas quais a IIRSA pode contribuir para o momento atual do regionalismo sul-americano devem ser analisadas partindo-se de suas particularidades enquanto instrumento integracionista.

A fim de dar conta do caráter multiescalar da integração física, propõe-se uma abordagem (multi)territorial para o entendimento dos processos de integração regional e apreensão da multiplicidade de interesses neles envolvidos. Ademais, faz-se necessário que se entenda a iniciativa para integração da infraestrutura lançada em Brasília dentro do contexto dos objetivos históricos, bem como moldes mais atuais, do regionalismo na América do Sul. Dessa forma, é possível confrontar e verificar quais expectativas podem de fato ser aportadas a IIRSA, tendo em vista a forma como está planejada e que vem sendo conduzida.

**C) “A importância da integração física no eixo Amazonas: oportunidades de desenvolvimento.”**

Thaís Virga Passos. USP, São Paulo, Brasil.

Este trabalho se propõe a investigar a importância estratégica e econômica da integração física, no âmbito intrarregional do Eixo Amazonas de integração e sua relação com o desenvolvimento da região. Na virada para o século XXI, em meio a um adensamento nos estudos sobre integração regional, projetos de infraestrutura são estabelecidos a fim de fortalecer a conectividade entre os países. O objetivo central é analisar como a integração física no Eixo Amazonas, baseada nos transportes, poderá acarretar em benefícios nas trocas econômicas através de complementaridades em processos produtivos e cadeias, assim como, favorecer o acesso de pessoas, bens e serviços nessa região. A premissa inicial se pauta na ampliação das rotas de ligação, através da infraestrutura logística no Eixo Amazonas (Brasil, Colômbia, Equador e Peru) – estruturado nos projetos da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana/IIRSA – como cerne da maior integração física e desenvolvimento socioeconômico na região. Com condições geográficas e ambientais variadas aliadas às possibilidades de adensamento das relações

econômicas e estratégicas dos quatro países, o Eixo Amazonas se torna um dos principais focos de integração e desenvolvimento da América do Sul no período recente.

**Palavras-chave:** Integração Física, Eixo Amazonas, transportes, logística, desenvolvimento.

#### D) “O discurso geopolítico de integração da Amazônia ocidental através das rodovias”.

Thiago Oliveira Neto. UFAM, Brasil.

O discurso do Estado na metade do século XX é voltado ao interior do Brasil, que apresentava inúmeros empecilhos. Dois deles eram de caráter fundamental para a execução e elaboração de políticas rodoviárias na Amazônia, o desenvolvimento econômico e a segurança nas fronteiras.

O isolamento, a estagnação e o vazio demográfico foram uma das primeiras coisas que seria resolvida com a interligação de cidades do centro oeste e sudeste ao norte, particularmente a Amazônia ocidental que se encontrava geograficamente na parte mais central e periférica de outras regiões consideradas desenvolvidas.

Os meios de comunicação constituem um sistema fundamental ao Estado partindo da concepção de segurança nacional referente às fronteiras que eram consideradas inacessíveis, e a constituição dessa política rodoviária permitiria uma comunicação eficiente em qualquer ponto do território sendo um pensamento extremamente geoestratégico elaborado durante o regime militar.

Abertura de rodovias pioneiras como a Santarém Cuiabá, Belém Brasília, Transamazônica o complexo do BV-8 que é constituído por um conjunto de rodovias formando um grande sistema viário e outras vias de acesso, promoveriam um fluxo de pessoas, colonização promovida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, circulação de mercadorias e o acesso a reservas minerais.

Entretanto na atualidade parte do Projeto de Integração Nacional PIN (1970), que aglutinou essa malha de rodovias, encontra-se parcialmente abandonado, no sentido da ausência de manutenção e pavimentação de rodovias consideradas principais para a circulação de moradores, que vivem e foram assentados em suas margens.

Vale ressaltar que o acesso rodoviário proporcionou o avanço do desmatamento e da exploração do solo e subsolo na Amazônia, resultando em áreas degradadas e provocando diversos impactos ambientais em diversas áreas.

**Palavras-chave:** Geopolítica. Política Rodoviária. Integração. Amazônia.

#### E) “La IIRSA en la UNASUR. Cambios y continuidades”.

Mariana Schweitzer. CONICET –UBA, Buenos Aires, Argentina.

En el año 2000, surge a nivel regional un plan de ordenamiento del territorio para ampliar y modernizar la infraestructura física de América del Sur, la Infraestructura para la Integración Regional Sudamericana (IIRSA). En esta iniciativa de ordenamiento territorial participan los doce países de Sudamérica junto a organismos financieros multilaterales. Fueron estos últimos quienes ofrecieron apoyo técnico-financiero para la realización de obras de infraestructura en la búsqueda de adaptar los territorios a las exigencias del mercado mundial y de las grandes empresas, conectar los grandes centros de producción y consumo, y lograr el abaratamiento y la aceleración de la circulación, mediante la diversificación de los medios y modos de transporte.

En la IIRSA, a partir de la identificación de ejes de integración y desarrollo regionales, se busca lograr una mayor eficiencia en las inversiones en transportes, energía y telecomunicaciones,

## Resumos

coordinando los planes de obras de los diversos países y enmarcándolos en una visión estratégica que fundamentalmente apunta a la extracción de recursos naturales. Los Ejes y los proyectos fueron reformulándose, como también hubo modificaciones respecto de la organización al incorporar, en el 2005, la figura de las coordinaciones nacionales en cada uno de los gobiernos miembros, para que actúen de enlace entre las acciones y las diversas agencias nacionales involucradas, y faciliten la participación de otros actores, como son el sector privado y las organizaciones de la sociedad civil.

A partir de 2008 comenzó un cambio en la institucionalización de la IIRSA, cambio vinculado a la conformación de un nuevo bloque regional a nivel continental, la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR). Este bloque se plantea como una iniciativa desarrollista, diferente del viejo proyecto interamericano de paz y cooperación encarnado por la OEA, el MERCOSUR, la Comunidad Andina de Naciones (CAN) y el ALADI. En el año 2009 se creó el Consejo Suramericano de Ministros de Infraestructura y Planificación (COSIPLAN), y la IIRSA pasó a constituirse como uno de sus foros técnicos. Se fijó como objetivo reconocer y dar continuidad a los “logros y avances” de IIRSA bajo un patrón de desarrollo territorial equitativo y sustentable.

Si bien en marco del COSIPLAN se planteó como meta priorizar el desarrollo interno de la región, con el fortalecimiento del vínculo entre los países miembros, y se amplió el concepto de los EIDs privilegiando el desarrollo sustentable y la reducción de las asimetrías de la región, los cambios en las acciones planteadas hasta la fecha son poco perceptibles. El presente trabajo analiza las transformaciones y las continuidades que ha tenido la IIRSA con su incorporación al UNASUR, tanto en relación con sus objetivos, en la gestión de la iniciativa y en la relación con los distintos actores, en los Ejes y en los proyectos formulados, como en la priorización de los mismos.



## TEMAS 1 y 2: LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL FRENTE A LA CRISIS ECONÓMICA GLOBAL y TRATADOS DE LIBRE COMERCIO Y PLANES GEOESTRATÉGICOS

SALA II DEL SALÓN DE ACTOS DE LA RECTORÍA

21 de noviembre

### MESA 3 (2ª PARTE): EMERGENCIA DE NUEVOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL

Moderador: Iván Franco Cáceres

08h40 – 10h40

A) “Descolonizando el saber y recuperando lo transnacional: otro enfoque del Estado, las fronteras y la integración regional.”

Willy Soto Acosta. UNA, Costa Rica.

En este trabajo se reflexiona acerca de dos aspectos relacionados: en América Latina las Ciencias Sociales están, muchas veces, atrapadas en la categoría "Estado-nación", mientras que la realidad ha dejado de ser "nacional" y los principales hechos sociales tienen un anclaje transnacional o, mejor dicho, global. Por otro lado y corolario de ello, asistimos a una gran paradoja: las fronteras territoriales son cada vez más permeables pues los fenómenos son cada vez más transnacionales, pero la categoría Estado-nación ha delimitado fronteras cognitivas que permanecen. En efecto, la interpretación/explicación de la realidad y la producción de conocimiento continúan girando en torno al “paradigma” de frontera territorial, de Estado-nación.

Una de las manifestaciones principales de la colonialidad es la colonialidad del saber, es decir, seguimos pensando, interpretando la realidad, y produciendo conocimiento bajo el alero del eurocentrismo. Precisamente, el pensar y ver desde la óptica estrecha del Estado y de las fronteras nacionales es un caso perfecto de colonialidad del saber.

¿Cómo romper el esquema cognitivo limitante que percibe e interpreta las cosas en términos de Estados y de fronteras territoriales? Lo primero es decolonizar ese pensamiento. Es necesario pasar de la mirada nacional a la mirada cosmopolita (Ulrick Beck) o como Pablo Henrique Martins lo indica, pasar de “...un imaginario global geográfico a otro posgeográfico”.

Un esfuerzo de decolonizar el modelo de Estado y frontera territorial es la noción de lugar que introduce Martins (2010: 35), que implica lo geográfico y va mucho más allá. Ejemplos de “lugares” lo constituyen “familias en situación de transnacionalidad” y “hogares globales-locales”.

**B) “La península de Yucatán en la fase de integración al capitalismo global, 1977-2013”.**

Iván Franco. Centro Yucatán del INAH, México.

En este trabajo se hace una revisión crítica de las tres etapas que a partir de la implementación de políticas neoliberales (1977-1989, 1990-2001 y 2001-2013), el Estado y capitales transnacionales han desplegado en toda el área estratégica de la península de Yucatán para organizar en favor de los nuevos esquemas de acumulación global, la explotación de la riqueza natural y laboral que existe en esta zona del planeta.

La consecuencia de esta reorganización geopolítica ha dado lugar, por ejemplo, a situaciones de desplazamiento "terso" de la fuerza de trabajo regional (1985 a la fecha), la inserción de la zona a una órbita financiera coyunturalmente agresiva y veleidosa, bajo una lógica de despojos patrimoniales (tierra, costa y mar) favorables a elites nacionales e internacionales para los que el Estado no tiene mayor capacidad de incidencia en favor de las empresas y grupos sociales pequeñas y desprotegidos, respectivamente.

**C) “A fronteira tardia no Platô das Guianas: o desenvolvimento geográfico desigual Amapá-Guiana Francesa (1943-2013).”**

Jadson Luís Rebelo Porto. UNIFAP, Macapá, Brasil.

Ivo Marcos Theis, FURB, Blumenau, Brasil.

Este trabalho parte do enfoque do desenvolvimento geográfico desigual, trabalhado por David Harvey, na tentativa de captar a espacialidade do desenvolvimento desigual a partir do contexto do Estado do Amapá (Brasil) na nova formatação da fronteira com o Platô das Guianas, em espacial com a Guiana Francesa. O Estado do Amapá localiza-se na margem esquerda da foz do rio Amazonas, atravessada pela linha do Equador e possui fronteira com a Guiana Francesa e Suriname. É um dos entes federativos autônomos mais recentes do Brasil e se encontra em processo de construção de sua organização e ordenamento espacial. Sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943).

A partir de então, alguns aspectos sobre o uso do seu território começam a ser construídos, seja para se pensar as políticas públicas, seja para se investir recursos privados externos com aval do setor público. A ocupação de seu espaço no século XX foi estimulada pela exploração de suas matérias primas (minérios, madeira), de grandes projetos (ICOMI, na exploração do manganês; Complexo Industrial do Jari, na fabricação de celulose e exploração do caulim; AMCEL, na silvicultura de pinhos e eucaliptos para celulose) e apoiadas por políticas públicas do Governo Federal.

Este trabalho visa discutir a configuração da fronteira Amapá-Guiana Francesa como uma fronteira tardia. Embora haja registros de interações e relações fronteiriças desde o século XVII neste espaço, as ações de políticas públicas e investimentos ali estabelecidos no pós-década de 1990 tem proporcionado novos usos da fronteira e do seu território. Este trabalho subdivide-se em três partes. O primeiro apresenta uma reflexão sobre o desenvolvimento geográfico desigual e a inserção da fronteira a partir desta abordagem; o segundo analisa a Amazônia como um capitalismo tardio periférico; por último, discute-se a inserção do Estado do Amapá na nova interação espacial entre Brasil-França.

**Palavras-chave:** Amapá. Fronteira. Desenvolvimento geográfico desigual. Platô das Guianas.

**D) “As ilhas no contexto de frontera.”**

Luiz Carlos Tau Golin. UPF, Passo Fundo, Brasil.

Trata dos aspectos demarcatórios geopolíticos e usos das ilhas nos involucramentos humanos de longo tempo nos espaços de fronteira. Descreve os conceitos dos tratados, os métodos de demarcação e caracterização das linhas fronteiriças no Brasil meridional. Ao mesmo tempo destaca os diversos sentidos das ilhas nas perspectivas das alteridades dos protagonistas e nos modos de vida regionais.

Além dos marcos das nacionalidades, as ilhas particularizam-se nas sociabilidades das populações locais e ocupam esferas da intimidade. Estão inseridas numa antropologia espacial humana nas diversas culturas e vivências, além de povoar os imaginários, tipificar a totalidade entrelaçante do fora e do dentro, do que, simultaneamente, é visto e do que olha. Territorialização icônica, a ilha pode ser a ponte para encontros, a densidade da discórdia, a plataforma estratégica para domínios na geopolítica, o equilíbrio relativo ou o desespero da existência individual.

**E) “Reflexões sobre a plataforma continental brasileira e a integração territorial.”**

Luiz Felipe Barros de Barros. UNISC, Brasil.

Este artigo propõe reflexões por meio da identificação e análise, a partir da década de 1970, da formação da rede técnica e das principais características técnicas e aspectos conjunturais, políticos e econômicos que envolvem e fundamentam a abrangência da plataforma continental brasileira. Analisa, também, a extensão da plataforma das 200 milhas náuticas e sua possível extensão além das já normatizadas no processo de integração no território. A operacionalização da problemática, no artigo a ser desenvolvido, se apoiará na utilização de um conjunto de conceitos que possa servir de orientação teórica e metodológica, tanto no desenvolvimento da investigação quanto na análise e interpretação de seus resultados. Tal conjunto será constituído pelos conceitos de norma, espaço geográfico, de território, de rede técnica, de integração territorial, e de região desenvolvidos pelos autores consultados como, por exemplo, Norberto Bobbio, Maria Laura Silveira e Leila Dias.

As considerações tendem a demonstrar que a Plataforma Continental representa importante suporte infraestrutural ao desenvolvimento econômico e à integração territorial, especialmente no Brasil. Para tanto, o estudo toma, como seu marco referencial, o método de abordagem dialético-histórico assumido pelo geógrafo Milton Santos, através das categorias e conceitos abordados pelo autor.

**Palavras-chave:** Plataforma Continental Brasileira. Integração. Território.

## MESA 4: REGIONALIZACIÓN Y EXTRACTIVISMO DE RECURSOS NATURALES ESTRATÉGICOS (PETRÓLEO, GAS)

Moderadora: Sara Yaneth Fernández Moreno

11h00 – 13h00

### A) “Petrocaribe: cooperación energética para el desarrollo de los pueblos del Caribe y Centroamérica (2005-2008)”.

Juan Carlos Morales Manzur. Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela.

En este artículo se describen los factores situacionales, institucionales, políticos, sociales y económicos que definen a Petrocaribe como un sistema de cooperación energética para el desarrollo de los pueblos del Caribe y Centroamérica, describiendo también los efectos de la adhesión de esos países al organismo. A través de una metodología descriptivo-documental, el trabajo es estructurado en cinco secciones. La primera, el contexto mundial en el cual se crea Petrocaribe. El segundo, las cumbres y definición de la cooperación energética. Tercera, el sistema institucional de Petrocaribe. La cuarta, el suministro de petróleo como generador del bienestar social. Y la última sección, Petrocaribe en la mirada de la oposición política de los gobiernos miembros. Se concluye que Petrocaribe es en sí un acuerdo básico de cooperación financiera que privilegia a economías de menor desarrollo en el área caribeña y centroamericana, con un alto sesgo político que implica una política de Estado del gobierno bolivariano de Venezuela.

**Palabras Claves:** Desarrollo económico. Complementariedad. Cooperación sub-regional. Asimetrías.

### B) “A geoeconomia do gás natural na América do Sul”.

Adriano Pires de Almeida. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Ao constatar-se que a incorporação da hipótese do *homo economicus* ajuda os Estados a determinar seus cálculos estratégicos em suas relações, especialmente em termos energéticos, é que se percebe o quanto a América do Sul precisa definir sua estratégia de desenvolvimento. Neste sentido, a premissa geopolítica de que posição geográfica, extensão e contigüidade territorial são elementos básicos para a construção e afirmação dos Estados tem se mostrado insuficiente para assegurar o domínio do território, uma vez que ele, na perspectiva da geoeconômica, apresenta um caráter dinâmico em sua forma, estrutura e organização. Um bom exemplo disso pode ser visto no caso da mudança da matriz energética mundial do carvão para o petróleo, a reorganização e a redistribuição dos recursos energéticos do mundo tiveram como efeito um forte impacto sobre a estrutura financeira mundial cujos principais reflexos foram: a volatilidade dos preços do petróleo e das moedas nacionais; incertezas acerca da estrutura financeira mundial e do fornecimento de energia e das perspectivas de preços.

No caso da América do Sul, entende-se que a integração energética regional faz parte de um processo vital que tem em vista melhorar suas condições de desenvolvimento econômico, social e político. Está claro, também, que o seu objetivo é de longo prazo e que, por se tratar de uma região onde as assimetrias entre os Estados são enormes, requer que metas intermediárias sejam postas e atingidas.

Neste sentido, as recorrentes crises macroeconômicas que atingem a região, debruçam seus tentáculos em todos os setores da economia, retraindo os investimentos e, atuando num campo tão estratégico quanto o energético, tende a produzir recomposições regulatórias, distorções nos

preços da cesta energética regional em comparação com as referências internacionais, além de acirrar o choque de interesses no campo da geopolítica.

**Palavras-chave:** América do Sul. Energia. Gás Natural. Geoeconomia.

**C) “Gasoduto e Petrolífera Urucu-Coari-Manaus Um Marco no Desenvolvimento na Amazônia”.**

Gerland Santos de Paiva. UFAM, Manaus, Brasil.

O grande Empreendimento do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus, surgiu como uma grande oportunidade de desenvolvimento Sustentável no Estado do Amazonas, assim gerando principalmente o desenvolvimento nas comunidades ribeirinhas, da faixa de implantação ao longo do Gasoduto, ao todo foram aplicados 36 milhões de reais em projetos voltados em Programas Sociais para a comunidade.

O projeto visou abranger os municípios de Coari. Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga, Manacapuru, Iranduba e Manaus. O gasoduto visa transportar cerca de 5,5 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, gerando assim energia nas termelétricas na Cidade de Manaus e nos demais municípios por onde se estenderá, levando a substituição do óleo diesel e óleo combustíveis atualmente utilizados nas usinas termelétricas em Manaus, sem contar com a implantação de fibra Ótica, o que possibilitará a inclusão digital dos municípios do interior com a capital Amazonense.

A Construção do gasoduto ligando Urucu, Coari a capital amazonense Manaus, tem como estimativa a geração de 5.800 empregos diretos na construção. A jazida de gás natural da bacia do rio Solimões/Amazonas sinaliza um elevado potencial de desenvolvimento regional na geração de energia a gás.

Esta Pesquisa busca sistematizar informações sobre a exploração dos recursos naturais e sociais e no desenvolvimento econômico em relação à preservação do meio ambiente. Tendo em vista que com a criação do Gasoduto para região do Estado do Amazonas, não só reduzirá na emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera, como contribuirá com muitas outras oportunidades de expansão econômica e programas sociais com a chegada do gás natural.

## MESA 5: REGIONALIZACIÓN, EXTRACTIVISMO DE RECURSOS NATURALES ESTRATÉGICOS Y CONFLICTOS

Moderadora: Silvia Valiente

14h30 – 16h30

**A) “Dinámicas geopolíticas y extractivismo de recursos naturales ¿legitiman un nuevo modelo territorial?”**

Silvia Valiente. UNC, Cordoba y UNPA, Río Gallegos, Argentina.

Beatriz Ensabella. UNC, Cordoba, Argentina.

Marcela Julio. UNICEN, Tandil, Argentina.

La presente ponencia problematiza sobre las articulaciones local-regional-nacional–global que se despliegan en Andalgalá, Catamarca, a partir de la presencia de capitales transnacionales vinculados a la mega-minería, y con ello, la legitimación de un modelo territorial caracterizado por el extractivismo de recursos naturales estratégicos, en este caso, mineros.

## Resumos

En este trabajo analizaremos aquellos discursos que reconocemos como hegemónicos en tanto que operan como legitimadores de un nuevo orden espacial (primario, exportador, exógeno) contruidos sobre las narrativas de desarrollo y progreso, y deseos y expectativas.

Estos tópicos que penetran en las subjetividades locales alcanzando legitimidad, contribuyen a definir la compleja trama de relaciones que cruzan y ocurren en el espacio y permiten poner en tensión la particular manera en que éstos territorios quedan incluidos o articulados parcialmente a las nuevas lógicas de capital.

Por último, vale señalar que este estudio se realiza marco del proyecto “Re-Estructuración Productiva y territorial en ámbitos periféricos del Capitalismo Global y Estado Nacional. El Caso de la Mega-Minería en las Provincias de Catamarca Y Santa Cruz, Un Estudio Comparativo”.

**Palabras Claves:** Modelo territorial. Desarrollo y progreso. Deseos y expectativas

### **B) “Conflictos jurídico-políticos en el acceso y gestión de los acuíferos transfronterizos en la frontera México-Estados Unidos”.**

Gonzalo Hatch Kuri. UNAM, México.

México comparte su frontera norte con Estados Unidos a lo largo de más de tres mil kilómetros. Esta frontera se complejiza en función de los temas que se articulan dentro del proceso de integración regional que existe en América del Norte desde 1994. En ese sentido, existen una serie de elementos y procesos que ambos países comparten y que rebasan los límites fronterizos convencionales. Este es el caso de los acuíferos transfronterizos.

La gestión del agua superficial fronteriza ha sido objeto de acuerdos exitosos hasta la fecha, no obstante, el tema relativo a las aguas subterráneas transfronterizas es poco conocido, lo cual compromete la viabilidad y sostenibilidad de las ciudades fronterizas de ambos países, toda vez que este recurso abastece el 85% de la demanda de más de 20 millones de habitantes de la franja fronteriza.

El conocimiento científico de los acuíferos transfronterizos es aún escaso, lo que genera que ambos países carezcan de elementos fiables para la toma de decisiones en el presente y futuro. Frente a este contexto, Estados Unidos activó una ley (*United States-Mexico Transboundary Aquifer Assessment Act*) en el año 2006, para caracterizar los acuíferos transfronterizos, con la expectativa de declararlos como un asunto de “seguridad nacional”, y con ello, obtener otro estatus distinto al que poseen hoy, Este mecanismo busca asegurar el líquido para la demanda de abasto a futuro, y tiene como antecedente, las medidas de la misma índole que ese país realizó momentos después de los atentados del 11/09/2001. Frente a esta realidad, es evidente que el concepto de *seguridad nacional* y *multidimensional* intenta suplantar al de *soberanía nacional*.

Este trabajo busca reflexionar en el plano teórico sobre dichos conceptos y evidenciar las escasas medidas que México está tomando para cuidar la gobernabilidad de sus acuíferos transfronterizos, donde el acceso desigual a los mismos se evidencia en el complicado entramado jurídico-político que regula su uso, contribuyendo así, a la emergencia de posibles conflictos que podrían dañar la relación bilateral en el corto plazo.

### **C) “Neoextractivismo y territorio. Expansión geográfica y conflictos distributivos en la Provincia de Santa Cruz.”**

Alejandro Schweitzer. CONICET-UNPA/UARG, Río Gallegos, Argentina.

Pablo Godoy. UNPA/UARG, Río Gallegos, Argentina.

Enzo Fasioli. UNPA/UART, Río Turbio, Argentina.

Son diversas las caracterizaciones que se vienen realizando sobre el actual escenario mundial. Sea de mantenimiento o pausa en una crisis global, financiera, que solo con ayuda de los estados en el centro y pese a las bancarrotas de algunos países viene siendo relativamente controlada, sea como crisis ambiental, por la aceleración del consumo de bienes materiales por parte de países emergentes y nuevas potencias mundiales como China, sea una crisis de hegemonía y pasaje del dominio mundial por los Estados Unidos a escenarios multipolares o hacia otros espacios o por combinación de todas estas alternativas, la situación crítica no parecería afectar las dinámicas de expansión de algunas actividades.

Motorizadas por el momento fundamentalmente por el gigante asiático, las economías regionales de la mayor parte de América latina vienen acentuando sus perfiles primario-exportadores y dependientes del ingreso de rentas por la explotación de sus recursos, en particular minero-energéticos.

En la Provincia de Santa Cruz en particular estos recursos son de tres tipos: minería metálica (oro, plata, cobre); hidrocarburos convencionales y no convencionales y energéticos como el carbón y el uranio. Con excepción de los hidrocarburos convencionales, ya presentes en la región desde inicios del Siglo XX y el carbón a mediados de ese mismo siglo, las demás actividades se encuentran actualmente en expansión acelerada sobre nuevos espacios. Esta ampliación de los espacios de extracción implica la operación de procesos de producción de espacio mediante mecanismos asociados de expansión geográfica y acumulación por desposesión. Estos procesos permiten entender a las fronteras como espacios de expansión de capital, tanto de capitales fijos como de fuerza de trabajo sobre espacios en los que hasta el momento se realizan otras actividades y se asientan poblaciones con historias y presentes diferentes y muchas veces divergentes respecto a estas nuevas dinámicas, como sería el caso de la ganadería en gran parte del espacio provincial o la fruticultura en el Noroeste, desatándose por lo tanto distintas situaciones de conflicto.

Las configuraciones territoriales que vienen resultando de estos procesos adquieren características propias de frontera. Esto implica desde la construcción de infraestructuras de facilitación del acceso, sea rutas, energía o agua, hasta conflictos por apropiación de tierras y por implantación de actividades que no son compatibles con las preexistentes y los consecuentes fenómenos sociales y ambientales asociados.

En esta ponencia se propone exponer avances de investigación sobre estos espacios de frontera en la Provincia de Santa Cruz en relación con los procesos señalados así como las posibles implicancias de la marcha del escenario mundial sobre las dinámicas que se despliegan sobre los mismos.

**D) “Dinámica geopolítica y conflictividad socio-territorial. Una aproximación desde la cartografía social y los talleres pedagógicos.”**

Alejandro Schweitzer. CONICET-UNPA, Río Gallegos, Argentina.

Silvia Valiente. UNC, Córdoba y UNPA, Río Gallegos, Argentina.

Noemí Fratini. UNC, Córdoba, Argentina.

Pablo Godoy. UNPA, Río Gallegos, Argentina.

La presente ponencia propone desde metodologías cualitativas dialógicas el abordaje de conflictividades ambientales en el marco de las luchas hegemónicas y por el territorio en la dinámica geopolítica “Argentina, un país con minería”.

En este sentido, planteamos en este trabajo la necesidad de identificar la forma en que el sexo, la edad, la generación, el credo, la clase, por citar algunos, deben ser tenidos en cuenta para atender situaciones conflictivas desde las cuales cobran visibilidad las complejas y diversas maneras en que poblaciones afectadas por la mega-minería mediatizan los impactos socio-ambientales.

En un sentido más amplio, nos interesa poner en debate reflexiones a partir de nuestras experiencias en aplicación de metodologías de talleres pedagógicos y cartografía social en contextos de situaciones de conflictos socioterritoriales y desde allí aproximarnos a la ubicación epistémica del sujeto hablante y a la manera en que desde esa ubicación se activan prácticas contestatarias. En suma, interesa mostrar su potencial como herramienta metodológica tanto para el diagnóstico como para la planificación participativa en contextos no formales.

Por último, estos trabajos se encuentran articulados a los proyectos: “Re-Estructuración Productiva y territorial en ámbitos periféricos del Capitalismo Global y Estado Nacional. El Caso de la Mega-Minería en las Provincias de Catamarca Y Santa Cruz, Un Estudio Comparativo”, y “Cartografía Social, Educación Popular y Territorio”, proyecto de extensión aprobado y avalado por la Universidad Nacional de la Patagonia Austral.

**Palabras claves:** Ubicación epistémica. Producción de espacio social. Metodologías críticas. Bienes comunes.

## MESA 6: REGIONALIZACIÓN, EXTRACTIVISMO DE RECURSOS NATURALES ESTRATÉGICOS Y EXPERIENCIAS RECIENTES DE ORGANIZACIÓN Y LUCHA

Moderador: Alejandro Schweitzer

16h50 – 18h50

### A) “Procesos de expansión geográfica asociados a la mega-minería y experiencias recientes de organización. El caso de Andalgalá, Catamarca, Argentina.”

Jorgelina Berteá. UNC, Córdoba, Argentina.

Silvia Nieto. UNC, Córdoba, Argentina.

Brenda Ponzi. UNICEN, Tandil, Argentina.

Esta ponencia tiene por objetivo presentar los avances del proyecto de investigación denominado “Re-Estructuración Productiva y territorial en ámbitos periféricos del Capitalismo Global y Estado Nacional. El Caso de la Mega-Minería en las Provincias de Catamarca y Santa Cruz. Un Estudio Comparativo”, en el cual se propone el estudio sobre las respuestas locales a los procesos de expansión geográfica asociada a la mega-minería que operan en el área de estudio.

En la misma abordaremos las respuestas a un discurso hegemónico que legitima un nuevo orden espacial, primario-exportador-exógeno, el que se construye sobre una multivocalidad asociada al miedo, a dudas, a contradicciones, las que cuando pueden ser activadas permiten pensar en otro orden posible, dando lugar a nuevas experiencias de organización.

Desde la atención a estas voces asociadas al miedo, a la incertidumbre, al desconocimiento, incorporamos otras miradas que son el fundamento para la acción social, en tanto proceso de generación y disputa por las formas de habitar, de producción de espacio social.

En suma, desde estas sociabilidades emergentes interesa mostrar las diferentes maneras de responder a ese orden que se presume legitimador.



En esta presentación focalizamos el estudio en la ciudad de Andalgalá, provincia de Catamarca, ciudad que en la década actual está siendo atravesada por procesos económicos vinculados a la minería de gran escala.

**Palabras Claves:** Procesos de expansión geográfica. Multivocalidad. Nuevas experiencias de organización.

**B) “Fragmentación socio-espacial y contradicciones campo – ciudad en la provincia de Santa Cruz (Argentina).”**

Enzo Fasioli. UNPA/UART, Río Turbio, Argentina.

Alejandro Schweitzer. CONICET- UNPA/UARG, Argentina.

El espacio de la provincia de Santa Cruz se caracteriza por un medio rural sobre el que históricamente se realiza la actividad ganadera extensiva, coexistente en determinados sectores con actividades extractivas (petróleo, gas, minería) y por un sistema urbano débil donde se nuclean una gran variedad servicios de mediano y bajo nivel, donde se radica la mayor parte de la población, con una escasa industrialización y procesamiento de bienes naturales generados en el medio rural.

En la actualidad del medio rural la ganadería ha quedado relegada a áreas donde las condiciones ambientales permiten la producción extensiva, en los que se despliegan también actividades extractivas minero-energéticas. En los centros urbanos, en principio proveedores de servicios de apoyo a las actividades y a las necesidades de la población, el accionar de las empresas más dinámicas como el caso de las mineras mediante mecanismos clientelares como los enmarcados por ejemplo en la “responsabilidad social empresarial” y diversos mecanismos asociados orientados a garantizar la licencia social para realizar sus actividades, tanto los funcionarios públicos como los gobernantes y los empresarios vinculados a la provisión de servicios a las mineras tienden a invisibilizar toda actividad no ligada al extractivismo.

El resultado de esta situación da lugar a espacios cada vez más fragmentados y enfrentados. Por un lado el espacio minero-energético y los centros de servicios de apoyo a la producción, por el otro el espacio rural tradicional de la ganadería.

En este escenario las estrategias de los productores rurales son diversas: algunos grandes capitales ganaderos se reposicionan y concentran cada vez mayores porciones de tierra, aprovechando la crisis de productores menores y otros pocos abandonan la producción pecuaria y en el mejor de los casos se reconvierten al turismo o la provisión de servicios a la minería, mientras que la gran mayoría termina abandonando la explotación y migrando a las periferias de espacios urbanos, ilustrando en su conjunto un proceso global de desposesión y fragmentación socio-espacial.

Centrándonos en esta situación es que postulamos la existencia de crecientes contradicciones existentes entre el medio rural y el medio urbano, particularmente en los últimos años, en distintas áreas del espacio provincial, hipótesis que pretendemos someter a debate mediante la presente ponencia.

**C) “Territorialidades del extractivismo y conflictos ecológico-distributivos. Procesos expropiatorios minero metalíferos en el noroeste de la provincia de Santa Cruz (Patagonia austral, Argentina).”**

Pablo Godoy. UNPA/UARG, Río Gallegos, Argentina.

Alejandro Schweitzer. CONICET-UNPA/UARG, Río Gallegos, Argentina

La vertiginosa expansión del modelo neoextractivo en Argentina constituye un proceso de territorialización sincrónico con las lógicas y demandas globales del capital, pero también un proceso de raíz diacrónica que se asocia al papel histórico y la especialización funcional de estos territorios a partir de la conquista-colonización e inserción en la división internacional del trabajo. Tanto la minería a cielo abierto, como los hidrocarburos y los monocultivos de exportación reciben grandes inversiones lo que provoca la multiplicación de nuevos emprendimientos en casi todas las regiones del país. En este sentido, se desarrollan prácticas cada vez más intensivas, a veces utilizando productos tóxicos y peligrosos que cubren áreas geográficas cada vez mayores afectando desde cuencas hidrográficas hasta tejidos socio-productivos locales, áreas naturales protegidas y territorios ancestrales de pueblos indígenas.

De esta forma, los emprendimientos son puestos en actividad y profundizados configurando nuevas zonas de sacrificio en las áreas extrapampeanas tanto en los agronegocios asociados con el monocultivo de la soja como con la minería a cielo abierto que, desde la década de los noventa, experimentan una expansión exponencial sobre la región patagónica austral.

En este escenario, es importante pensar las implicancias de este esquema de intercambio desigual, su dinámica expropiatoria y excluyente a nivel territorial. En esta línea, se observa un aumento en las tensiones y conflictividad entre los agentes financieros y económicos que, mediante el despliegue de estrategias especulativas y empresariales, buscan satisfacer las necesidades de reproducción del capital extractivo sirviéndose de las “contradicciones” del Estado (en sus distintos niveles) en materia de políticas ambientales y la considerable asimetría, en términos de poder e influencia, respecto a las comunidades locales que, a través de la resistencia organizada, buscan garantizar las subordinadas necesidades de reproducción social y de la vida. De esta manera, se multiplican los procesos, que el autor David Harvey (2004) denomina de acumulación por desposesión mediante el cual se produce la privatización, en sentido general, de los bienes comunes que tienen las sociedades. Por ejemplo: a través de la mercantilización y explotación de la naturaleza, el deterioro del hábitat y el ambiente, la apropiación y privatización de tierras fiscales y comunales dando lugar a tensiones y conflictos por el acceso y distribución a estos recursos.

De acuerdo con lo expuesto, el objetivo de la presente ponencia es dar cuenta de los avances en la investigación sobre las estrategias y dinámicas de los procesos expropiatorios mineros en la región noroeste de la provincia de Santa Cruz y los conflictos ecológico-distributivos que esta territorialidad extractiva va generando y/o profundizando.

#### **D) “Las políticas mineras y los estados latinoamericanos: los casos de México y Chile”.**

Mayra Montserrat Eslava Galicia. UNAM, México.

La importancia del auge de los minerales en las últimas décadas así como la economía internacional han transformado las políticas que los Estados latinoamericanos aplican a sus recursos minerales, una cifra que nos aclara la importancia es que entre 2000 y 2010, 13 países latinoamericanos estuvieron entre los 15 mayores productores mundiales de minerales (Chile, México, Bolivia, Colombia, etc.) Sin embargo, los cambios a las diversas legislaciones mineras se han convertido en un hecho común, donde se tienen en cuenta las consecuencias y resultados de estos cambios o como se contrastan estos cambios con la realidad.

## TEMAS 1 y 2: LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL FRENTE A LA CRISIS ECONÓMICA GLOBAL y TRATADOS DE LIBRE COMERCIO Y PLANES GEOESTRATÉGICOS

SALA II DEL SALÓN DE ACTOS DE LA RECTORÍA

22 de noviembre

### MESA 7 (1ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, COOPERACIÓN Y DESARROLLO FRONTERIZO

Moderadora: Marina Sierra

08h40 – 10h40

A) “Direito das Relações Internacionais: buscando novas institucionalidades para construção de um projeto de pesquisa transfronteiriça”.

Cláudio Machado Maia. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.

Eduardo Ernesto Filippi. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Mario Riedl. FACCAT, Taquara, Brasil.

Dione Ludwig. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.

Aparício Rolim. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.

Esta reflexão procura, resumidamente, apresentar as premissas básicas para se buscar construir um projeto de pesquisa que leve em consideração a possível cooperação entre atores locais de países diferentes, geograficamente situados ao longo de uma linha de fronteira comum e/ou que desenvolvam algum tipo de troca mercantil.

Inicia-se a abordagem com uma aproximação conceitual das categorias utilizadas, incluindo uma trajetória que privilegia a contextualização de uma perspectiva analítica da cooperação transfronteiriça. Na sequência são abordadas a governança nos processos territoriais e as relações entre a agência dos atores sociais e do desenvolvimento transfronteiriço.

**Palavras-chave:** Cooperação. Atores locais. Linha de fronteira. Transfronteiriça.

B) “A Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai: impactos territoriais sobre as cidades-gêmeas de Sant’Ana do Livramento e Rivera”.

Bruno de Oliveira Lemos. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Aldomar Arnaldo Rückert. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

O presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar os impactos territoriais da Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai sobre as cidades-gêmeas de Sant’Ana do Livramento e Rivera, a partir dos atores multiescalares envolvidos nessa política. Nesse sentido, são levadas em conta as escalas global, supranacional, nacional e local. Em escala global, o processo de globalização permeia toda a análise, influenciando os processos de integração supranacional como o MERCOSUL, com uma proposta inicial de regionalismo aberto, a reforma dos Estados brasileiro e uruguaio, com a descentralização política, e reforçando uma transfronteirização já existente na fronteira entre Brasil e Uruguai, com o aumento dos fluxos comerciais e do intercâmbio cultural.

Em relação à escala supranacional, o MERCOSUL influenciou o surgimento da Nova Agenda na medida em que reforçou a aproximação política entre os países do Cone Sul, intensificando a interdependência econômica e incentivando a cooperação política. Os atores da escala nacional também foram fundamentais, com o aperfeiçoamento das respostas das instituições políticas às demandas geradas na Sociedade Civil e com a democratização e descentralização dos sistemas políticos brasileiro e uruguaio, a partir da década de 1980.

Em escala local, observa-se uma transfronteirização intensa, com as relações socioeconômicas e culturais locais se desenvolvendo de forma a anular a fronteira em questão. A Nova Agenda representa, assim, uma adequação dos dois Estados à realidade de integração local na fronteira entre Brasil e Uruguai. Por fim, são analisados os impactos da Nova Agenda sobre as cidades-gêmeas de Sant'Ana do Livramento e Rivera, abordando-se a legislação originada dessa política, como o Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, o Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios para Prestação de Serviços de Saúde, o Acordo para Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Bifronteiriços e o Acordo sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos. Essa legislação se adequa às características territoriais da fronteira entre Brasil e Uruguai, permitindo a livre residência, estudo, trabalho e atendimento em saúde nas cidades-gêmeas de Sant'Ana do Livramento e Rivera. Conclui-se que a eficácia da Nova Agenda como política territorial e sua crescente importância são resultados justamente da articulação entre esses atores multiescalares exigida no contexto político-econômico atual.

### **C) "Las fronteras colombianas de cara a la propuesta de una política pública."**

**Marina Sierra. UFPS, Cúcuta, Colombia.**

La presente ponencia tiene como objetivo principal presentar la primera propuesta de Política Pública que el Gobierno de Colombia ha presentado en las diferentes regiones fronterizas con el propósito de socializarla en la búsqueda de soluciones conjuntas a muchas de sus problemáticas, mirando primero su "desarrollo endógeno" como lo expresara en Foros regionales realizados para ello, los representantes del Gobierno Nacional.

El documento del Departamento Nacional de Planeación de Colombia denominado "Crecimiento para la Prosperidad Democrática -Apoyos transversales al desarrollo regional-Políticas para el desarrollo fronterizo", contiene la propuesta de una política pública desde el gobierno nacional, dirigido por el Presidente Juan Manuel Santos.

Las regiones fronterizas normalmente olvidadas y solo visibles en las crisis bilaterales, requerían esta puesta en escena. Sin embargo, su aplicación y resultados positivos dependerá de muchos factores como la dinámica de las relaciones bilaterales en cada espacio, el interés verdadero por procesos de integración de los gobiernos regionales y locales, la participación y la incidencia lograda por los actores fronterizos en su aplicación, la financiación de programas y proyectos específicos dirigidos a mejorar las condiciones de su desarrollo y calidad de vida actual y la intención clara de que la propuesta deje de ser un documento mas, de esos, que los gobernantes presentan como parte del paquete de sus propuestas al iniciar su mandato.

La vecindad y relación con los países con que Colombia tiene fronteras, igualmente merece la definición de una política pública para ellas.

#### D) “Asimetrías entre la política pública fronteriza y el territorio: caso subregión suroriental de Departamento Norte de Santander, Colombia.”

Jorge Matajira. ESAP, Territorial Norte de Santander-Arauca, Cúcuta, Colombia.

Uno de los aspectos que muestran el rezago de las zonas de frontera con respecto al centro en Colombia se debe a varios aspectos: primero que la política pública no logra capturar las diferentes prácticas sociales y culturales que se viven en las zonas de frontera. Un segundo aspecto es el exceso de centralismo que no permite que las regiones y subregiones obtengan su mayoría de edad; se promulga una descentralización, que se ahoga en la concreción de acciones. Un tercer aspecto tiene que ver con la falta de participación de la sociedad civil en las diferentes instancias que tienen que ver con la toma de decisiones sobre el destino de sus territorios y un cuarto y último aspecto que se desprende del anterior tiene que ver con la falta de liderazgo y articulación interinstitucional.

##### La política pública vs las prácticas socio-culturales

Para el desarrollo de este punto, se parte de la afirmación que una ley o un documento no son suficientes para la generación de la una política pública, como comúnmente se suele pensar, se hace necesario un ejercicio de articulación interinstitucional en donde se especifiquen de manera clara los roles y competencias en la ejecución de la política. Por lo general, las políticas suelen elaborarse desde criterios técnico-instrumentales, que establecen los procedimientos para que los ciudadanos puedan gozar de beneficios estatales y eso está bien. Lo que se suele olvidar y se llama la atención en este acápite es el aspecto consuetudinario de las diversas prácticas socioculturales que agencian los sujetos habitantes de las zonas de frontera, y que al no estar capturadas por las normas de inmediato se ajustan al costado de las prácticas al margen de la ley, que es lo que no está bien, por ejemplo: la práctica de tener la doble identidad en lugar de la doble nacionalidad, la práctica de abastecerse de algunos productos de la canasta familiar al otro lado de la frontera por costos o escases sin que eso genere contrabando, la práctica de recurrencia al tramitador en lugar del funcionario directamente, y un cuarto aspecto tiene que ver con falta de promoción en las políticas de los procesos identitarios subregionales que son los que a la larga generan cohesión social entre los pobladores.

##### Centralismo Vs Descentralización

La constitución política de Colombia de 1991, la ley 191 de 1995, el documento CONPES 3155 del 2002 y más recientemente la ley 1454 de 2011, promueven en más de 15 artículos, la necesidad de articulación vía convenios, alianzas con las autoridades pares de la zona limítrofe para favorecer la integración y el desarrollo territorial, sin embargo con otra ley se crea el mecanismo para trancar veamos el ejemplo:

Ley 191 de 1995	Documento CONPES 3155 DE 2002
<p><b>Unidades especiales de desarrollo fronterizo.</b>            Aquellos municipios, corregimientos especiales y áreas metropolitanas pertenecientes a las Zonas de Frontera, en los que se hace indispensable crear condiciones especiales para el desarrollo económico y social mediante la facilitación de la integración con las comunidades fronterizas de los países vecinos, el establecimiento de las actividades productivas, el intercambio de bienes, servicios, y la libre circulación de personas y vehículos</p>	<p>Se crea la Comisión Intersectorial de Integración y Desarrollo Fronterizo (CIIDEF) cuyo objetivo central plantea: “la coordinación y orientación superior del manejo y ejecución de la política de fronteras en todos aquellos aspectos que se relacionen con la promoción del desarrollo de las zonas de frontera y de su integración con los países vecinos en materias económica, social, normativa, cultural, ambiental, científica y de infraestructura, que atienda a las peculiares circunstancias que presentan dichas zonas”.</p>

## Resumos

Como este son muchos más los ejemplo que podemos colocar de falta de articulación y congruencia entre las leyes que regulan la política de frontera.

### Participación social Vs Política centralista

Lo que se pretende demostrar con este acápite es como una política fronteriza que es inconsulta con las comunidades no logra satisfacer las necesidades de las mismas comunidades, razón por la cual la ley de fronteras de 1995 lleva alrededor de 17 años y no ha logrado avances en la integración y menos en el desarrollo territorial.

### Liderazgo y desarticulación institucional Vs sinergia y asociatividad

Lo que se pretende demostrar en este numeral es ver como la legislación sobre todo la ley orgánica de ordenamiento territorial o ley LOOT 1454/2011 ve con buenos ojos y promueva la integración y la asociatividad, pero por otro lado la subregión es muy flaca en asociatividad y en liderazgos institucionales y políticos para sacar adelante el territorio. Esta es una de las razones para explicar por qué dos municipios del área fronteriza: Herrán y Ragonvalia a pesar de tener tantas ventajas en el papel -legal-, muestran un rezago en su desarrollo con índices de NBI para Herran del 37,8% y Ragonvalia del 44,18% (plan de desarrollo: Un Norte P´alante 2012-2015).

## Bibliografía

Alcaldía Bochalema. (2012-2015). Plan de Desarrollo Municipio. "Capacidad, Gestión y Trabajo". Bochalema: La Alcaldía.

Alcaldía Chinácota. (2012-2015). Plan de Desarrollo Municipio. "Chinácota en Buenas Manos". Chinácota: La Alcaldía.

Alcaldía Durania. (2012-2015). Plan de Desarrollo Municipio. "Se dice, Se hace, Les Cumplo". Durania: La Alcaldía.

Alcaldía Herrán. (2012-2015). Plan de Desarrollo Municipio. "Mas Progreso para Herrán". Herrán: La Alcaldía.

Alcaldía Labateca. (2012-2015). Plan de Desarrollo Municipio. "Labateca: Prospera digna y con sentido socia". Labateca: La Alcaldía.

Alcaldía Toledo. (2012-2015). Plan de Desarrollo Municipio. "Otro Toledo es Posible". Toledo: La Alcaldía.

Alcaldía Ragonvalia. (2012-2015). Plan de Desarrollo Municipio. "Ragonvalia, Municipio fronterizo proyectado al futuro". Ragonvalia: La Alcaldía.

Avila, R. (5 de abril de 2008). Con 7,5% en el PIB, Colombia es una de las cinco economías de más alto crecimiento en el continente. *El tiempo*, pág. 1.

Ahumada, C. (1996). El modelo neoliberal y su impacto en la sociedad colombiana. Bogotá: El Áncora Editores.

Arango, G. (2000). Estructura económica colombiana. 9 ed. Bogotá: Mc Graw Hill.

Boisier, S. (2004). Desarrollo Territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. *EURE. Revista Latinoamericana de estudios urbano-regionales.*, 27-40.

Carlos, A. (1996). *el modelo neoliberal y su impacto en la sociedad colombiana*. Bogotá: Ancora eds.

Cúcuta, a. d. (18 de febrero de 2011). peticiones puntuales de la alcaldesa en mesa tematica. Cúcuta, Norte de Santander, Colombia.

XIV Congreso Internacional sobre Integración Regional, Fronteras y Globalización en el Continente Americano  
IV Seminário sobre Reforma del Estado y Territorio- ISBN 978-85-61424-18-3

- Congreso de Colombia. (1995). Ley 191. Ley de fronteras. Bogotá: El Congreso.
- Congreso de Colombia. (2011). Ley 1454. Ley Orgánica de Ordenamiento Territorial. Bogotá: El Congreso.
- Departamento Administrativo Nacional de Estadística DANE. (2012). Tasa de crecimiento acumulado 2001-2011. (Página web en línea). Disponible en [http://www.dane.gov.co/files/ses/ses\\_2010/indicadores\\_coyunturales\\_dic10.pdf](http://www.dane.gov.co/files/ses/ses_2010/indicadores_coyunturales_dic10.pdf).
- Departamento Nacional de Planeación. (2002). Lineamientos para el desarrollo de la política de integración y desarrollo fronterizo. CONPES 3155. Bogotá: DNP.
- Foucault, Michel (1992). *Microfísica del Poder*. Madrid. La Piqueta.
- Garavito, Edgar. (1999). *La transcursividad*. Medellín: Universidad Nacional Medellín.
- Gobernación Norte de Santander (2012-2015) Plan de Desarrollo del Departamento. Un Norte P'ante. Cúcuta. Gobernación.
- Godet, M. (2000). *La caja de herramientas de la prospectiva estratégica. Cuadern No.5*. Paris: Gerpa Paris, Francia.
- Morin, Edgar (1997) *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona. Gedisa.
- Presidencia de la Republica, p. d. (2002). conformacion de la comision intersectorial de integracion y desarrollo fronterizo. *acta conformacion CIIDEF* (pág. 1). Bogotá: Presidencia de la Republica.
- Sen, A. (2003). *Desarrollo y libertad*. Barcelona: Planeta.
- Sen, Amartya. (2003) *Desarrollo y Libertad*. Bogotá. Planeta.
- Silva, I. (2003). Metodología para la elaboración de estrategias de desarrollo local. Santiago de Chile: Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social -ILPES.
- Touraine, A. (2003). *¿Podremos vivir juntos?* Mexico. DF: Fondo de Cultura Económica.
- Valvuen, D. R. (2010). Territorio y Territorialidad. *Uni-pluri/versidad*, 11.

## MESA 7 (2ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, COOPERACIÓN Y DESARROLLO FRONTERIZO

Moderadora: Xiomara Ramirezparis Colmenares

11h00 – 13h00

### A) "Procesos de integración en la región estado Táchira – Depto. Norte de Santander, 2001 – 2013."

Xiomara Ramirezparis Colmenares. UDES, Cúcuta, Colombia.

Álvaro Jesús Sepúlveda Yáñez. UDES, Cúcuta, Colombia.

La zona Estado Táchira – Departamento Norte de Santander ha tenido una relación histórica en lo que se refiere a los aspectos familiares, sociales, económicos y culturales. Cruce de caminos obligado desde la época de la conquista tanto para el paso de las huestes libertadoras como para el intercambio comercial con Europa y el mundo. Este espacio de relaciones económicas en el siglo XIX, con predominio de la actividad agrícola que tenía como su producto principal el café, abarcaba desde Cúcuta en Colombia hasta Maracaibo en Venezuela.

Con el surgimiento de la actividad petrolera en Venezuela en las primeras décadas del siglo XX se produjo una reorganización económica pero se mantuvo el intercambio comercial con Colombia en lo que respecta a mercado local, bienes y servicios.

En la década del 80, la situación de crisis económica se agudizó en Venezuela debido en parte a la disminución de los ingresos fiscales provenientes de la industria petrolera, lo que contribuyó a la devaluación de la moneda y la modificación de la política cambiaria. Esto ocasionó un desequilibrio en las ciudades fronterizas de Colombia que basaban su desarrollo en el intercambio comercial con los venezolanos.

Desde los inicios de la década de los 90, Venezuela ha venido explorando diferentes alternativas de integración tanto a nivel mundial como latinoamericano; la revisión de sus relaciones con Colombia ha tenido gran importancia. Además de tener en cuenta los aspectos de integración económica, “se han abordado asuntos relativos a las políticas globales de integración y se ha dado un tratamiento a los temas relacionados con las fronteras”. (Valero, 1998).

Este reconocimiento ancestral como espacio fronterizo con características y una dinámica bien particulares aunado a la red de relaciones establecidas en escenarios como la Comunidad Andina y Mercosur, entre otros, han permitido determinar, como se considera en la decisión 501 de la CAN, que entre las tareas prioritarias para profundizar la integración se encuentra el establecimiento del Mercado Común y la ejecución de una Política Comunitaria de Integración y Desarrollo Fronterizo.

Asimismo, que el desarrollo sostenible para ámbitos fronterizos binacionales y particularmente para las zonas de integración fronteriza implica la responsabilidad compartida de los Países Miembros para asegurar la conservación y uso sostenible de sus ecosistemas y recursos naturales de interés común, así como el bienestar armónico de sus poblaciones; conlleva el fortalecimiento de una cultura de paz en dichos ámbitos; demanda poner en práctica los mecanismos más avanzados del proceso de integración andino; y, requiere transformar los espacios fronterizos en áreas dinamizadoras del desarrollo compartido.

A partir de estos considerandos, el Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores define la Zona de Integración Fronteriza como “los ámbitos territoriales fronterizos adyacentes de Países Miembros de la Comunidad Andina para los que se adoptarán políticas y ejecutarán planes, programas y proyectos para impulsar el desarrollo sostenible y la integración fronteriza de manera conjunta, compartida, coordinada y orientada a obtener beneficios mutuos, en correspondencia con las características de cada uno de ellos.

Después de un período de discusiones sobre la temática, en el cual no se observaron avances apreciables, y con el ánimo de contribuir a la delimitación geográfica donde ejecutar e instrumentar la decisión 501, el Centro de Estudios de Fronteras e Integración CEFI (Venezuela) y los grupos de investigación de la Universidad de Los Andes (Venezuela), Universidad Francisco de Paula Santander (Colombia), Corporación Universidad Libre de Colombia, seccional Cúcuta y la Secretaría general de la Comunidad Andina presentan la “Propuesta de Definición y Delimitación de la Zona de Integración Fronteriza: Área Norte de Santander (Colombia)-Táchira (Venezuela)”, en el cual se precisan los objetivos y alcances de la ZIF, se realiza una revisión teórica sobre las opciones de desarrollo de los espacios fronterizos y una reflexión sobre la percepción de la ZIF desde la perspectiva de integración regional, del desarrollo regional y las políticas públicas. Al aplicar la metodología seleccionada se obtiene un resultado que es analizado a fin de establecer alternativas y luego se enuncian algunas consideraciones finales y sugieren alternativas posibles para la toma de decisiones.



Aunque los avances son notables en cuanto al proyecto, la intermitencia de las acciones, derivada de los momentos de tensión en las relaciones entre el gobierno venezolano y el colombiano, y el retiro de Venezuela de la CAN no han permitido analizar la zona de manera bilateral teniendo en cuenta especificidades a la hora de diseñar e implementar políticas públicas.

Con la llegada de Juan Manuel Santos a la casa de Nariño en 2010, y después de haber declarado durante su campaña a la presidencia de Colombia que recompondría las deterioradas relaciones con su homólogo de Venezuela, Hugo Chávez, se inició una nueva ruta que llenó de esperanzas a la tan afectada población que se asienta a ambos lados de la frontera colombo – venezolana.

Aunado a este panorama se presentan en 2011 las elecciones para gobernador y alcaldes del departamento Norte de Santander, los cuales se posesionan el 1 de Enero de 2012, algunos de ellos contemplando en sus planes de desarrollo el tema de la integración fronteriza. En Diciembre de 2012 se eligen los dignatarios a ocupar estos cargos en el Estado Táchira, quienes se posesionan al inicio de 2013.

Se empieza a respirar en el ambiente una tendencia hacia la integración, la cual sufre dos grandes tropiezos. El primero con la devaluación del Bolívar frente al dólar lo cual involucra un incremento del contrabando en la zona fronteriza, pero también un golpe al intercambio comercial bilateral. El segundo con la muerte del presidente Hugo Rafael Chávez Frías el 5 de Marzo de 2013. Venezuela se aboca a la realización de elecciones el 14 de abril, fecha en la cual se designa a Nicolás Maduro como su sucesor.

Con esta perspectiva binacional, es preciso preguntarse ¿De qué manera se deben dar los nuevos procesos de integración en la región estado Táchira – departamento Norte de Santander?, ¿Cómo tienen en cuenta los gobernantes de esta zona las características de la especialidad fronteriza, en la cual las relaciones en todos los órdenes no se detienen en los límites?, ¿Cuál es el modelo que orienta las relaciones entre los dos países?, ¿De qué manera podrá la política pública abordarse bilateralmente para planificar desde un enfoque fronterizo compartido?

Estos y otros cuestionamientos que vayan surgiendo en el desarrollo del presente proyecto podrán obtener respuesta al realizar una investigación documental sobre lo que han sido las políticas públicas en la zona a partir del 2001, un análisis de los planes de desarrollo de los municipios que integran la zona, así como de las gobernaciones del estado Táchira y el departamento Norte de Santander. Seguidamente se realizarán entrevistas a los mandatarios de los municipios inicialmente identificados en la ZIF y los que tienen mediana potencialidad para conformar una matriz de proyectos binacionales comunes.

Una vez concluida esta fase se tomará una muestra de la población asentada en la zona para socializar la matriz obtenida y establecer su posición al respecto con el fin de dinamizar la Política Comunitaria de Integración y Desarrollo Fronterizo de manera que se ejecuten los planes, programas y proyectos que tienen las diferentes administraciones para impulsar el desarrollo sostenible y la integración fronteriza de manera conjunta, compartida, coordinada y orientada a obtener beneficios mutuos, tal como lo establece la decisión 501 de la CAN y como es el anhelo de los ciudadanos de frontera.

**B) “Efeito fronteira sobre a estrutura econômica das cidades gêmeas: um estudo de caso em Santana do Livramento (Brasil) e Riveira (Uruguai).”**

Eloisa Maieski Antunes. Analista de Comércio Exterior.

Avelar Fortunato. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

A fronteira é marcada por uma dualidade intrínseca de contato e separação sendo uma zona híbrida de forças centrípetas e centrífugas. As cidades gêmeas representam a complexidade presente na região e as traduzem através de diferenças de fluxos econômicos, sociais e políticos presente em cada lado da fronteira. As interações espaciais podem ser compreendidas como um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico transfronteiriço. As relações podem ser ter amplitudes diferenciadas e variar em frequência, conforme a distância entre o agente atuante e a fronteira.

Para quem vive do comércio transfronteiriço há uma diversidade de fatores que interferem na comercialização dos produtos, como entraves burocráticos e legais, falta de agilidade dos serviços prestados nas cabeceiras das fronteiras, disparidades de preços entre os mercados de cada lado da linha divisória internacional, restrições ao trânsito de mercadorias de varejo, decisões governamentais unilaterais e diferenças de tratamento aduaneiro na importação e exportação de produtos.

Os comerciantes fronteiriços são fortemente impactados nos períodos de crises financeiras nacionais e/ou internacionais e com ajustes cambiais da política econômica. Medidas econômicas errôneas podem trazer prejuízos socioeconômicos a ambos os lados da fronteira, como fechamento de estabelecimentos comerciais e desemprego. Embora seja importante e necessário o controle financeiro efetuado pelo Banco Central, a limitação da remessa de moedas também gera desequilíbrio, ocasionando queda do volume de vendas e diminuição do fluxo de turistas, quando o câmbio não está favorável. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a mudança da estrutura econômica das cidades gêmeas “Santana do Livramento e Riveira”, trazidas pelo Mercosul, em relação a fluxos econômicos internacionais e seus impactos para os habitantes do município.

**C) “Questões sobre a fronteira Rivera-Livramento na zona rural, rurbana e urbana de periferia: entre os discursos e as experiências.”**

Alexander Severo Córdoba. FURG, Rio Grande, Brasil.

Valesca Brasil Irala. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

A fronteira entre a cidade de Rivera (URU) e a de Santana do Livramento (BRA) é conhecida pelo intenso fluxo comercial, ampliado nas últimas décadas pela criação do sistema de Free Shops em território uruguaio, o qual permite que apenas cidadãos brasileiros consumam nesses estabelecimentos. A expansão dos Free Shops nos últimos anos, em regiões fronteiriças tanto urbanas quanto rurbanas, possibilitou também que brasileiros não-fronteiriços se aproximassem da região através do intenso turismo comercial atual. Entretanto, essa descoberta da “fronteira”, bem como a solidificação de discursos, políticas (oficiais e midiáticas) e legislações transfronteiriças (como o acordo entre Brasil e Uruguai que permite residência, estudo e trabalho a nacionais de ambos os países do outro lado da fronteira), são insuficientes para compreender grande parte das experiências fronteiriças vivenciadas em cenários pouco lembrados pelas políticas públicas ou

raramente noticiados pela mídia: as zonas urbanas de periferia, as zonas rurbanas e as zonas rurais fronteiriças.

Nesse sentido, o presente trabalho, realizado através de observação-participante na zona urbana periférica, na zona rural e na zona rurbanas – mostram a complexidade de questões que se inventam e se reinventam nesses contextos, tais como: a relação com o assistencialismo oficial de ambos os países, as questões de moradia e infraestrutura, a mobilidade ocupacional e empregatícia, a acessibilidade aos meios de comunicação e o ingresso, continuidade e êxito nos estudos, são algumas das temáticas sensíveis que se apresentam nos contextos observados.

**D) “Santana no Amapá e Caiena na Guiana Francesa: peculiaridades e institucionalidades de cidades portuárias no Platô das Guianas.”**

José Alberto Tostes. Observatório das Fronteiras Amazônicas, Brasil.

Fátima Maria Andrade Pelaes. Observatório das Fronteiras Amazônicas, Brasil.

O propósito desta pesquisa está baseado em compreender a partir de análise comparativa o planejamento e infraestrutura das cidades de Santana (AP) e Caiena (GF), por se tratarem de cidades médias e possuírem uma forte predisposição a relações de desenvolvimento econômico. Para tanto, a pesquisa objetiva elucidar ainda pontos característicos ao que tange organização social, econômica, política administrativa, física e estrutural dessas cidades. Ressalta-se que o foco da pesquisa é a problemática urbana, questão que atinge boa parte das cidades brasileiras. Para isso, optou-se por um recorte temporal que compreende o período de 2000 a 2011, onde acordos foram firmados e celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996 até os dias de hoje. Tais análises serão alicerçadas sob o prisma de quatro categorias conceituais, a ótica do planejamento, da urbanização, da sustentabilidade urbana e do desenvolvimento local, por ser tratar de um corredor denominado transfronteiriço. Os atores dessa pesquisa possuem políticas públicas organizacionais distintas, isso acarreta grandes entraves, inclusive de relação livre de quaisquer preconceitos, enquanto que no outro bloco, pertinente a Guiana Francesa, apesar de sua localização na América do Sul, possui características econômicas e culturais europeias, destacando-se uma relação exclusiva de travamento e fechamento. Tais discussões surgem, sobretudo, por conta dos novos projetos estruturantes que vem acontecendo nos últimos anos, como: a inauguração da ponte binacional que interligará o Brasil a França, através da Guiana Francesa e o estado do Amapá. A conclusão da Rodovia BR 156, que corta todo o estado do Amapá, indo do município de Laranjal do Jarí, ao município de Oiapoque. Neste cenário, o Amapá está seguindo o mesmo caminho trilhado por toda a América do Sul, ou seja, a construção de pontes, asfaltamento de vias precárias e conexões com pontos estratégicos que facilitem a fluidez (plataformas logísticas), quebrando assim, as barreiras nas relações de fronteiras existentes entre elas. Para o Amapá, a Rodovia Federal BR 156 representa a gênese do corredor transfronteiriço, composto pelos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão, Santana, Macapá, Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque e sua pavimentação, auxiliará e muito o desenvolvimento desses municípios, mas atualmente, ela representa um dos maiores gargalos do estado, pois não se encontra toda pavimentada e em determinados momentos do ano (nos períodos de chuva), torna-se quase que intrafegável devido aos inúmeros atoleiros que existem em especial no trecho Calçoene/Oiapoque. A conclusão da obra de pavimentação é vital para efetivação das relações com a Guiana Francesa, pois, além de se interligar fisicamente ao Platô das Guianas, possibilitará o uso do Porto de Santana por empresas internacionais para intercâmbio comercial, proporcionando a fluidez de mercadorias

e pessoas, além de fortalecer os laços sociais e culturas entre essas nações. Neste cenário o município de Santana surge como uma das principais portas de entrada e saída de mercadorias e divisas do estado do Amapá e da região Amazônica por sua localização privilegiada que evidencia a proximidade com os demais continentes. Devido possuir um dos melhores portos do Brasil, em relação ao calado, cujas tarifas estão entre os menores do país em função do baixo custo de dragagem permitindo assim, o embarque e desembarque de navios de grande porte, certamente proporcionará ao município, importantes relações econômicas nacionais e internacionais, mesmo necessitando de grandes investimentos, especialmente no que tange a reestruturação e ampliação de suas vias e sua área portuária. De um lado, está Caiena, capital da Guiana Francesa, principal cidade francesa na América do Sul, integrante da União Européia e do outro está Santana, principal cidade portuária do Estado do Amapá e integrante do MERCOSUL, diante deste cenário, se fez necessário este estudo para analisar e comparar o planejamento e infraestrutura dessas duas cidades, por se tratarem de cidades no corredor transfronteiriço e possuírem uma forte predisposição a relações de desenvolvimento econômico.

Para tanto, a pesquisa objetivou elucidar pontos característicos no que tange organização social, econômica, política administrativa, física e estrutural dessas cidades agregado ao planejamento e os planos de desenvolvimento. O município de Santana é o segundo maior município do estado do Amapá e tem como principal atrativo para seu desenvolvimento o porto (porto de embarque e desembarque de mercadoria) somado a localização estratégica do Estado, com melhor acesso aos demais continentes, entretanto, observa-se o desenvolvimento atual ainda em condições adversas, com deficiências quanto a infraestrutura, planejamento e desenvolvimento local. Para demonstrar as concepções de planejamento urbano regional que configuram a organização das cidades de Santana (AP) e Caiena (GF) este estudo foi dividido nas seguintes etapas: “processo de ocupação e de evolução das cidades ao longo da história” e “análise comparativa de ocupação entre as cidades”.

## MESA 7 (3ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, COOPERACIÓN Y DESARROLLO FRONTERIZO

Moderador: Avelar Fortunato

14h30 – 16h30

### A) “Brasil e MERCOSUL: iniciativas de integração fronteiriça.”

Camilo Pereira Carneiro Filho. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Bruno de Oliveira Lemos. SEPLAG-RS, Porto Alegre, Brasil.

O MERCOSUL é atravessado por fronteiras nacionais que constituem espaços que abrigam, em maior ou menor grau, processos de interação entre cidadãos de nacionalidades distintas. Espaços que, por vezes, são de conflito, mas que também podem servir de cenário para a construção de novas alianças sociais e identidades culturais e políticas. Nesse contexto, surgem dois processos um tanto quanto contraditórios: a construção de diferenças de identidade e a construção de elementos ou características compartilhadas.

A região que compreende a zona de fronteira do Brasil com seus vizinhos cofundadores do MERCOSUL, na Bacia do Rio da Prata, possui grande importância no processo de integração regional. Nesse território, além das interações cotidianas dos habitantes da fronteira, os acordos internacionais e os diferentes projetos de cooperação entre países do bloco se materializam.

Embora os acordos fronteiriços do MERCOSUL sejam, em sua maior parte, bilaterais, o bloco contribuiu para a criação de um cenário cooperativo entre os países, promovendo fronteiras apaziguadas e relativamente abertas. Na medida em que o MERCOSUL for aprofundando seu processo de integração, com o surgimento de acordos multilaterais para a livre circulação e residência, legislações específicas para suas regiões de fronteira deverão perder importância.

Tendo em vista que uma das funções inerentes à fronteira é a de configurar uma zona de comunicação e troca, reforçada pelo contexto atual da globalização, para que haja um aprofundamento do processo de integração regional é preciso se privilegiar essa função em detrimento de outras, como a de barreira ou segurança, por exemplo. O presente artigo traz uma análise das principais iniciativas de integração desenvolvidas nas fronteiras do Brasil com seus vizinhos do MERCOSUL.

### **B) “As relações bilaterais Brasil-Uruguai e a Agenda Binacional de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço.”**

Maria Izabel Mallmann. PUCRS, Porto Alegre, Brasil.

Teresa Cristina Schneider Marques. PUCRS, Porto Alegre, Brasil.

A fronteira entre o Brasil e o Uruguai é historicamente marcada por trocas econômicas, movimentos migratórios e intercâmbios culturais. A criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) a partir da assinatura do Tratado de Assunção de 1991 trouxe nova dinâmica para a região, uma vez que possibilitou o surgimento de diversas iniciativas voltadas para o desenvolvimento da região fronteiriça. Entre eles, podemos destacar as Comissões de Desenvolvimento Local das Bacias dos rios Cuareim e Laguna Mirín, os Comitês de Fronteira, o Grupo *Ad Hoc* de Integração Fronteiriça no Mercosul e a Comissão de Assuntos Fronteiriços criada pelo Parlamento do Mercosul.

Com a aprovação, em 2002, da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço se pôs em prática o Acordo de Permissão de Residência, Estudo e Trabalho para Fronteiriços. Em 2004, se instalou o Comitê Nacional de Intendentes e Prefeitos de Fronteira. Em 2010, foi criada a Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Introdução Produtiva, cuja coordenação é conduzida, em ambas as chancelarias, em nível de Vice-ministros. Além disso, com a chegada ao poder dos governos de esquerda nos países da região, o regionalismo ganhou novos contornos, que parecem afetar diretamente a fronteira. Assim, observam-se diversas iniciativas em direção de uma integração que vá além da integração física e comercial e que contemple aspectos sociais, culturais e identitários. A nova posição assumida pelo governo brasileiro à frente do bloco ao arcar com os custos dessa integração tem se mostrado importante nesse processo de aprofundamento das iniciativas de integração bilaterais, sobretudo com o Uruguai.

A implementação da Agenda Binacional de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço se inclui entre as iniciativas que visam a intensificação da integração na região de fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Diante disso, o presente trabalho se propõe a analisar a dinâmica das relações trans-fronteiriças sob a influência de políticas intencionais adotadas bilateralmente no sentido de fomentar a integração regional. Para tanto, pretende-se analisar a implementação da Agenda Binacional de Cooperação e Desenvolvimento, buscando identificar os seus efeitos sobre a integração fronteiriça e nas relações bilaterais entre o Brasil e o Uruguai.

**C) “Lei de faixa de fronteira no Brasil e o desenvolvimento econômico na fronteira com o Uruguai”.**

Mario Luiz de Oliveira. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

Avelar Fortunato. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

Hamilton dos Santos Rodrigues. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

Esta investigação tem por objetivo estudar a Lei de Faixa de Fronteira Brasileira e sua relevância para o desenvolvimento econômico de Santana do Livramento. Este município localiza-se no interior do estado do Rio Grande do Sul e é contíguo ao Departamento de Rivera na República Oriental do Uruguai. Suas sedes são cidades-gêmeas sem acidente natural limítrofe o que lhes conferem múltiplas possibilidades de cooperação e integração, estimulando o desenvolvimento conjunto e complementar das duas cidades.

A formação da fronteira do Brasil com o Uruguai resultou de um processo de conquistas e perdas militares, com foco na exploração econômica, nas quais, porções territoriais eram trocadas, submetidas ou cedidas aos beligerantes de Espanha e Portugal, mediante a celebração de acordos na Europa. A animosidade foi sendo substituída, com o correr do tempo, por um clima propício à cooperação, em especial em Santana do Livramento e Rivera, fruto de convivência singular.

A Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, apresentou oficialmente à sociedade a expressão “Faixa de Fronteira” como a porção geográfica do território brasileiro com características especiais, na qual além da segurança nacional e a soberania do território, há que se ter “preocupações com o desenvolvimento regional, conformando o entendimento de que para haver segurança, faz-se necessária a vivificação [...] e a promessa de desenvolvimento, com a geração de emprego e renda” (BPDIFF, p. 17).

Em Santana do Livramento, há desconhecimento por parte da comunidade regional sobre as vantagens da Lei, fazendo-se necessário o estudo, a divulgação e o debate para o aproveitamento de seus benefícios: é o que pretende esta investigação.

**Palavras-chave:** Lei. Fronteira. Desenvolvimento.

**D) “Núcleo de Estudos Fronteiriços da UFPEL. Integração e Cooperação na Fronteira Brasil-Uruguai.”**

Maurício Pinto da Silva. UFPEL/CIM/NEF, Pelotas, Brasil.

A atuação da Universidade Federal de Pelotas no contexto da integração regional tem na fronteira com a República Oriental do Uruguai suas principais experiências, ações e projetos. A extensão universitária não deve ser uma abstração, ela é um dos substratos materiais da produção social da Universidade, e revela o modo como as Instituições de ensino concebem as suas relações com a sociedade. O ensino, a pesquisa e a extensão devem ser pensados de forma sistêmica e articulados, a fim de assegurar que os processos educativos e as atividades desenvolvidas, em uma das atividades fins, alimentem e retroalimentem positivamente as demais.

Nesse contexto, a implantação do Núcleo de Estudos Fronteiriços/UFPEL, na fronteira Santana do Livramento, no Brasil e Rivera, Uruguai tem como foco principal estudar e estimular a integração entre os países do MERCOSUL numa perspectiva a partir do território fronteiriço, pois deste emergem de fato os processos de integração social entre os habitantes, bem como são experimentadas em primeiro plano as decisões governamentais relativas ao processo de integração regional. Nesta Unidade, ao invés de ser o “objeto”, a comunidade fronteiriça – atores locais de ambos os países - tem sido o “sujeito” das práticas ocorridas, assim quanto mais à universidade se insere na sociedade, tanto mais esta se insere na universidade, estabelecendo uma relação sinérgica alicerçada em princípios como da responsabilidade social.

Estas ações adquirem uma perspectiva própria por se contextualizarem em uma zona de fronteira entre países, interessando assim, pontuar a complexidade que se expressa em torno da dinâmica social e do processo de construção das ações cooperadas entre os sujeitos da fronteira, na tentativa de modificar a cultura difundida no passado, na qual a fronteira era um “espaço-problema”, para uma nova concepção “espaço-oportunidade” privilegiando a região nas ações governamentais e do setor privado. Entendemos que é dever da Universidade fazer chegar junto à região em que esta inserida não só as atividades de ensino, mas o produto do ensino, isto é, a extensão, a pesquisa, e para isso auscultar as demandas das populações fronteiriças.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Extensão universitária. Fronteira. Inclusão social.

## MESA 7 (4ª PARTE): INTEGRACIÓN REGIONAL, COOPERACIÓN Y DESARROLLO FRONTERIZO

Moderador: Eimer Alexis Barajas Román

16h50 – 18h50

### A) “Fronteira Brasil e Venezuela: considerações sobre a governança.”

Ana Zuleide Barroso da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Georgia Patricia da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Jaqueline Silva da Rosa. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Os espaços fronteiriços da Amazônia brasileira constituem um cenário complexo à gestão institucional dos entes federativos, cujo desafio está relacionado à compreensão de problemas e ao equacionamento de conflitos, à construção de novas estratégias de integração, dentre outras dificuldades resultantes da cooperação entre alguns países. No caso específico do Estado de Roraima tem-se a relação entre Brasil e Venezuela. Essa relação está ligada, não apenas pelo território, mas à gestão da biodiversidade nos planos local e internacional, aos aspectos de soberania e geopolítica, e aos mecanismos de governança, já que os problemas que afetam normalmente áreas de fronteiras se somam às pressões migratórias, e o surgimento de atividades produtivas formais e informais.

Nesse ínterim, este trabalho tem o objetivo de analisar como as políticas e ações concebidas pelos Estados, Brasileiro e Venezuelano estão repercutindo nos espaços transfronteiriços, no intuito de identificar quais são os principais desafios para a gestão dessa fronteira. Pretende-se contribuir com os estudos relativos às situações das zonas de fronteiras, seus problemas, relevância e realizações das políticas públicas aplicadas nos espaços transfronteiriços, considerando as formas de governança.

A pesquisa classifica-se como bibliográfica, documental e de campo. Para coleta de dados primários foram realizadas entrevistas com representantes das instituições governamentais, lideranças indígenas, representantes de organizações não governamentais e atores locais relevantes para a pesquisa. Evidenciou-se que as estratégias nacionais de gestão territorial dos estados brasileiro e venezuelano, aplicadas nos respectivos espaços protegidos fronteiriços, são assimétricas e suscitam dificuldades para a cooperação bilateral. Observou-se que as estratégias nacionais de gestão territorial e suas assimetrias concorrem para dificuldades de cooperação bilateral, uma vez que a Venezuela não possui política claramente definida de cooperação com os países vizinhos para gestão de unidades de conservação e demais espaços protegidos contínuos ou próximos. Diferentemente, o Brasil estabeleceu no âmbito do Plano Nacional de Áreas Protegidas o fortalecimento de colaboração com países vizinhos para a gestão de unidades de conservação e

demais Espaços Protegidos contínuos ou próximos, mesmo com a ressalva de que a gestão dos recursos deva ser realizada de forma cooperativa, nunca compartilhada.

**B) “Análisis geopolítico y geoestratégico de la región del Catatumbo en la frontera colombo – venezolana.”**

Eimer Alexis Barajas Román. Centro de Estudio Fronteras y Desarrollo Territorial, Cúcuta, Colombia.

La presente ponencia pretende desde una mirada geoestratégica, analizar las condiciones por las cuales los diversos grupos armados colombianos se han asentado en la región del Catatumbo y desde allí cuál es la visión geopolítica del Estado colombiano.

Inicialmente se hace una caracterización político - administrativa del Catatumbo como una región colombo- venezolana ubicada al noroccidente de Suramérica. Geográficamente El Catatumbo hace parte de la Cordillera Continental de los Andes, que finaliza en territorio venezolano. Su lado colombiano, se haya en el Departamento Norte de Santander y colinda por el lado venezolano con el Estado Zulia.

Posteriormente, se profundizará en las condiciones del Catatumbo colombiano, allí se presenta un análisis socioeconómico, que permite comprender las dinámicas de sus pobladores y las condiciones de vida de estas comunidades. Igualmente describir las principales actividades económicas que allí se realizan, incluido el conflicto territorial de los grupos armados por el dominio de esta zona.

Finalmente, se presenta la mirada geopolítica del Estado colombiano frente a este territorio, reconocido como zona de riqueza minero – energética desde los gobiernos de la última década.

**C) “O contrabando de cigarro e a intervenção do estado na fronteira Brasil/Paraguai”.**

Eric Gustavo Cardin. UNOESTE, Paraná, Brasil.

O contrabando de cigarro na fronteira do Brasil com o Paraguai não é recente, ele ocorre desde a década de 1980. Contudo, durante todo este período a organização dos trabalhadores responsáveis pela prática se alterou, assim como a forma de intervenção dos aparelhos do estado no seu combate. Neste contexto, o artigo apresentado visa apresentar e problematizar estas transformações, destacando as mudanças no *modus operandi* dos fronteiriços e também nos mecanismos de fiscalização e controle da Receita e da Política Federal do Brasil.

Para tanto, a pesquisa utilizou de dois recursos metodológicos: o estudo de periódicos locais e a análise de várias conversas realizadas com as pessoas diretamente envolvidas no circuito. Na primeira situação fizemos pesquisas em dois jornais da região oeste do Estado do Paraná, são eles: “Gazeta do Iguazu” (jornal mais antigo da região e que possui sua sede no município de Foz do Iguazu) e “Rio Paranazão” (jornal do município de Guaíra). Nesta etapa o objetivo era mapear a movimentação dos grupos envolvidos com o contrabando e observar as práticas de fiscalização que estavam sendo adotadas pelo governo brasileiro.

Na segunda fase do estudo foram realizadas conversas com trabalhadores inseridos na compra e venda de cigarros em toda região de fronteira, sendo coletadas narrativas de dois trabalhadores na cidade de Foz do Iguazu, dois na cidade de Santa Helena, três na cidade de Terra Roxa e, por fim, outros dois na cidade de Guaíra. Tais trabalhadores estavam inseridos em diferentes posições no circuito, de carregadores a patrões. Os resultados obtidos sinalizam para a redefinição espacial por meio das disputas entre os grupos de contrabandistas e o Estado e



também para a capacidade de leitura e desenvolvimento de estratégias dos sujeitos inseridos em tais disputas.

**D) “Segurança pública ambiental na fronteira: um estudo sobre o crime de abigeato.”**

Igor Marcelo Fouchy das Neves. UFPel, Pelotas, Brasil.

Maurício Pinto da Silva. UFPel, Pelotas, Brasil.

Este trabalho sintetiza parte dos estudos realizados no curso de Gestão Ambiental do Centro de Integração do MERCOSUL da Universidade Federal de Pelotas. A abordagem realizada teve com o principal objetivo o estudo do tema abigeato em áreas de fronteira. De forma mais específica, abordamos a prática do crime de abigeato e sua relação e implicações com a saúde e segurança, áreas fundamentais ao estudo da gestão ambiental.

Nesse sentido, o estudo abrange no período de 2007-2011 a problemática ambiental relacionada ao crime de abigeato, especificamente no município de Jaguarão, no Rio Grande do Sul/Brasil, fronteira com a cidade de Rio Branco, no Departamento de Cerro Largo/Uruguai. Quanto ao limite jurídico e político esta localidade fronteiriça é marcada pelo curso do Rio Jaguarão (com aproximadamente 110 km) e pela Lagoa Mirim (com aproximadamente 35 km). A Lagoa Mirim possui uma superfície aproximada de 3.750 Km<sup>2</sup>, com 82% no Brasil e 18% no Uruguai, com extensão aproximada de 185 km, com largura média de 20 km, considerado o 3º lago em extensão da América do Sul, declarada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO como Reserva Mundial de Água Doce.

Esta fronteira caracteriza-se pelo intenso fluxo de pessoas e mercadorias - cargas perecíveis e não perecíveis - muitas destas destinadas ao comércio de *free shop* na cidade uruguaia. Nesse contexto, o estudo aborda as características geográficas, ambientais e políticas deste importante município e a prática constante do crime de abigeato, onde animais são “atravessados” de um lado para o outro da fronteira, devido à peculiaridade da área de fronteira, sendo o abigeato uma prática prejudicial à saúde humana, ao meio ambiente e gerador de práticas ilícitas de impacto internacional.

**Palavras-chave:** Abigeato. Meio ambiente. Fronteira. Segurança.

**E) “Abordagem escalar da tríplice fronteira Brasil-Peru-Colombia”.**

Ricardo Jose B. Nogueira. UFAM, Brasil.

Thiago Oliveira Neto. UFAM, Brasil.

O objetivo deste trabalho é apontar a problemática fronteiriça a partir de uma perspectiva multiescalar como método para compreender a diversidade de situações vivenciadas neste lugar. A conjunção de competências – local, regional, nacional – na fronteira, aliada às relações internacionais nos pares de cidades, conduzem, por um lado, a ações isoladas de cada uma das competências, e por outro lado, permite que os moradores da fronteira saibam usufruir da condição fronteiriça.

Nossa referência empírica será a tríplice fronteira na Amazônia brasileira, entre Brasil, Peru e Colombia. São cerca de três mil quilômetros de linha fronteiriça, contudo, apesar desta extensão, existem poucos pontos de contato. O principal nó fronteiriço se dá entre a cidade de Tabatinga, no Estado do Amazonas, no Brasil; a cidade de Letícia, no Departamento do Amazonas, na Colombia; e a vila de Santa Rosa, do Departamento de Loreto, no Peru.

## Resumos

Destacaremos, inicialmente, como são as relações fronteiriças no nível municipal, principalmente entre as cidades de Tabatinga e Leticia, os acordos e ações que são desenvolvidas para resolução de problemas dessas localidades. Estas duas cidades constituem uma única mancha urbana às margens do rio Solimoes, compartilhando inúmeros serviços e uma convivência histórica marcada por uma relação amistosa. Ainda no nível local, é importante destacar a participação da população peruana residente em Santa Rosa, na dinâmica cultural e econômica da faixa de fronteira.

Posteriormente, apontaremos como as ações remotas, seja da escala regional ou nacional, incidem sobre o cotidiano fronteiriço, além de indicar como a conjuntura internacional afeta a fronteira de cada um dos países.

**Palavras-chave:** Fronteira. Escalas. Amazônia.

## TEMAS 1 y 2: LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL FRENTE A LA CRISIS ECONÓMICA GLOBAL y TRATADOS DE LIBRE COMERCIO Y PLANES GEOESTRATÉGICOS

### SALÓN DE APOYO 1 AL SALÓN DE ACTOS II DE LA RECTORÍA

20 de noviembre

#### MESA 8: EL G20 Y SUS REPRESENTACIONES DEL LUGAR QUE OCUPA AMÉRICA LATINA EN LA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÁNEA

Moderador: Martha Monzón Flores

08h40 – 10h40

#### A) “Las representaciones de América Latina en los discursos políticos del BRICS y el G8.” Alberto Betancourt Posada. UNAM, México.

En su texto clásico “El significado de la Segunda Guerra Mundial”, Ernst Mandel plantea la necesidad de contemplar cuatro variables para entender la dinámica planetaria: la competencia intercapitalista, la lucha interimperialista, las relaciones norte-sur y la lucha de clases. La presente ponencia analiza a partir de esas variables, la forma en que el grupo BRICS y el G8 representan a América Latina en los escenarios que consideran “deseables” para el futuro mundial. Aunque en términos generales, y sobre todo desde una perspectiva de clase, las propuestas no son tan diferentes, si contienen divergencias que vale la pena estudiar porque se trata de dos formas de imaginar como “podría ser América Latina”, cómo se relacionaría con las otras regiones del mundo y que papel se le asignaría en la gobernabilidad, la economía y la seguridad mundial.

Nuestro análisis se basa en una metodología inspirada en el concepto de Estética geopolítica formulada por Fredric Jameson y que fue diseñada para analizar los discursos pronunciados por los Jefes de estado de los grupos antes mencionados, en las cumbres del BRICS, celebrada en Durban Sudáfrica y del G8 celebrada en Lough Erne, Gran Bretaña y en la cumbre del G20 en San Petersburgo, Rusia. El objeto de estudio es muy complejo pues aborda el *desideratum* del G8 y el BRICS respecto al papel que debe jugar la región en su proyecto de “mundo ideal”

#### B) “Nuevas formas de guerra y dominación geopolítica global. Representaciones de una “ocupación humanitaria”, el caso Haití (2010-2013).” Diego Bautista Paéz. UNAM, México.

La época de guerras y revoluciones aún no ha terminado, por ende es fundamental para los detentores del poder internacional – Estados, *trusts* transnacionales y organismos internacionales-actualizar y modernizar las formas de dominación geopolítica global de los países centrales para mantener sus “zonas de influencia”. Un caso de estas nuevas formas de dominación es la llamada “ocupación humanitaria” que Naciones Unidas instrumentó en Haití después del terremoto del 12 de enero de 2010. ¿Qué significado tiene la “operación humanitaria por tiempo indefinido” de Haití en las nuevas formas de control geopolítico global y seguridad fronteriza? ¿Cuáles son las motivaciones y representaciones de la incursión que los sujetos implicados hacen? ¿Cuáles serán

20 a 24 de noviembre de 2013

Caderno de Resumos e Programa - ISBN 978-85-61424-18-3

las consecuencias (desde las localidades más pequeñas hasta la gobernabilidad mundial) del conflicto?

El presente estudio busca dilucidar cómo algunos de los organismos internacionales más importantes –la ONU y el departamento de Estado del gobierno estadounidense– representaron y justificaron la intervención en Haití. Para ello, analizo algunos de los discursos más representativos que los actores ocupantes produjeron, al mismo tiempo que, por fuentes independientes a las oficiales, rastreo las posibles motivaciones ocultas en el conflicto. Vale prevenir que, este estudio forma parte de una investigación más amplia –en el marco del seminario de investigación *Relatos Mediáticos de la Globalización*– sobre las nuevas formas de guerra y dominación imperial que el siglo XXI ha producido, de las formas de legitimación y administración que gobiernos y organismos internacionales –públicos y privados–, realizan. Por lo que, el análisis y resultados que en éste se presentan, son ante todo, una primera aproximación.

**C) “Representaciones de Latinoamérica en la prensa británica y argentina, dos mundos posibles: Malvinas y Falkland Islands.”**

Georgina Galván Medina. UNAM, México.

Las islas Malvinas o Falkland, según el mundo posible adoptado, es un archipiélago a escasa distancia de la Patagonia argentina que se ha visto históricamente envuelto en reclamaciones sobre su pertenencia aunque ocupado por fuerzas británicas desde 1833 y colonizado por su población posteriormente. En 1982 vivió unos meses de dominio argentino, cuya derrota y consecuente retirada fue un elemento clave para el fin del gobierno militar en aquel país.

En el presente artículo analizaremos las representaciones en la prensa británica en distintos momentos de 2012 y 2013, en contraste con la información argentina, encontrando que, a más de treinta años de la guerra por su soberanía, no han cesado las reclamaciones argentinas por un territorio que asumen propio y la defensa de la soberanía británica sobre el territorio, intentando legitimarlo recientemente con un plebiscito organizado por las autoridades británicas del territorio de ultramar. Siguiendo con la línea plasmada en *Malvinas: el gran relato* por Lucrecia Escudero y basándonos en la idea de mundos posibles de Umberto Eco, nos enfocaremos en el estudio de la realidad retratada en la prensa, en las muchas verdades existentes en las construcciones periodísticas de mundos alternativos. Y entre tantos mundos posibles, encontraremos aquellas verdades constantes y discordantes del discurso colonial británico en este mundo globalizado.

**D) “Relación BRICS y América Latina un nuevo lazo entre África y el Continente Americano.”**

Mariana Paz y Rocha. UNAM, México.

La historia de América Latina siempre ha estado ligada a un continuo vaivén de crecimiento y de encontrarse en la mira de todas las potencias y economías emergentes. Por ello no es misterioso que dentro de una región de 33 países con una población de 600 millones de habitantes, se encuentre uno de los cinco participantes en el grupo BRICS, Brasil. El grupo conformado por Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica incorporó a este último en diciembre del 2010. Que a pesar de estar lejos de alcanzar los 3.2 billones de dólares del PIB que tiene China, reside en un continente que conserva más del 60% de las tierras no cultivadas y con potencial agrícola en el mundo; es el mayor productor de platino así como el tercero dentro del mercado del oro. Esta información ligada a los recientes acontecimientos del continente americano debería despertar interés en cada habitante del mismo.

Por ejemplo, el encuentro del ministro de Asuntos Exteriores cubano, el de Chile, Haití y Costa Rica, con su similar ruso o el diálogo entre el CELAC (Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños) con los BRICS y su vocero India. Dentro de un continente que en la última conferencia de UNASUR (Unión de Naciones Suramericanas) confirmó que América Latina tiene un 38% de las reservas mundiales de cobre, el 30% de reservas de agua dulce y el 21% de los bosques mundiales. Sin contar la gran población que se traduce en un gran mercado de inversión y explotación para este grupo denominado BRICS. No es un misterio por qué un grupo que se espera que alcance el 49% del PIB mundial para 2012 tenga mira en América Latina.

#### E) “Argentina en el G20: Una historia social marginada.”

Ulises Delgado Gonzalez. UNAM, México.

El objetivo de este artículo es hacer una serie de consideraciones sobre la historia de los movimientos sociales argentinos -a partir de la década de los noventa y tomando a diciembre de 2001 como punto de inflexión, es decir, el momento en el que los acontecimientos anteriores dan como resultado un acontecimiento a gran escala- para analizar la historia de los conflictos sociales como factor que influyó en la crisis de 2001 y la importancia que podría tener lo anterior en el papel de ese país en el G20. El problema que mueve al autor a hacer éste breve análisis es la actual intranquilidad social, a nivel global, frente al G20 y el papel específico de Argentina en dicha intranquilidad.

### MESA 9 (1ª PARTE): PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL Y GLOBAL DE SECTORES EMPRESARIALES Y DE COMERCIO

Moderadora: Marleny Cardona A.

11h00 – 13h00

#### A) “Los procesos de integración regional y el papel del estado frente a la globalización: el caso de Bogotá Ciudad Región en Colombia”.

Suelen Emilia Castiblanco Moreno. FUKL, Bogotá, Colombia.

El enfoque de ciudad – región global responde a un contexto mundial en el que los territorios se convierten en sujetos activos de redes globales a través de las cuáles viaja información política, económica, social y cultural. Este esquema productivo se basa en la flexibilidad de los procesos productivos, la conformación de redes basadas en el talento humano y la innovación, la importancia de las pequeñas y medianas empresas y la movilidad de capital basada en la “neutralización” de las distancias. (Pineda, 2001)

En este enfoque, “la asociatividad o cooperación entre empresas es un rasgo crucial, siendo la innovación un proceso acumulativo que implica un aprendizaje en la práctica, el uso y la interacción, y a menudo produce un rendimiento creciente” (Meyer-Stamer y Harmes-Liedtke, 2005). Así pues, la agrupación de empresas en un territorio que interactúen, aprendan y cooperen entre sí y con otros actores locales conforma sistemas productivos locales que se convierten en claves para la inserción exitosa en mercados internacionales estructurados en red.

El reconocimiento de la importancia de la asociatividad y de la relación de doble vía entre territorios se materializó en Colombia con la propuesta, en la década de 1990, de Bogotá – ciudad región, como un territorio global con una visión compartida de desarrollo. Esta región, integra al Distrito Capital de Colombia – Bogotá - y al departamento en el que se ubica geográficamente la capital – Cundinamarca. Su objetivo es ser la región más integrada de Colombia en los ámbitos institucionales, territoriales y económicos; y convertirse en una de las cinco primeras regiones de América Latina por su calidad de vida. (Pineda, 2001)

En este sentido, Bogotá y Cundinamarca se comprometen con el desarrollo de un esquema productivo sustentado por su base local y capacidades endógenas; y la relación de estas con el papel del aparato estatal en la visión territorial perseguida. En este caso, se analiza el papel del Estado desde la formulación de políticas públicas orientadas hacia la creación y consolidación de sistemas empresariales asociativos en la región que conviertan a Bogotá ciudad región global en una región más productiva y articulada exitosamente con los mercados mundiales.

**Bibliografía:**

Meyer-Stamer, J y Harmes-Liedtke, U (2005) ¿Cómo promover clusters? Mesopartner. Documento de trabajo.

Pineda, S (2001) Ciudad – región global: Una perspectiva de la gobernanza democrática territorial. Centro de Pensamiento en Estrategias Competitivas CEPEC. Universidad del Rosario. Bogotá. Recuperado el 23 de Julio de 2012 de [http://www.urosario.edu.co/urosario\\_files/8a/8a18e124-d8ac-4703-b790-7187280865f5.pdf](http://www.urosario.edu.co/urosario_files/8a/8a18e124-d8ac-4703-b790-7187280865f5.pdf)

**B) “Desenvolvimento territorial, integração regional e turismo: analisando o papel da rede de transporte aéreo de passageiros turistas.”**

Jaciel Gustavo Kunz. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

O ensaio teórico cujo objetivo central é retomar a discussão acerca do papel da rede (técnica) de transporte turístico aéreo como fator de fomento ao turismo, à integração regional e ao desenvolvimento, articula as discussões oriundas de resultados de pesquisa de caráter bibliográfico, de nível exploratório, tendo sido utilizadas técnicas correntes de revisão de literatura. O trabalho inicia-se com a reflexão de conceitos-chave da Geografia como território e região, buscando aproximá-los de leituras contemporâneas como a das redes e, mais especificamente, das redes técnicas, que conferem novos conteúdos ao espaço.

Como tipologias de redes técnicas arroladas, destacam-se as redes urbanas, de transporte, comunicação, financeiras e de energia, que podem ser tomadas em seu caráter de complementaridade. Um dos pressupostos do trabalho é que o espaço reticulado está a serviço da aceleração dos fluxos, quais sejam, informacionais, financeiros, energéticos e de transporte, de mercadorias e pessoas, contemplando, assim, a inserção do fenômeno turístico no cenário de aceleração de fluxos, esses indossociáveis, por sua vez, dos fixos, como as infraestruturas de terminais de transporte. Torna-se notório, por outro lado, o caráter altamente seletivo da distribuição territorial de fixos e fluxos (verificável em mapas de fluxo), o que contribuiu à conformação dos chamados “espaços luminosos” e “espaços opacos”.

Se, por um lado, a densificação nos tráfegos e fluxos, seja de informações, cargas e/ou pessoas – os quais também podem ser tomados *a priori*, como intimamente ligados entre si – é reflexo de disparidades regionais, por outro, é condição para que as interações espaciais se intensifiquem e que as condições de acessibilidade a localidades, regiões, mercados (incluindo os

turísticos) se consolide, uma vez que tal acessibilidade pode ser considerada requisito para o desenvolvimento socioeconômico. Desse ponto de vista, as redes técnicas de transporte turístico aéreo tornam-se relevantes do ponto de vista dos processos de integração regional e do desenvolvimento territorial, frente a um cenário de globalização.

**Palavras-chave:** Turismo. Desenvolvimento territorial. Integração regional. Redes técnicas. Transporte aéreo.

**C) “La internacionalización de la innovación desde el recurso humano efectivo y el emprendimiento: el caso del Sector Metalmeccánico y BPO en Bogotá.”**

Marleny Cardona A. FUKL, Bogotá, Colombia.

El territorio de la innovación es el resultado del acumulado de aprendizajes, la generación de nuevo conocimiento para nuevos productos y servicios; estos han creado regiones virtuales productivas a través de la tecnología y los medios de comunicación. La clave de la industrialización está en la innovación, esta se ha asociado a tecnologías y factores de eficiencia dinámica, derivados de la existencia de un conjunto de externalidades positivas.

En Colombia se reconoce la innovación hoy, más en el sector servicios que en el manufacturero, aunque en muchos casos son complementarios. En el caso de las BPO, estas han presentado un rápido crecimiento en los últimos cinco años, esto se debe a la inclusión en los sectores de talla mundial, consolidándose como un generador de ingresos y empleo. De igual manera el sector metalmeccánico se destaca por su conocimiento tecnológico, el nivel de calidad en sus empresas y la posibilidad de fabricar y entregar sus productos en el menor tiempo posible.

La metodología seguida, ubica geográficamente las empresas del sector BPO y Metalmeccánico en Bogotá por localidades, tomando como elementos comunes la clasificación del Código Industrial Internacional Uniforme (CIIU) y la dirección de cada uno de los establecimientos, mirándolo no solo desde el territorio sino desde las categorías: Recurso humano efectivo y emprendimiento. Además se realizó un rastreo bibliográfico de la información existente sobre el perfil ocupacional de los sectores y creación de nuevas empresas. Hallazgos: La ubicación de las empresas del sector BPO y Metalmeccánico en Bogotá dentro de un área geográfica definida como lo son las localidades tiene como finalidad: aumentar la competitividad, disminuir los costos de transacción, mejorar los niveles de negociación frente a proveedores y clientes, como estrategia de competitividad para afrontar procesos de globalización e identificar los programas de emprendimiento que se están llevando a cabo en el país.

**Palabras Claves:** Localización. Innovación. Globalización. Emprendimiento.

**MESA 9 (2ª PARTE): PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL Y GLOBAL DE SECTORES EMPRESARIALES Y DE COMERCIO**

Moderador: Manuel Del Valle Sánchez

14h30 – 16h30

**A) “Un balance de los programas de capacitación gremial y la ampliación de capacidades de los empresarios y comerciantes.”**

Diana Osorio. Fenalco, Bogotá, Colombia.

Los impactos de la globalización se mueven desde el inicio del proceso productivo hasta el final en la comercialización y distribución. En este caso, la capacitación y actualización de

conocimientos en alta gerencia de los empresarios y comerciantes se mide por la ampliación de capacidades y de factores determinantes en el ejercicio diario de sus actividades. El contexto son los programas diseñados por la Federación Nacional de Comerciantes – FENALCO – fundada en 1945 ha realizado por más de 25 años continuos capacitaciones en actualización de conocimientos para los directivos de las empresas que pertenecen al sector del comercio en Colombia. Las acciones de formación desarrolladas durante los períodos 2011-2013 han permitido el incremento de las competencias de los empresarios tal y como lo establecen en las evaluaciones de los programas académicos a los cuales han asistido.

Los programas académicos se desarrollan por medio de convenciones de carácter gremial para los sectores nacionales y en áreas transversales que involucran varios sectores del comercio. Es por esto que se dictan capacitaciones en Retail para el sector minorista, shopper marketing, conocimiento del comprador y consumidor en el punto de venta; esto quiere decir que la capacitación gremial puede hacerse con un enfoque específico así como un enfoque transversal como lo son la Responsabilidad social empresarial y foros de actualización en materia económica; entre otros.

Para demostrar este planteamiento se realizará el análisis cuantitativo y cualitativo de las evaluaciones realizadas por los asistentes a las convenciones, congresos, seminarios y foros gremiales que involucran programas académicos de FENALCO.

#### **B) “Tequila denominación de origen, producción y consumo en el proceso de globalización (2005-2012).”**

Manuel Del Valle Sánchez. UACH, Chapingo, México.

José Javier Orosa González. UDC, La Coruña, España.

Braulio Morales Morales. UACH, Chapingo, México.

El presente artículo forma parte del proyecto de investigación registrado en la Dirección General de Investigación y Posgrado (DGIP), de la Universidad Autónoma Chapingo, (UACH), titulado Análisis comparativo de la denominación de origen del tequila, mezcal (México) y el vino Rías Baixas, (España). 2001-2012. y producción agropecuaria mexicana 2005-2010. Donde participan Javier Orosa de la Universidad de Coruña, Manuel Del Valle Sánchez y Braulio Morales Morales del Centro de Investigación y Servicio en Economía, Comercio Agropecuario, CISECA, División en Ciencias Económico Administrativas (DICEA), UACH y también las estudiantes del programa de PROFANI de la DIGIP, UACH, Jesús Ivonne Ontivero Alcántar y Matilde Arisbeth Reyes Hernández.

El tequila tiene una larga historia en México, la palabra tequila proviene del náhuatl que significa, Tequillan, literalmente = lugar de tributos, Es el nombre de un municipio del Estado de Jalisco en México. y es una bebida alcohólica destilada de este maguey (Agave Azul, Weber) en la zona de tequila. Según el diccionario Breve de Mexicanismos de Guido Gómez de Silva. P. 222 Editorial Academia Mexicana y FCE, 2001. México. El Tequila se convirtió en la bebida nacional, esto no excluye que la gran diversidad de Agaves en el país, produzcan otras bebidas que son regionales y que han logrado una denominación de origen al igual que el tequila, como es el mezcal y el bacanora, sin embargo, el tequila es la bebida que se reconoce a nivel nacional y representante de México en el exterior. Cuando se menciona el tequila, inmediatamente se relaciona como una bebida netamente Mexicana.

La referencia del tequila evoca igual a bebidas espirituosas de otros países con su identidad, como los vinos, el Champagne, el Coñac, francés; vino Jerez, España, el Whisky de Escocia, *Chianti*,



*Siena, Italia, Oporto, Alto Duero, Portugal*, el vino Baixas de Galicia, España, el Pisco, Perú; la lista es enorme a nivel mundial para proteger productos regionales y nacionales que tienen un reconocimiento de denominación de origen a nivel mundial. Cada producto tiene su historia en el largo camino de su reconocimiento y su protección. Se parte del supuesto de que la denominación de origen del tequila incrementó la producción desarrollando y creando una gran diversidad de marcas de tequila, en los estados y municipios, garantizando al productor una forma de producción en base del agave tequilana azul (Weber), al consumidor un producto garantizando una calidad, pero al mismo tiempo el proceso de globalización permitió que el capital de las empresas transnacionales se apoderaran de marcas mexicanas e incrementaran un control del mercado internacional y nacional.

**Palabras Claves:** Denominación de origen. Tequila. Producción. Globalización.

**C) “Denominación de Origen como estrategia de posicionamiento global: el caso del vino Rías Baixas”.**

José Javier Orosa González. UDC, La Coruña, España.

Manuel Del Valle Sánchez. UACH, Chapingo, México.

Este artículo forma parte del proyecto de investigación Mexicano-Español titulado: “Análisis comparativo de la Denominación de Origen del tequila, mezcal (México) y el vino Rías Baixas (España) 2001-2012 dirigido por el Dr. Manuel de Valle Sánchez.

La globalización en el sector alimentario requiere de estrategias que permitan incrementar el valor percibido por el consumidor y, simultáneamente, la diferenciación del producto basada en un elevado nivel de calidad. En este orden de cosas, la utilización de la Denominación de Origen influye positivamente en las dimensiones cognitiva, afectiva y conductual del potencial comprador y al mismo tiempo, se garantiza que el proceso de recogida y producción de la materia prima se ha realizado en un área geográfica con una importante tradición.

La Denominación de Origen Rías Baixas comienza su andadura en 1980 cuando se recoge en la B.O.E. del 11 de Octubre la Denominación Específica Albariño. Cuatro años más tarde, se aprueba el Reglamento de la Denominación Específica Albariño y de su Consejo Regulador. Con la entrada de España en la Unión Europea, el gobierno de Galicia, publica el 4 de Julio la Orden que aprueba el Reglamento de la Denominación de Origen y de su Consejo Regulador, ratificado por el gobierno de España en una Orden Ministerial del 28 de Julio de ese mismo año.

En el trabajo se realiza un análisis empírico desde el punto de la producción y de la comercialización de uno de los vinos blancos más famosos del mundo: el vino Denominación de Origen Rías Baixas. La evidencia empírica muestra que la estrategia de posicionamiento global consistente en vincular el producto a Galicia ha permitido incrementar el valor percibido por los compradores quienes están dispuestos a pagar los precios fijados puesto que tienen la seguridad de consumir vinos de una gran calidad.

**Palabras Claves:** Globalización. Denominación de origen. Rías Baixas. Comportamiento del consumidor.

## MESA 10: INTEGRACIÓN REGIONAL, DESARROLLO TERRITORIAL Y TURISMO

Moderador: José Javier Orosa González

16h50 – 18h50

**A) “O turismo histórico e o processo de transfronteirização na região das Missões (BR), Misiones (AR) e Itapúa (PY)”.**

Christiano Ricardo dos Santos. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Aldomar Arnaldo Rückert. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

A Região das Missões (Brasil), Misiones (Argentina) constitui-se em um espaço transfronteiriço integrado por territórios que pertencem hoje à Argentina, Brasil, Paraguai e ao Uruguai. O estudo busca entender a dinâmica de uma realidade fronteiriça no centro da América do Sul através de uma abordagem multiescalar cujo objetivo consiste em investigar as reestruturações político-territoriais que se configuram na porção meridional da América do Sul a partir do turismo histórico como um elemento constitutivo de uma territorialidade transfronteiriça.

Tais efeitos dependem da natureza dessa fronteira no que diz respeito: ao seu nível de abertura; às diferenças linguísticas, culturais e etnias; à intensidade das relações políticas entre as respectivas zonas fronteiriças e ao nível de disparidades econômicas.

**Palavras-chave:** Turismo. Transfronteirização. Território.

**B) “Globalización y marca turística territorial: el caso de Galicia.”**

José Javier Orosa González. UDC, La Coruña, España.

En el siglo XXI, la competencia en los mercados turísticos se produce a nivel global. Esto significa que aquellos territorios que no utilicen estrategias de posicionamiento que les permitan competir a escala mundial, están destinados a desaparecer como destinos turísticos. En este sentido, la utilización del Marketing Territorial y más concretamente, la creación de una marca territorial constituye una herramienta teórica que permitirá la identificación de las ventajas competitivas, la diferenciación del producto turístico y la supervivencia en el mercado mundial.

A finales del año 2010, el Gobierno de Galicia a través de la *Sociedade de Imaxe e Promoción Turística de Galicia* (TURGALICIA) propició la creación de una nueva marca turística que incluye un logotipo basado en el propio nombre de “Galicia” y un lema “¿Me guardas el secreto?”. Esta nueva marca pretende aglutinar todos los atributos que constituyen la identidad de Galicia, busca mejorar su imagen para que sea percibida como destino turístico único e intenta obtener un fuerte posicionamiento global en los mercados turísticos.

El documento se inicia con la presentación del marco teórico de creación de una marca turística como parte del proceso de desarrollo y promoción de un territorio. A continuación, se estudia el caso práctico de Galicia presentando como resultado de investigación que la utilización de los postulados teóricos de esta disciplina ha permitido posicionar a Galicia dentro del mercado turístico internacional.

**Palabras Claves:** Globalización. Marca territorial. Galicia. Turismo.

**C) “Instituciones, innovaciones y gestión de la industria de servicios.”**

Nir Kshetri. FUKL, Bogotá, Colombia.

Marleny Cardona. FUKL, Bogotá, Colombia.

Jorge Herrera. FUKL, Bogotá, Colombia.

Maribel Reinel. FUKL, Bogotá, Colombia.

Suelen Castiblanco. FUKL, Bogotá, Colombia.

La innovación es una preocupación de los países, las instituciones y las empresas, principalmente por su efecto en los mercados. A través de ésta, se busca un posicionamiento nacional e internacional cada vez más maduro con competitividad y transformación productiva de las empresas en el territorio. Además, en el caso de las empresas colombianas que innovan necesitan tener en cuenta el estado del desarrollo y la innovación tecnológica en el país desde la construcción de políticas públicas, la identificación de los factores determinantes del desarrollo tecnológico y la caracterización de los procesos de innovación que se llevan a cabo en las empresas colombianas.

Así mismo, la innovación no se da en un vacío. Las instituciones formales y no formales otorgan el marco de referencia en el que las empresas hacen transformaciones productivas y compiten. Determinar la influencia de las instituciones en la industria de los servicios es complejo en la medida en que las relaciones son de largo plazo, se realizan con socios que trabajan bajo diferentes instituciones sociales y legales, y su legitimidad se pone a prueba constantemente. (Kshetri, 2007)

Ahora bien, nuestra aproximación consiste en analizar las empresas del sector hotelero, los aportes desde las instituciones regulativas, normativas y cognitivas que están relacionadas con lo “legalmente sancionado”, “moralmente gobernado” y “reconocible” han afectado el desarrollo de la industria de servicios en Colombia y cuál es su relación con los procesos de innovación que se realizan en este sector.

**D) “Tipología multivariada de los consumidores de servicios recreativos ambientales en México.”**

Francisco Pérez Soto. UACH, Chapingo, México.

Cristóbal Martín Cuevas Alvarado. UAEM, México.

Esther Figueroa Hernández. UAEM, México.

Lucila Godínez Montoya. UAEM, México.

La presente investigación tuvo como objetivos realizar una caracterización multivariada de los consumidores, demandantes de servicios ambientales recreativos prestados por el ecosistema de los Prismas Basálticos de Huasca, Hidalgo y se propone una tipología del consumidor de servicios ambientales. Un segundo objetivo muestra cómo realizar una clasificación a partir de los atributos múltiples del consumidor utilizando el método multivariado de análisis de clúster en dos etapas. Éste método permite tipificar datos que consisten en variables continuas y categóricas, superando así las desventajas del método de formación de conglomerados jerárquicos y  $k$ -medias. El análisis de los centroides de las variables continuas y los atributos del consumidor permitieron identificar tres tipos de consumidor.

El análisis permite concluir que el consumidor Tipo I se caracteriza por ser el de mayor edad, no estar dispuesto a pagar en absoluto por mejoras al sitio de actividad económica, además, es el que mayor demanda servicios recreativos meramente ambientales como servicios complementarios. El consumidor Tipo II es el de mayor ingreso, menor edad y mayor escolaridad.

## Resumos

Este conglomerado se caracteriza, también, por presentar alta proporción de visitantes que no están dispuestos a pagar por mejoras al sitio. Finalmente, el consumidor Tipo III se caracteriza por ser de menor ingreso, el segundo clúster de mayor edad y menor tamaño de familia; los consumidores que manifestaron estar dispuesto a pagar por mejoras en el sitio, el 96.7% se concentra en este conglomerado.

**Palabras Claves:** Clúster en dos etapas. Preferencias declaradas. Servicios recreativos ambientales. Sustentabilidad. Tipología multivariada.

## TEMAS 1 y 2: LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL FRENTE A LA CRISIS ECONÓMICA GLOBAL y TRATADOS DE LIBRE COMERCIO Y PLANES GEOESTRATÉGICOS

SALÓN DE APOYO 1 AL SALÓN DE ACTOS II DE LA RECTORÍA

21 de noviembre

### MESA 11: INTEGRACIÓN REGIONAL Y MEGAPROYECTOS HIDROELÉCTRICOS

Moderador: Júlio da Silveira Moreira

08h40 – 10h40

#### A) “Proyectos hidroeléctricos y los pueblos indígenas.”

Braulio Morales Morales. UCh, Chapingo, México.

Lorenzo Reyes Reyes. UCh, Chapingo, México.

Manuel Del Valle Sánchez. UCh, Chapingo, México.

La globalización en la cual las economías de los diferentes países o regiones entran en un proceso de intercambio a gran escala y donde el supuesto es la oferta de productos o servicios u otros haberes sociales a un mejor precio, y a este proceso no escapan las economías Centroamericanas. Es así como las empresas nacionales o extranjeras en el área se encuentran a la caza de los recursos escasos como el agua, los bosques o los de carácter extractivo.

En ese eje globalizador se encuentra el Proyecto Mesoamericano (2008) (México, Centroamérica y Colombia) como un proyecto regional con miras a mejorar la calidad de vida de sus habitantes. Y en este contexto, una de las iniciativas de desarrollo es la producción de energía eléctrica a partir del recurso agua y bosque y su distribución eficiente a través de la Interconexión Eléctrica y a precios competitivos.

Esta iniciativa tiene algunas vertientes que no han sido analizadas a detalle, sobre todo el impacto de las presas para la generación de energía, los desplazamientos de pueblos, la anegación de grandes extensiones y los efectos ambientales y sociales que causan las represas.

Este trabajo tiene como objetivo enumerar algunos detalles detectados y cuál es la visión de los pueblos indígenas con relación al desarrollo de un proyecto en la región sur de Costa Rica, el proyecto hidroeléctrico Díquis.

**Palabras Claves:** Represa. Mesoamericano. Hídrico. Díquis. Indígenas

#### B) “Bacia Amazônica: foco da integração energética regional e externalidades hidrosócioambientais.”

Xaman Korai. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Mónica Montana Martínez Ribas. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Os países parte da Bacia Amazônica, compartilhando uma situação de abundância hídrica, não enfrentaram conflitos pontuais de disputa por água, desenvolvendo relações relativamente pacíficas e empreendimentos de cooperação, tal como pode observar-se no âmbito da IIRSA, da UNASUL e da OTCA. O aproveitamento hidráulico da Bacia Amazônica e seus afluentes, no qual predomina o uso hidroenergético, é um dos objetivos basilares da integração regional. O artigo

pretende discutir de uma parte, os impactos hidroambientais derivados da construção de centrais hidrelétricas na bacia do Rio Madeira e os impactos ambientais causados pelos processos de interligação elétrica Venezuela-Brasil, na Bacia do rio Caroni, na Venezuela. A discussão desses assuntos se baseia nos discursos integracionistas-desenvolvimentistas para as regiões amazônicas vs a proteção ambiental.

**Palavras-chave:** Política externa brasileira. Integração Energética. Impactos hidroambientais. Bacia rio Caroni. Bacia do rio Madeira.

### C) “Integração Energética na América do Sul: o caso do complexo hidrelétrico de Garabi”.

Raiza Gomes Fraga. UnB, Brasília, Brasil.

A integração energética é entendida como a possibilidade de importação-exportação de energia elétrica entre países vizinhos. A complementaridade de insumos energéticos entre os países da América do Sul é um dos fatores que motiva esse processo, podendo gerar benefícios como a otimização da infraestrutura de geração e transmissão, maior segurança energética e maior eficiência econômica. A Integração energética relaciona-se, portanto, ao processo de integração de infraestruturas da região sul-americana com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, consolidando um mercado regional integrado.

O caráter geopolítico de projetos de integração se evidencia pelo esforço político e institucional em concretizar projetos de integração energética. Instituições como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Mercosul articulam-se para estabelecer a integração energética como peça importante para o planejamento do setor elétrico e para o desenvolvimento da região. Dentre os principais empreendimentos de integração energética na América do Sul podemos destacar a hidrelétrica binacional de Itaipu (Brasil/Paraguai), a hidrelétrica binacional de Yacyretá (Argentina/Paraguai), e o gasoduto Gasbol (Bolívia/Brasil). Experiências como essas nos permitem questionar a eficácia do projeto de integração energética a partir de uma perspectiva que não se limite a integrar ofertas e demandas energéticas, mas que contemple também as dimensões socioambientais.

Novos projetos de integração energética na América do Sul vêm sendo apresentados sob a justificativa de promover o desenvolvimento sustentável da região. Através de obras de infraestrutura espera-se fortalecer as relações políticas, econômicas e culturais entre os países da região, porém, antes mesmo de estas obras de integração saírem do papel uma série de questionamentos são levantados.

O Complexo Hidrelétrico de Garabi situa-se na fronteira entre o estado brasileiro do Rio Grande do Sul e a província de Corrientes, na Argentina. O projeto prevê a construção de duas barragens no trecho internacional do Rio Uruguai, com capacidade de 2.200 MW. Formulado no final dos anos sessenta este projeto possui objetivos geopolíticos que vão além do abastecimento de energia e afetam a vida de brasileiros e argentinos que dependem do Rio Uruguai para sobrevivência.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende investigar qual o cenário em que se insere o projeto do complexo hidrelétrico de Garabi, seus impactos socioambientais e o potencial em promover o desenvolvimento em uma região de fronteira.

**D) “Conflitos sociais e violações de direitos nas obras de geração de energia elétrica do PAC: uma avaliação”.**

Júlio da Silveira Moreira. UNAM, México.

O Programa de Aceleração do Crescimento foi um programa de obras de infra-estrutura apresentado pelo governo brasileiro em 2007. Constituiu-se num programa de parcerias entre governo e grandes grupos privados nacionais e internacionais para realizar políticas econômicas e megaprojetos de investimento, onde se incluem obras de geração de energia elétrica que buscam impulsionar uma nova matriz energética para o Brasil, com repercussões sobre os países vizinhos.

O PAC se constituiu no principal modelo macropolítico do segundo governo de Lula e seguiu sendo durante o governo de Dilma Roussef. Está contido e harmonizado com o discurso e imagem internacional do Brasil como país em ritmo acelerado de desenvolvimento e progresso econômico, o que é na verdade uma imagem manipulada e universalmente reproduzida. Indo mais além nesses temas, há que se observar três hipóteses:

Este não é o modelo de desenvolvimento de que o povo brasileiro necessita;

Há violações massivas a direitos de trabalhadores e povos originários nas obras do PAC;

O PAC instaura um novo modelo de superexploração, violência e deslocamento territorial, em que o Estado atua como empreendedor e se transforma em responsável direto por estes resultados (e já não apenas por omissão).

Este trabalho analisará estas três questões de fundo, tendo como base empírica as obras de geração de energia elétrica de Jirau (Estado de Rondônia) e Belo Monte (Estado do Pará), onde se registraram, nos últimos anos, alto número de acidentes de trabalho, grandes greves de operários, execuções sumárias de operários por forças policiais, repressão massiva através de prisões, processos e demissões, intervenção da Força Nacional de Segurança, desrespeito aos direitos das comunidades locais deslocadas.

## MESA 12: DESARROLLO REGIONAL, ESTRATEGIAS GEOPOLÍTICAS E IMPACTOS AMBIENTALES

Moderador: Enzo Fasioli

11h00 – 13h00

**A) “A Zona Franca de Manaus e as Características Geopolíticas”.**

Renan Kaique Tinoco de Souza. UFAM, Manaus, Brasil.

Thiago Oliveira Neto. UFAM, Manaus, Brasil.

A estrutura instalada durante o regime militar na Amazônia buscava proporcionar um desenvolvimento econômico e a segurança na fronteira que foi amplamente divulgado nos anos 60 e 70 do século XX, sendo uma das preocupações do Estado que seguia a risca concepções clássicas da geografia política, que estava diretamente ligado a outros interesses nacionais e internacionais.

Um dos projetos de grande relevância nacional instalado na Amazônia Ocidental foi a Zona Franca de Manaus, que aglutinou uma gama diversificada de incentivos, investimento e benfeitorias da iniciativa privada juntamente a do Estado, ambos tinham interesses sobre o parque fabril e a área de livre comércio que parecia solucionar o problema econômico de Manaus, que na época estava com a economia estagnada e posteriormente com o advento da instalação dos projetos houve um aumento nas taxas de empregos, arrecadação, importação e exportação do município.

Entretanto, o projeto se constituiu no passado e reflete na atualidade econômica e política de Manaus, onde a divulgação da área de livre comércio e o incentivo para a consolidação da indústria se constituiu como base para o desenvolvimento e expansão da cidade. Durante essas últimas décadas a Zona Franca ganhou uma importância significativa ao Estado.

Compreender como a Zona Franca de Manaus influenciou e continua influenciando na economia do Estado do Amazonas, dando ênfase no desenvolvimento regional e as estratégias geopolíticas utilizadas para este projeto ter se tornado eficaz nas últimas décadas.

**Palavras-chave:** Regime Militar, Geopolítica, Amazônia, Desenvolvimento, Estratégia.

**B) “Atravessando as fronteiras, as representações dos atores locais sobre a pecuária questionam a governança global do setor”.**

J.F. Tourrand, Cirad, Francia y UnB, Brasil,  
C. Barnaud, Inra, Francia,  
H. Morales, IPA, Uruguay,  
E. Fasioli, UNPA, Argentina,  
F. Coronato, CENPAT, Argentina,  
S. Carvalho, UFPA, Brasil,  
A. B. Burlamaqui, Embrapa, Brasil,  
A. Schweitzer, UNPA, Argentina,  
P. Waquil, UFRGS, Brasil y  
R. Pocard-Chapuis, Cirad, Francia y Embrapa, Brasil.

Em consideração às crises sanitárias no setor da produção animal e às críticas sobre os impactos ambientais da pecuária, o projeto MOUVE e a rede LIFLORD, em parceria com o GAA coordenado pela FAO, iniciaram uma pesquisa para melhor entender as representações dos atores locais sobre a pecuária com o objetivo de levantar os resultados em nível da governança global.

Os resultados apresentados baseiam-se em dados levantados no conjunto de treze áreas de estudos de acordo com os três critérios seguintes: interesse da equipe local; peso significativo da pecuária no plano local; boa representação da diversidade na esfera global. As áreas de estudos localizam-se na América do Sul (Amazônia, Brasil; Pampa, Uruguai; Patagônia, Argentina), na Europa, na África do Norte e na do Oeste, na Ásia do Sudeste e na China.

Os dados foram levantados mediante entrevistas com atores locais envolvidos no setor pecuário, incluindo pecuaristas familiares e fazendeiros, comerciantes, agro-industriais, sindicatos, assistência técnica, governança e representantes locais, associações, financiadores e também pessoais fora do setor. Em cada área, a amostra envolvia cerca de 25 entrevistas. Os dados levantados informam sobre as funções da pecuária, os pontos de vista sobre o passado, a situação atual e o futuro da pecuária na região, os principais fatores de mudança, os assuntos de debates e conflitos em âmbito local, os futuros desejados a respeito da pecuária e a posição a respeito da questão ambiental.

O primeiro maior resultado abarca a diversidade das funções da pecuária em todas as áreas de estudos. As funções relacionam-se com a economia, micro e macro, a sociedade, o meio ambiente, as políticas, a cultura, a paisagem. O segundo trata da diversidade das representações entre as áreas de estudos dependendo dos contextos locais e dos contrastes entre as áreas. O terceiro refere-se às semelhanças entre as áreas de estudos, mas, especificamente, entre os grupos de atores locais de algumas áreas de estudos. O último resultado focaliza as três grandes representações usualmente comuns: o setor ambiental quanto a uma posição crítica a respeito dos



impactos da pecuária: o setor pecuarista que quer, via de regra, aumentar a produtividade da atividade pecuária; a governança local que tenta encontrar um consenso entre as diversas posições e expectativas. Outro interessante resultado consiste na grande diversidade das representações dentro dos grupos de produtores.

**C) “Antropología ecológica del avance del capitalismo en Misiones, Argentina.”**

Elías Gómez. UNAM, Misiones, Argentina.

Brián Ferrero. UNAM, Misiones, Argentina.

La provincia de Misiones en Argentina, posee muchas áreas naturales protegidas, y proyectos de conservación transfronterizos ligados a Estados vecinos como Brasil y Paraguay, y es frecuente el énfasis en las posibilidades de conjugación entre crecimiento económico y conservación de ecosistemas (Ferrero, 2005). De manera que el capitalismo sustentable como avance práctico y moral de las relaciones capitalistas sobre sectores de áreas naturales protegidas es innegable (O' Connor, 1998). A propósito de este proceso, se analiza el caso de dos colonias vecinas situadas en el departamento San Pedro (Limítrofe con los estados de Santa Catarina y Rio Grande do Sul, en Brasil)- Misiones, Argentina. Los ítems iniciales que guían el análisis son:

A) Tipos y formas de adecuación de las prácticas humanas con procesos sociales y regularidades ambientales. El análisis abarca entonces, 1) características de suelo y actividades productivas desarrolladas a propósito del mismo, 2) características de la disposición de afluentes, y su relación con actividades económicas, 3) tipo y función social de la vegetación al interior de las colonias (principalmente montes, capueras, y forestaciones) y su relación con las estrategias de reproducción social de los colonos.

B) La «*exigencia de acumulación ilimitada de capital mediante medios formalmente pacíficos*.» (Boltanski y Chiapello, 2002: 3) se ve impelida fundamentalmente por encadenamientos de relaciones procesuales entre múltiples agentes (agencias gubernamentales, empresarios madereros, cazadores del pueblo, y otros). De modo que la capitalización de las colonias incluye la consideración acerca de las causas y consecuencias de nuevas convenciones y configuraciones sociales acordes a la obtención y acumulación de capital.

**Bibliografía**

Boltanski, Luc y Eve Chiapello, (2002): *El nuevo espíritu del capitalismo*. Akal, Madrid.

Ferrero, Brian, (2005): «El lugar de los colonos. Ambientalismo y transformaciones territoriales en el agro misionero». *Revista Theomai, Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo*. En [http://revista-theomai.unq.edu.ar/numespecial2005/art\\_ferrero\\_numesp2005.htm](http://revista-theomai.unq.edu.ar/numespecial2005/art_ferrero_numesp2005.htm) (Revisado 22/05/2013)

O'Connor, James, (1998): Capítulo 14, «Is Sustainable Capitalism Possible?». pp. 234-53 En *Natural Causes: Essays on Ecological Marxism*. Guilford, New York

**D) “Relações Internacionais e Meio Ambiente: Implicações das Unidades de Conservação no Estado do Amapá para a agenda internacional.”**

Brenda Farias da Silva. UFAP, Macapá, Brasil.

Cintya Dayanne Gomes de Almeida. UFAP, Macapá, Brasil.

Gutemberg de Vilhena Silva. UFAP, Macapá, Brasil.

É possível identificar como grandes desafios e dilemas neste século XXI a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, correção de danos ambientais e ao mesmo tempo promover o

desenvolvimento econômico. A partir da *visão liberalista* das Relações Interacionais, enquanto campo de estudo, tais questões sumariamente expostas, são aprofundadas no presente artigo, tendo como referência de análise o Estado do Amapá. Este é considerado um dos mais preservados do Brasil e objeto de análise de diferentes autores sobre os impactos sociais, culturais e econômicos da preservação e conservação da natureza.

No Estado do Amapá existem diversas Unidades de Conservação, porém a criação destas por vezes é tida como um “atraso” para o seu desenvolvimento em decorrência das dificuldades para a criação de oportunidades de negócios, empregos e também pela restrição de ocupação e/ou permanência de populações autóctones nelas. Este artigo objetiva desenvolver uma análise sobre as UC’s do Amapá do ponto de vista das Relações Internacionais, tendo como referência a seguinte questão: o que representa a proteção da natureza no Amapá do ponto de vista da preservação da natureza mundial? Utilizaremos análise bibliográfica e documental, entrevista e também trabalho de campo em UC’s selecionadas como procedimento metodológico para dar conta de responder a questão.

**Palavras-chave:** Proteção da Natureza. Relações Internacionais e Meio Ambiente. Unidades de Conservação. Estado do Amapá.

#### E) “A geopolítica rodoviária na Amazônia: BR-319.”

Thiago Oliveira Neto. UFAM, Manaus, Brasil.

Ricardo José Nogueira. UFAM, Manaus, Brasil.

A construção de uma malha rodovia na Amazônia nas décadas de 60 e 70 tinha como intuito estabelecer um domínio do Estado sobre um vasto território interior que se apresentava desconectado do centro dinâmico do país. A integração da região norte ao país consistia em viabilizar alguns preceitos considerados essenciais naquele momento que se resumia na ocupação do dito vazio demográfico e de resolver problemas agrários no nordeste.

O meio de circulação que se viabilizava, buscava avançar ao interior da Amazônia, visando à comunicação via terrestre entre cidades e o escoamento de riquezas, que proporcionaria o desenvolvimento econômico regional. Assim, constituía-se numa forma de unir o território, integrando-o ao país, mantendo a segurança sobre o mesmo.

As políticas aplicadas sobre o território amazônico buscava estabelecer redes de circulação e um dinamismo relacionado ao binômio desenvolvimento e segurança nacional que se materializou na construção de rodovias, redes de comunicação e energia. No caso da Amazônia Ocidental as políticas rodoviárias se firmaram através de rodovias de penetração, uma dessas rodovias é a BR-319 que liga as cidades de Manaus e Porto Velho, numa extensão de 877 quilômetros. Esta rodovia foi construída durante o governo militar e funcionou plenamente facilitando a circulação de pessoas e mercadorias materializando no território a vontade política do Estado.

Entretanto no primeiro biênio após o fim do regime militar, a rodovia não recebeu manutenção e foi parcialmente destruída de forma intencional comprometendo a circulação no final da mesma década.

Nos últimos anos o Estado traz à tona a discussão referente à reconstrução da BR-319, tendo dois trechos próximos as capitais do Amazonas e Rondônia concluídos, entretanto a recuperação total da rodovia esbarra com a preocupação atual do Estado e das entidades governamentais referentes às políticas ambientais em vista do possível avanço do desmatamento que a reabertura da rodovia possa proporcionar ao longo de seu trajeto.

**Palavras-chave:** Geopolítica. Integração. Rodovias. Amazônia.

**MESA 13 (1ª PARTE): LAS FRONTERAS DE CARA A LA INTEGRACIÓN: AGENCIAS EN CONDICIÓN FRONTERIZA**

Moderadora: Adriana Dorfman

14h30 – 16h30

**A) “Perspectivas Sociológicas sobre a Globalização.”**

Melissa de Mattos Pimenta. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

A globalização, enquanto fenômeno histórico, econômico e social, constitui objeto de interesse da Sociologia desde os anos 1980, quando passou a incorporar os sentidos atribuídos às mudanças culturais que anunciavam o “fim da história” ou o advento da “pós-modernidade”. Para além dos fenômenos macro-econômicos de integração entre países, abertura de fronteiras comerciais e intercâmbio de bens por meio de moeda única, a globalização introduziu uma nova dimensão nas inter-relações em todos os níveis, na medida em que a relação entre tempo e espaço foi rompida, especialmente a partir do desenvolvimento e da expansão da tecnologia da informação aplicada à comunicação.

Nesse sentido, pessoas situadas em lugares opostos no globo passaram a se comunicar, em tempo real, ligando espaços e tempos diferentes em um mundo virtual. As possibilidades de interconexão por meio das mais variadas interfaces de comunicação (email, conversas online, blogs, redes sociais), transformaram radicalmente a relação entre local e global, de tal modo que hoje é difícil mapear essas fronteiras. Novas delimitações se sobrepõem a demarcações tradicionais, políticas e econômicas, na medida em que a vida cotidiana passa a ser afetada por acontecimentos aparentemente distantes e desconectados entre si, como a quebra da safra de milho nos Estados Unidos que afetou produtores de frango no Brasil no ano passado, inflacionando o preço do produto, ou movimentos como o “Ocupe Wall Street”, imitados ao redor do mundo, que têm inspirado novas formas de mobilização juvenil.

A partir de uma breve releitura das contribuições de sociólogos como Anthony Giddens, Mike Featherstone e Boaventura de Sousa Santos, pretende-se propor uma reflexão o conceito de fronteira em um mundo aparentemente “sem fronteiras”.

**B) “A antropologia e a porosidade das fronteiras”.**

Denise Fagundes Jardim. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

O interesse por populações transfronteiriças e comunidades transnacionais tem se intensificado não somente na antropologia, mas sobretudo por parte de vários atores que examinam as fronteiras nacionais como um lugar privilegiado para estabelecer diferenças e distinções entre nacionais e estrangeiros, entre a circulação legal e ilegal, bem como avaliar a presença ou ausência de equipamentos de Estado nessas regiões.

A proposta dessa exposição é de examinar o cenário atual das preocupações e os diferentes atores que têm sido mobilizados a debater a fronteira no marco do Plano nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil em 2006. A “porosidade das fronteiras” é vista como um problema com graus de intensidade diferenciados e a presença e atuação do “Estado” é conclamada como um remédio para os males da porosidade acentuando e mesclando preocupações com vigilância e controle aduaneiro a preocupações relativas aos direitos humanos de imigrantes.

Atentamos para a variação e a capilarização de tecnologias de controle, e as formas de presentificação do Estado do ponto de vista antropológico, realçando a multiplicidade de saberes e lógicas administrativas que atualmente interpelam nacionais e estrangeiros. A fronteira do extremo sul, conhecida por sua histórica migração pendular, como definem os demógrafos, é então revisitada sob o prisma da vigilância e de sua potencialidade para um conjunto de tecnologias e prioridades de controle estatal e social. Na escala de prioridades e porosidades, entretanto, é importante examinar quais dispositivos que permitem distintos saberes enunciar uma fronteira como mais ou menos porosa, mais ou menos perigosa.

**C) “Fronteras, espacios de integración? en el nuevo milenio”**

Elsa Laurelli. CONICET-CEUR, Buenos Aires, Argentina.

El largo camino recorrido por las diferentes concepciones de fronteras a lo largo de la historia, nos plantea la necesidad hoy de reflexionar en torno al proceso que las determinaron como territorios de encuentro e integración.

Recorriendo estos territorios y por ende las culturas que en su diversidad se manifiestan y resultan como las expresiones que las contienen.

Se pueden plantear como espacios que asumen diversas escalas en sus diversos contextos políticos, económicos, sociales, culturales, que han de dividir y no por ello dejar de integrar estados, mercados y toda otra división posible que manifiesten la organización de una sociedad.

Desde una “línea” a la concepción de la “transfrontera” se manifiesta desde diversas prácticas administrativo-legales, también simbolizando diferencias identitarias y son y han sido espacios de lucha, de conquistadores y conquistados, de integración o desintegración de estados, colonias o pueblos.

Una nueva etapa plantea la reflexión teniendo en cuenta el escenario de las nuevas tecnologías de información y comunicación (TICs), que permiten entrar en concepciones que no sólo entrevean los espacios transfronterizos y las fronteras, y los definan desde la posibilidad que brindan las nuevas herramientas y concepciones.

**D) “Territorialidades em fronteiras: as particularidades da fluidez e da flexibilidade”.**

Heleniza Ávila Campos. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

A dimensão territorial encontra nos espaços fronteiriços diferentes possibilidades de conformação, enquadrando-se em formas alternativas da sociedade que o define sobre as formas institucionais e políticas pré-determinadas. Bordas, fronteiras, limites, franjas, são noções geográficas que encaminham a discussão para duas questões: a rigidez da fronteira institucionalizada e a flexibilidade das práticas e dos fluxos (de pessoas, capital, mercadorias).

A partir dessa perspectiva, busca-se discutir sobre a fluidez e flexibilidade na ocupação, movimento e distintas formas de delimitação dos espaços reconhecidos como fronteira. As múltiplas manifestações da sociedade no reconhecimento de seus territórios em distintas escalas encontram na fronteira um terreno com que abarca diferentes propósitos e abre possibilidades alternativas para ajustes às necessidades e interesses dos grupos que ali se envolvem, seja dentro de uma ordem mais verticalizada, apoiada nas ações do capital, seja nas ações mais horizontais de usos e ocupações, presentes no cotidiano.

A abordagem teórica segue as distinções teóricas no campo da Geografia Urbana e Regional ao tratar das diferenças entre território-zona e território rede, utilizando ao mesmo tempo como

suporte e contraponto a institucionalidade das diferentes formas de fronteira discutidas por Carlos Mattos.

A discussão aponta para a necessária revisão do tratamento destes espaços especiais e particulares que definem lógicas de ocupação distintas de outros tipos de territórios.

### MESA 13 (2ª PARTE): LAS FRONTERAS DE CARA A LA INTEGRACIÓN: AGENCIAS EN CONDICIÓN FRONTERIZA

Moderadora: Heleniza Ávila Campos

16h50 – 18h50

#### A) “Mídia, Fronteiras e Práticas Socioculturais em diferentes momentos investigativos”.

Karla M. Müller. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

As fronteiras constituem-se em fenômeno e objeto de interesse de vários campos do conhecimento, entre eles o das Ciências da Comunicação. As discussões perpassam as fronteiras nacionais, fronteiras culturais, espaços de limites, movimentos de integração, construções simbólicas e imaginárias.

Nossa pesquisa está centrada na mídia local das fronteiras nacionais do Brasil com seus vizinhos do Cone Sul da América Latina. Constatamos, em mais de dez anos de investigação, que os meios de comunicação produzidos localmente participam da construção da cultura e da identidade fronteiriça, sendo estas plurais, reforçando, criando e recriando os elementos constitutivos do lugar. Neste sentido, percebe-se que os modos e estratégias de operação dos jornais, rádios, TVs, sites, blogs e portais, elaborados a partir destes espaços, passam a caracterizá-los não apenas como órgãos de difusão das práticas socioculturais fronteiriças, mas transforma-os em elementos ativos nos processos de integração dos grupos ali envolvidos.

O objetivo deste paper é recuperar as principais marcas das culturas e identidades fronteiriças presentes na mídia local, agora também disponível via internet, que mereceram destaque nos quatro diferentes ciclos da pesquisa Mídia e Fronteira e que confirmam a condição de sujeito à mídia local fronteiriça.

**Palavras-chave:** Mídia. Fronteiras. Práticas socioculturais.

#### B) “Análise do Plano Nacional de Fronteira (2011). Um novo processo de militarização?”

Gislene Santos. UFPR, Curitiba, Brasil.

O final do século XX registrou no cenário internacional a emergência dos discursos fronteiriços do espaço. Se, por um lado, os apologistas da globalização proclamaram uma nova era do fim dos estados nacionais e a porosidade das fronteiras internacionais, por outro, a década de 1980 assiste à emergência de técnicas de vigilância dispostas ao largo dos limites fronteiriços. A fronteira México-Estados Unidos tem se destacado como o espaço mais emblemático das ações de vigilância e controle militarizado.

No Brasil, a fronteira geopolítica também se faz presente Lindeira de 10 países da América do Sul, os 15.719 Km de extensão territorial fronteiriço (588 municípios brasileiros), são, na década de 1990, reconsiderados como área de estratégia nacional, de interesse econômico e de seguridade pública. A zona fronteiriça entre o Brasil e Paraguai, na porção oeste do estado do Paraná (PR), tem sido cenário da instalação de vários objetos técnicos de vigilância. Nesta apresentação guardamos atenção para o “Plano Nacional da Fronteira” (PNF), implementado pelo

governo brasileiro em 2011, já que a cidade de Foz do Iguaçu (BR), lindeira a Ciudad del Este (PY), se apresenta como espaço-objeto de intervenções: i) espaço de prioridades das políticas econômicas; ii) cenário para a instalação dos sistemas técnicos de vigilância, justificados por uma política de segurança pública.

Para abordar este Plano de Fronteira é necessário examinar o conjunto de dispositivos (normas, discursos, procedimentos, leis, recursos, sistemas de informação e objetos técnicos) instalados nesta zona urbana fronteiriça (Foz do Iguaçu). O Objetivo é descrever a arquitetura técnica das ações do Estado brasileiro, através do Ministério da Justiça e Ministério da Defesa. Na seqüência uma reflexão sobre o processo de militarização nesta área e suas implicações sociais e políticas para um projeto de integração regional transfronteiriço, especialmente suas implicações na mobilidade da população entre os dois países.

### **C) “Territorialização do contrabando no Cone Sul: notas de pesquisa.”**

**Adriana Dorfman. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.**

Tenho trabalhado buscando dimensionar os volumes e traçar os caminhos percorridos pelo contrabando de couro, lã e agrotóxicos, entre outros produtos de relevância local, que entram no Brasil pelas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai, nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e Paraná, em seu destino às áreas produtoras e consumidoras do país. Para tanto, analisei, com a colaboração de muitos pesquisadores, a legislação vigente, sua negociação e aplicação; bem como o noticiário sobre o tema, identificando percursos, estratégias e posições discursivas. Graças à Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras, uma iniciativa da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça levada a cabo pelo NECVU (Núcleo de Estudos sobre Cidadania e Violência Urbana) e pelo Grupo Retis da UFRJ, realizamos em 2013 campanhas de coleta de dados em 22 cidades fronteiriças do Rio Grande do Sul e em algumas das cidades além-fronteira que lhes correspondem, com a atribuição de levantar as condições de criminalidade e violência na fronteira gaúcha. Assim, tenho podido trabalhar com estatísticas produzidas pelos órgãos de segurança, bem como examinar as condições em que elas são produzidas.

A partir desses dados, descrevemos o sistema territorial projetado pelos atores do contrabando e de sua repressão, em termos de objetos (mercados, redes e limites) e relações (de geografia moral, de divisão do trabalho e de polarizações). Entre as conclusões, destaco a relação entre estes ilícitos e a violência derivada da concentração de terra e poder, onde os “favores” e “compensações” preenchem o lugar de relações normatizadas pelo aparato estatal.

**Palavras-chave:** Contrabando. Fronteira. Atores. Redes. Normas.

### **D) “Regionalização e cartografia das passagens na fronteira do Rio Grande do Sul”**

**Erika Collischonn. UFPel, Pelotas, Brasil.**

Fronteira é um vocábulo que tem conotação de diferenças, limites e barreiras. Desde os tempos de escola, a cartografia nos fez ver a fronteira como o fim de um território, nunca na perspectiva de liberdade e de movimento. No entanto, quando adentramos a faixa de fronteira brasileira no Rio Grande do Sul através da “Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras” percebemos que ela é, fundamentalmente, uma zona de contato e de trocas. Assim, pensamos em mudar esta perspectiva cartografando os contatos, as semelhanças, as trocas.

Concretamente, o objetivo da análise que estamos realizando é desenvolver a seguinte questão: como se organizam as passagens em torno das vias de trânsito “oficiais” e não “oficiais” nos diferentes espaços da faixa de fronteira brasileira no Rio Grande do Sul? Cada um deles tem características distintas, quanto ao modo de transposição (terrestre, ponte por rio, barca, barco), a tipologia de pessoas e mercadorias que circulam, assim como referente aos usos da terra, às vias de comunicação e aos assentamentos humanos que comunicam. Para esta caracterização, além dos levantamentos em campo, estamos fazendo uso de diferentes geotecnologias. Em hipótese consideramos seis subespaços: Chuí – terrestre, Lagoa Mirim e rio Jaguarão, Fronteira Seca com o Uruguai, Rios Quaraí e Uruguai até São Borja, Rio Uruguai de Porto Xavier a Derrubadas, Rio Uruguai de Barra do Guarita até Aratiba. Procuramos relacionar esta caracterização com outras regionalizações já propostas para o Rio Grande do Sul sobre uma base de relações unidirecionais desde os centros hegemônicos regionais internos ao Brasil.

## **TEMAS 1 e 2: LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL FRENTE A LA CRÍISIS ECONÓMICA GLOBAL e TRATADOS DE LIBRE COMERCIO Y PLANES GEOESTRATÉGICOS**

SALÓN DE APOYO 1 AL SALÓN DE ACTOS II DE LA RECTORÍA

22 de noviembre

### **MESA 14: PENSAMIENTO POLÍTICO Y GEOPOLÍTICA EN LA INTEGRACIÓN REGIONAL**

Moderador: Maria Izabell Mallmann

08h40 – 10h40

#### **A) “Sociabilización del Pensamiento Político de la Integración Latinoamericana y Caribeña”.**

Yackson José Ramírez Ochoa. UCV, Caracas, Venezuela.

Las distintas naciones en Latinoamérica y del Caribe, actualmente acelera sus procesos de integración regionales dentro del pensamiento político, como mecanismo de concertación y complementariedad, donde se emprende las conexiones entre las realidades de cada nación parte, como el empoderamiento y unidad de los pueblos. Seguido, este poder impostergable de los pueblos subyace la realidad social existente, donde en cada capítulo de los distintos contextos regionales marca la importancia de los elementos de integración y determinación concreta de sus necesidades, reconociendo el papel fundamental de la mediación política como el arquitecto de las sociedades modernas, en si la piedra filosofal. Es razón por la cual se hace válido los hechos de sociabilización del pensamiento político, cuando las naciones hace suya sus propias interpretaciones y dinámicas para integrarse mutuamente.

Estas concertaciones y complementariedades políticas serían precisamente aquellas representaciones colectivas que rigen los sistemas de identificación y de integración multidimensional en el concilio Latinoamericano y Caribeño, donde genera una serie de pensamientos e idearios integracionista, permitiendo el escalonamiento de la dominación pacífica de los distintos sistemas de realidades sociales diferenciadas, es decir, una nación con un sistema capital y tradicional, otro social o capitalismo de Estado, por citar algunos modelos de estados existentes.

El presente papel de trabajo utiliza técnicas de investigación documental, para analizar las bases, conceptos, teorías, modelos y concepciones, considerado como un sistema holístico y dialéctico. Por tanto, conceptualizando la totalización de la que se parte, se incluirían todos aquellos elementos ignorados por ideologías, entre otros criterios, contribuyendo a unas conclusiones necesarias para el conocimiento objeto de investigación.

**Palabras Claves:** Sociabilidad. Pensamiento político. Integración regional.



**B) “Uma análise pendular dos procesos de integração latino-americana: entre Bolívar e Monroe”.**

Tchella Fernandes Maso. UFGD, Dourados, Brasil.

O trabalho tem por objetivo apresentar os processos de integração latino-americana em perspectiva histórica e comparada. A partir da sistematização construída pelo pesquisador Dr. Nilson Araújo, defendemos um modelo pendular de análise, estruturado entre a aproximação e o distanciamento em relação aos interesses político-econômicos dos Estados Unidos. A integração latino-americana é apresentada em quatro ondas: 1) entre 1810 e 1940, com ênfase na proposta de Simón Bolívar; 2) do período entre-guerras até meados dos anos 1970, com destaque para as iniciativas da CEPAL; 3) inicia-se com o contexto de crise econômica internacional na década de 1970, a qual desencadeou severas consequências para a região no decênio seguinte, e perdura até meados dos anos 2000, momento de importante viragem na política dos países abaixo do Rio Bravo; 4) caracterizada pela multiplicação de empreendimentos, ou a reconfiguração das existentes, tendo como ponto de convergência a busca por alternativas contra-hegemônicas, voltadas para o fortalecimento das relações Sul-Sul a partir dos anos 2000.

A partir de tal sistematização, inferimos que as iniciativas que mais se afastaram do eixo do Norte são as ideias bolivarianas da primeira onda e retomadas pela ALBA, recentemente. As demais transitam entre uma “amizade tradicional”, para retomar o conceito que Moniz Bandeira utiliza para abordar a relação Brasil-Estados Unidos, e uma inserção autônoma, típica dos empreendimentos cepalinos e da política externa independente formulada no Brasil na metade do século XX. Há, portanto, uma disputa implícita acerca de visões de mundo, e de mundos possíveis (como afirma Smith em seu estudo das Relações Internacionais), no palco latino-americano.

Para realizar a proposta, bem como insinuar algumas dessas reflexões, partimos da sistematização do economista Dr. Nilson Araújo, da sugestão do inglês Adam Watson, acerca da análise pendular da história das Relações Internacionais, além do estudo pormenorizado de cada uma das propostas de integração regional a partir de seus principais analistas, com ênfase na bibliografia do campo das Relações Internacionais e autores latino-americanos.

**C) “As dimensões geopolíticas da integração física na América do Sul”.**

Thaís Virga Passos. USP, São Paulo, Brasil.

Marcos Fávaro, USP, São Paulo, Brasil.

O trabalho tratará dos aspectos estratégicos da integração física da América do Sul. Exploraremos a luz das teorias clássicas da geopolítica continental a lógica segundo a qual se desenvolve a mecanização territorial em nosso continente e, logicamente, as consequências que esta mecanização representa para o fenômeno de integração do corrente momento.

O cerne em torno do qual se desenvolve nosso argumento é, na verdade, uma comparação histórica. Nosso recorte temporal será o século XX. Compararemos então aquele contexto em que os interesses brasileiros e argentinos se sobrepunham e entravam em rota de colisão na bacia do rio prata, com o final do século XX e o começo do nosso do nosso século, quando o contexto de entendimento entre as duas potências sul americanas alterou o cenário estratégico continental em sua totalidade.

No primeiro momento, situado na primeira metade do século XX, a Argentina da “*Generación del Ochenta*” atraía para sua esfera de influências, via integração física, os Estados mediterrâneos (Paraguai e Bolívia), o que despertava a percepção brasileira acerca do desequilíbrio de poder que isso causava a favor do Estado argentino. A reação brasileira se deu a partir de 1950,

também via implementação de infraestrutura: o Brasil, por meio de um plano viatorial transversal e plurimodal ofereceu aos Estados do Cone Sul uma alternativa ao sistema de transportes argentino, o que fez pender favoravelmente para o lado brasileiro a balança de poder no cone sul. O pós guerra fria é marcado pelo entendimento das duas potências sul americanas cujos marcos mais citados são a assinatura pela ata de integração em 1986 e do tratado de assunção em 1991.

A estabilização da fronteira sul permitiu ao Brasil concentrar seus meios em outra região de histórica importância estratégica: a Bacia do rio Amazonas, sendo que, neste caso, a infraestrutura continua tendo papel destacado como elemento de grande estratégia brasileira. Portanto, a segunda parte do nosso trabalho vai analisar a dimensão estratégica do novo projeto de integração física, objetivando avaliar sua importância econômica e social, bem como o papel dos atores nele envolvidos.

#### D) “Uruguai-Brasil: cooperação e integração nos governos de Mujica e Rousseff”

Rafael Alvariza Allende. PUCRS, Porto Alegre, Brasil.

Maria Izabel Mallmann. UdelaR, Montevideo, Uruguay.

Teresa Schneider Marques. UdelaR, Montevideo, Uruguay.

Com a assunção de Dilma Rousseff e de José Mujica, tem iniciado um notório estreitamento das relações bilaterais. A escolha de Montevideu em Maio de 2011 como a terceira visita ao exterior desde a tomada de posse de Rousseff, foi um claro sinal do Itamaraty que a diplomacia oriental soube entender. O início das negociações tiveram como resultado a concepção de um *“novo paradigma de integração bilateral”* (31/Julho/2012), traduzido na ação para o desenvolvimento sustentável e a integração entre ambos os países. Para o funcionamento desta associação estratégica, criou-se o *“Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai”* (GAN) encarregado da execução do *“Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração”*, caracterizado pela intensificação de projetos de integração, complementação produtiva e cooperação, prevendo também uma forte associação entre públicos e privados (Itamaraty, 2012).

Desde o ponto de vista uruguaio, este novo paradigma insere-se na estratégia do governo conformado pela coalizão de partidos progressistas Frente Ampla, que continua privilegiando o MERCOSUL como plataforma de inserção internacional, más também o bilateralismo múltiplo. Com o lema *“Uruguai aberto ao mundo”* recebem especial atenção às áreas vinculadas à agropecuária, ao turismo e à logística regional. Com relação ao Brasil, o país vem desenvolvendo uma política de reconhecimento de sua liderança na região, manifestando a necessidade de reforma das Nações Unidas e conseqüentemente a nomeação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, o apoio mutuo de seus contingentes na MINUSTAH, assim como o fortalecimento da UNASUL, a CELAC, e a reativação do ZOPACAS (Fernández, 2010). Esta política exterior contrasta com o pragmatismo desenvolvido pelo anterior Presidente Tabaré Vázquez (2005-2010).

Devido à multiplicidade de projetos, comissões binacionais e acordos assinados para dar cumprimento ao novo paradigma, a atual agenda bilateral pode-se dividir em dois grandes eixos: Planejamento Estratégico e Integração Produtiva e Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço. Esta aproximação ao Brasil se insere na idéia de *“MERCOSUL em duas velocidades”*.

O detalhe desta agenda bilateral é uns dos principais pontos do trabalho a apresentar.

**MESA 15: GLOBALIZACIÓN, MERCADOS AGRÍCOLAS Y CRISIS ALIMENTARIA**

Moderadora: Aurora Furlong y Zacula

11h00 – 13h00

**A) “Agricultura, mercado e desenvolvimento rural no contexto da globalização”**

Cláudio Machado Maia. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.

Eduardo Ernesto Filippi. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Mario Riedl. FACCAT, Taquara, Brasil.

Dione Ludwig. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.

Este estudo reflete sobre o processo de desenvolvimento e da inserção da agricultura num contexto de globalização vis-a-vis elementos que tem conformado a evolução e a reestruturação da agricultura. Fala-se de globalização, sua caracterização e gênese, impactos, mudanças e a questão do Estado-nação. Descreve-se algumas noções de território que permitem uma perspectiva de análise considerando a composição e a complexidade do mundo rural.

Numa perspectiva comparativa, apresenta-se uma breve caracterização de políticas agrícolas no âmbito dos países do sul da Europa e latinoamericanos, e, resumidamente, considerações em torno de elementos que podem favorecer o processo de desenvolvimento rural.

**Palavras-chave:** Agricultura. Agricultura familiar. Mercado. Globalização.

**B) “Apertura comercial e impacto en la producción de alimentos en América Latina”.**

Aurora Furlong. BUAP, Puebla, México.

Nayeli Jocelyn Castañeda García. BUAP, Puebla, México.

José Pablo Alaguna Padilla. BUAP, Puebla, México.

Con la llegada de la crisis económica de 2008, se han implementado diversidad de políticas con la finalidad de corregir los problemas de crecimiento y desaceleración económica, las estrategias neoliberales han intensificado los problemas económico-sociales. La apertura comercial, ha creado regiones de destrucción del sistema productivo interno, con la precarización del trabajo surgió una grave pauperización del ingreso y acceso a los alimentos, las empresas transnacionales tienen ahora más facilidades dentro del encadenamiento productivo al ser prácticamente eliminadas las fronteras.

Algunas de las políticas implementadas se han dirigido de manera directa al mercado laboral con la finalidad de flexibilizarlo, han agravado aún más los problemas sociales.

La pobreza y los bajos ingresos son consecuencia de la flexibilidad, mientras la especulación de empresas transnacionales, ha generado un clima de inseguridad en el sector alimentario. Al mismo tiempo que los alimentos se han encarecido, el ingreso de los trabajadores se ha reducido para obtener lo básico: el derecho a alimentarse.

**Palabras Claves:** Apertura Comercial. Empresas Transnacionales. Producción de alimentos.

**C) “Empresas transnacionales, crisis alimentaria en el Plan Mesoamérica (PM)”.**

Aurora Furlong. BUAP, Puebla, México.

Raúl Netzahualcoyotzi. BUAP, Puebla, México.

Las empresas transnacionales (ET) impactan directamente en el consumo imponiendo no solo la especulación financiera, ahora la alimentaria, provocando nuevos procesos, acentuando pobreza, desnutrición y despojo de los recursos naturales estratégicos de la región del PM, representan una forma más de refuncionamiento del capital. La crisis económica ha acentuado el problema de acceso a los alimentos a causa de los bajos ingresos, pese a la existencia de oferta alimentaria, la población se encuentra en la desnutrición, ya la FAO alertó sobre el problema, que se ha ido haciendo una constante en México y Centroamérica, junto con la polarización y asimetría comercial con su socio comercial más fuerte.

Los países del CAFTA-DR, aunque cuentan con suficiente oferta de alimentos, poseen ahora más vulnerabilidad al haberse vuelto importadores netos. En contrapartida, campesinos e indígenas siguen alimentando a más del 70 por ciento de la humanidad con solo el 20 por ciento de tierra laborable global, son los que han legado las principales semillas a la humanidad hace más de diez mil años, enfrentando a las transnacionales a través de la resistencia.

**Palabras Claves:** Crisis Alimentaria. Empresa Transnacional. Proceso de integración. Resistencia.

**D) “Efectos de la globalización en la seguridad y soberanía alimentaria: el caso de los municipios de Andes y Santa Fe de Antioquia”.**

Lizeth Alejandra Parra Barbosa. UdeA, Medellín, Colombia.

El propósito de esta ponencia es presentar parte de los hallazgos obtenidos en la Investigación *La Seguridad Alimentaria en los Municipios de Andes y Santa Fe De Antioquia en el Período 2008-2011* del Semillero Estudios Políticos Rurales, planteando los efectos de la globalización, entendida como un proceso histórico-social, en la consolidación de la seguridad y soberanía alimentaria en los municipios de Andes y Santa Fe de Antioquia; el primero de estos tradicionalmente dedicado al cultivo del café, producto que ha sido caracterizado como eje de exportación en Colombia, y el segundo como un espacio turístico por excelencia.

Para lograr este propósito se utilizará la dimensión Elementos Estructurales de Tipo Económico del enfoque de Sistema Alimentario conformado por siete dimensiones propuestas por el profesor Jaime Forero Alvarez, el cual fue utilizado como marco teórico de la mencionada investigación en la cual se buscaba indagar por la situación de la seguridad alimentaria en los municipios de Andes y Santa Fe de Antioquia en el período 2008- 2011. Se concluye que estos dos municipios evidencian cómo el proceso globalizador con su discurso hegemónico es excluyente, y genera en las pequeñas comunidades un catalizador del aumento de la pobreza, el desempleo, la dependencia alimentaria, la concentración de la tierra y la afectación de la soberanía alimentaria, en razón, entre otras de la irrupción de las multinacionales en el campo de los alimentos, generando retrocesos en la consolidación de la seguridad alimentaria especialmente en las zonas rurales de países en vías de desarrollo como Colombia.

Ponencia enmarcada en el Proyecto de Investigación CODI: *La Seguridad Alimentaria en los Municipios de Andes y Santa Fe De Antioquia en el Período 2008-2011* del Semillero Estudios Políticos Rurales.

**Palabras Claves:** Globalización. Seguridad Alimentaria. Soberanía Alimentaria. Efectos de la Globalización. Elementos estructurales de tipo económico. Andes. Santa Fe de Antioquia.

**MESA 16: DESARROLLO REGIONAL, DESEQUILIBRIOS Y DESIGUALDAD**

Moderadora: Jesica Wendy Beltran Ch

14h30 – 16h30

**A) “Desequilibrios en el acceso al desarrollo en el Departamento del Cauca – Colombia”.**

Jesica Wendy Beltran Ch. UFSM, Santa Maria, Brasil.

En los procesos de análisis sobre la teoría del desarrollo quedo evidenciado que uno de los grandes problemas que trae consigo la implementación del modelo hegemónico actual, basado en el crecimiento económico como factor central del desarrollo, es la creación de profundos desequilibrios en muchos de los países de América Latina en los cuales se ha implementado este modelo. Los desequilibrios son entendidos como una inequidad de la distribución de los beneficios del desarrollo en todos los sectores de la población que componen una sociedad, esta desigualdad se refleja por medio de indicadores construidos para mediar la dinámica y evolución del desarrollo que expresan una enorme distancia entre los sectores de población mas beneficiados por el modelo y la inmensa población de los estados latinoamericanos. Para el caso Colombiano, las cifras de entidades internacionales de desarrollo establecen que ocupa el tercer lugar en el mundo en desigualdad social y económica.

Los desequilibrios expresados a nivel nacional también se reflejan en las regiones que constituyen el Estado colombiano. La historiadora Margarita Serje en el texto el Revés de la Nación (2011), permite mediante el análisis de la presencia del Estado establecer que en Colombia existen sitios, localidades, o lugares donde no se expresa ni la acción del Estado como agente del desarrollo, ni se aplica la racionalidad del modelo de desarrollo que se implementa en el país. Estos lugares que presentan los indicadores mas bajos de desarrollo en todo el país, los denomina el Revés de la Nación, he intenta explicar su existencia por medio de procesos históricos de conformación territorial del país.

Este estudio aborda los desequilibrios regionales que se presentan en el departamento del Cauca tratando de explicar que existe una relación directamente proporcional entre indicadores de desarrollo y cercanía o lejanía del eje vial de la carretera Panamericana, tornándose como una categoría espacial comparativa entre indicadores. El abordaje teórico metodológico nos permite efectuar un análisis espacial de comportamiento de los indicadores más importantes con los cuales se mide el desarrollo en el país y su relación con la vía Panamericana que cruza el departamento del sur a norte.

**B) “Estudo sobre o desenvolvimento local dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras no oeste do Paraná (1945-2010).”**

Tatiane Dinca

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória histórica de desenvolvimento de Pato Bragado e São José das Palmeiras. A região administrativa de Toledo está localizada no extremo oeste do Paraná, composta por vinte municípios. Portanto, quando o desenvolvimento é observado em particular, as desigualdades locais torna-se evidentes. Os municípios selecionados para a pesquisa apresentam níveis de desenvolvimento desiguais, apesar que pertencem a mesma região do oeste do Paraná e muitos são os fatores que podem ser os responsáveis pela diferença de nível

de desenvolvimento entre eles, sendo assim, pela dada trajetória histórica, modelo de colonização, origem étnica e a quantidade de organizações associativas.

Para sua realização adotou-se o método estudo de caso, e a pesquisa teve caráter descritiva para demonstrar a trajetória de desenvolvimento nos municípios da amostragem e de um caráter exploratório. O estudo teve uma abordagem qualitativa e quantitativa e houve a coleta de dados, por meio de dados primários via pesquisa e dados secundários. Para mensurar o capital social, utilizou-se o levantamento de número de organizações associativas, onde que o município de Pato Bragado tem quantidade superior de associações do que São José das Palmeiras.

Os resultados da pesquisa revelam que a trajetória histórica é decisiva para o processo de desigualdade dos municípios estudados. Pato Bragado foi colonizado pela empresa Maripá, a qual tinha preocupação maior com o elemento humano e a estrutura fundiária de pequena propriedade rural que incentivava a vinda de colonos migrantes oriundos da região sul do Brasil, conhecidos como sulista. E já a empresa Bentheim, colonizadora do município de São José das Palmeiras onde a propaganda estava firmada na fertilidade das terras e priorizava a vinda de migrantes de outras partes do país, em grande maioria da região norte do Brasil, vistos como nortista.

Em suma, o município de Pato Bragado tem um maior desenvolvimento local em relação a este parâmetro do município de São José das Palmeiras. O desenvolvimento requer crescimento nos níveis de organização social, o que tem sido denominado de capital social, quanto maior a capacidade das pessoas se associarem em torno de objetivos comuns, maiores serão os indicadores de capital social e consequentemente maior será o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento local. Origem étnica. Trajetória histórica. Capital social.

### C) "Pobreza y desigualdad en las comunidades indígenas de México, en la primera década del siglo XXI."

Lorenzo Reyes Reyes. UACH, Chapingo, México.

Braulio Morales Morales. UACH, Chapingo, México.

Oscar Iván Reyes Maya. UCM, Madrid, España.

La pobreza en México alcanza a 58 millones de personas, esta situación es más aguda para la región sur del país, para el sector rural, para las mujeres y para las comunidades indígenas; es decir, la pobreza y la desigualdad depende de la capacidad que cada grupo social tiene para allegarse riqueza.

La pobreza ha sido un tema recurrente pero se inicia su medición a partir del año 1992, se clasifica en: alimentaria, de capacidades y de patrimonio, en ese año se reportan 19, 26 y 46 millones de personas, donde la pobreza de patrimonio contiene a las anteriores; en 1996 los resultados son negativos, debido a los errores de diciembre-enero de 1994-95 los niveles de pobreza se incrementan a 35, 43 y 64 millones de personas en los respectivos niveles de pobreza; en 2006 se tienen datos muy positivos y se reportan 14, 22 y 44 millones de personas pobres; en 2008 con los impactos negativos de la crisis en EUA, las personas en pobreza se incrementan 19, 27 y 51 millones de personas en algún nivel de pobreza; para 2010 la medición es multidimensional (al criterio económico se le agregan los criterios sociales y culturales), resultan 58 millones de personas en alguna dimensión de pobreza y 28 en pobreza alimentaria.

La desigualdad tiene que ver con la capacidad/incapacidad para apropiarse de la riqueza generada, México históricamente es un país desigual, actualmente se registra un coeficiente de

Gini de 0.481, este coeficiente indica que por la brecha de ingresos entre los deciles componentes de la sociedad mexicana, se trata de una sociedad muy polarizada.

La población indígena en México sigue siendo importante tanto por su número como por otra serie de características; suman 15 millones de personas de estas, seis hablan algún idioma, 9 millones se sienten indígenas y comparten la marginación, el acoso por sus recursos, el hambre, etc., pero no hablan el idioma; en este sector social la pobreza y desigualdad se presenta con mayor agudeza; ya a que a nivel nacional el 46.2 % de la población se considera pobre; pero en cuanto a la población indígena el 79.8 % está en condición de pobreza.

**Palabras Claves:** Pobreza. Desigualdad. Polarización social.

## MESA 17: DESIGUALDAD SOCIAL Y DESNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN EN LA GLOBALIZACIÓN

Moderador: Raúl Netzahualcoyotzi

16h50 – 18h50

### A) “Caracterização dos municípios que receberam novos *campi* a partir do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)”.

Geisa Zanini Rorato. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Heleniza Ávila Campos. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

O Brasil vem passando por uma reestruturação e expansão do Ensino Superior Federal, motivada pelo Programa de Expansão Fase I das Universidades Federais em 2003 e posteriormente com a Política de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) com início em 2007 (Decreto 6.096/2007) e previsão de término em 2012.

O presente artigo tem como objetivo realizar uma investigação inicial sobre o perfil dos municípios que receberam novos *campi* no período 2003/2012, visando elaborar um banco de dados que permita realizar análises futuras sobre as características destes municípios e o impacto sofrido por eles com os investimentos federais na criação de novos *campi*.

A metodologia adotada focou no levantamento das novas universidades federais criadas no período 2003/2012 (18 no total) e de novos *campi* instalados também neste período. Na sequência, foram levantados alguns dados iniciais que permitiram construir uma caracterização geral dos municípios onde foram instalados os novos *campi* (tanto de universidades novas como novos *campi* criadas por universidades já existentes). Na pesquisa foi feito um levantamento mais aprofundado nos municípios com *campi* no Estado do Rio Grande do Sul, visando cruzar estes dados com a localização dos *campi* das universidades comunitárias.

### B) “Globalización, Desigualdad Social y el Papel de la Educación Universitaria.”

Roberto Trinidad Pizarro. UPR, Recinto de Río Piedras.

De la misma manera en la revolución industrial promovió el desarrollo de las profesiones, a finales del siglo XIX, la globalización trajo consigo nuevos paradigmas que han alterado o suprimido aquellas previamente ya establecidas. De esta manera, se promueven cambios en las estructuras de poder del estado que eventualmente van a deformar la filosofía, misión y metas de los centros de educación superior. Lo que eventualmente producirá cambios estructurales en las Universidades al crear nuevos departamentos o facultades, consolidando unos e eliminando otros. Pero, de forma simultánea, se estarán produciendo restricciones y desalientos en otros ámbitos del

trabajo académico, como lo es la pérdida en la habilidad de las facultades para establecer parámetros y dirección curricular.

Hace falta analizar la universidad a través del contexto de la globalización, ya que querámoslo no, el mundo se ha hecho global. Esta globalidad de la tierra, que se nos impone por las amenazas globales, es producto del propio método científico parcializado y de la aplicación de sus resultados en el desarrollo técnico guiado por un cálculo- costo-beneficio de las empresas multinacionales y transnacionales.

Las empresas multinacionales y transnacionales son un fenómeno producto de la globalización. Estas plantean importantes incógnitas en la capacidad soberana de los Estados en la toma de decisiones. El poder que ejerce este tipo de empresas, en principio un poder económico, luego político, pone en duda la regulación de sus actividades en los estados en donde tiene mayor influencia.

El mismo desarrollo tecnológico, que se desarrollo a partir de la Segunda Guerra Mundial, también trajo consigo un aumento en el acceso a las riquezas de la tierra por parte de algunas empresas. Ello ha promovido el que estas no solamente comprarán y vendieran de todo, sino que también produjo un proceso de producción distribuido también en el mundo entero. En este sentido, ahora se habla del planeta como una aldea global.

Los impactos de las empresas multinacionales y transnacionales en países en vías de desarrollo pueden ser tanto negativos como positivos en el campo social, como lo es: la educación, el desempleo, la seguridad, la salud y los procesos migratorios.

### **C) “A Desnacionalização do Ensino Superior Privado Sulamericano/ Una Nueva Colonización: la Desnacionalización de la Educación Superior Sudamericana”**

**Vanessa Maria de Oliveira Borges. UNIJORGE, Salvador, Brasil.**

A formatação e o reordenamento de poder do mundo atual não excluem a organização universitária. O entorno político, econômico, social e cultural exercem um enorme impacto na educação superior, que não pode e nem deve ficar de fora das mudanças que se apresentam na sociedade. É por isso que a cooperação internacional vem se implantando como um processo de grande relevância no mundo universitário, sendo ponto de discussão acadêmica em diversos países. Por outro lado, a redução da interferência do Estado na economia e a internacionalização dos serviços, permite que o ensino superior seja tratado como uma *commodity* no comércio internacional. Nesse contexto, o presente estudo visa analisar os elementos políticos centrais do debate sobre a incorporação, cada vez maior, das demandas do capital internacional na educacional sulamericana.

Para viabilizar o alcance dos objetivos dessa pesquisa – dentre os quais, analisar a ação ofensiva do capital internacional no ensino superior na América do Sul – será utilizado como referencial teórico, o Paradigma Globalista das Relações Internacionais, sob a perspectiva da Teoria da Dependência e as relações centro-periferia. Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste artigo permitem qualificá-lo como resumo de assunto (quanto à sua natureza) e como explicativa (quanto aos seus objetivos). Os procedimentos de coleta de dados voltaram-se para a obtenção de dados secundários, já publicados em livros, artigos, periódicos, sites etc. Deste modo, este trabalho qualifica-se como bibliográfico, no que se refere ao seu objeto, e qualitativo no que diz respeito à sua abordagem, realizando, assim, uma análise interpretativa dos dados obtidos e dos fenômenos observados.



**Palavras-chave:** Ensino Superior. Desenvolvimento. Capital internacional. Internacionalização.

### Referências

- CARNOY, Martin. A Educação na América Latina está preparando sua força de trabalho para as economias do século XXI? Ed. UNESCO, 2004.
- CELLI, H. Serviços educacionais no GATS: desafios para o Brasil. *Revista International Trade and Sustainable Development*, v. 4, 2008.
- DUARTE, Pedro Henrique; GRACIOLLI, Edílson. A Teoria Da Dependência: interpretações Sobre o (Sub)Desenvolvimento na América Latina. Disponível em: [http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro\\_Duarte.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf). Acesso em: Jun/2012.
- GACEL-ÁVILA, J. Internacionalización de la Educación Superior en América Latina y el Caribe. Disponível em: <[www.geocities.ws/profejoako/jocelyn.doc](http://www.geocities.ws/profejoako/jocelyn.doc)> Acesso em: 17 abr. 2011.
- GOMES, Fábio Guedes. Estado capitalista, Plano Real e Acumulação financeira. In: GOMES, Fábio Guedes; PINTO, Eduardo Costa (orgs.). *Desordem e Regresso: o período de ajustamento neoliberal no Brasil, 1990-2000*. São Paulo: Mandacaru: Hucitec, 2009.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NYBORG, P. Institutional autonomy. Relations between state authorities and higher education institutions. *Journal of Education Policy*, v.20, n.3, p. 313 – 345, 2002.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Theotônio. O debate sobre a dependência. In: *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- STALLIVIERI, Luciane. *Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2004.
- UNIVERSIA. [Portal]. Disponível em: <[www.universia.com.br/](http://www.universia.com.br/)> Acesso em: 25 jun. 2010.
- VIOTTI, Paul R. et. al. Theory, images, and international relations: an introduction. In: *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond*. Boston: Allyn and Bacon, 1999.

### D) “Educación superior en contextos de interculturalidad.”

Yamila Irupé Nuñez. UNaM, Misiones, Argentina.

El presente trabajo es parte de una investigación financiada por el Comité Ejecutivo de Desarrollo e Innovación Tecnológica (CEDIT) y representa los resultados de mi tesis de grado para alcanzar el título de Lic. en Antropología Social (FHyCS-UNaM).

El ingreso y permanencia de estudiantes aborígenes en instituciones de educación superior plantea diversos problemas, los que en este trabajo se abordan son: aquellos referidos con la desigualdades sociales ante el sistema de educación superior; y las implicancias de estas desigualdades en los procesos de aprendizaje de alumnos guaraníes que ingresaron desde el año 2008 al 2012 a la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales (FHyCS) de la Universidad Nacional de Misiones (UNaM).

El objetivo general de este trabajo fue analizar los condicionamientos sociales y culturales actuantes sobre los estudiantes guaraníes, los cuales determinan trayectorias educativas diferentes

a las “típicas”, en el ingreso al sistema educativo universitario. Demostrando que en el caso de los alumnos guaraníes, su posición social y trayectoria histórica como miembros de un grupo minoritario y marginado restringen notablemente las posibilidades de acceso y permanencia en la universidad.

Una de las hipótesis es que las posibilidades de aprendizaje e incorporación de un conocimiento específico altamente valorado por los profesores universitarios – como el manejo de un lenguaje académico específico, formas de escritura y prácticas de estudio – tiene que ver no sólo con el paso por el sistema educativo formal – objetivado como título educativo primario o secundario – sino también con esquemas de percepción y apreciación incorporados en ámbitos familiares y extraescolares donde se maneja un capital cultural elevado (Bourdieu, 2009). De manera que las restricciones en el aprendizaje se relacionan estrechamente con las diferentes configuraciones sociales y culturales de las familias de origen, y éstas a su vez afectan diferentemente a mujeres y hombres.

**Palabras Claves:** Capital cultural. Relaciones interétnicas. Educación intercultural.

#### **E) “Integração educacional na fronteira: a percepção dos estudantes universitários uruguaios e/ou binacionais”**

Luiz Valdemir Ribas da Cruz Junior. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.

Valesca Brasil Irala. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.

O território sempre foi considerado fator condicionante das relações entre os Estados. Inclusive condição da existência de tais. Vários teóricos atribuem importância ao território pelo seu uso, sejam para fins econômicos, políticos, sociais, etc. Durante muito tempo, o território estava no centro dos debates como fator fomentador de desavenças, pois países opressores buscavam aproveitar-se do uso de territórios alheios, nesse sentido, as fronteiras, que separam os territórios, eram vistas como vieses negativos. O mundo, de um ponto de vista cultural, é a construção conjunta das diferenças, sejam elas étnicas, culturais, linguísticas, idiomáticas, econômicas.

Com o advento do conceito atual de globalização, vários outros conceitos sofrem mutação na forma de seu entender, entre eles o de fronteira. A globalização promoveu a abertura das fronteiras entre os países, embora tal fenômeno não atinja a todos na mesma intensidade e tão pouco está ao alcance de todos ao redor do mundo. Se antes as fronteiras eram vistas como elo divisor de povos, hoje a fronteira passa pelo contexto da interação e integração entre diferentes Estados.

Assim, a integração passa pela educação. Em um contexto de fronteira, faz-se necessário a análise e estudos da realidade local entre os povos, neste caso, na fronteira entre Brasil e Uruguai. Desta forma, antes de pensar-se em uma integração estatal, deve-se pensar a integração local. Sabe-se que existem inúmeros problemas, dos mais variados contextos, em uma área de fronteira, ao mesmo tempo em que tem se buscado o encurtamento dos caminhos burocráticos que emperram as relações locais. Pensar uma realidade educacional para a fronteira é possível e passível de contextualização atual, pois permitir a estudantes uruguaios frequentar escolas e universidades brasileiras, assim como o inverso, é partir para a criação de uma massa acadêmica

que nasce da integração *per se*, e assim, ao sair deste ambiente, passará a fomentar a integração de forma situada e ao mesmo tempo informada teoricamente.

Diante desse cenário, este trabalho analisará a percepção de estudantes uruguaios e/ou binacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) a respeito do processo de integração educacional vivenciado no contexto do ensino superior no qual estão inseridos (uma universidade localizada em território brasileiro).

## **TEMA 3: MILITARIZACIÓN, SEGURIDAD FRONTERIZA Y SEGURIDAD REGIONAL**

### **SALÓN DE APOYO 2 AL SALÓN DE ACTOS II DE LA RECTORÍA**

20 de noviembre

#### **MESA 18: SEGURIDAD REGIONAL, MILITARIZACIÓN, ARMAMENTISMO Y REPRESIÓN**

Moderadora: Tamires Aparecida Ferreira Souza

08h40 – 10h40

#### **A) "Comunidade de segurança na América do Sul: construção do Conselho de Defesa Sul-Americano, da UNASUL".**

Tamires Aparecida Ferreira Souza. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Com o advento de novas ameaças, além de problemas e soluções estrategicamente sensíveis às constituições históricas, surge a necessidade de uma coesão e aspiração à integração. Objetivando-se enfrentar tais novos desafios à política de segurança, busca-se a constituição de uma comunidade de segurança, classificada em duas possíveis vertentes: "comunidade pluralística de segurança" ou "comunidade amalgamada de segurança".

Complementarmente, para se esboçar o desenvolvimento de uma comunidade de segurança, tem-se a constituição de três possíveis fases: nascente, ascendente, e madura com vínculo fraco ou estrito. Perante a complexidade das alianças estratégicas de segurança e defesa, nota-se um movimento de segurança cooperativa na América do Sul, em que deseja-se consolidar novas vias para o progresso de uma comunidade de segurança, pautadas na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). A proposta de formação de um conselho sub-regional de defesa fez-se a partir da justificativa da possibilidade de enriquecimento dos mecanismos de cooperação militar e extensão do nível de confiança mútua a toda à região.

Apesar de recentemente criado, o CDS constitui um efetivo progresso institucional dentro da estrutura da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), devido ao seu caráter consultivo na área de cooperação em segurança e defesa, evidenciando sua centralidade na prevenção de conflitos e no fomento à cooperação regional das forças armadas e das bases industriais do setor de defesa pré-existentes.

#### **B) "Corrida armamentista civil: a contramão das políticas públicas brasileiras."**

Carlos Vinícius Costa Garcia. UFAM, Manaus, Brasil.

Novamente o mundo vem observando uma corrida armamentista realizada por diversos países. Não apenas as ditas potências mundiais, mas também, países emergentes estão investindo cada vez mais em suas forças armadas e aderindo à nova onda do armamentismo. Em uma escala mais próxima de observação é possível notar, dentro do território brasileiro, um crescente número de pessoas solicitando às instituições competentes, a documentação necessária para a aquisição de uma arma de fogo dentro das leis, leis estas que regulam a venda de armas de fogo e munição. Essas informações contrastam com as políticas públicas de desarmamento civil implantadas desde

o ano de 2003. Da mesma forma que os países, o crescimento da aquisição de armas por civis ainda não possui uma explicação definida e aceita, entretanto este número cresce de forma vertiginosa. Vale observar ainda, como se comportam os índices de violência praticados por armas de fogo, visto que, mesmo tendo uma política rigorosa sobre acesso às armas, o Brasil ainda é um país com um número elevado de mortes por arma de fogo.

Os objetivos deste trabalho são de contextualizar a “nova corrida armamentista” dos civis brasileiros, identificar de que forma o Brasil está reagindo frente a essa explosão do número de armas solicitadas e concedidas a civis e principalmente, comparar os dados referentes à violência por armas de fogo, à Campanha do Desarmamento e essa onda contrária, às leis desarmamentistas brasileiras, marcada pela explosão da aquisição de armas por civis.

### C) “Operação Condor: métodos da repressão e instituições de lesa-humanidade”.

Thiara Tezza. UNIPAMPA, São Borja, Brasil.

Ronaldo Colvero. UNIPAMPA, São Borja, Brasil.

Efetivados os diversos golpes para a tomada hegemônica da política no Cone Sul, os aparatos estatais criaram um método de intervenção que ultrapassou fronteiras, bem como efetivaram leis próprias para fomentar sua movimentação. A Operação Condor, datada de início formal em 1975 no Chile perseguiu, sequestrou, torturou, matou e escondeu corpos de civis e estrangeiros, tanto nos países a que se aplicaram seus tentáculos como nos de destino dos exilados. Este trabalho tem por objetivo identificar os aparelhos coercitivos que fizeram parte da Condor, entre os países Chile, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Brasil e Argentina.

A pesquisa se propõe à análise sumária das instituições (delegacias, centros de prisão/tortura, movimentos espontâneos sociais e centros de divulgação em massa). No primeiro momento, o método conserva exame das bibliografias que dizem dos acontecimentos em ordem teórica, bem como a análise dos documentos liberados graças a Lei Nº 12.527/2011 (de Acesso à Informação) brasileira. Uma breve busca empírica, mediante entrevista de familiares das vítimas - em especial na cidade de fronteira de São Borja no Rio Grande do Sul - possibilitou colher depoimentos para promoção da Memória. Várias das instituições puderam ser verificadas para a evidência dos meios com os quais a coerção se alastrou, ganhando força ao longo dos regimes militares.

As informações que constam para análise dissecaram o entendimento do episódio da luta ideológica que extrapolou os limites do monopólio da violência, conservando suas bases intactas em detrimento do que acontecia no coletivo da esquerda, estivesse esta pacificada ou gerida ao reacionário. Conclui-se, portanto, a participação do Estado brasileiro como um dos principais formuladores da ideologia que seguiu na Operação Condor.

**Palavras-chave:** Operação Condor. Repressão. Ditadura Militar. Lesa-humanidade.

### D) “A internacionalização do terror através da Operação Condor: O exílio argentino”.

Leonardo Marmontel Braga. IDEAU, Bagé, Brasil.

Durante os anos 1970 e 80, o Cone Sul viveu o fenômeno da *internacionalização do terror*, através da infame Operação Condor. Este plano internacional consistiu na integração dos esforços da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, para combater um inimigo comum: o comunismo internacional. Com apoio dos Estados Unidos, esses seis países associaram suas forças

militares e serviços secretos para empreender tamanho combate internacional contra a “subversão comunista” no subcontinente.

A Condor acabou internacionalizando o terrorismo de Estado instaurado nesses países, disseminando a insegurança, a violência e o desrespeito aos direitos humanos em toda a região sul-americana e coincidindo num período obscuro e doloroso para a história sul-americana. A Argentina foi um importante ator dessa rede internacional de terror. Perseguiu, reprimiu e colaborou, de forma sistemática e com requintes de violência, na perseguição e no aniquilamento dos opositores do regime ditatorial argentino, bem como dos países vizinhos. Com o golpe de Estado de março de 1976, instalou-se na Argentina a ditadura civil-militar, denominada *Proceso de Reorganización Nacional*, banalizando o terrorismo do Estado e gerando um clima de insegurança e medo a toda a sociedade argentina. Nesta nação instaurou-se uma política genocida e o politicídio de militantes de movimentos de oposição tornou-se a tática mais utilizada para combater as ideias “subversivas”. Com isso, milhares de cidadãos abandonaram o país tomando o rumo do exílio para salvar suas vidas, a de seus familiares, para seguir combatendo, desde o exterior, os usurpadores da liberdade na Argentina e cooperar pela volta da democracia ao país.

Este trabalho busca reconstruir o exílio argentino durante a década de 1970 e 80, através dos testemunhos de ex-exilados argentinos entrevistados, que também expuseram a sua versão sobre as raízes do golpe de 1976, o regime ditatorial dele resultante e a sua experiência no exílio argentino, dentre outros relatos.

#### MESA 19: MILITARIZACIÓN, SEGURIDAD FRONTERIZA Y SEGURIDAD REGIONAL

Moderadora: Flávia Carolina de Resende Fagundes

11h00 – 13h00

##### A) “Wings Over the Border’: “Mosquitos”, “AWACS” y “Drones” en el control de la frontera de Estados Unidos y México, región estratégica del Cinturón de la Industria de Armamentos (GunBelt)”.

Juan Manuel Sandoval. INAH, México.

Durante la última década, a partir de 2001 y hasta 2011, el gobierno estadounidense gastó más de 11 mil millones de dólares para asegurar su frontera sur, incrementando masivamente la infraestructura de vigilancia y control. Aviones no tripulados, denominados “drones” predadores vuelan sobre la franja fronteriza para supuestamente desalentar el cruce de migrantes y narcotraficantes. Miles de torres de vigilancia, construidas por la empresa Boeing como parte de un programa multimillonario llamado “SBInet” surgen sobre las colinas del desierto. Camionetas operadas por la corporación G4S recorren los pocos caminos pavimentados a lo largo de la línea fronteriza en las zonas desérticas transportando inmigrantes, que han sido aprehendidos por la Patrulla Fronteriza (Border Patrol), a centros de detención o cárceles privadas. Esta compañía se ha vuelto el empleador privado más grande del mundo (después de Wal-Mart), debido en gran parte a contratos lucrativos para transportar y poner en prisión a migrantes en muchos países.

Lo que parecería ser una política para evitar que la migración indocumentada, el narcotráfico y el terrorismo cruzaran la frontera entre México y Estados Unidos, esconde detrás de sí una estrategia para controlar y defender una región que comprende casi un tercio del denominado Cinturón de la Industria Armamentista (GunBelt), parte fundamental del Complejo Industrial-Militar de ese país, y que se comenzó a desarrollar a principios de la década de los 1980s, durante el gobierno de Ronald Reagan. En ese período se comenzó a crear un nuevo Mapa

Económico de Estados Unidos, con contratos para la defensa (enfocados a la Guerra Fría) en industrias de alta tecnología que se habían establecido en regiones y áreas metropolitanas, localizadas irregularmente alrededor de tres cuartas partes del perímetro estadounidense, desde el estado de Washington hasta California en la Costa Oeste, pasando por los estados desérticos del suroeste (Nuevo México y Arizona), de ahí a través de Texas y las Grandes Planicies (Great Plains), a través de Florida, y subiendo discontinuamente por la costa Este hasta New England.

Este Cinturón incluye la franja fronteriza de México donde se localizan importantes industrias estadounidenses, como la automotriz; y las maquiladoras, ahora ya en su cuarta generación (que emplea mano de obra altamente calificada), incluyen no solamente a la industria electrónica sino a la aeroespacial, entre otras.

**B) “The Citizen and the Criminal: Border Security and the Mandate to Track Criminal Aliens.”**

Patrisia Macias-Rojas. UIC, Chicago, Estados Unidos.

This paper examines the rising rate of incarceration and deportation for criminal immigration offenses in the United States. Because most arrests occur on the U.S-Mexico border, I analyze the role of border security and specifically the mandate to track criminal aliens. The findings show that everyday practices of border security—particularly through discretion in matters of arrest, prosecution, and removal—create the very criminal alien population that it targets. Not only do agents impose criminal classifications in their daily activities, but migrant and residents also leverage these in ways that naturalize a criminal-non-criminal divide.

The paper draws on ethnographic fieldwork and interviews with federal border agents, migrants and legal residents with and without criminal convictions.

**C) “Cooperação transfronteiriça em segurança no espaço Pan-Amazônico: uma abordagem teórica.”**

Flávia Carolina de Resende Fagundes. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

As mudanças nos estudos de segurança, com a ampliação deste conceito para além de uma visão restrita a atores estatais e as transformações na arquitetura de segurança internacional, tornam as áreas fronteiriças um objeto peculiar de análise, por tais espaços constituírem-se como lócus de questões prioritárias à nova agenda de segurança internacional e que criam desafios as concepções clássicas de territorialidade e soberania. Nesse sentido, temos visto no Brasil nos últimos anos uma ênfase maior nas políticas de defesa para a gestão dos espaços fronteiriços, tal preocupação levou a consecução de projetos como o Programa de Polícia Especializada de Fronteira (Pefron); o Plano Estratégico de Fronteiras; o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa (END); bem como operações que visam o combate á ilícitos transnacionais nessas áreas. Não obstante, embora, tais iniciativas sejam reações à um conjunto de fatores problemáticos, com capacidade para transformarem-se em riscos, ameaças e vulnerabilidades, essas iniciativas também ampliam o leque de possibilidades de cooperação transfronteiriça, o que leva a áreas de fronteira ao encontro da concepção de uma agenda de segurança regional.

Dessa maneira, tendo em vista a escassez de estudos sobre cooperação transfronteiriça na América do Sul, e especialmente em relação ao espaço Pan-Amazônico, este trabalho busca realizar um esforço teórico-conceitual acerca das abordagens teóricas que explicam a cooperação transfronteiriça, com o objeto de analisar quais referenciais podem ser utilizados para compreender a cooperação transfronteiriça em assuntos de segurança no espaço amazônico.

Para tanto, será realizada uma revisão da literatura referente às abordagens teóricas que buscam explicar a cooperação transfronteiriça, bem como a análise das políticas brasileiras para a fronteira norte.

**Palavras-chave:** Fronteira. Cooperação. Amazônia. Segurança.

**D) “A cobertura jornalística de fronteiras internacionais: discurso e projeção de poder”**

Ada Cristina Machado Silveira. UFSM, Santa Maria, Brasil.

Isabel Padilha Guimarães. UFSM, Santa Maria, Brasil.

Mariana Nogueira Henriques. UFSM, Santa Maria, Brasil.

O artigo trata da cobertura jornalística realizada pela mídia no que concerne ao cotidiano das fronteiras internacionais do Brasil e como suas representações as mantêm atreladas a um imaginário de situações recorrentes articulado pela ausência de estado, caos e violência que persiste mesmo com o fim da Ideologia de Segurança Nacional e da Guerra Fria. A reiteração e a continuidade do enquadramento discursivo observado na cobertura jornalística de revistas de circulação nacional no Brasil, como *Veja*, *Istoé* e *Época*, das situações que envolvem acontecimentos sobre as fronteiras internacionais brasileiras estabelece uma ampla implicação entre a crônica do cotidiano fronteiriço e as mazelas da nacionalidade. Seu tratamento midiático é proposto como um sistema de alarme, apontando-se genericamente para os aspectos negativos dessa localidade, relacionado, principalmente, ao tráfico de drogas e de armas e ao paradoxo expresso no conflito entre segurança pública e segurança nacional e vigente na cobrança de presença do Estado, tanto quanto no cerco ao exercício legal da autoridade, na militarização e na segurança da fronteira.

Nessa direção, as matérias analisadas, em geral, são factuais, não apresentam uma contextualização dos fatos e abordam superficialmente o tema, tendo em vista a importância que representam. Enfatizam e legitimam a fronteira como terra de ninguém, através do viés do estigma e do enfoque de tensão, desordem e abandono. Uma visão maniqueísta que aponta para uma clara distinção entre o centro e a periferia. O primeiro como “superior” e a segunda como “problemática”. A assimetria suposta nesta relação reproduz-se com todo seu poder hierarquizante.

**MESA 20: “GUERRA CONTRA LAS DROGAS”: MILITARIZACIÓN Y VIOLENCIA EN LA FRONTERA MÉXICO-EUA**

Moderador: Héctor Antonio Padilla Delgado

14h30 – 16h30

**A) “Narcoguerra Ficticia: La impunidad en México”**

Melissa Wright. PSU, State College, Estados Unidos.

La lucha contra la impunidad sigue a lo largo de la frontera México-EEUU, especialmente en Ciudad Juárez, un lugar famoso por sus fábricas globales. En los 1990s, unas activistas feministas generaron atención internacional a la violencia que les devastaba a las clases obreras en la ciudad cuando iniciaron un movimiento transnacional en contra al feminicidio, que es el asesinato de mujeres con impunidad. Ahora el feminicidio está acompañado por el juvencidio, el asesinato de los y las jóvenes con impunidad. En esta presentación, manejo un marco teórico hecho a través de la combinación de teorías marxistas y feministas con la intención de mostrar que hay mucho que



aprender de la lucha en contra del feminicidio para armar una resistencia civil a la impunidad que rodea la violencia que se ha desplegado desde 2006, cuando el ex-Primer Mandatario Mexicano, Felipe Calderón, declaró una guerra anti-droga en el país. Desde entonces, más de 100,000 mexicanos han muerto violentamente, con más de diez por ciento de ellos siendo asesinados brutalmente en Ciudad Juárez.

Para entender los intereses que sacan provecho de la violencia y de su caracterización como “una guerra de narcos,” hay que ver la sinergia entre los procesos discursivos y materialistas. Las campañas en contra del feminicidio expusieron estos intereses y, hoy en día, proveen lecciones importantes para enfrentar la impunidad que pone en peligro la salud de la ciudad de Ciudad Juárez, de la ciudadanía de México y de la democracia en las Américas.

#### **B) “Militarización, barreras y paisajes en la frontera México-EU.”**

Juanita Sunberg. UBC, Vancouver, Canada.

En esta ponencia se ofrece una perspectiva contextual y comparada del modo en que la puesta en marcha de procesos de militarización en la frontera México-Estados Unidos, está impactando la movilidad de las personas y el paisaje urbano y natural. Los casos bajo análisis son las regiones fronterizas de Ciudad Juárez (Chihuahua)-El Paso (Texas) y Nogales (Sonora y Arizona). Un efecto importante de la militarización se observa entre las personas migrantes y los desplazados por la violencia.

#### **C) “Identidad y futuro de un imaginario social en un contexto de militarización en Ciudad Juárez.”**

Leobardo Alvarado. UACJ, Ciudad Juárez, México.

En Ciudad Juárez la confrontación de diversos intereses enmarcados en una “guerra” a “ganar” contra la “delincuencia”, muy pronto sus habitantes se vieron obligados a tomar una postura a dividir entre los extremos: “lo bueno”, “lo malo”, posibilitando con ello en buena medida el velo que privilegiaba la discusión del miedo y el terror producto de una militarización sobre la sociedad a lo radical de la llamada guerra o a añejos problemas sociales en la ciudad. Así, cabe preguntarse por el futuro e identidad de la ciudad y el de sus habitantes después de una “guerra contra el crimen organizado”. En el siguiente texto, abordaremos cómo en esta “guerra” se construyen una serie de discursos y acciones por quienes en ella se ven orillados a participar, trastocando el imaginario social de la ciudad.

#### **D) “Ciudad Juárez: espacio público-espacio privado en un contexto de militarización.”**

Héctor Antonio Padilla Delgado. UACJ, Ciudad Juárez, México.

En Ciudad Juárez el contexto de militarización creado para enfrentar a la “delincuencia”, llevó a la sociedad a debatirse entre decidir por los espacios públicos o espacios privados. Vino a generar un campo de resignificación de la vida social en la ciudad. El miedo y el terror rompieron los lazos de confianza entre la sociedad juarense por lo que decidió encerrarse tanto en lo personal como en lo espacial dando lugar a una de las llamadas “ciudades del miedo”. En el siguiente texto abordaremos desde una mirada al interior los cambios en la ciudad, en la sociedad en general y en algunos grupos específicos de la comunidad con una amplia trayectoria de lucha social.

**MESA 21: VIOLENCIA E INSEGURIDAD EN MEDELLÍN (COLOMBIA) Y EN CIUDAD JUÁREZ (MÉXICO)**

Moderadora: María Victoria López López

16h50 – 18h50

**A) “Delimitación de fronteras como estrategia de control social. El caso de la violencia homicida en Medellín, Colombia”.**

María Victoria López López. UdeA, Medellín, Colombia.

María del Pilar Pastor Durango. UdeA, Medellín, Colombia.

Se reflexiona sobre el sentido de las llamadas las fronteras invisibles en los barrios de la ciudad, con base en los resultados de un estudio que buscó comprender los escenarios de violencia homicida a partir de la percepción del hecho violento y su contexto según el relato de los familiares del fallecido, lo que contribuye a la comprensión de los discursos de los pobladores acerca de la violencia en Medellín. El concepto de homicidio expresa ejercicio de poder, es la más radical expresión de las asimetrías humanas y es evidencia de incapacidad para resolver conflictos de manera concertada. En Medellín, el homicidio es reconocido como uno de los principales problemas sociales, económicos, de salud pública y seguridad ciudadana y algunos de ellos están vinculados a la existencia de prohibiciones establecidas por actores armados para transitar de un barrio a otro, lo cual no sólo es violación al derecho a la libre circulación, sino que refuerza formas de ejercicio del control socioeconómico.

**Metodología** el trabajo tuvo un enfoque cualitativo como reconocimiento de las realidades de los sujetos y la experiencia vivida en hechos ocurridos entre 2003 y 2011. Se analizaron 8 casos y se combinó revisión documental y entrevistas.

**Resultados** El control barrial es ejercido por distintos actores en condiciones de equilibrio de fuerzas o de predominio de alguna de ellas, en este último caso, la población civil se ve abocada a condiciones de represión por las fuerzas del Estado o el control de comportamientos sociales, hábitos y costumbres. Las fronteras son no visibles para el común de las personas, son demarcaciones a través de lo cual reclutan personas y se les controla como si fuesen objetos de su propiedad, así se consolidan estrategias para el recaudo ilegal de recursos económicos y la regulación sobre las actividades culturales y sociales de los habitantes especialmente de las mujeres jóvenes, todo lo cual repercute en la dinámica e imaginarios sociales.

**Conclusión** Las víctimas más frecuentes de homicidio son los jóvenes, hombres o mujeres, que no ceden a las presiones para vincularse a los grupos; los adultos mayores por su situación de indefensión o por no ceder a exigencias económicas o apoyo logístico; en cualquier grupo de edad puede ocasionarse la muerte porque las víctimas tenían información, “sabían demasiado”. Se controlan territorios, amistades y afectos. El control hacia las mujeres, se expresa en los horarios para permanecer fuera de sus casas, el tipo de prendas que deben usar, como deben maquillarse, las personas con las que pueden relacionarse. En el caso de los hombres, bajo el control territorial se definen límites permitidos para circular, mujeres con las que pueden establecer relaciones afectivas y horarios para las visitas. Este control se manifiesta en la vigilancia permanente de las relaciones entre vecinos, la obligatoriedad de guardar silencio y brindar apoyo cuando los grupos lo impongan.

**B) “Ciudad Juárez: espacio de experimentación de las múltiples violencias.”**

Carlos Yéffim Fong Ronquillo. UACJ, Ciudad Juárez, México.

Iliana Martell González. UACJ, Ciudad Juárez, México.

En México, Ciudad Juárez se ha convertido en una ciudad tristemente famosa. A lo largo de su historia ha contado con diferentes etiquetas como “la ciudad más perversa del mundo”, “la ciudad donde matan mujeres” y entre el año 2008 y 2012 fue conocida como “la más violenta del mundo”. En esta Ciudad se han desarrollado una serie de fenómenos de violencia cotidiana que se nos presentan como un objeto de estudio social: el feminicidio, el juvenicidio, el despojo, la limpieza social, entre otros. La violencia en esta frontera se agravó a partir de la puesta en marcha del Operativo Conjunto Chihuahua en el 2008 -capítulo militar regional de la llamada “guerra contra el narco y posteriormente denominada contra el crimen organizado”, lanzada por el Gobierno de Felipe Calderón-. La estrategia de “guerra contra el crimen” se encuadra necesariamente en la estrategia de “guerra contra el terrorismo” promovida por la cúpula de poder en Estados Unidos y que en México opera a través del Plan Mérida. La situación de crisis global del capitalismo adquiere, según Enrique Dussel, características civilizatorias y se encuentra en la base de la tendencia bélica de occidente, avanzando hacia el establecimiento de una sociedad “globalitaria” en el sentido que lo retoma Pilar Calveiro. El nexo de la tendencia al militarismo con lo político y lo económico en el ámbito de la ciudad, aparece a través del uso de la violencia como estrategia de terror descrita en la “doctrina del shock” por Naomi Klein, como arma del llamado consenso de Washington para imponer reformas neoliberales antipopulares y atajar la posible insurgencia popular. En este trabajo queremos mostrar el como todas estas tendencias globales se recrean en un espacio de frontera históricamente concreto, adquiriendo características peculiares que proporcionan un mirador sociológicamente privilegiado para entender la decadencia general del sistema capitalista. Para lo anterior, requerimos abordar al espacio fronterizo como un espacio de experimentación, un verdadero laboratorio social basado en el fetichismo o doble naturaleza de la frontera, construido y mantenido por la dinámica totalizadora del capitalismo global que, a pesar de su tendencia general a “disolver todo lo sólido”, necesita mantener las diferencias sociales mediante violencias diversas.

**C) “Modelos de intervención social para la violencia en Ciudad Juárez y Medellín.”**

Nemesio Castillo Viveros. UACJ, Ciudad Juárez, México.

La ponencia da cuenta de las estrategias de intervención social en el tema de la violencia urbana (narcotráfico, extorsión, secuestro, homicidios, robos, entre otros) en Medellín y Ciudad Juárez. Con el Plan Colombia, implementado en el año 2000, el cual tenía como objetivo combatir vía las armas a los grupos subversivos relacionados con el narcotráfico, la extorsión y el secuestro como son las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), Ejército de Liberación Nacional (ELN), grupos paramilitares, pandillas, combos, y milicias urbanas. En el caso de Ciudad Juárez, en particular la Iniciativa Mérida, se trata de implementar la misma estrategia, por la vía de las armas combatir al narcotráfico, la extorsión y el secuestro.

Sin embargo, en la ciudad de Medellín a partir del periodo de gobierno de Sergio Fajardo (2004-2008) se planteó una estrategia distinta. Se reconoce la complejidad del fenómeno de la violencia urbana pero se cree en la necesidad de intervenir de manera integral, por un lado la contratación de policías y equipamiento tecnológico, por otro, intervenciones acompañadas de programas de salud, educación, vivienda y empleo.

## **TEMA 3: MILITARIZACIÓN, SEGURIDAD FRONTERIZA Y SEGURIDAD REGIONAL**

**SALÓN 203 DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA**

21 de noviembre

### **MESA 22: VIOLENCIA, INSEGURIDAD Y ESCLAVITUD**

Moderadora: María del Socorro Velázquez Vargas

08h40 – 10h40

#### **A) “Movilidad poblacional: efecto de la simbiosis entre violencia, inseguridad y desempleo en Ciudad Juárez”.**

María del Socorro Velázquez Vargas. UACJ, Ciudad Juárez, México.

Wilebaldo L. Martínez Toyes. UACJ, Ciudad Juárez, México.

La simbiosis de la crisis económica y social en Ciudad Juárez, exacerbada desde 2008, está generando un importante contingente de población vulnerable por el desempleo y el estrés de la inseguridad. Ambos factores impactan seriamente en la decisión de cambiar de lugar de residencia dentro del mismo municipio y zona conurbada, hacia otras entidades del país, o bien emigrar hacia Estados Unidos. El presente estudio tiene como objetivos dimensionar el flujo migratorio reciente de Ciudad Juárez, identificar los principales lugares de origen y destino de dicho flujo, explorar las recientes configuraciones de la migración y sus implicaciones teóricas y, aportar elementos contextuales y cualitativos alrededor de este fenómeno social.

Para cumplir con estos objetivos, se utilizan los datos del módulo de migración de la Encuesta de Percepción Ciudadana sobre Inseguridad en Ciudad Juárez (EPCIJ-2010); información del XIII Censo de Población y Vivienda, 2010 y; entrevistas a profundidad con migrantes y actores clave de la sociedad juareense. Los resultados permiten concluir que el fenómeno migratorio en Ciudad Juárez, ha sufrido drásticos cambios en su volumen, en sus características socio-demográficas y económicas y, principalmente, en los factores precursores, detonadores y condicionantes de la migración.

#### **B) “Entre la violencia, el miedo y la exclusión. Los jóvenes en Ciudad Juárez.”**

Jorge Balderas Domínguez. UACJ, Ciudad Juárez, México.

En los años recientes la sociedad mexicana ha estado envuelta en una espiral de violencia social, que no se vivía desde tiempo atrás. El registro de los hechos de violencia más impactantes tuvo como epicentro a Ciudad Juárez, y dentro de ella el grupo de población más afectado por las distintas formas de violencia fueron los jóvenes. El presente trabajo buscó aproximarse, a través de múltiples testimonios, a la forma en cómo la juventud de los distintos sectores de la ciudad y diferentes estratos de clase, experimentan, padecen y perciben de manera directa en su vida cotidiana este fenómeno. Además, este sector de la población, se considera víctima directa, de la represión, persecución y acoso policiaco y militar, así como de la reducción de las posibilidades del disfrute del espacio público obligados a recluirse en lo privado.

**C) “Disminución de la violencia de pareja utilizando una red social (RedSiam) de apoyo emocional.”**

Alberto Ochoa. UACJ, Ciudad Juárez, México.  
 Sandra Bustillos. UACJ, Ciudad Juárez, México.  
 Halina Tzhkaeva. UACJ, Ciudad Juárez, México.

El proyecto presentado se relaciona con el uso del cómputo ubicuo para la disminución de la Violencia de pareja. Se presenta el marco general de trabajo para el diseño y desarrollo de una red social de apoyo emocional y con técnicas de inteligencia artificial como la minería de datos se obtendrá una comparativa entre España (País Vasco) y México (Aguascalientes & Ciudad Juárez) construyendo así una Red Social Iberoamericana de apoyo emocional (RedSiam).

**D) “O trabalho desenvolvido pelas instituições não governamentais: CPT, CDHA e Repórter Brasil na luta contra a escravidão por dívida no Estado do Tocantins.”**

Juliana Lopes do Nascimento. UFT, Araguaína, Brasil.  
 Alberto Pereira Lopes. UFT, Araguaína, Brasil.

A escravidão por dívida se constitui como a cobrança de dívidas indevida, podendo ser superfaturadas, sendo que esse é o tipo de trabalho escravo mais comum na sociedade brasileira atualmente. O estado do Tocantins situado na região norte do estado brasileiro se encontra atualmente em segundo lugar no ranking nacional do trabalho escravo, sendo forte tal prática em fazendas, locais onde trabalhadores são submetidos ao trabalho degradante em que perdem a liberdade e sofrem com a violência, sendo difíceis de serem resgatados. Nesse contexto, a contribuição de instituições não governamentais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ONG Repórter Brasil e Centro de Direitos Humanos de Araguaína (CDHA) se torna de grande importância, sobretudo no alerta para que outros trabalhadores não se tornem mais uma vítima dessa prática cruel que é a escravidão por dívida. Assim, o presente estudo busca apresentar as contribuições dos trabalhos realizados por estas instituições que atuam contra a escravidão por dívida no estado do Tocantins.

Desse modo, para um melhor embasamento sobre tal problemática realizamos leituras, pesquisas e análises de dados estatísticos, assim como entrevistas com representantes das entidades: CPT, Repórter Brasil, CDHA e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Portanto, nesse estudo apresentaremos as contribuições de cada uma dessas três instituições, assim como os desafios enfrentados por estas na realização de seus trabalhos na luta contra a escravidão.

**MESA 23: REGIONALIZACIÓN DEL MERCADO DE DROGAS, SEGURIDAD FRONTERIZA Y POLÍTICAS**

Moderador: Avelardo Valdez

11h00 – 13h00

**A) “Culiacán y la economía criminal global”.**

Arturo Santamaría Gómez. UAS, Sinaloa, México.

A nivel global, el tráfico de drogas es uno de los sectores del capital más lucrativos, y también es una de las ramas de la economía mundial donde las burguesías de origen latinoamericano, en este caso *lumpenbuesías*, son altamente competitivas al grado de que, al iniciar el siglo XXI, el Cártel de Sinaloa, es su principal transnacional. Esta rama ilegal, en varios países y a lo largo de varias décadas funcionó como un sector especializado de la economía, pero

en la primera década del siglo XXI sin dejar de ser la actividad más importante se enlazó a otras del crimen organizado, como el secuestro, la extorsión, la trata de blancas, el tráfico de personas y órganos humanos, el robo a gran escala, etc. Prácticamente todos los cárteles mexicanos contemporáneos, el de Sinaloa, del Golfo, de Juárez, La Familia, Nueva Generación, Los Beltrán y Los Zetas, entre los más importantes, llevan a cabo todas las actividades criminales señaladas.

Ya sea economía criminal, ilícita o subterránea, lo cierto es que al iniciar el nuevo siglo las organizaciones criminales latinoamericanas, y más específicamente mexicanas, se han globalizado y convertido en dominantes.

**B) “Narcotráfico, cultivos ilícitos, Plano Colômbia: externalidades na área de fronteira colombo-equatoriana.”**

Mónica Montana Martínez Ribas. UFRR, Boa Vista, Brasil.

A produção de cultivos ilícitos e o tráfico de entorpecentes, entre outros ilícitos transnacionais nas áreas de fronteira andino-amazônicas são dinâmicas locais de impacto regional. Afetam de forma severa as relações sociais e ao se estender para além das fronteiras amazônicas impactam sobre a população, a ambiência e as relações diplomáticas entre os Estados da região.

Será analisado o caso do conflito iniciado entre Equador e Colômbia devido a aspersões aéreas realizadas pelo Estado colombiano na área de fronteira com Equador para combater os plantios ilícitos, que resultou no estabelecimento de um processo jurídico internacional inédito na América do Sul. Este artigo procura elucidar as circunstâncias em que o processo se produziu, analisa qual o papel das instituições criadas no âmbito de cooperação regional. Esse assunto sócio-ambiental trouxe significativas repercussões diplomáticas que justificam sua análise.

**Palavras-chave:** Impactos ambientais. Plano Colômbia. OTCA. UNASUL.

**C) “Seguridad en las fronteras del trapecio amazónico - los retos del narcotráfico y la necesidad de cambiar las respuestas.”**

Nadège Porta. CIDDH, PUCP, Lima, Perú

En el contexto actual, no es solamente el mismo pulmón del planeta que está en serio peligro, sino todos sus habitantes. La región del Trapecio Amazónico es de todavía muy difícil de acceso y casi no tiene algún control de parte de los Estados que albergan esta zona. Por esta razón, ciudadanos de varios países, sufriendo de la precariedad social, se encuentran, directa o indirectamente conectados a las diversas modalidades de tráfico ilícito internacional.

No resulta evidente saber a qué se debe esta situación, cuando entendemos que el presupuesto alegado al ejército activo en la región, por Brasil, Colombia y Perú aumenta cada año, desarrollando una respuesta militar cada vez más avanzada, pero que queda sin resultados efectivos y comprobados.

Lo que nuestra presentación pretende, a causa de este XIV congreso internacional sobre integración regional, fronteras y globalización en el continente americano, es presentar algunas pistas explicativas en cuanto a la situación actual de los mercados ilegales en la región del Trapecio Amazónico y sus retos. En un mundo globalizado, lleno de cambios constantes, nos damos cuenta que no solo los negocios lícitos se aprovechan del libertinaje sin control del libre mercado, sino también los ilícitos y sobre todo los tráfico internacionales. La respuesta estatal se queda disminuida debido a una táctica que siempre sigue una sola dirección que, ya hace más de 50 años, nos ha enseñado sus límites.

Aunque la realidad del campo de esta problemática sea una de las más difíciles conocer, queremos:

- presentar el funcionamiento general y la dinámica de los tráficos entre los tres Estados, con un enfoque particular en el tema de las drogas.
- En según lugar, queremos presentar la teoría sobre militarización y seguridad y mostrar los límites y riesgos de este modelo en un contexto tan específico como lo es el del Trapecio Amazónico (por ejemplo, el efecto global interno e externo, los desafíos naturales, el contexto político, etc.).
- En último lugar, queremos aprender de las lecciones y proponer soluciones alternativas más adaptadas al contexto actual a fin de luchar contra una situación que jamás debería ser aceptada en una democracia contemporánea.

#### **D) “Reduciendo costos: Propuesta para una política regional de drogas.”**

Loreto Gavilán. UDP, Santiago, Chile

Francisca Machado. UDP, Santiago, Chile

Durante los más de 30 años de la “Guerra contra las Drogas” hemos sido testigos de las enormes consecuencias que esta política global ha dejado en muchos de los países de América Latina. Esta estrategia prohibicionista, impulsada y financiada por Estados Unidos, ha traído como resultado elevadísimos costos, tanto humanos como materiales, y lo que es peor, su objetivo principal de reducir la oferta y la demanda de drogas no se ha conseguido.

Los últimos antecedentes dejan de manifiesto que la guerra contra las drogas ha fracasado, por lo que es momento de plantearse nuevas formas de controlar y prevenir esta problemática en nuestra región. Esta investigación propone develar cuántos son los fondos utilizados en la actual política prohibicionista y cuánto se puede ganar y ahorrar en una política bien dirigida, que apunte a la reducción de los costos del consumo, a una mayor educación y hacia la legalización. Con ello, se busca hacer un mejor uso de los fondos públicos que en sociedades como las latinoamericanas son tan escasos y que por años se han dirigido de manera incorrecta y muy ineficiente hacia la criminalización de los consumidores. Para ello, enfocada en el caso de Chile, esta investigación tiene como propósito proponer una política de drogas que se pueda homologar a nivel regional, especialmente pensando en los países con características de consumidores como Chile. Desde una perspectiva financiera y social se buscará resolver la siguiente pregunta de investigación ¿Cuáles son los beneficios y los costos para el estado chileno si se avanza hacia una política de drogas que apunte a la legalización y la reducción del daño?

La legalización de la marihuana no solo permite disminuir la criminalización de los consumidores de esta droga, que implica altos costos en materia de seguridad para el estado, sino que también acarrea beneficios por impuestos que ingresan directamente a las arcas del estado, en materia de salud pública porque se puede controlar la calidad del producto y además permite catastrar en qué sectores se encuentran los consumidores, qué edades bordean y cuánta cantidad consumen. Estos indicadores permiten enfocar una política de prevención de manera más eficaz y así conseguimos consumidores responsables e informados

E) “The Unintended Consequences of U.S. Immigration and Drug Policies on Mexico.”

Avelardo Valdez. USC, Los Angeles, Estados Unidos.

Alice Cepeda. USC, Los Angeles, Estados Unidos.

One of the major social phenomena of the late 20<sup>th</sup> century was the legal immigration of millions of Mexicans to the U.S. The curtailment of legal immigration from Mexico began in the mid-1960s with more restrictive immigration policies. However, U.S. public opinion did not turn against illegal Mexican immigration until the economic downturns of the late 1980s and 1990s culminating after the 2008 crisis and September 11, 2011. During this period the U.S. began implementing stronger immigration practices in the U.S. and along the U.S. Mexico border resulting in a decrease in illegal immigration from Mexico (and Central America). As well, a reported 4.4 million Mexican citizens were deported, removed or returned to Mexico by the U.S. Department of Homeland Security between 2005 and 2010. Another reason by which Mexicans were deported was because of criminal infractions committed by both juveniles and adults. In 1996 the U.S. Congress passed the Illegal Immigration Reform and Immigrant Responsibility Act (IIRIRA) which stipulates that any non-citizen living in the U.S. can be deported if convicted of an aggravated felony. Many of these persons were deported after being convicted or serving sentences in the U.S. Others returned from the U.S. to Mexico voluntarily to avoid criminal prosecution. Among the repatriated Mexican migrants, arising share reported they will not try to return to the U.S. again—20% in 2010, compared with 7% in 2005.

Using diffusion of innovations theory, this presentation will focus on the influence these return immigrants have had on the recent increase of drug use and crime in Mexico. Specifically, we use data from a qualitative study conducted in Mexico City on the rising use of crack and other drugs and crime. In-depth semi-structured ethnographic interviews and observations were conducted with 150 male and female adult current crack users in *México DF (Iztapalapa, Coyoacán and Cuauhtémoc)*. Qualitative results reveal a wide array of drug use and criminal behaviors among this population. A proportion of respondents revealed that first time crack use experiences were prompted by friends who had spent time in the United States as undocumented immigrants from such states such as Florida, Georgia, New York, etc. Described is how these drug and criminal behaviors were influenced by returning immigrants. Discussed is how involvement in crime related to drugs is also influenced by Mexico’s neoliberal economic policies that resulted in increasing social inequality, joblessness and internal migration. Findings point to how U.S. immigration and drug and criminal justice policies have had unintended consequences in Mexico that have not extensively been addressed in the existing international social science literature. This research is supported by a funded NIDA International Collaboration grant 7R21DA031376.



## TEMAS 4: MIGRACIONES, DESPLAZAMIENTOS FORZADOS Y REFUGIO

Salón de Apoyo 2 al Salón de Actos II de la Rectoría

21 de Noviembre

### MESA 24: REGIONALIZACIÓN, TRANSMIGRACIÓN Y FRONTERAS

Moderadora: Mariella Dardanelli

08h40 – 10h40

#### A) "Nociones básicas en el estudio de la regionalización económica que une a Centro y Norteamérica: transmigración y frontera latina".

Rodolfo Basurto Alvarez. USON, Sonora, México.

Leopoldo Santos Ramirez. USON, Sonora, México.

El presente trabajo establece vínculos entre transmigración, frontera latina e integración. Un primer acercamiento parte de la acentuada migración de centroamericanos hacia el norte que da lugar a una integración desde abajo entre Centro y Norteamérica. La transmigración se concibe como un fenómeno sociodemográfico de migrantes que al cruzar un segundo país buscando llegar a un tercero construyen rutas, redes de apoyo o resistencia, e imaginarios de destino que redefinen el concepto de frontera con elementos geográfico-demográficos de raza.

Una segunda aproximación relaciona los conceptos de regionalismo abierto, capitalismo financiarizado, acumulación por desposesión y especialización manufacturera de México y Centroamérica, buscando enmarcar la nueva iniciativa del presidente Obama de revisar y ampliar el proceso de integración México-Estados Unidos con Centroamérica, bajo la preponderancia de elementos asociativos de carácter productivo-económicos y también geopolíticos.

Un tercer esquema parte de los procesos de integración de los países del sur en su respuesta a la crisis mundial. En este marco se revisa la utilidad de trabajar con la noción de frontera geopolítica de Estados Unidos enmarcada en la pugna de proyectos por el espacio Latinoamericano donde las iniciativas de integración sudamericanas se oponen al modelo neoliberal. En este análisis se acopla la noción de frontera latina a la noción de geopolítica mundial.

Con este entramado aproximativo se vuelve sobre la definición de periferia y de frontera latina y se establece una ruta paralela del drama poscolonial de la transmigración con los procesos de regionalización económica en curso.

#### B) "La circulación de personas en los procesos de integración regional y los desafíos para las zonas fronterizas: el caso del Mercosur".

Mariella Dardanelli. Montevideo, Uruguay.

Los actuales procesos de integración regional deben insoslayablemente encarar el tema de la circulación de personas y tratar muy especialmente de avanzar en el tratamiento de los temas fronterizos en todas sus dimensiones.

¿Cuál es el nuevo rol del espacio fronterizo en un proceso de integración? Este panorama supone una ampliación de la frontera nacional de cada país en una inserción regional, pero también una reformulación de una frontera regional separadora de otras líneas divisorias de otras regiones

20 a 24 de noviembre de 2013

Caderno de Resumos e Programa - ISBN 978-85-61424-18-3

del mundo. Se desdibujan unas fronteras y se construyen otras, con las consecuentes construcciones simbólicas que darán lugar a nuevos procesos identitarios.

Se deben formular políticas de frontera que tengan como horizonte el desarrollo de procesos integrados, que unan sus territorios y que por sobre todas las cosas permitan condiciones dignas para sus habitantes.

En América Latina las realidades fronterizas son heterogéneas pero hay homogeneidades en relación a la problemática que se enfrenta. Son zonas de influencia de poblaciones que han organizado sus acciones por sistemas simbólicos en la particularidad de desarrollar su vida cotidiana en contacto con dos jurisdicciones pertenecientes a dos (o más) países diferentes

Las diferencias o similitudes serán mayores o menores en función de las particularidades de la línea divisoria (natural o artificial, río, calle) y de las características de las poblaciones de ambas márgenes (historia, idioma, volumen de población).

Actualmente las fronteras latinoamericanas, en términos generales han incrementado sus poblaciones y han mejorado sus indicadores sociolaborales en muchos casos pero los desafíos son muy grandes. Entre otras cosas, está pendiente una mejora de gestión migratoria y de consagración de derechos laborales y formalización de los mercados de trabajo.

Existen avances importantes pero es un reto para consolidar los procesos de integración en Sudamérica (CAN; MERCOSUR; UNASUR) instalar grupos de trabajo para definir políticas al respecto, con participación de todos los actores involucrados, con nuevos marcos legales que deberán ser implementados correctamente e internalizados por las poblaciones involucradas para que no se conviertan en meros actos protocolares.

#### C) “Migraciones de China en AL: caso México”.

Raúl Netzahualcoyotzi. BAUP, Puebla, México.

Aurora Furlong. BAUP, Puebla, México.

En la primera parte del trabajo abordaremos la migración internacional como parte del ciclo del capital en las condiciones de la globalización. En la segundo apartado observaremos la modalidad de la migración Sur-Sur, que se origina en China y tiene como destino América Latina y en el tercer apartado el caso de México. Consideramos relevante que la situación geopolítica, a partir de la cual somos un puente no solo de acuerdos de integración asimétricos del Norte (NAFTA, CAFTA-DR) sino de tránsito migratorio (PPP/PM) hay una creciente movilidad humana de otros continentes (Asia en este caso) a México por causas no solo económicas, por factores políticos o redes y se ubican principalmente en la frontera y estados del sur y centro del país.

**Palabras Claves:** Migraciones. América Latina. China. México.

#### D) “Espacio interinstitucional e integración regional en la migración de tránsito por la frontera sur de México con Centroamérica”.

Edilma De Jesus Desidério. UNAM, México.

Este análisis explora las relaciones sociales producidas por los actores institucionales que participan de la política de gestión migratoria en la frontera sur de México, creada por el gobierno del estado de Chiapas. La implementación de una forma de espacio interinstitucional para el control y regulación de los movimientos migratorios de población ha causado conflictos y contradicciones en la localidad y cambios en la movilidad desde principios de 2000. Esto implica una reflexión crítica sobre la producción del espacio de la movilidad y de la inmovilidad que está

vinculado a las prácticas realizadas por organismos locales, multilaterales y regionales cuyos objetivos, aunque de distintas intencionalidades implica estrategias, articuladas a diferentes escalas geográficas, para la integración comercial y el desarrollo del Proyecto Mesoamérica. En ese marco se destaca la participación activa de organismos intergubernamentales como la Organización Internacional para las Migraciones, los nuevos actores representativos como Grupos de Alto Nivel sobre Seguridad Fronteriza, Comités interinstitucionales de lucha contra la Trata de Personas, entre otros, que contribuyen a la elaboración de nuevos discursos (Geiger, 2010) y a la vez entra en conflicto con las presiones ejercidas por la red local cuyos actores ejercen formas de resistencia.

Dicha gestión política de la migración ha determinado y legitimado las nuevas prácticas como es, por ejemplo, la politización del concepto de "irregularidad" para los flujos en situación de tránsito (Andrijasevic y Walters, 2010; Düvell, 2003), haciendo que el proceso se vuelva aún más complejo, sobretudo en los dos últimos sexenios gubernamentales estatal (2001-2006; 2007-2012).

La discusión en este documento incluye el papel de dichos actores y sus actividades de cooperación intergubernamental en las zonas fronterizas, las nuevas formas de verificación a través de las tecnologías biométricas (Amoore, 2006) que alteran las movilidades de los residentes fronterizos y amplían la inmovilidad al producir más resistencia a la política del gobierno local en escala de la vida cotidiana local. El análisis empírico utiliza información cubierta en entrevistas con grupos institucionales del gobierno, grupos intergubernamentales, no gubernamentales y los residentes de la ciudad, cuyo objetivo es explicar más a profundidad el papel que juega los distintos actores en el conflicto generado por la gestión de la migración de tránsito "irregular" y sus políticas de (in)movilidad en el extenso corredor regional mesoamericano que se conforma en las fronteras desde Centroamérica por México a los Estados Unidos.

**Palabras Claves:** Migración de tránsito. Frontera. Espacio. Integración regional.

## MESA 25: CRISIS ECONÓMICA GLOBAL Y MIGRACIONES FORZADAS EN AMÉRICA LATINA

Moderadora: María Rocio Bedoya Bedoya

11h00 – 13h00

### A) "La crisis económica mundial y su efecto sobre los flujos migratorios de América Latina."

Lucila Godínez Montoya. UAEM, México.

Esther Figueroa Hernández. UAEM, México.

Francisco Pérez Soto. UACH, Chapingo, México.

Los flujos migratorios procedentes de América Latina no son recientes. Estados Unidos ha sido por mucho tiempo el destino preferente para los migrantes de la región presentándose importantes altas y bajas de acuerdo al comportamiento de años recientes. Por otra parte, por años la población europea fue quien migró hacia las Américas, sin embargo a mediados del siglo XX se presentó un cambio de tendencia migratoria, de manera que América Latina pasó de ser una región receptora a una región expulsora de emigrantes.

Bajo este panorama en los noventa y durante los años 2000 comenzaron a incrementarse de forma importante los flujos migratorios hacia Europa (España, Italia, Francia y Portugal, entre los más importantes), Japón y Canadá; no obstante, en la primera década del siglo XXI se registraron altos niveles de emigración en particular hacia Estados Unidos y España enmarcados en la nueva era de las migraciones internacionales. A pesar de la tendencia al alza, a partir de 2008 los flujos dirigidos principalmente a países europeos comenzaron a disminuir drásticamente.

Derivado de lo anterior, la presente investigación consistirá en analizar el efecto provocado por la crisis económica mundial de la primera década del siglo XXI sobre los flujos migratorios de América Latina, la cual ha tenido efectos adversos en mayor medida sobre los países desarrollados principalmente en aquellos países de destino de éstos migrantes. La información al respecto indica que actualmente estos flujos han cambiado volviéndose cada vez más complejos.

**Palabras Claves:** Flujos migratorios. Crisis económica mundial. América Latina.

**B) "Migración y Globalización. El Caso del Estado de Yucatán".**

Alberto Quintal Palomo. UADY, Mérida, México.

**C) "Crisis financiera internacional y retorno a Colombia".**

Yeim Castro. COLMEX, DF, México.

Estados Unidos y España son los principales destinos de los flujos emigratorios colombianos, a partir de la crisis económica mundial estos países afrontan un serio deterioro en las condiciones del mercado laboral, lo que se traduce en la precarización del empleo existente y un aumento en las tasas de desempleo. Tales circunstancias impactan directamente la realidad económico-laboral de la población inmigrante, situación que puede potenciar procesos de retorno que no están necesariamente en consonancia con las metas y expectativas económicas trazadas por los emigrantes.

En Colombia, el retorno ha sido la fase migratoria menos estudiada dentro de la literatura, en ese sentido, esta ponencia expone los principales hallazgos de dos investigaciones realizadas por el Grupo de Investigación en Movilidad Humana durante los años 2011 y 2012, y constituye un aporte a la comprensión del retorno desencadenado por la crisis, permitiendo identificar la diversidad de situaciones que intervienen tanto en la persistencia del proyecto migratorio en el país de destino, como los factores que influyen en el regreso y posterior reinserción laboral, familiar y social.

**D) "Los determinantes sociales, económicos y políticos de la decisión de migrar o retornar de los colombianos en el contexto de la crisis de 2008 y la globalización: los casos del Eje Cafetero, Cali, Medellín y Bogotá."**

María Rocio Bedoya Bedoya. UdeA, Medellín, Colombia.

El propósito de esta ponencia es presentar los hallazgos obtenidos en el estudio de cuatro casos en territorios colombianos sensibles a la problemática migratoria y de retorno, en los cuales se ha indagado por los determinantes sociales, económicos y políticos que han llevado a muchos colombianos y colombianas a tomar la decisión de retornar al país de origen o a emprender la experiencia migratoria.

Para lograr este objetivo hemos construido un enfoque teórico tomando elementos de la teoría del sistema mundo, el enfoque transnacional sobre migraciones y los factores de atracción y expulsión, los cuales han servido de lentes para analizar e interpretar la información documental y aquella obtenida en el trabajo de campo mediante cuarenta y cuatro entrevistas semiestructuradas y dos grupos focales realizadas a expertos, representantes de instituciones implicadas en el tema migratorio y de retorno, migrantes y retornados.

Se concluye que la permanencia y/o aumento de los flujos migratorios procedentes de los países en desarrollo es uno de los efectos de la crisis del sistema mundo capitalista, que adquiere otras connotaciones y dimensiones en el actual contexto de globalización en cuanto trata a las personas como mercancías y en cuanto genera efectos diferenciados por género y por territorio.

**Palabras Claves:** Migración. Retorno. Determinantes. Crisis. Eje Cafetero. Cali. Medellín. Bogotá.

Este trabajo es producto final de la investigación “Las políticas públicas de migración y retorno en Colombia: tendencias, particularidades regionales y perspectiva de género” en la cual soy la investigadora principal. En ella participan los estudiantes Jhonny Tamayo Castro, María Cristina Mesa Casas y Patricia Elena Giraldo Calderón como estudiantes investigadores en formación.

#### **E) “Las “migraciones forzadas” en el marco del MERCOSUR, dilemas a la ciudadanía comunitaria”.**

Juan Carlos Sabogal. UNC, Córdoba, Argentina.

Janneth K. Clavijo. UNC, Córdoba, Argentina.

La “migración forzada” en el contexto regional latinoamericano, ha sido visible recientemente a partir de dos cuestiones relevantes: el denominado fenómeno del desplazamiento forzado y el posterior éxodo y refugio de colombianos en el exterior, y por otro lado, los “refugiados climáticos”, principalmente por la catástrofe de 2010 en Haití. En relación a estas dos situaciones, la región ha elaborado diversos lineamientos políticos para dar una respuesta con pretensión de articulación, a los sujetos que han sido obligados a movilizarse a través de los límites de sus fronteras nacionales. En el primer caso, la respuesta fue la creación del Plan México en 2004, que implicó a partir de la presión del gobierno ecuatoriano-que afronta el mayor número de refugiados y solicitantes de la región- la construcción de una respuesta “humanitaria”, para atender la incapacidad del propio estado colombiano y la insuficiencia de recursos del estado ecuatoriano, para asistir a los migrantes que en estas condiciones aparecen como demandantes de protección. En el segundo caso, con posterioridad a la crisis haitiana, se consideró recientemente el tema por parte de la reunión de estados que discutió el tema de los refugiados y particularmente de ese país (Comisión de Migración y Refugio de la XV Cumbre del Mercosur Social: 2012, realizada en Brasil.)

Sin embargo, a la par de estas medidas normativas se constata una paradoja, los recientes reforzamientos de los controles fronterizos, los incrementos de las deportaciones, y en general el aumento de las políticas de securitización de las migraciones en el marco de la “governabilidad migratoria”, que de cierta forma paralizan la posibilidad de una respuesta regional anclada en una perspectiva de derechos para los migrantes.

En este sentido, nuestra ponencia se propone abordar la temática de la “migración forzada” en el ámbito del Mercosur, poniendo en tensión dicha clasificación, con un marco más amplio, como lo es la movilidad humana. En esta dirección, problematizaremos la clasificación gubernamental de migración forzada, colocando en tensión las conceptualizaciones de migrantes forzados y migrantes económicos, y como aparece vinculada esta división, principalmente a los lineamientos de organismos multilaterales como la Organización Internacional para las Migraciones (OIM), o la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). Al respecto nos interesa hacer una aproximación a como es reproducido o reconfigurado este proceso en Argentina y cuáles son las implicancias que esto genera en el marco de las políticas de refugio.

Este trabajo hace parte de algunos desarrollos del proyecto de investigación: “Las políticas de migración internacional en el proceso de integración regional del Mercosur: miradas y abordajes hacia las migraciones y los sujetos migrantes”. Acreditado por la Universidad Siglo 21, Argentina.

## MESA 26: INTEGRACIÓN REGIONAL Y MIGRACIONES LABORALES EN AMÉRICA DEL NORTE

Moderadora: Rosa María Vanegas García

14h30 – 16h30

### A) “Mujeres temporeras mexicanas del PTAT en Canadá.”

Rosa María Vanegas García. INAH, México.

Iván Franco Cáceres. INAH, México.

Las mujeres temporeras mexicanas que provienen de varios de los estados de la República Mexicana, se han desempeñado laboralmente en los campos canadienses a través del Programa de Trabajadores Agrícolas Temporales (PTAT). Este programa tiene el propósito de ofrecer una alternativa de ocupación segura y redituable, tanto a hombres como a mujeres que se encuentran en periodo de desempleo y que viven en zonas rurales, para que el beneficio económico obtenido por su desarrollo y desempeño en el trabajo repercuta principalmente en la familia y en su entorno.

Para ser candidatas del PTAT, las temporeras, de preferencia deben hacer constar su ocupación laboral en la siembra o en la cosecha de cereales, vegetales, flores, frutas y destacadamente en la fresa o en la apicultura, o que se haya laborado en los invernaderos o viveros.

El reclutamiento y la selección de las candidatas se realizan en las entidades federativas, a través del Servicio Nacional de Empleo (SNE) y sus unidades operativas. Una vez cumplidos los requisitos en el Programa, como por ejemplo, que deben comprobar que no hay quien las sostenga del sexo opuesto, es decir: madre soltera, viudas o divorciadas, además que tengan mínimamente estudios hasta el tercer año de Primaria y como máximo Primero de Preparatoria o simplemente sepan leer y escribir. El PTAT excluye a aquellas que radican en la capital de la entidad federativa o en zonas conurbadas a esta o en las principales ciudades de los estados.

El Programa de Trabajadores Agrícolas México – Canadá ha sobrevivido por casi cuatro décadas, con la firma del Memorándum de Entendimiento entre los dos países, se formalizó el acuerdo, mediante el cual Canadá proporciona los empleos temporales agrícolas y México la mano de obra especializada en labores de campo, siempre y cuando las temporeras no pretendan radicar en ese país.

El objetivo de la investigación es presentar a las mujeres temporeras en su desempeño en el Programa, cómo se desarrollan en los campos de cultivo y cosecha fuera de su país, cuáles son las consecuencias de trabajar en el extranjero, cómo repercute en su entorno familiar y en su comunidad.

### B) “Nuevas tendencias de la inserción laboral de los migrantes mexicanos en Estados Unidos.”

Esther Figueroa Hernández. UAEM, México.

Francisco Pérez Soto. UACH, Chapingo, México.

Lucila Godínez Montoya. UAEM, México.

La migración ha representado por años una opción viable para los habitantes de los países en desarrollo sin importar el riesgo que esto implica, ya que a pesar de las condiciones laborales en las que se desarrollan los empleos menos calificados en los países de destino, el ingreso obtenido por estas actividades sigue siendo más atractivo que en sus países de origen, situación que incentiva a las personas a emigrar. América Latina es el continente con mayores desigualdades sociales en el mundo y en donde una de las características de éstos es el predominio de población joven en edad laboral en busca de un trabajo para lograr un mejor nivel de vida, lo que favorece la existencia de migración intra y extrarregional. Aunado a esto, las consecuencias del envejecimiento de la población principalmente en países desarrollados, marcará el futuro de las migraciones a nivel global, ya que la población activa se convertirá en un recurso escaso y habrá mayor competencia entre los países por incorporar a los más jóvenes y a los migrantes en edad de trabajar.

En base a lo anterior, el objetivo del trabajo será analizar si los inmigrantes mexicanos en Estados Unidos tendrán mejores condiciones laborales debido a la falta de población activa en éste país. Por lo que, la migración pasará a ocupar un lugar central en la crecimiento demográfico y en el crecimiento económico de las economías.

**Palabras Claves:** Migración internacional. Población activa. Envejecimiento de la población.

### C) "Mujeres migrantes en la región fronteriza México-Estados Unidos. Labores de cuidado en Paso del Norte (Chihuahua-Texas)"

Sandra Bustillos Durán. UACJ, Ciudad Juárez, México.

Rodolfo Rincones Delgado. UACJ, Ciudad Juárez, México.

Edith Vera Bustillos. UACJ, Ciudad Juárez, México.

Se presentarán algunos resultados del proyecto de investigación en curso, sobre las modalidades en que las mujeres migrantes a esta región transfronteriza Ciudad Juárez-El Paso, procedentes de diversas regiones de México, viven las vicisitudes de las labores de cuidado asociadas a las maternidades, en el contexto de maquilaización del trabajo. Las temáticas principales son:

a). Género y reproducción desde la experiencia de la maternidad (Embarazos, partos, crianza de los hijos) en mujeres migrantes, (desde el interior del país a Ciudad Juárez, México, como algunas que posteriormente cruzan la frontera para trabajar en El Paso, TX, USA.

b). Género, reproducción y trabajo desde la óptica de la translocalización y mercantilización reproductiva en las labores de cuidado de niños y niñas propios y ajenos en el contexto regional (Mujeres que deben dejar sus propios hijos para cuidar los hijos de otras familias, pero también mujeres que "abandonan" a sus hijos para trabajar).

c). Familias divididas por la migración de las mujeres.

## MESA 27: MIGRACIÓN, DISCRIMINACIÓN Y (DES) ADAPTACIÓN

Moderadora: Martha Monzón Flores

16h50 – 18h50

### A) "Prácticas racistas a grupos indígenas migrantes".

Martha Monzón Flores. INAH, México.

En México, como en muchos países de América, la discriminación a los grupos indígenas tiene una larga historia. Amén de los excesos que cometieron contra ellos los grupos en el poder durante la colonia y las omisiones y olvidos de los que fueron objeto en las siguientes etapas históricas, a principios del siglo pasado las ideas acerca de la manera en que debía progresar el país, incluía el “*blanqueamiento*” de la población de tez morena para componer una sociedad homogénea. Tiempo atrás, cuando se consolidó la conquista española se arraigó fuertemente la animadversión al color de la piel, al idioma, a las tradiciones, a los rituales y a los usos y costumbres de nuestros antepasados.

En la actualidad existen muchos recursos jurídicos y legales para defenderlos, sin embargo en el imaginario colectivo quedó la idea que se forjó en ese tiempo. Las políticas gubernamentales actuales más recurrentes incluyen el paternalismo, la marginación, el aislamiento y la demora prolongada en los respaldos económicos y sociales.

El objetivo de este trabajo de corte antropológico e histórico es realizar una retrospectiva histórica de las políticas racistas hacia los indios y la manera en que los migrantes indígenas, en la actualidad, aceptan de manera soterrada éstas prácticas, con el fin de insertarse en la población receptora, aunque con su actitud y presencia en ciertos espacios, desmienten la imagen negativa que se les atribuye.

#### **B) "Migración y pobreza en la ciudad de Mérida, Yucatán".**

María Guadalupe Violeta Guzmán Medina. UADY, Mérida, México.

La grave crisis que atraviesa el campo mexicano desde hace más de cuarenta años, ha impulsado a un importante número de familias campesinas a emigrar a los centros urbanos, en la búsqueda de las mínimas condiciones de subsistencia. Estos migrantes se ubican en las periferias de las ciudades regionales en condiciones de pobreza extrema, marginación y exclusión de los “beneficios” que supuestamente brinda la vida urbana.

En este trabajo presentamos cómo se da este proceso en la Ciudad de Mérida, Yucatán, actualmente considerada la ciudad más importante del sureste mexicano que incluye no solo a los estados que integran la península, sino también a los estados vecinos de Chiapas, Tabasco y Veracruz. En este contexto el sur de la ciudad de Mérida se ha convertido en la zona donde preferentemente se ha asentado la mayor parte de los migrantes de origen indígena y campesino que llegan a la ciudad, provenientes tanto del interior del estado como de los otros estados mencionados. A pesar de la diversidad cultural de los migrantes, han logrado organizarse para reclamar un territorio y reproducir su identidad dentro de los límites que la sociedad les permite, dando lugar a nuevas formas de ver y vivir su etnicidad. Sin embargo viven en precarias condiciones de vida y presenta los más altos índices de pobreza y marginación de la ciudad por lo que se le conoce coloquialmente como el “sur profundo”.

#### **C) “Flujos de migración de chiapanecos indígenas a los Estados Unidos. Una visión desde la Encuesta sobre Migración en la Frontera Norte de México - EMIF NORTE.”**

Jorge Alberto López Arévalo. UNACH, Chiapas, México.

Emmanuel Arrazola Ovando. UMAR, Oaxaca, México.

La emigración de chiapanecos a los Estados Unidos (EEUU) es un fenómeno que inició a fines de la década de los ochenta, producto fundamentalmente de la crisis del café en el ámbito internacional. Los estragos de los huracanes Mitch y Stan contribuyeron y reforzaron la migración



internacional. Sin embargo, es hasta principios de siglo XXI que se comienza a hablar de Chiapas como un estado emergente en la emigración internacional.

Este trabajo tiene como finalidad mostrar cómo Chiapas se transformó de ser una entidad de escasa importancia en el flujo migratorio laboral de mexicanos a EEUU a convertirse en una entidad de los flujos fueron creciendo en algunas regiones primero y luego se incorporaron prácticamente todas.

Analizaremos la trayectoria de la evolución reciente de los destinos migratorios de la población indígena chiapaneca, llegando a explicar los motivos de su inserción tardía al flujo hacia Estados Unidos de Norteamérica. En torno a este flujo se ofrece una caracterización sociodemográfica en términos de sus puntos de cruce, lugares de origen y de destinos, situación educativa de la población migrante. Finalmente, el documento contribuye a esclarecer las condiciones sociales de los municipios indígenas de Los Altos de Chiapas, estableciendo la asociación entre los índices de marginación, de desarrollo humano, la pobreza y el de intensidad migratoria. En gran medida el documento acude a la base de información proveniente de la Encuesta de Migración de la Frontera Norte (EMIF-Norte), cuya exploración resulta ser una de las primeras en el tema de las migraciones de indígenas chiapanecos.

La migración internacional indígena chiapaneca ha tenido que configurar a pasos acelerados un intrincado sistema de redes de intercambio y circulación de gente, dinero, bienes materiales y simbólicos.

**Palabras Claves:** Migración. Intensidad migratoria. Condiciones sociales. Pobreza.

#### D) “Gestão Educacional e (I) Migração na fronteira Brasil e Uruguai”.

Geovana Gabriela Bardesio. UNIPAMPA, Santana do Livramento, RS, Brasil.

Paulo Cassanego Jr. UNIPAMPA, Santana do Livramento, RS, Brasil.

Considerando que as escolas localizadas na zona fronteira de Sant’Ana do Livramento (Brasil)/Rivera (Uruguai) podem ser caracterizadas por receber alunos em situação de migração fronteira. E que, a migração e as diferenças culturais, têm motivado a ocorrência de preconceito e discriminação em ambientes escolares, ocasionando problemas no desenvolvimento emocional e educativo de alunos imigrantes (BATANERO, 2005; HERNANDEZ, VERA e QUIROA, 2005; ALEGRE, 2008; GONZALEZ e MARTIN, 2009).

Este trabalho se desenvolve com o objetivo de identificar as necessidades apresentadas por alunos (i) migrantes e as respectivas adaptações realizadas pela gestão da escola E. E. M. Professor Chaves ao longo do tempo. Trata-se de um estudo de caso qualitativo-descritivo (YIN, 2010), onde foram utilizadas entrevistas com perguntas estruturadas. O rol de (7) entrevistados foi composto pelo atual gestor da escola e seus antecessores, compreendendo os períodos administrativos de 1980 a 2011. Os estudos citados foram considerados para estabelecer quatro parâmetros de análise, sendo eles: a) função educativa, b) conduta dos alunos, c) participação da escola e, d) profissionais da educação e a sua preparação.

Os resultados apontam que necessidades educacionais específicas (NEE) são desenvolvidas pelos (i) migrantes, sobretudo, durante o período adaptativo. Onde se destacam as diferenças relacionadas a idioma e conteúdos programáticos específicos do sistema educativo brasileiro. Entretanto, o contexto fronteira se destaca como elemento facilitador da adaptação destes alunos, chegando a minimizar e/ou anular efeitos negativos decorrentes da situação de (i) migração que se observam em outros contextos. Por sua vez, ao longo do tempo, a gestão realizou intervenções, pontuais, diante das demandas apresentadas pelos alunos. O que não garantiu que

## Resumos

todos os alunos que apresentassem NNE relacionadas à condição de migração tivessem sido atendidos. Razão pela qual, a inclusão de tais ações no planejamento institucional é sugerida a escola.

A conclusão deste estudo aponta para o fato de que, os alunos imigrantes fronteiriços apresentam NNE's, mas nem sempre as diferentes gestões trabalharam com o intuito de supri-las. Nesse sentido, entende-se que o desenvolvimento de políticas públicas que abordem o tema pode contribuir para a melhoria das gestões das escolas de fronteira a partir da capacitação adequada dos profissionais da educação dessas localidades. E através disso, seja possível diminuir diferenças, desenvolver a integração, explorar as potencialidades da situação de forma construtiva e propiciar a geração de um ensino de qualidade para todos nestas escolas.

## TEMA 4: MIGRACIONES, DESPLAZAMIENTOS FORZADOS Y REFUGIO

### SALÓN DE APOYO 2 AL SALÓN DE ACTOS II DE LA RECTORÍA

22 de noviembre

#### MESA 28 (1ª PTE): INTEGRACIÓN REGIONAL Y POLÍTICA MIGRATORIA EN NORTEAMÉRICA Y SURAMÉRICA

Moderador: Arturo Perales Salvador

08h40 – 10h40

#### A) “Comportamiento de los flujos migratorios de mexicanos a Estados Unidos de América, en un escenario de reforma migratoria”.

Lorenzo Reyes Reyes. UACH, Chapingo, México.

Oscar Iván Reyes Maya. UCM, Madrid, España.

Braulio Morales Morales. UACH, Chapingo, México.

La migración internacional ha sido creciente, en 1965 apenas 77 millones de personas se desplazaban desde su país a otro, 214 millones los hacen en 2010; esto significa que el 3.0% de la población mundial, práctica esa modalidad de migración.

La historia de la migración de mexicanos a Estados Unidos de América (EUA) tiene larga historia: con periodos de crecimiento y retroceso; explicados por movimientos de variables contextuales; la demanda de migrantes obedece al cambio estructural de la sociedad estadounidense y a un proceso lento pero irreversible de envejecimiento de su población; mientras que desde México se explica incapacidad del modelo para ofrecer empleos y las sucesivas crisis de la economía mexicana. Así los flujos migratorios se explican por las asimetrías y complementariedades de ambas economías.

A partir de los años 90s la migración de mexicanos es más intensa, las remesas tienen su mejor año en 2007 sumando 26 mil millones de dólares; en 2007 se inicia una crisis en el sector inmobiliario de la economía de EUA, la economía mexicana es afectada por la disminución de remesas en 2009 hasta por 5 mil millones de dólares, la crisis se extiende a otros sectores y a otros países aun no es superada.

Los migrantes mexicanos provienen de tres zonas de migración la zona tradicional (Michoacán; Jalisco, Guanajuato, Zacatecas, San Luis Potosí y Sinaloa); la zona de estados con características urbanas y que en el pasado fueron captadores netos de migrantes internos (Veracruz, Estado de México, Distrito Federal y Morelos) y una zona de reciente incorporación con población dominante rural y de características indígenas (Oaxaca, Chiapas, Guerrero y Puebla) que a pesar de la crisis es la más dinámica.

A raíz de los atentados de 2001 y el surgimiento de agresivas leyes migratorias; el número de migrantes se ha estacionado en 11.8 millones de personas; siguen prefiriendo a los estados tradicionales de destino, pero sobre todo van donde hay empleo y la persecución no es tan aguda. En cuanto a los cruces son más peligrosos, más costosos y difícilmente se hace sin contratación de coyotes. Disminuye la migración circular a favor de la permanente, disminuye la migración indocumentada pero aumenta la documentada y de alta calificación

Ante una probable Reforma Migratoria, serán tratados de manera preferente los que ingresaron niños, los que han servido en las fuerzas armadas, los que se comprometan a trabajar en las cadenas agroalimentarias y los mejor calificados. Serán deportados los que ingresaron en los últimos dos años, los de antecedentes criminales, los que no aprendan inglés y los de menor escolaridad.

**Palabras Claves:** Flujos migratorios. Migración de alta calificación. Asimetrías. Complementariedades.

**B) “Hacia una política migratoria mexicana orientada a la frontera sur”.**

Arturo Perales Salvador. UACH, Chapingo, México.

Angélica Lastiri Salazar. UAM, Xochimilco, México.

En el contexto de la globalización, la migración asume nuevas formas y contenidos, con los efectos de la crisis que se ciernen tanto para los países desarrollados como los subdesarrollados, se acrecienta la necesidad de buscar mejores opciones para el desarrollo individual, familiar y social.

Los Estados Unidos continúan siendo el punto de atracción para miles de migrantes de todo el mundo, aun cuando su economía se ha contraído en los últimos años, mayoritariamente intentan ingresar a este país migrantes provenientes de todos los países de América Latina y el Caribe y dentro de estos, por su número destacan mexicanos y centroamericanos.

La problemática de la migración mexicana es amplia y ha sido analizada desde distintas ópticas por numerosos autores, en tanto que la migración centroamericana que tiene sus particularidades.

Los migrantes centroamericanos proceden en su mayoría de familias provenientes del medio rural, con altos índices de pobreza y que se ven obligados a atravesar más de tres mil kilómetros por el territorio mexicano para ir en búsqueda del sueño americano y en esta odisea enfrentan numerosos obstáculos que incluso pueden costarles la vida.

Los costos de la travesía a través de coyotes para los centroamericanos van desde los tres mil dólares hasta los veinte mil dólares según sea el caso y las posibilidades, y aparte están aquellos que pueden denominarse descamisados, que se aventuran sin nada más que lo indispensable, pero unos y otros se ven expuestos al robo y al saqueo de grupos delincuenciales y que en muchos de los casos se encuentran coludidos con las propias autoridades migratorias de México.

En este contexto es que se analiza esta situación y se propone una política migratoria de México orientada a resolver los problemas más acuciantes de los migrantes centroamericanos que atraviesan por este país.

**Palabras Claves:** Migración. Crisis. Política.

**C) “A proposta de reforma da política imigratória estadunidense e suas contribuições à política imigratória brasileira.”**

Roberto Rodolfo Georg Uebel. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

O presente artigo visa expor, por meio de metodologia comparada e análise das políticas imigratórias dos Estados Unidos da América atual e a proposta de reforma do Presidente Barack Obama, bem como a incipiente política imigratória brasileira, as possíveis contribuições das partes estadunidenses à luz da formulação de uma nova e consistente política imigratória brasileira, sendo esta uma base para a fundamentação da inserção internacional do Brasil, país que recebe números

expressivos crescentes de imigrantes de todo Atlântico Sul, segundo dados da Polícia Federal e Ministério do Trabalho.

Com os acertos e erros da política imigratória estadunidense (uma das mais avançadas do planeta) é possível incorporar e adaptar suas medidas nas políticas públicas e política externa brasileira, sendo a imigração um tema em consistente debate nos círculos acadêmicos e sociais da sociedade brasileira. Observando a literatura vigente, infere-se que a utilização de políticas imigratórias rígidas e coerentes com a agenda internacional por *regional powers*, consolidara a inserção de nações como Austrália e Canadá em suas regiões de atuação, o que postula o Brasil no Atlântico Sul.

Nesse sentido, o presente artigo conclui, por meio de gráficos, tabelas e esquemas comparativos, as orientações que deveriam ser seguidas pelo governo brasileiro objetivando dita inserção internacional como *verbi gratia* potência regional de atuação global, seguindo as contribuições asseveradas da reforma imigratória estadunidense, evitando erros consumados e promovendo a imigração como ingresso de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico, social e industrial brasileiro, como ocorreu nos últimos dois séculos com a vinda dos imigrantes alemães, italianos, espanhóis, japoneses e de distintas outras nacionalidades.

**Palavras-chave:** Imigração. Reforma Imigratória. Estados Unidos. Brasil.

#### **D) “El emprendimiento como respuesta al migrante retornado en Colombia ¿Una política de autoempleo?”**

Patricia Elena Giraldo Calderón. UdeA, Medellín, Colombia.

Esta ponencia presenta uno de los aspectos emergentes de la investigación en políticas públicas de migración y retorno en Colombia desarrollada en cuatro ciudades del país. Así, los hallazgos aquí esbozados se centran en demostrar la débil respuesta del Estado colombiano, a través de los programas de emprendimiento, ante el retorno de sus connacionales al país.

Metodológicamente, se analizó la política de migración y retorno, se realizaron 52 entrevistas y un grupo focal en las ciudades de Cali, Medellín, Bogotá y Pereira; el cuestionario fue aplicado con actores institucionales, migrantes retornados y expertos en el tema migratorio.

A modo de conclusión, se puede afirmar que, una de las principales reclamaciones de los migrantes ante los gobiernos nacional, departamental y municipal, son soluciones de empleo, en este marco, el emprendimiento no sólo resulta insuficiente, sino además, contraproducente en tanto, de un lado, el capital semilla es de difícil acceso; y de otro, se reproduce el patrón de autoempleos precarios y de subsistencia.

**Palabras Claves:** Emprendimiento. Políticas públicas de migración. Retorno. Autoempleo.

#### **E) “Retorno migratorio y las vías del derecho a no migrar en la cafeticultura veracruzana”.**

Francis Mestries. UAM, Azcapotzalco, México.

La crisis económica en Estados Unidos y el cerco migratorio a los indocumentados han golpeado severamente a los migrantes de los estados de expulsión reciente como Veracruz, provocando una caída de las remesas, y el retorno forzado o “voluntario” de muchos migrantes de origen rural. Las comunidades agrarias por lo tanto sufren procesos de pauperización, de presión sobre la tierra y las fuentes de empleo. Aunado a esto la presencia del crimen organizado amenaza con paralizar las actividades agropecuarias y comerciales locales. En este entorno adverso, los

migrantes retornados tienen que reinsertarse socialmente y laboralmente, lo que se antoja difícil si no tienen redes sociales y ahorros de las remesas de su estancia laboral en Estados Unidos.

Esta ponencia se propone indagar la capacidad de contención de la migración de campesinos, en particular, jóvenes, y de reintegración de exmigrantes por organizaciones de cafticultores que producen café orgánico y gourmet en la región de Huatusco, para crear cadenas de valor y capital social para defenderse de los altibajos del mercado manipulados por las transnacionales y de las extorsiones de los mafiosos. La investigación se realizó con entrevistas semi-estructuradas a dirigentes de organizaciones y a migrantes retornados en la región de Huatusco e Ixhuatlán del Café, Veracruz.

**Palabras Claves:** Migrantes de retorno. Remesa. Capital social. Café orgánico. Veracruz.

## MESA 28 (2ª PTE): INTEGRACIÓN REGIONAL Y POLÍTICA MIGRATORIA EN NORTEAMÉRICA Y SURAMÉRICA

Moderadora: Marcia Vera

11h00 – 13h00

### A) “O tratamento reservado ao estrangeiro: entre a discriminação e a distinção. Um olhar sobre o processo de construção da nova apolítica migratória brasileira.”

Anelize Maximila Corrêa. UFPel, UCPel, Pelotas, Brasil.

Jandré Corrêa Batista. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos reconhece a essência natural e universal dos Direitos Humanos, os quais têm como fundamento os atributos do ser humano, e não a sua nacionalidade. Os tratados de Direitos Humanos, assim, dirigem-se aos sujeitos de direitos em sua abstração e generalidade (PIOVESAN, 2000). A presente pesquisa tem como finalidade analisar as migrações internacionais enquanto um direito humano decorrente dos princípios da igualdade e da não discriminação que os caracterizam. Nesse andar, os direitos garantidos pelo *corpus juris* do Direito Internacional dos Direitos Humanos não se limitam aos nacionais do Estado territorial, mas se estendem a todos os indivíduos, independentemente de sua nacionalidade.

O atual Estatuto do Estrangeiro brasileiro é uma lei de 1980, anterior à Constituição e à inserção do Brasil nos sistemas internacionais de proteção aos Direitos Humanos. Por essa razão, o Estatuto do Estrangeiro no Brasil não está alinhado ao Direito Internacional dos Direitos Humanos. Temos como objeto de estudo, assim, o processo de construção da nova política migratória brasileira – aspiração antiga das entidades de defesa dos direitos dos migrantes –, a qual se encontra, atualmente, em tramitação no Congresso Nacional.

As normativas internacionais de proteção aos Direitos Humanos estabelecem exceções que justificariam a não aplicação de alguns dos princípios ali consagrados aos estrangeiros. No entanto, é imprescindível que as restrições admitidas pelas normativas de proteção aos direitos humanos não sejam consideradas como regras aplicadas de modo extensivo, mas devam ser adotadas em situações de extrema excepcionalidade, seguindo os critérios de razoabilidade, de proporcionalidade e de adequação (PIZA, 1986). A nossa hipótese é de que a nova política migratória brasileira, atualmente em discussão, ainda não está de acordo com as interpretações que os organismos internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, estão dando para o *corpus juris* do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Assim, no decorrer deste trabalho, analisar-se-á como as limitações aos princípios da igualdadade e da não discriminación, em relação à situação jurídica dos estrangeiros, presentes no *corpus juris* do Direito Internacional dos Derechos Humanos, são interpretadas pelos organismos de monitoramento e controle dos tratados, devendo, assim, condicionar a construcción de políticas migratórias no Brasil condizentes com tais interpretaciones. Tais questões apresentam-se, por ora, de forma incongruente na deliberação brasileira sobre a nova política migratória.

**C) “En búsqueda de protección: Una revisión del modelo regional de reasentamiento de refugiados en Chile y Brasil.”**

Marcia Vera. University of Sheffield, Sheffield, Reino Unido.

El objetivo de mi investigación es explorar los alcances y limitaciones del programa de Reasentamiento de Refugiados en América Latina, usando como casos de estudio las comunidades Colombianas y Palestinas reasentadas en Chile y Brasil. El estudio también pretende explorar en qué maneras se ha consolidado el modelo regional de reasentamiento en el Cono Sur. Asimismo, la investigación intenta evaluar la efectividad de estos programas en términos de la protección de los refugiados, políticas sociales, adherencia de los estados a los compromisos adquiridos y la integración de los refugiados reasentados.

**D) “El proceso de reasentamiento de los refugiados palestinos en la Región de Valparaíso, Chile.”**

Karina Bijit Abde. UV, Valparaiso, Chile.

La experiencia del refugiado está marcada por una migración forzada, la cual desestructura mundos sociales y simbólicos, provocando un quiebre con las formas de vida cotidiana de las personas, quienes se ven enfrentados a nuevas prácticas, normas y valores en los lugares de acogida, en donde a diferencia de los inmigrantes, no siempre poseen un proyecto migratorio o redes sociales.

Esta presentación se enmarca en la llegada a Chile de un grupo de refugiados palestinos provenientes del campamento Al Tanf, ubicado en la frontera entre Siria e Irak, a través del Programa de Reasentamiento Solidario, implementado por la Vicaría de la Pastoral Social y de los Trabajadores, en coordinación con el Área de Refugio del Departamento de Extranjería y Migración del Gobierno de Chile y el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados.

En dicho contexto, el interés del estudio se centra en comprender como los palestinos reasentados en Chile van resolviendo las tensiones que se les presentan en su encuentro con la sociedad chilena, como van generando estrategias, reconstruyendo vínculos sociales y proyectos de vida en el país de acogida.

**MESA 29 (1ª PARTE): DESPLAZAMIENTOS FORZADOS, DESPOJO Y RE-TERRITORIALIZACIÓN**

Moderador: Myriam Zapata Jiménez

14h30 – 16h30

**A) “Desplazados internos en México.”**

Edgar Talledos Sánchez. UMAR, Huatulco, México.

El Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR), actualmente asiste a 5.4 millones de personas que están en situación de gravedad, que han huido de sus hogares, generalmente a consecuencia de una guerra civil, pero que han permanecido en sus países de origen. Estas personas son conocidas como *desplazados internos*. En México no existen estudios que muestren de manera clara el número de desplazados por la implementación de megaproyectos en distintas partes del territorio nacional o por algún conflicto armado en comunidades rurales.

Este trabajo examina cómo a través de la implementación de megaproyectos de infraestructura (hidráulica, aeroportuaria, turística) en el territorio mexicano se ha forzado a pueblos originarios y mestizos abandonen o reubiquen su lugar de origen hacia otras regiones, contribuye además a conocer el número de *desplazados internos* en México, las condiciones actuales que presenta éstos después de ser despojados de sus territorios.

**B) “Migración y desarticulación territorial.”**

Andrés Cuesta Beleño. UNISALLE, Bogotá, Colombia.

El centro de investigación Hábitat, Desarrollo y Paz – CIHDEP – de la Universidad de La Salle, Bogotá Colombia, presenta un avance del Programa de investigación “Asentamientos humanos para la inclusión de las migraciones, la regeneración y la cohesión territorial”, desarrollado en el Municipio de Yopal, Casanare, Colombia, bajo los siguientes términos: El departamento de Casanare, es el segundo productor de petróleo del país (del 2007-2012) y el tercer hato ganadero a nivel nacional. En un contexto de verdadera 'fiebre petrolera', la ciudad de Yopal registró un crecimiento acelerado de su población en un corto tiempo. En 1993 el total de la población era de 43.674 habitantes, en el 2005 paso a 103.754 habitantes y en el 2012 la población es de 134.832 habitantes (datos DANE).

Por tal motivo se reflexiona en sus dinámicas, oportunidades y problemas. Se presentan no sólo los resultados de nuestros análisis e investigaciones, sino se pretende establecer contactos para desarrollar nuevos mecanismos de trabajo colectivo y, en lo posible, acercamientos a trabajos comparados con otros países latinoamericanos o fronterizos con Colombia afectados por la producción petrolera, según los propósitos del evento.

Se incursiona sobre el impacto de la producción petrolera en las transformaciones y desarticulación de los asentamientos humanos tanto urbanos como rurales dentro de un enfoque de nueva ruralidad; en la vulnerabilidad de sus poblaciones causada por los procesos migratorios; en la emergencia de nuevos asentamientos humanos inéditos en el mundo rural de la Orinoquía y en búsqueda de co crear un bio asentamiento humano propicio para la generación y desarrollo de nuevas formas de habitabilidad estratégica para un desarrollo local y regional.



**C) “Despojo y restitución de tierras en Colombia, un análisis de proceso actual”.**

Francys Cárdenas Ferrucho. UEXTERNADO, Colombia.

El despojo de tierras en Colombia es de carácter histórico - geográfico, desde la colonia los españoles organizaron el territorio a partir de la usurpación de tierras indígenas y delimitación de resguardos, declarando el resto de territorio baldíos, obviando así el poblamiento, transformación y apropiación de tierras indígenas. Adelante en el tiempo durante la época de la violencia entre 1945 – 1965 fueron abandonados aproximadamente 400.000 predios (Betancur, 2011, pág. 44), y en la actualidad producto de los periodos de guerra sucia (años 80’s) y violencia paramilitar (década del 90 y 2000) se calcula un abandono de 8.8 millones de Hectáreas.

Ahora bien no podemos hablar de un único proceso de despojo debido a los diversos actores que materializaron el despojo (militares, paramilitares, agentes estatales, guerrilla, narcotraficantes etc.), y las formas diferenciadas en que lo hicieron (venta forzada; lesión enorme; falsificación en documento público; desplazamiento forzado de tenedores, ocupantes y propietarios etc.), en este sentido los autores y tipologías del despojo y/o abandono forzado varían a lo largo de la geografía colombiana.

Las consecuencias de esta realidad son: el desplazamiento forzado y crisis humanitaria; cambio de uso del suelo ya que muchas tierras despojadas fueron usadas para la siembra de monocultivos (Casos Chocó y Urabá Antioqueño); pérdida de soberanía alimentaria; descampesinización y cambio cultural en la población rural entre otras. Es de destacar la acción colectiva de las comunidades despojadas con la finalidad de restituir y retornar a sus tierras, así pulularon Organizaciones de Población de Desplazada, Movimientos de Víctimas entre otros, cuya presión permitió evidenciar la magnitud de la problemática del despojo y el papel del Estado en la prevención y resolución del mismo. Desde el Estado se ha ejecutado la Ley de Justicia y Paz con un mínimo alcance en el ámbito de reparación, y actualmente la Ley de Víctimas y Restitución de Tierras 1448 de 2011.

De acuerdo a estos elementos la presente ponencia presenta un panorama general del despojo de tierras en Colombia, las medidas de restitución abanderadas por el Estado sus alcances y limitaciones teniendo en cuenta que si bien nos encontramos en un proceso de diálogo el conflicto armado no ha cesado y persiste un persecución a los reclamantes de restitución en Colombia.

**D) “Impactos rurales de la economía global: cambios sociopolíticos, culturales y políticas públicas: una aproximación a la vulneración de derechos de los desplazados forzados en Yopal Casanare”.**

Myriam Zapata Jiménez. UNISALLE, Bogotá, Colombia.

En el marco de las políticas públicas y particularmente el Plan de desarrollo para el Municipio de Yopal, denominado “Yopal, vive el cambio” (2008-2011) se propuso entender las causas de los cambios socioeconómicos para proponer intervenciones que impulsen transformaciones en los territorios rurales. Sin embargo, las causas se centran en el impacto negativo que generan los asentamientos llevados a cabo por migrantes y desplazados forzados en el Municipio. En el fondo de dicha preocupación se busca frenar la explosión demográfica que vive el municipio, y entre otros aspectos, preservar la identidad llanera desde la perspectiva de cultura patrimonio. Me centraré en estos aspectos por ser importantes en un contexto en el que las dinámicas de la economía global capitalista complejizan no solo la integración de lo rural a lo urbano, sino las formas de exclusión.

Para ello procederé de la siguiente manera, analizaré el prevaleciente concepto de desarrollo desde el cual se privilegia la perspectiva tecnológica, vial y de comunicaciones, sin considerar el desarrollo humano y el respeto por la pluralidad cultural en sentido estricto. En segundo lugar mostraré el por qué ambas cuestiones resultan problemáticas, debido a que los territorios rurales han sido transformados por los Planes Geoestratégicos de desarrollo y las dinámicas globales, tanto como por los procesos de rurbanización que han favorecido el surgimiento de nuevas subjetividades, posicionamientos políticos y culturales. Finalmente propondré una discusión sobre la re-construcción de las narrativas socio culturales y la recuperación de la memoria histórica, no desde la identidad situada en una cultura como la llanera, sino en las que emergen de las diversas dinámicas de reconstrucción del tejido vital, social y global, así como en la reflexividad desde la cual se narra la acción social y la posición política, y en consecuencia la conciencia concomitante de ser reconocido en la propia idea de sí, por lo que las narrativas estarían trazadas por estas prácticas que las constituyen.

Finalmente el capítulo pretende elaborar un aporte para la comprensión de la movilidad, la espacialidad y su articulación a procesos más complejos de re-territorialización y arraigo desde la idea del reconocimiento de sí.

**Palabras Claves:** Reconocimiento. Prácticas sócio-políticas y culturales. Pluralidad. Tejido social. Territorialidad.

## MESA 29 (2ª PARTE): DESPLAZAMIENTOS FORZADOS, DESPOJO Y RE-TERRITORIALIZACIÓN

Moderadora: Sara Yaneth Fernández Moreno

16h50 – 18h50

### A) *“Geografías del terror en el Departamento del Cauca: Estudio de caso de las víctimas en situación de desplazamiento forzado ubicadas en la ciudad de Popayán”.*

Harold Andrés Méndez Urbano. Universidad del Cauca, Colombia.

Diego Edinson Lara Rivera. Universidad del Cauca, Colombia.

La presente investigación se llevó a cabo en el año 2013 con las familias víctimas del desplazamiento forzado reubicadas en el Barrio Los Faroles de la Comuna 6 de la ciudad de Popayán, capital del Departamento del Cauca. Se realizó en convenio entre la Universidad del Cauca y la Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas sede Popayán.

En el Cauca han sucedido un total de 164.248 hechos victimizantes, entendidos conforme a la ley 1448 de 2011, en el artículo 3º como las “personas víctimas de hechos por el conflicto armado desde el 1º de enero de 1985”, de los cuales existe un total de 155.973 personas víctimas por desplazamiento forzado. A su vez, Popayán tiene el mayor registro con 82.867 hechos, de los cuales tienen un total de 79.615 víctimas por desplazamiento forzado que representa el 96% a nivel municipal, y el 51% a nivel departamental. Ello evidencia que la Ciudad de Popayán ha sido un gran receptor de víctimas de desplazamiento forzado con un total de 79.615 personas en un tiempo de 15 años de registro. (Fuente: Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas. Dirección de Registro y Gestión de la Información, corte de la base valoración a Diciembre 31 de 2012. – Proceso de análisis estadístico por el grupo).

Estas familias víctimas de desplazamiento forzado se han ubicado dentro del perímetro urbano en condiciones diferentes a las tradicionales de sus sitios de origen, al cambiar la forma de percibir, ocupar y manejar un espacio rural amplio del campo, a un nuevo espacio urbano reducido

y desconocido, con relación a las estructuras de habitabilidad, donde cambia la forma de construcción de territorio desde la territorialización, semantización o significación del espacio habitado y vivido. Así como la movilidad en el interior de la ciudad y el cambio en el uso del espacio, al pasar de practicar actividades económicas agrícolas, pecuarias y ganaderas, a desempeñar labores diferentes en la urbe como el comercio informal y labores domésticas.

Con el fin de comprender la realidad de estos fenómenos sociales se retomó los planteamientos del Geógrafo Ulrich Oslender las *“Geografías del terror”*, se optó por utilizar tres de sus ideas planteadas en el marco conceptual-metodológico para abordar el fenómeno del desplazamiento a nivel local y global desde el discurso geopolítico. Estas son: Des-territorialización, Dramática transformación del sentido de lugar y Re-territorialización.

Esta investigación es muy útil para diagnosticar y formular nuevos proyectos por parte de las instituciones del Estado frente al manejo de las poblaciones víctimas del desplazamiento forzado en Colombia, a partir de la comprensión de los valores culturales, la configuración del territorio y la percepción del nuevo lugar ocupado.

**B) “Violencia feminicida en el conflicto armado interno en Colombia: una lectura desde la evitabilidad de la morbi-mortalidad de mujeres desplazadas, por la exigibilidad del derecho a la salud y a la vida.”**

Sara Yaneth Fernández Moreno. UdeA, Medellín, Colombia.

La ponencia abordará la evitabilidad de la violencia feminicida en Colombia. Introduce el término morbi – mortalidad feminicida para enfatizar en la idea de la muerte como resultado fatal de un proceso previo de vejaciones, maltratos y abusos sobre el cuerpo de las mujeres, en este caso las mujeres desplazadas con el conflicto armado interno en el país, para ello se advierte la invisibilización de las diferentes formas de violencia contra las mujeres y las niñas y las formas en las cuales es posible para nuestros países pasar de la NO vida a la vida digna y el buen vivir para quienes constituyen hoy más de la mitad de la humanidad y tres cuartas partes de la población desplazada a nivel nacional.

Por supuesto es un planteo feminista, que se nutre de la medicina social y el pensamiento sociosanitario latinoamericano y llama la atención sobre los puntos más sensibles para su abordaje como es la articulación efectiva e intersectorial de los sistemas de salud, de educación y de justicia. Reflexiones necesarias pero sin duda insuficientes en el largo camino que cualquier persona que se precie de ser parte de la humanidad no puede eximirse o sustraerse. La exigibilidad del derecho a la salud y a la vida sirve de sustrato básico para la lectura del desplazamiento forzado y orientan la discusión de la problemática.

Se trabajará la revisión de prensa, revisión documental e información secundaria y bases de datos de los informes de DDHH de la Personería de Medellín, de la Defensoría del Pueblo del CINEP y de CODHES, para confrontar los hallazgos con la lectura crítica de los documentos oficiales del gobierno colombiano en materia de atención a la población desplazada. La triangulación metodológica y la referencia a casos tipoy testimonios de víctimas del desplazamiento forzado completan las fuentes consultadas y los referentes para el trabajo.

C) “El desplazamiento de comunidades indígenas a la ciudad de Medellín, una forma de entender la esclavitud moderna”.

Luisa Fernanda Valencia Jiménez. UdeA, Medellín, Colombia.

El problema del desplazamiento en Colombia como un fenómeno sociológico y humanitario ha estado vinculado directamente a la población más vulnerable la cual en la mayoría de las ocasiones ha contando con un fuerte abandono estatal, no ajeno a ello es el caso de la población indígena quienes gracias a este abandono y a intenciones particulares han sido muchos despojados de sus tierras, obligados a hacer trabajos diferentes a su vocación, y desplazados hacia otras ciudades donde operan como “limosneros” para subsistir y además para pagar una renta a esa persona que los traslado, es quizás lo que hoy podríamos llamar la esclavitud moderna.

Es entonces intención de esta ponencia indagar como a través de estas dinámicas de desplazamiento centrándome específicamente en el desplazamiento de la población indígena hacia la ciudad de Medellín con fines de explotación, se configura ese concepto de esclavitud moderna y además vislumbrar las consecuencias que trae a esta población dicho desplazamiento, entendiendo el desplazamiento en palabras de Ana Carolina Ramírez como aquel fenómeno que “... fractura el tejido social, genera cambios en la estructura social y productiva del país, fragmenta el territorio, cambia los conceptos de ruralidad y ciudadanía, atomiza a las comunidades y crea un nuevo tipo de individuos...”

Mediante el enfoque de derechos humanos se llevará a cabo la construcción de esta ponencia que indagará con entrevistas semiestructuradas a la población indígena habitante de calle de la ciudad de Medellín y a organizaciones sociales que trabajan el tema indígena en la ciudad las dinámicas del desplazamiento de su lugar de origen y el sentido de habitar la calle en una ciudad

**Palabras Claves:** Desplazamiento. Población indígena. Esclavitud moderna.

## TEMAS 5 y 6: NUEVOS MOVIMIENTOS Y EXPERIENCIAS RECIENTES DE ORGANIZACIÓN y TRANSCULTURACIÓN TRANSFRONTERIZA

AUDITÓRIO DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA

20 de noviembre

### MESA 30: FRONTERAS, TERRITORIOS INTERÉTNICOS Y ETNODESARROLLO

Moderadora: Claudia Patricia Carrión Sánchez

08h40 – 10h40

#### A) “Fronteras institucionales en el marco del conflicto de tierras y los derechos colectivos en Colombia: el caso de los territorios interétnicos.”

Alix Bibiana Gómez Vargas. UdeA, Medellín, Colombia.

Esta ponencia tiene como propósito caracterizar el concepto de frontera institucional y como esta se convierte en un factor que incide en los conflictos por la tierra en territorios compartidos por diferentes comunidades étnicas. Para exponer este concepto, se construyó un marco teórico que revisa los referentes conceptuales de los derechos colectivos en Colombia y la diferenciación del territorio físico, diseñado y vivido.

Además, se debate el concepto de territorios interétnicos en el marco del primer *Foro Sobre Política de Desarrollo Agrario Integral con Enfoque Territorial* acordado por las FARC y el Gobierno Nacional, y las propuestas presentadas por las comunidades étnicas para la solución del conflicto por la tierra. Estas aproximaciones conceptuales, la revisión de las propuestas comunitarias y las mesas de trabajo en el primer Foro de los diálogos de paz, permiten concluir: primero que el sistema normativo de los derechos colectivos en Colombia se convierte en una frontera que incide en los conflictos por la tierra de los territorios interétnicos. Segundo, que las formas en las que culturalmente se concibe el uso del territorio por las comunidades étnicas permiten encontrar dinámicas que posibiliten articulaciones y acuerdos en los cuales los territorios interétnicos superen las fronteras normativas. Y finalmente que es necesario un rediseño institucional reconozca estas dinámicas culturales y territoriales.

**Palabras Claves:** Frontera institucional. Conflicto de tierras. Derechos colectivos. Territorios interétnicos.

#### B) “Autogobiernos indígenas en la sierra ecuatoriana y el suroccidente colombiano.”

Claudia Patricia Carrión Sánchez. CCS, Bogotá, Colombia.

Esta propuesta está enmarcada en los estudios que intentan delimitar y caracterizar las autonomías indígenas en el área latinoamericana, entendiéndolas como reclamaciones directas ante el gobierno nacional y frente a las estructuras de los estados nacionales. La contribución radica en la perspectiva comparativa y en la definición de este proceso en las dos décadas recientes, poco estudiadas.

Analizaremos la participación indígena en los gobiernos colombiano y ecuatoriano mediante dos organizaciones de segundo grado ubicadas en la sierra ecuatoriana y el suroccidente

colombiano, la Confederación Kchwa del Ecuador (ECUARUNARI) y el Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC). Principalmente se presentarán las propuestas de estas organizaciones frente a la autonomía.

Del lado ecuatoriano, las demandas de pluralismo han tenido más eco en el gobierno por la fuerza mayoritaria de un movimiento nacional que ha impactado desde el levantamiento de los noventa de una manera contundente. Resultado de este protagonismo se da la constituyente de 2008, alcance con el cual se ha logrado un reconocimiento jurídico importante que en la práctica no es del todo ideal cuando llegan demandas de soberanía sobre los recursos naturales.

En el caso colombiano, por el contrario, el movimiento indígena no logra un impacto nacional como el ecuatoriano. Todo su proceso de demandas está marcado en el conflicto interno que tiene lugar en su territorio y los hostigamientos tanto de las fuerzas armadas estatales, los paramilitares y la guerrilla. Esto ha provocado que en los veinte años, posteriores a la Constitución de 1991, que reconoce el multiculturalismo, sus demandas sean menospreciadas y rechazadas por los recientes gobiernos de derecha colombianos.

**Palabras Claves:** Autonomía. Autogobierno. Interculturalidad. Estado nación

**C) “Indígenas no espaço fronteiriço - Brasil e a Venezuela.”**

Ana Zuleide Barroso da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Jaqueline Silva da Rosa. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Georgia Patricia da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.

A zona de fronteira entre o Brasil e a Venezuela se caracteriza por áreas isoladas e pouco povoadas e com municípios integrados aos principais circuitos econômicos, regionais, nacionais e internacionais. Principalmente na faixa de fronteira mais povoada, observa-se a ocorrência mais elevada de populações flutuantes com alta mobilidade. Esse espaço fronteiriço, em ambos os lados dos países são ocupados por comunidades indígenas. Do lado do Brasil, existem os Yanomami, os Ye'kuana, os Macuxi, os Wapichana e os Ingarikó. Na fronteira Venezuelana, os Yanomami, os Ye'kuana e os Pemón. Essas comunidades interagem nessa faixa de fronteira há séculos, independentemente das normas dos respectivos Estados e apesar dos choques que tiveram com as frentes de expansão, tendo à frente militares e funcionários públicos civis (Forte São Joaquim), criadores de gado (Fazendas Nacionais e criatórios particulares), pequenos agricultores e, ultimamente, os arroteiros no lado brasileiro.

Sabe-se que há uma cooperação transfronteiriça entre os países que alimenta, sobretudo, o processo de negociação dos povos indígenas com os respectivos governos nacionais para promover os direitos indígenas, legalmente reconhecidos nos países concernentes, em efetivas políticas públicas. Este trabalho tem o objetivo de analisar as políticas Indigenistas criadas pelos dois países e as mudanças ocorridas, sob a óptica dos povos autóctones. Dentro deste contexto, a importância das Áreas Protegidas localizadas em faixas de fronteira na Região Amazônica, bem como sua relevância frente à preservação das comunidades indígenas, justifica este trabalho de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, em face de tratar-se de tema relevante para o entendimento de políticas públicas, que envolvem reflexão e discussões prementes e necessárias.

Os resultados obtidos indicam que ao comparar às políticas indigenistas venezuelanas e brasileiras, nos elementos formais das constituições em vigor, que a Venezuela tem no marco constitucional a definição de Terra Indígena mais avançada da América Latina. Entretanto, no âmbito local, as ações implementadas pela Venezuela nos espaços protegidos fronteiriços, principalmente os habitados pelos indígenas Yanomami e Ye'kuana, na fronteira com o Brasil, estão

muito aquém das ações implementadas do lado brasileiro nos espaços contíguos a esses. Por exemplo, a consequência imediata dessa assimetria é muito perceptível na área de saúde, pois o Brasil vem atendendo os indígenas desses espaços protegidos fronteiriços independentemente de serem brasileiros ou venezuelanos.

**D) “Etnodesenvolvimento na região Ingarikó como via de integração regional.”**

Elizabete Melo Nogueira. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Canrobert Penn Costa Neto. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Georgia Patrícia da Silva. Universidade Federal de Roraima, Brasil.

Discute-se muito o papel das instituições multilaterais e bilaterais de cooperação para o desenvolvimento na territorialização e desterritorialização das políticas indigenistas na América Latina. É mister compreender como essas instituições operacionalizam seus objetivos de integração dos indígenas, articulando uma complexa rede de atores, governamentais e não governamentais, por meio dos quais disseminam ideias, noções, práticas e atividades produtivas, em busca do etnodesenvolvimento.

O povo Ingarikó habita a região nordeste do Estado de Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol - TIRSS, região Ingarikó, localizada numa área de difícil acesso, próximo ao Monte Roraima. Este trabalho teve como objetivo analisar o nível do etnodesenvolvimento promovido na TIRSS, na Região Ingarikó – Wíi TîPî. Trata-se de uma pesquisa-participante do tipo descritiva, qualitativa. A coleta de dados foi dividida em etapas. Na primeira fase, foi feita uma pesquisa bibliográfica, com respaldo do embasamento teórico nos autores que tratam das questões pertinentes à presente investigação; na segunda fase, foi realizada a pesquisa de campo com os indígenas Ingarikó, por meio da imersão na área, participação em reuniões, assembleias, entrevistas e observação; na terceira fase, procedeu-se a aplicação de instrumentos para apreender a percepção dos indígenas sobre suas iniciativas como protagonistas no processo de autossustentação da comunidade, como uma possibilidade de etnodesenvolvimento. Identificou-se que alguns acontecimentos estão influenciando e modificando valores, principalmente a maneira organizacional nos aspectos sociais e econômicos dos indígenas.

Os resultados encontrados apontam que indígenas da região em estudo encontram dificuldades no que se refere ao controle do território e no desenvolvimento de atividades promotoras de geração de renda. A escola já é uma conquista, mas ainda não atende aos preceitos legais da educação escolar indígena. Percebeu-se que os indígenas estão carentes de uma educação profissional capaz de capacitá-los para serem protagonistas do seu próprio etnodesenvolvimento, razão por que cogitam o Turismo como uma das possibilidades de desenvolvimento sustentável e de integração regional. Contudo, eles não têm conhecimentos suficientes para autogerir essa atividade produtiva.

**MESA 31: POLÍTICAS PÚBLICAS Y SEGURIDAD SOCIAL EN CONTEXTOS TRANSFRONTERIZOS**

Moderadora: Gladys Modesta Quintero Villamizar

11h00 – 13h00

**A) “Seguridade social e fronteira: perspectivas a intersectorialidade”.**

Glória M. G. Dravanz. UCPel, Pelotas, Brasil.

Vini R. Silva. UCPel, Pelotas, Brasil.

Daiane da R. Ugoski. UCPel, Pelotas, Brasil.

Este trabalho reflete sobre a necessidade da intersectorialidade para a efetivação da seguridade social, problematizando, particularmente, os desafios postos à proteção social na zona de fronteira. Para isto, usa estudos realizados na região de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, onde os desafios postos pelo sistema neoliberal na efetivação da proteção social são complexificados, ainda mais, pelas diferenças entre as legislações de cada país, o intenso trânsito de pessoas, e a residência de indocumentados em território nacional.

Pretende assim, ampliar e problematizar o debate em torno da intersectorialidade no campo da seguridade social, isto é, do sistema promulgado a partir da Constituição Federal de 1988, composto pela Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social. A composição do sistema de seguridade social pressupõe a articulação das três políticas que o compõem, retomando o debate acerca da intersectorialidade. Entende-se a intersectorialidade como um processo de construção conjunta, entre diferentes setores, políticas sociais e atores, que permite o estabelecimento de espaços compartilhados de decisões entre instituições e diferentes setores na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas para que possam ter impactos positivos e resolutivos para a população. Embora seja uma estratégia política complexa, considera-se que a intersectorialidade, cujo resultado na gestão é a superação da fragmentação das políticas nas várias áreas onde são executadas, através da articulação de diferentes setores na resolução de problemas no cotidiano, é uma importante mediação para a garantia do direito de acesso dos usuários a programas e serviços.

Por outro lado, destaca-se ainda, que a fronteira por suas especificidades pode ser um espaço privilegiado para evidenciar a necessidade e importância da intersectorialidade para efetivar a proteção social não só com universalidade e uniformidade de atendimento, mas também, com integralidade e resolutividade.

**Palavras-chave:** Seguridade social. Políticas sociais. Intersectorialidade. Fronteira.

**B) “Fronteira e desproteção social: o desafio da proteção aos transfronteiriços”**

Daiane da Rosa Ugoski. UCPel, Pelotas, Brasil.

Vini Rabassa da Silva. UCPel, Pelotas, Brasil.

Mara Rosange Acosta de Medeiros. UCPel, Pelotas, Brasil.

Glória Maria Gomes Dravanz. UCPel, Pelotas, Brasil.

O debate em torno da construção de políticas sociais adequadas às demandas sociais da região fronteiriça demonstra-se ainda tímido frente às questões ligadas ao cidadão transfronteiriço. A concepção que atrela a cidadania à comprovação de registro civil no país em que a pessoa reside tem superado a perspectiva dos direitos humanos. Desta forma, as pessoas residentes na fronteira



ao ultrapassarem o limite geográfico estabelecido para o país, caso indocumentadas, ficam excluídas do acesso às políticas sociais, fato que estabelece uma tensão entre as condicionalidades postas particularmente pela política da assistência social, e uma concepção de cidadania transnacional, a qual supera limites geográficos e legais considerando-a inerente a todo e qualquer ser humano, independente de sua condição social, raça ou nacionalidade.

Assim, este trabalho, tendo por base alguns dados da pesquisa “Desafios e limites do “SUAS” em cidades gêmeas da fronteira do RS”, pretende dar visibilidade a esta problemática, identificando os limites e algumas estratégias usadas para garantir a proteção social aos cidadãos transfronteiriços indocumentados, uma vez que a pesquisa evidenciou que o cidadão transfronteiriço tende a ser atendido de forma emergencial, sendo que, em muitos casos é feito o encaminhado deste cidadão para o recebimento de benefícios eventuais, considerando a sua impossibilidade de acesso aos serviços e programas de transferência de renda (Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família), o que facilita a reprodução de antigas práticas assistencialistas sem efetivação de direitos humanos.

Por outro lado, é possível perceber entre gestores e profissionais destas cidades gêmeas um movimento em torno de ações de cooperação para conseguir atender às necessidades de proteção básica e especial de algumas famílias e indivíduos transfronteiriços. Assim, estes resultados reforçam a importância de ampliar e aprofundar o debate sobre a questão da proteção social na fronteira direcionada aos cidadãos transfronteiriços, e igualmente alertar para a necessidade de debater e investir na construção de políticas sociais em nível local e regional, em âmbito de MERCOSUL, como uma forma de superar esta problemática.

### **C) “Procesos reproductivos y Políticas públicas en contextos transfronterizos. El caso de Posadas (Argentina) y Encarnación (Paraguay).”**

Juan Pablo Espinosa. UNAM, Misiones, Argentina.

Misiones es una provincia argentina cuyo territorio se inscribe íntegramente en un área de frontera: 90% de sus límites son internacionales y la mayor parte de ellos están clara y naturalmente especificados. Los puntos de contacto binacional que Misiones tiene a lo largo de sus dos riberas son numerosos, sin embargo en esta ocasión, el foco de análisis se centrará en el “complejo urbano transfronterizo” formado por las ciudades capitales de Posadas (Misiones, Argentina) y Encarnación (Itapúa, Paraguay). Ambas ciudades comparten el mismo sustrato cultural y mantienen, desde sus orígenes, relaciones de intercambio con múltiples propósitos y estrechos vínculos familiares y sociales. A partir de la habilitación del Puente Internacional “San Roque González de Santa Cruz”, en el año 1990, y de la finalización del Plan de Terminación Yacyretá, en el año 2011, tanto Posadas como Encarnación, han experimentado un inédito proceso de transformación y de reconfiguración socio-espacial, articulación de servicios informales en función de las ventajas diferenciales y moviidades impulsadas por renovadas motivaciones.

La densificación del tráfico vecinal fronterizo, emergencia de nuevos flujos y escenarios de expresión de conflictos y tensiones sociales entre sectores ligados o no a las actividades del “puente”, además de prácticas singulares en la conformación de redes de intercambio y en los arreglos/elecciones que los actores construyen frente a las adversidades u oportunidades en un contexto heterogéneo y cambiante.

En este contexto, el presente trabajo presta especial atención al sistema económico-productivo del área de frontera conformado por estas dos ciudades. Este sistema se asienta principalmente en la explotación primaria, con importante participación del sector público, el

comercio y los servicios. Esto genera un mercado de trabajo y una singular estructura de oportunidades que pone en cuestión los conceptos de legalidad y formalidad. De ahí que interese reflexionar acerca de los procesos reproductivos desplegados por ‘posadeños’ y ‘encarnacenos’ revelando las movilidades espaciales, los arreglos y elecciones para mejorar sus condiciones de vida. Los desplazamientos/ movilidades en las zonas de frontera constituyen un problema de abordaje complejo cuya caracterización requiere la consideración tanto de los factores contextuales como aquellos más específicos que nos permitan indagar las formas de vida que posibilitan los espacios de frontera internacional.

En líneas generales se pretende analizar y describir procesos reproductivos de las familias de sectores populares que, frente a los desafíos planteados a sus condiciones de vida en contextos de frontera, se ven continuamente expuestos a desplazamientos territoriales y laborales y a cambios en la organización doméstica. Al tiempo que vuelve oportuno indagar acerca de las políticas públicas y del rol que juegan las instituciones estatales (argentinas y paraguayas) en estos procesos, atendiendo a la coyuntura y al modelo de acumulación, como regulador del margen de acción de los sujetos.

**D) “El derecho a la ciudad de las personas con discapacidad en la ciudad San José de Cúcuta.”**

Gladys Modesta Quintero Villamizar. UNILIBRE, Cúcuta, Colombia.

El Derecho a la ciudad, conocido como el usufructo equitativo de la ciudad (Colín, 2006), se convierte en la base jurídica de la presente investigación, con el compromiso de pensar la ciudad fronteriza San José de Cúcuta como una ciudad de derechos para todos los ciudadanos y sobre la base de uno de sus principios: la no-discriminación e igualdad. Por tanto, se define como población de estudio a la población en situación de discapacidad (PcD), la cual se observa, en una primera impresión, ‘invisible’ en el proyecto político de ciudad de derechos. El objetivo de estudio se orienta a la formulación de acciones de política pública para la PcD en Cúcuta, a partir del análisis del: - Usufructo equitativo de lo que la ciudad tiene para ofrecer a sus habitantes, - el mandato de construcción colectiva y participativa de los asuntos de ciudad y, - el goce efectivo de los derechos humanos en los contextos urbanos, facetas del contenido Derecho a la Ciudad, propuesto por Correa (2010) al preguntarse: ¿Qué significa tener derecho a la ciudad?

Con una investigación-participativa, se describe la realidad de las personas con discapacidad en la ciudad fronteriza como “ciudad de derechos”; se realiza la discusión y consenso sobre los ejes problemáticos y ejes estratégicos prioridad en la Política Pública de Discapacidad. Se concluye la existencia de una corresponsabilidad en la garantía -tanto del usufructo equitativo de la ciudad como de la participación democrática- entre la administración municipal, la sociedad y las personas con discapacidad.

El estudio conlleva a definir que de parte de la sociedad se evidencia un desconocimiento de la “toma de conciencia” de la misma, comportamientos sociales que demuestran la falta de solidaridad, y escasa respuesta de la mayor parte del sector económico para vincular personas con discapacidad, no obstante los incentivos contemplados en la normatividad colombiana. Esta investigación se constituye en un aporte desde la academia a la discusión sobre el Derecho a la ciudad y la construcción de la política pública de discapacidad-plan de acción, necesarios para el desarrollo de las regiones y en este caso, de una región de frontera.

**MESA 32 (1ª PARTE): SALUD PÚBLICA Y AMBIENTAL EN REGIONES FRONTERIZAS**

Moderador: Maurício Pinto da Silva

14h30 – 16h30

**A) “Governança territorial em áreas de fronteira o desafio da cooperação em saúde ambiental na fronteira Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguay).”**

Maurício Pinto da Silva. UFPel, Pelotas, RS, Brasil.

As políticas sociais e econômicas adotadas no Brasil nas últimas décadas não têm dado prioridade à relação entre saúde e ambiente. Esse modelo de desenvolvimento perpetua em muitos casos processos produtivos inadequados, provocando danos evitáveis à saúde humana e ao meio ambiente, cujos modos de apropriação e gestão estão profundamente relacionados aos processos civilizatórios passados e presentes.

Nesse sentido, nas últimas décadas, nota-se, a instalação em escala global de uma profunda crise ambiental de repercussões sem precedentes sobre a vida no planeta e em especial sobre a qualidade da vida humana, em razão da nocividade dos modelos de desenvolvimento, dos padrões produtivos e de consumo. Os desafios a serem enfrentados permeiam toda a organização social, desde a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços até as formas de estruturação do Estado e suas políticas relacionadas à saúde ambiental.

A problemática da governança territorial nas fronteiras, por exemplo, em uma perspectiva histórica destaca-se em razão dos países, em sua maioria, aplicarem regulações específicas para suas áreas de fronteira, geralmente qualificadas como “zonas” ou “faixas de segurança”, cujos critérios restringem e inibem a implementação de projetos de integração, de caráter regional.

Nesse sentido, o problema frente ao tema em discussão, envolve a articulação dos atores públicos e privados diante da governança territorial na área de fronteira entre Santana do Livramento no Brasil e Rivera, Uruguai, em especial na área de saúde ambiental. O campo da saúde ambiental compreende a área da saúde pública, afeita ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas e às correspondentes intervenções (ações) relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural, que determinam, condicionam e influenciam a qualidade de vida do ser humano sob o ponto de vista da sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Governança territorial. Fronteira. Saúde ambiental.

**B) “O direito à saúde na fronteira Brasil/Uruguai.”**

Maurício Pinto da Silva. UFPel, Pelotas, RS, Brasil.

Mateus Lopes da Silva. UFPel, Pelotas, RS, Brasil.

Esta comunicação sintetiza os referenciais teóricos da terminologia “fronteira”, a interface fronteira e saúde e as iniciativas da articulação da diplomacia brasileira em relação à saúde na fronteira com a República Oriental do Uruguai. Para além dos horizontes do local, emerge a possibilidade de um mundo sem fronteiras, cosmopolita, aberto a intercâmbios e novas formas de organização da sociedade.

Nesse contexto, as peculiaridades e complexidades das regiões de fronteira adquirem especial atenção em razão de se constituírem em micros espaços de integração, antecipando possíveis efeitos dos processos de integração regional. As concepções mais conservadoras sobre o

termo fronteira apresentam esta como sendo uma barreira, um limite, corte ou descontinuidade de um território. Entretanto, essa visão, dadas às transformações em curso mundial, torna-se parcial e reducionista. O artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamado na Assembleia Geral das Nações Unidas de 10 de dezembro de 1948 solenemente dispôs que “1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive [...] cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito [...] à segurança em caso de doença, invalidez [...]”.

Após esta declaração restou incontroverso a existência de um direito humano específico à saúde e bem estar, bem como um direito à assistência aos enfermos. Assim, o reconhecimento da existência e adoção efetiva de novos instrumentos legais que venham garantir o acesso aos serviços de saúde e a proteção social nas áreas de fronteira trazem a perspectiva da proposição e o desenvolvimento de novas ações, tanto por parte do Brasil, como dos demais países da América do Sul. É a busca da ampliação da cidadania para além dos Estados Nacionais, garantindo a atenção e o direito à saúde.

**Palavras-chave:** Fronteira. Saúde. Garantias sociais.

**C) “Utilização de Drogas Lícitas entre Jovens Universitários em Região de Fronteira do RS-Brasil.”**

Thamara Rizério da Silva Vargas. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.

Priscila Baruffi Ribeiro. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.

Luciana Machado Rodrigues. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.

As drogas lícitas são substâncias que podem ser produzidas, comercializadas e consumidas sem acarretar problemas legais. Apesar de trazerem prejuízos a órgãos do corpo humano são liberadas por lei e aceitas pela sociedade. É considerada droga lícita qualquer substância que contenha álcool, nicotina, cafeína, medicamentos sem prescrição médica, anorexígenos, anabolizantes, entre outros.

Uma pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde divulgou o grande mercado das drogas permitidas, pois essas promovem maior necessidade ao usuário e maior custo, já que são encontradas em vários locais das cidades. Sobre as consequências produzidas pelas drogas lícitas, pode-se relatar que, ao depositar qualquer substância no organismo, criam-se nesse, necessidades falsas, alterando todo o funcionamento físico e psíquico do indivíduo. Pesquisas apontam os seguintes problemas ocasionados pelo uso destas substâncias: ataque cardíaco, doenças respiratórias, enfisema, câncer, impotência sexual, alterações na memória, perda do autocontrole, gota, rompimento das veias, danos no fígado, rins e estômago, cirrose hepática, úlceras, gastrites, irritabilidade, dor de cabeça, insônia, ansiedade, agitação e outros.

As drogas permitidas por lei são as mais consumidas e as que mais resultam em fatalidades diárias, já que através das alterações realizadas no organismo um indivíduo perde o controle e acaba por realizar atos que normalmente não faria. O objetivo deste trabalho é realizar um levantamento na comunidade de estudantes universitários da Unipampa, no RS, em Campi situados em região de fronteira, se faz uso destas substâncias, qual o tipo, periodicidade e motivação.

A partir de então, pretende-se investigar quais as rotas de acesso facilitado e abundante a estas drogas pelos estudantes. Com este projeto pretende-se além de ter o conhecimento da utilização de drogas lícitas entre os estudantes universitários, alertar a comunidade acadêmica sobre as consequências desta ação, e do fácil acesso a tais tipos de drogas, o que talvez seja propiciado pela fronteira com outros países.

**MESA 32 (2ª PARTE): SALUD PÚBLICA Y AMBIENTAL EN REGIONES FRONTERIZAS**

Moderadora: Rosane Cardoso Machado

16h50 – 18h50

**A) “Além do limite da linha divisória, um olhar sobre saúde em área de fronteira.”**

Rosane Cardoso Machado. Santana do Livramento, Brasil.

As áreas de fronteira têm sido cenário de intenso fluxo de pessoas, em especial após o processo de globalização. Os governos vêm buscando legalizar essas relações através de acordos binacionais; por outro lado, comunidades também começam a se organizar. A fronteira localizada no Sul do Brasil, abrangendo os municípios de Sant’Ana do Livramento (Brasil) e Rivera (República Oriental do Uruguai), constituiu o Comitê Binacional de Saúde em 2005, através da participação de segmentos representativos do governo e da sociedade civil organizada.

A autora investigou a percepção dos atores sociais integrantes do Comitê - governo, usuários e prestadores de serviço - sobre os processos de gestão em saúde na região, a partir de entrevistas semi-estruturadas, realizadas no primeiro semestre de 2009. Os eixos temáticos abordados são: financiamento da saúde em área de fronteira, Comitê Binacional de Saúde e participação popular. Os governos centrais têm dificuldade em estabelecer políticas de saúde específicas e priorizar as necessidades da atenção primária à saúde nesses espaços geográficos. Identifica-se, junto aos segmentos representativos da comunidade, a percepção de que as atividades decorrentes dos processos de gestão em saúde são pouco resolutivas. A mobilização popular também não é suficiente para incrementar a efetividade das ações.

**Palavras-chave:** Serviços de saúde. Áreas de fronteira. Saúde na fronteira

**B) “Caracterização da cooperação em saúde em cidades gêmeas do Brasil e Uruguai: um estudo de caso.”**

Carla Gabriela Cavini Bontempo. UFSC, Florianópolis, Brasil.

Vera Maria Ribeiro Nogueira. UCPel, Pelotas. UFSC, Florianópolis, Brasil

Há muitos anos Brasil e Uruguai estabelecem relações, antigamente muito em função da defesa do território, atualmente no sentido de estabelecer cooperação em diversos campos de atuação, através da implantação de uma Nova Agenda de cooperação firmada entre ambos governos centrais, alicerçada na estrutura existente nas cidades-gêmeas dispostas ao longo da fronteira desses países. No presente estudo, além de fazer um resgate das bases desta cooperação, buscamos também evidenciar como se dão essas relações no âmbito do acesso e fornecimento de serviços de saúde em três pares de cidades-gêmeas: Aceguá/Aceguá, Chuí/Chuy e Barra do Quaraí/Bella Unión.

A pesquisa de campo, custeada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi realizada no período de junho a dezembro de 2012 junto a cônsules, gestores e profissionais de saúde de ambos os países, e revelou que embora vários acordos sejam celebrados, no nível local há vários impasses (sobretudo jurídicos) para sua implementação.

**C) “Um olhar urgente à saúde do trabalhador na fronteira do rs/Brasil com Argentina e Uruguai.”**  
Véra Lúcia Carvalho Villar. UNIPAMPA, São Borja, Brasil.

Este artigo tem o intuito de chamar atenção para a urgência de debater sobre a saúde do trabalhador na fronteira do estado do Rio Grande do Sul/Brasil, com a Argentina e o Uruguai. Parte-se do resultado de uma pesquisa que buscou analisar as configurações dos acidentes do trabalho nos municípios brasileiros visando (des) ocultar as violências desse fenômeno. Os vinte e nove municípios do estado do Rio Grande do Sul/Brasil que fazem divisa direta com os países vizinhos se constituem espaço de livre circulação, o que favorece a travessia dos limites territoriais da população que se encontra em busca de trabalho. Esses espaços apresentam características peculiares quanto aos aspectos regionais, geográficos, políticos, sociais, culturais e econômicos.

A relação entre saúde e trabalho no cenário fronteiriço brasileiro apresenta particularidades e assimetrias que influenciam diretamente na vida dos trabalhadores (as) que habitam essas localidades. Os números de acidentes que estão relacionados às atividades laborais são mais elevados do que constam nas estatísticas oficiais, pois, a população trabalhadora dessa região tem como característica o trabalho sem registro em carteira, e, desenvolvimento de atividades de trabalho localizadas nos países vizinhos fronteiriços. Pode ocorrer que algum AT não seja notificado em nenhum dos países, ficando fora do alcance das estatísticas.

Nos achados da pesquisa há evidências de que a precarização presente tanto no trabalho informal, quanto no trabalho com registro em carteira é o principal determinante para o aumento do adoecimento e morte no trabalho. A invisibilidade dos acidentes do trabalho se materializa através das doenças que não são notificadas, da omissão dos nexos com as atividades desenvolvidas no trabalho, da sonegação da notificação pelos empregadores, e, das divergências existentes entre estatísticas oficiais.

O conhecimento sobre os agravos e as doenças relacionadas ao trabalho é imprescindível para implementação de políticas públicas para a área da saúde do trabalhador, que atendam suas reais necessidades de saúde e de trabalho. Embora acordos bilaterais entre o Brasil, Argentina e Uruguai apresentem legislação específica sobre saúde do trabalhador, ainda tem uma longa caminhada para sua efetivação. A integração social carece de esforços dos países membros para superar os limites e entraves legais para que ocorra a integração real nessa região fronteiriça.

## TEMAS 5 y 6: NUEVOS MOVIMIENTOS Y EXPERIENCIAS RECIENTES DE ORGANIZACIÓN y TRANSCULTURACIÓN TRANSFRONTERIZA

AUDITÓRIO DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA

21 de noviembre

MESA 33: GEOHISTORIA DE REGIONES FRONTERIZAS EN AMÉRICA DEL SUR

Moderadora: Emilce Beatriz Cammarata

08h40 – 10h40

A) “Região e Fronteira em História: Notas para um exame da operacionalização dos conceitos no espaço platino”.

Susana Bleil de Souza. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Nossa proposta visa examinar as áreas fronteiriças com uma mudança de funcionalidade: não possuem o papel símbolo de separação e de limite, mas sim o de cruzamento e permeabilidade. Essas fronteiras tangenciam comunidades e identidades nacionais que são construções históricas contingentes e imaginadas. Sabemos que fronteira é um termo polissêmico, mas, no contexto deste trabalho, a ideia de fronteira tem uma base territorial clara, um espaço físico no qual são marcadas as fronteiras políticas entre os estados.

A região é um espaço impreciso que se move em função da vida espontânea das comunidades e que, em lugar de marcar limites, como é o caso do território nacional, cuja delimitação é marcada pela cartografia oficial, estabelece conexões e vinculações (Heredia, 2007: 201).

Como tornar operativos os dois conceitos ao examinar-se um dado contexto histórico? O conceito de região possui uma característica fundamental: a de ser um recorte espacial em múltiplas escalas (Haesbaert, 2005: 2). As regiões de fronteira, entretanto, possuem uma especificidade que as distingue do resto das regiões. A distinção essencial é que elas estão localizadas em frente – e por isso são fronteiras – a espaços que pertencem à outra nação. Mas também são regiões de fronteiras àquelas que compreendem um espaço que é compartilhado por mais de uma nação e estas são precisamente as que mais demandam a nossa atenção. E é aqui se encontra o paradoxo, conforme constata o historiador Edmundo Heredia (ídem: 202) de que os limites internacionais são interiores à região, e isto apresenta uma grande complexidade para sua compreensão sobre tudo para aqueles que estudaram nos textos mais tradicionais que sustentam que há uma história nacional e, uma outra, internacional e quando acreditam estar fazendo história regional pressupõem que a região termina nos limites da nação, ainda que isto não que estivesse na mente dos próprios povoadores das regiões de fronteira.

Se a fronteira era demarcada pelos limites políticos, era, entretanto, aberta às trocas, aos homens e à imaginação, que podiam ser percebidos nos núcleos urbanos das fronteiras do Brasil Meridional e do Uruguai que mantinham, permanentemente, desde o começo do século XIX, um expressivo sistema de trocas e articulações.

**B) “Santitos: insígnia missioneira em situação de fronteira”.**

Jacqueline Ahlert. UPF, Passo Fundo, RS, Brasil.

As representações escultóricas realizadas pelos indígenas missioneiros, do século XVII ao XIX, constituem cultura material emanada na expansão dos processos coloniais e pós-coloniais, na inserção gradativa do indígena na sociedade, pela mestiçagem e hibridização intercultural. O artigo trata da presença e do sentido das miniaturas na dispersão dos indígenas missioneiros desde os Povos Orientais até os territórios da fronteira com o norte da atual República do Uruguai, expressando-se como reminiscência mediante a compleição na práxis religiosa dos grupos humanos que se dispersam em razão dos êxodos ocorridos a partir de 1801 - quando a região das antigas sete reduções passou a ser de domínio português e foram concedidas as primeiras sesmarias -, e, sobretudo, do deslocamento de 1828, promovido por Fructuoso Rivera, durante a Guerra da Cisplatina.

**C) “Os Desertores da Guerra na Tríplice Aliança: Utopia Anárquica?”**

Cristiana de Vasconcelos Lopes. USP, São Paulo, Brasil.

Oswaldo Luiz Angel Coggiola. USP, São Paulo, Brasil.

Durante o século XIX, o governo imperial brasileiro envolveu-se em diversos conflitos na região do rio da Prata. O primeiro teve início em 1817, com a ocupação do atual território uruguaio por tropas luso-brasileiras. Em 1821, a região foi anexada ao Brasil com o nome da província Cisplatina e, no ano seguinte, passou a integrar o Estado imperial recém-proclamado. Em 1825, com apoio da população local, tropas comandadas pela líder uruguaio Juan Lavalleja ocuparam a província Cisplatina e declararam sua anexação à República das Províncias Unidas do Rio do Prata, atual Argentina. Após três anos de conflito, o Brasil e a Argentina reconheceram a independência da Cisplatina, que se tornou a República Oriental do Uruguai.

Nas décadas seguintes, o governo imperial brasileiro continuou interessado em compartilhar o controle da região platina. A navegação pelos rios da bacia do Prata era fundamental, pois garantia acesso à província de Mato Grosso. Na década de 1850, tropas brasileiras envolveram-se em confrontos no Uruguai e na Argentina, ajudando os opositores locais a derrotarem os governos do Uruguai e da Argentina, respectivamente, Manoel Oribe e Juan Manuel Rosas. Essas intervenções demonstram o interesse do governo imperial brasileiro em manter no poder, naqueles países, governos que fossem seus aliados e não criassem obstáculos à livre navegação na bacia do Prata. As intervenções brasileiras não significaram o fim dos conflitos na região; ao contrário, apesar da existência de acordos de livre navegação, autoridades dos países platinos freqüentemente criavam dificuldades para a passagem de navios estrangeiros. Ao mesmo tempo, representantes diplomáticos do Brasil e do Paraguai entravam em choque em relação aos limites de seus respectivos territórios. Essa situação gerou tensões entre os governos brasileiro e paraguaio, os quais passaram a concentrar tropas e soldados na região de fronteira entre os países. Na década de 1860, os governantes Atanásio Cruz Aguirre, do Uruguai, e Francisco Solano López, do Paraguai, estabeleceram uma aliança política e econômica, gerando desconfianças nos governos brasileiro e argentino, que temiam perder o controle dessa região.

Desde os meados do século XIX, o Paraguai vivia um processo de desenvolvimento econômico, com criação de indústrias, construção de estradas de ferro e uma fecunda expansão agrícola. Visando ampliar esse processo, o governo paraguaio procurou garantir o livre acesso ao Atlântico, sem qualquer restrição, pelos rios da bacia do Prata. Em 1864 o governo brasileiro



realizou nova intervenção no Uruguai, apoiando a derrubada de Aguirre e a instalação de um novo governo, sob o comando de Venâncio Flores. O Paraguai, aliado de Aguirre, rompeu relações diplomáticas com o governo imperial brasileiro. No ano seguinte, o exército paraguaio invadiu o Mato Grosso e parte do norte da Argentina. Essas invasões levaram à formação da tríplice Aliança entre os governos do Brasil, Argentina e Uruguai, contra o Paraguai. Nesse sentido, a guerra contra o Paraguai, assim como a resistência à guerra foi constituída por uma relação social e histórica, onde entra em cena o conflito latente entre nações vizinhas, onde as abordagens acerca da guerra apontam para o discurso da subserviência latina aos ingleses para explicar a guerra.

Em linhas gerais, tal abordagem estabelece a equação linear sobre a guerra, silenciando assim, a resistência à mesma, atribuindo aos atores sociais, naquele período, uma passividade política sobre a guerra, e, dessa forma, estabelecimento contradições sobre a temática, produzida socialmente e historicamente acerca do conflito.

**Palavras-chave:** Estado. Deserção. Guerra.

**D) "Argentina y Brasil en las cuestiones de límites y frontera en la zona Misionera."**

Daniela Galli Mattiauda. UNILA, Tríplice Fronteira Argentina, Brasil y Paraguay.

Cezar Karpinski. UNILA, Tríplice Fronteira Argentina, Brasil y Paraguay.

En el presente trabajo presentaré los resultados referentes a la investigación del proyecto "Levantamiento de fuentes históricas sobre el Parque Nacional y Cataratas del Iguazú (Brasil y Argentina, 1860-1914)". Voy a exponer nuestros estudios sobre los territorios de conflictos de las llamadas "Misiones Orientales", la zona comprendida por el cuadrilátero que formaban los ríos Pepiri Guazu, San Antonio, Chapecó y Chopin. Esta discusión representa los primeros resultados después de un año de investigación, que viene siendo desarrollada en la Universidad de Integración Latinoamericana. Las fuentes utilizadas son relatorios de viajes realizados en la época y bibliografía relacionada a tratados internacionales formulados en dicho momento.

**Palabras Claves:** Historia de las relaciones internacionales. Paisajes. Territorios. Frontera.

**E) "Misiones en la frontera con Paraguay y Brasil. Procesos de territorialización y educación en la construcción del estado nación".**

Emilce Beatriz Cammarata. UNAM, Posadas, Argentina.

María Claudia Giménez. UNAM, Posadas, Argentina.

Alicia Mónica Oudin. UNAM, Posadas, Argentina.

Adriana Carísimo. UNAM, Posadas, Argentina.

Emiliano Vitale. UNAM, Posadas, Argentina.

El presente proyecto se elabora para dar continuidad a los estudios en las fronteras de Misiones. En este caso se propone profundizar la investigación en tres lugares de la Provincia (Posadas-Encarnación-Bernardo de Irigoyen-El Soberbio) y sus respectivas fronteras con Paraguay y Brasil. El abordaje propone como categorías centrales: frontera, territorio, identidad y educación se plantea reconocer y analizar prácticas sociales de territorialización y de acción docente. En este proceso, la historia se constituirá en herramienta fundamental para comprender y dar sentido a dichas prácticas. La estrategia teórico-metodológica recupera las modalidades del proyecto anterior y, en tal sentido, se despliega desde el estudio de fuentes documentales hasta la observación participante y se incorporan en esta nueva etapa, algunas herramientas del mapeo participativo.

**MESA 34: NARRATIVA VISUAL DE LA MEMORIA EULATINA**

Moderador: Manuel de Jesús Hernández G.

11h00 – 13h00

**A) “Las visiones de la comida mexicana en Texas, 1836-1960: entre las visiones imperiales, la economía doméstica y el gusto por lo ‘mexicano’ ”**

Juan Manuel Mendoza Guerrero. UAS, Sinaloa, México.

A lo largo del siglo XIX, escritores de viaje, militares, folcloristas y naturalistas construyeron diversas visiones sobre la comida mexicana, de las cuales dominó aquella que veía a la comida mexicana como extraña a la cultura estadounidense dominante. A pesar de que se hicieron algunas distinciones entre la comida de la clase pudiente y la de la clase trabajadora, distinción que se remarcó entre los años 1880 y 1910, los prejuicios terminaron metiendo en un mismo costal a ambas comidas. Las críticas hacia la comida mexicana de ser primitiva, no sofisticada y no apta para el consumo humano, fueron contundentes hacia final del siglo XIX, y a pesar de que éstas pudieron ser peores en los inicios del siglo XX debido al incremento del racismo, las críticas fueron atenuadas por la utilidad que la fuerza de trabajo mexicana representó para la economía y por una especie de indefinición racial del mexicano ante el modelo birracial (blanco o negro) del sistema estadounidense. Esto permitió que al peón mexicano, figura enigmática del imaginario popular del oeste americano, se le siguiera permitiendo entrar al país (a pesar de las leyes de exclusión), asentarse en los barrios y formar parte del pujante mercado de alimentos mexicanos.

Las observaciones hacia la comida mexicana después de los 1920s empezaron a ser más amables en la medida que los alimentos mexicanos fueron definidos más por compañías estadounidenses y en la medida en que la comunidad mexicana en los Estados Unidos se integró más a la sociedad y a los valores euro americanos. La Economía Doméstica, una disciplina decimonónica que entre 1910s y 1920s trató de cambiar los hábitos alimenticios de los inmigrantes mexicanos en los Estados Unidos, regresó de nuevo a las comunidades mexicanas en Texas en 1930s como una disciplina dispuesta a descifrar “científicamente” la comida mexicana.

A través de tesis de maestría, los economistas del hogar concluyeron que la comida mexicana, si bien carente de juicio de una buena elección de alimentos, tenía tradiciones alimenticias dignas de ser retenidas y alentadas. El diagnóstico hecho por estos economistas sirvió para que las universidades y el gobierno, en medio de la peor crisis económica, recomendaran una dieta balanceada y económica para los mexicanos. Sus recomendaciones de poco sirvieron cuando éstas se implementaron en los comedores del Programa Bracero (1942-1964), como lo prueba el reclamo de los braceros contra una comida que no los satisfacía. Esta actitud de los braceros, junto a la de aquellos mexicanos, que sin ser braceros continuaron manteniendo lo mexicano en su comida, hizo que los economistas del hogar fueran más tolerantes e incluso creyeran que la adopción de la comida de los recién llegados era un signo de progreso.

Ya para fines de los 1950s y en los 1960s, personas con nombre y apellido como Manuel Alvarado y Sara Moirón, a diferencia del anonimato de muchos personajes con apellido hispano en décadas anteriores, elaboraron en Texas una defensa convincente de los alimentos mexicanos. Con esta visión, elaborada por voces mexicanas, explicaron a los lectores la racionalidad de la comida mexicana en términos de su contenido nutricional, la razón de ser de algunos de sus ingredientes característicos, como el chile. Alvarado luchó por disociar al chile con el consumo indígena, argumentando que este alimento pertenece a la población en general y puede pertenecer al

mundo si se entiende que es tan rico en vitaminas y minerales como la leche. Moirón, por su parte, llamó a sus lectores a “olvidarse de la leyenda de que toda la comida mexicana quema”. Lo curioso de todo esto fue que los primeros que conocieron esta visión mexicana fueron los propios lectores mexicanos habida cuenta que esta visión fue transmitida por periódicos editados en español en Texas. Esto significa que el convencimiento público de la valía de los alimentos mexicanos tuvo como preámbulo una catarsis colectiva de combate a la internalización de los prejuicios construidos por muchas décadas.

O tal vez estas explicaciones “rationales” de la comida mexicana tuvieron como objetivo alcanzar por fin un lugar negado por décadas, no por los economistas del hogar, sino por los poderosos que hacia finales de la década de los 1960s aún se negaban a reconocer la valía de la comida mexicana, principalmente porque ésta provenía de una grupo conquistado, que era proveedor de fuerza de trabajo en la economía y, en muchos casos, eran sus empleados domésticos.

**B) “El sujeto inmigrante mexicano—rechazado, aceptado, soñador/a proscrit@: cinco masivas olas migratorias y su producción literaria y cultural desde 1910 al presente.”**

Manuel de Jesús Hernández G. ASU, Tempe, Estados Unidos.

En el sistema universitario estadounidense, investigadores y docentes de la producción literaria y cultural (novela, drama, poesía, cuento, ensayo, música y cine), después de décadas en el campo, entienden el nacimiento histórico de una cultura en 1848 así como sus raíces de 1598, su inicial colonización y su eventual integración subordinada de 1848 a 1900, su experiencia cotidiana bajo la discriminación racial hasta los 1950, su lucha por los derechos civiles durante los 1960 y los 1970 y su apertura dentro de la corriente principal desde los 1980 hasta el presente; paralelo al reconocimiento de tal experiencia histórica general, los investigadores han reconstruido y mantienen una producción cultural que, como parte de la producción cultural estadounidense en general, simboliza la condición humana del mexicanoamericano.

Empero, después de interactuar con las nuevas generaciones de estudiantes así como con miembros del barrio, uno llega a cuestionar tal construcción diacrónica y a marcar una palpable presencia de varias generaciones de inmigrantes entre una población de veintinueve millones de personas (censo del 2010). En verdad, la experiencia estadounidense de los ciudadanos de ascendencia mexicana ha sido decisivamente impactada por cinco olas masivas de inmigración (véase: Camarillo, Masses y *et al.*, y Villa), y por eso, existe la necesidad de estudiar tal producción cultural y literaria, en particular bajo el nuevo desarrollo de que a la universidad ha llegado una nueva generación de estudiantes que pertenece a la más reciente ola masiva de inmigrantes mexicanos la cual se originó en el 2000. Tal impacto está profundamente presente en la literatura, el cine, el arte y la música.

A la fecha, existen varios estudios pioneros que proveen un marco crítico rudimentario: entre ellos, *Alambrista and the U.S. Mexico Border: Film, Music, and Stories of Undocumented Immigrants* (2004) editado por Nicholas J. Cull y David Carrasco, *Migrant Imaginaries: Latino Cultural Politics in the U.S.-Mexico Borderlands* (2008) de Alicia Schmidt Camacho, y *Hispanic Immigrant Literature: El Sueño del Retorno* (2011) de Nicolás Kanellos. Desafortunadamente, tales estudios críticos se enfocan nada más en un obra cultural o son demasiado generales en su enfoque sobre la migración mexicana a Estados Unidos desde 1910 al presente. Estando consciente de tal problemática, este trabajo emplea un método crítico con base en varios conceptos críticos tomados de la teoría de producción cultural: la ciudadanía migrante global (Hardt, Gutiérrez, Negri, and

## Resumos

Palacios), la historia migratoria (Gutiérrez, Acuña, García, Gordillo, Hondagneu-Stoello, Suro, Massey *et al.*), el poscolonialismo (Bhabha), el feminismo transnacional (Gordillo, Grewal, Mohanty) y la crítica de cine (Maciel).

Como objetivos, tenemos: identificar y definir el surgimiento y la continua presencia entre los méxicoamericanos de una producción literaria y cultural sobre la migración, la construcción de un sujeto migrante mexicano, el surgimiento de un sujeto inmigrante mexicano en los 1910, el sujeto migrante mexicano como bracero, el sujeto migrante mexicano como mojado, el éxodo de una sociedad mexicana en desplome y los sueños no realizados del TLCAN.

### Obras selectas

#### A. Obras creativas de significado (orden cronológico)

Espinoza, Conrado. *El sol de Texas*. Houston, TX: Arte Público Press, 2007 [1926].

Venegas, Daniel. *Las aventuras de don Chipote o Cuando los pericos mamen*. Los Angeles, CA: *La Opinión*, 1928. Rpt. México: Secretaría de Educación Pública/Centro de Estudios Fronterizos del Norte de México, 1984. Rpt. with English translation *The Adventures of Don Chipote or When Parrots Breast-Feed* by Ethriam Cash Brammer. Houston, TX: Arte Público Press, 2000. Series: Recovering the U.S. Hispanic Literary Heritage Project.

Villarreal, José Antonio. *Pocho*. Garden City, NY: Doubleday and Company, 1959. Rpt. Garden City, NY: Anchor Books, 1970. Rpt. with Spanish translation *Pocho* by Roberto Cantú. New York, NY: Anchor Books/Doubleday/Una División de Bantam Doubleday Dell Publishing Group, 1994.

Nelson, Eugene. *Bracero*. Culver City, CA: Peace Press Publishing, 1972.

Villarreal, José Antonio. *Clemente Chacón: A Novel*. Binghamton, NY: Bilingual Press/Editorial Bilingüe, 1984.

Portillo Trambley, Estela. *Trini*. Binghamton, NY: Bilingual Press/Editorial Bilingüe, 1986.

Fernández, Roberta. *Intaglio: A Novel in Six Stories*. Houston, TX: Arte Público Press, 1990. Note: 1990 Multicultural Publishers Exchange Best Book of Fiction Award. Rpt. with Spanish translation *Fronterizas: una novela en seis cuentos* by the author. Houston, TX: Arte Público Press, 2001.

Villaseñor, Víctor. *Rain of Gold*. Houston, TX: Arte Público Press, 1991. Rpt. with Spanish translation *Lluvia de oro* by anonymous. New York, NY: Delta Trade Paperbacks, 1996.

Oropeza, Margarita. *Después de la montaña*. Hermosillo, SON, México: Instituto Sonorense de Cultura y Gobierno del Estado de Sonora, 1995.

Bencastro, Mario. *Odisea del norte*. Houston, TX: Arte Público Press, 1999.

Romero Moreno, Enrique. *Tortillas duras: Ni pa' frijoles alcanza*. Puebla, México: Editorial Nuestra República, 1999.

Cisneros, Sandra. *Caramelo, or, Puro Cuento*. New York, NY: Alfred A. Knopf, 2002. Rpt. with Spanish translation *Caramelo o puro cuento* by Liliana Valenzuela. New York, NY: Alfred A. Knopf, 2002. Rpt. with new title on cover and Spanish translation *Caramelo: una novella* by Liliana Valenzuela. [Includes a table of contents listing the chapters.] New York, NY: Vintage Español/Vintage Books/una División de Random House, 2003.

Vega, Santos C. *The Worm in My Tomato*. Tempe, AZ: Community Documentation Press / Braun Sacred Heart Center, 2007.

Cortés, Víctor M. *10 de marzo: La Marcha*. 2008. Chicago, IL: Ediciones de la Langosta/México: Mizisa, 2008.

**B. Obras críticas** (en orden alfabética)

- Acuña, Rodolfo. *Corridors of Migration: The Odyssey of Mexican Laborers, 1600-1933*. Tucson, AZ: U of Arizona P, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Occupied America: A History of Chicanos*, 7<sup>th</sup> edition. New York: Longman, 2011.
- Bhabha, Homi K. "DissemiNation: Time, Narrative, and the Margins of the Modern Nation." *Nation and Narration*, 3rd ed. Ed. Homi K. Bhaba. New York, NY: Routledge, 1994. [1st ed.: 1990]
- Camarillo, Albert. "Alambrista and the Historical Context of Mexican Immigration to the United States in the Twentieth Century." *Alambrista and the U.S. Mexico Border: Film, Music, and Stories of Undocumented*. Albuquerque, NM: U of New Mexico P, 2004. 13-35.
- Ettigener, Patrick. *Imaginary Lines: Border Enforcement and the Origins of Undocumented Immigration, 1882-1930*. Austin, TX: U of Texas P, 2009.
- Flores, William V. "Citizen vs. Citizenry: Undocumented Immigrants and Latino Cultural Citizenship." *Latino Cultural Citizenship: Claiming Identity, Space, and Rights*. Eds. William V. Flores and Rina Benmayor. Boston: Beacon Press, 1997. 255-277 and 289-290.
- García, Mario. *Desert Immigrants: The Mexicans of El Paso, 1880-1920*. New Haven, CONN: Yale U P, 1981.
- Gordillo, Luz María. *Mexican Women and the Other Side of Immigration: Engendering Transnational Ties*. Austin, TX: U of Texas P, 2010.
- Grewal, Inderpal. "Gendering Refugees: New National/Transnational Subjects." *Transnational America: Feminisms, Diasporas, Neoliberalisms*. Durham: Duke U P, 2005. 158-195 and 234-238.
- Gutiérrez, David D. *Walls and Mirrors: Mexican Americans, Mexican Immigrants, and the Politics of Ethnicity*. Berkeley, CA: U of California P, 1995.
- \_\_\_\_\_; and Hondagneu-Sotelo, eds. (2009). *Nation and Migration: Past and Future*. Johns Hopkins U P, 2009.
- Hardt, Michael; and Antonio Negri. *Empire*. Cambridge, MASS: Harvard U P, 2000.
- Hernández-G., Manuel de J "Desde Arizona para el mundo—85 vídeos en el YouTube para la defensa de los derechos humanos de los indocumentados: la lucha contra Joe Arpaio y Russell Pearce". Viernes, 26 de febrero de 2011. Unpublished manuscript.
- \_\_\_\_\_. "El indocumentado como expresión de la multitud en una época de imperio y globalización: la producción cinematográfica en documental". Unpublished manuscript.
- Hondagneu-Sotelo, Pierrette. *Domestica: Immigrant Workers Cleaning and Caring in the Shadows of Affluence*. Berkeley, CA: U of California P, 2001. Rpt. with new preface "The Domestic Goes Global." Berkeley, CA: U of California P, 2007.
- \_\_\_\_\_, ed. *Gender and U.S. Immigration: Contemporary Trends*. Berkeley, CA: U of California P, 2003.
- Huntington, Samuel P. *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. New York, NY: Simon & Schuster, 2004.
- Kanellos, Nicolás. *Hispanic Immigrant Literature: El Sueño del Retorno*. Austin, TX: U of Texas P, 2011.
- Maciel, David R. *El bandolero, el pocho y la raza*. Prólogo de Carlos Monsiváis. México: Siglo Veintiuno Editores, 2000.
- Massey, Douglas S.; Jorge Durand, and Nolan J. Malone. *Beyond Smoke and Mirrors: Mexican Immigration in an Era of Economic Integration*. New York, NY: Russell Sage Foundation, 2002. Rpt. with trans. into Spanish *Detrás de la trama: políticas migratorias entre México y Estados*

*Unidos* by Elvira Maldonado. Zacatecas, ZAC: Universidad Autónoma de Zacatecas/México, DF: Miguel Ángel Porrúa, 2009.

Moctezuma L., Miguel. *La transnacionalidad de los sujetos: dimensiones, metodologías y prácticas convergentes de los migrantes en Estados Unidos*. Zacatecas, ZAC: Universidad Autónoma de Zacatecas/México, DF: Miguel Ángel Porrúa, 2011.

Sandoval, Juan Manuel. "Integración regional subordinada, saqueo de recursos estratégicos, migraciones forzadas y lucha por la soberanía en el continente americano". *Alternativas de regionalización versus integración subordinada en América Latina*. Comps. Raquel Álvarez de Flores y Juan Manuel Sandoval. San Cristóbal, VENEZ: Consejo de Desarrollo Científico, Humanístico y Tecnológico/Centro de Estudios de Frontera e Integración/Consejo Nacional para la Cultura y Artes-Instituto Nacional de Antropología e Historia, México, 2009. 261-305.

Schmidt Camacho, Alicia. *Migrant Imaginaries: Latino Cultural Politics in the U.S.-Mexico Borderlands*. New York, NY: New York U P, 2008.

Segura, Denise A.; and Patricia Zavella, eds. *Women and Migration in the U.S.-Mexico Borderlands: A Reader*. Durham: Duke U P, 2007.

Suro, Roberto. *Strangers among Us: How Latino Immigration Is Transforming America*. New York, NY: Knopf/Distributed by Random House, 1998.

Villa, Juan. "La historia del coyote como fenómeno sociohistórico: el surgimiento, la historia, los diferentes tipos y la imagen cinematográfica", 3-50. *Coyotes en el cine fronterizo: coyote benévolo, coyote malévolo y trickster en el cine fronterizo-El Norte (1884), Arizona: tragedia en el desierto (1984) y 7 soles (2008)*. Mesa, AZ: Hispanic Institute of Social Studies, 2011. 3-31.

### C) "La memoria visual de *La Pastorela* de Luis Valdéz."

Juan Villa. ASU, Tempe, Estados Unidos.

*La Pastorela* de Luis Valdéz es una video producción que salió a la luz pública en 1991. Hoy en día se puede reproducir al instante desde un televisor o un computador. Esta ventaja visual es analizada en el artículo "Luis Valdéz's *La Pastorela*: "The Shepherd's Play": Tradition, Hybridity, and Transformation" de María Herrera-Sobek y lo apegamos al término Foucaultiano conocido como heterotopia, que permite intercalar los espacios de un escenario teatral y el cine. "The Heterotopia is capable of juxtaposing in a single real space several spaces, several sites that are in themselves incompatible" (327). En este caso Herrera-Sobek se refiere a dos aspectos significativos de *La Pastorela*: El espacio escénico de la Misión San Juan Bautista, California y la posibilidad de que la producción sea vista en una pantalla televisiva (327).

El propósito de este trabajo de investigación es analizar las diferentes estrategias de perpetuidad y los aspectos filmicos de *La Pastorela*. Para ello, me dispongo a revisar esos matices visuales de la obra de Valdéz y compararla con una versión más contemporánea; en este caso, con la película mexicana *Pastorela* (2011) de Emilio Portes. Para el marco teórico me apoyo en los análisis de la investigadora Laura Mulvey que en su artículo "Visual Pleasure and Narrative Cinema" (1998), establece el psicoanálisis como modelo teórico. Dice que el cine de Hollywood sigue reflejando una sociedad patriarcal y una consiguiente desigualdad entre hombres y mujeres. Asimismo, recurro al artículo "Luis Valdez's *La Pastorela*: "The Shepherd's Play": Tradition, Hybridity, and Transformation" de María Herrera-Sobek, incluido en el libro *Mexican American Religions: Spirituality, Activism, and Culture* (2008) editado por Gastón Espinosa y Mario T. García y al artículo "Between Devotion and Diversion: Los Pastores and the Modern World" (1995) de Richard R. Flores.

#### D) “Migración, exilio y arrastre cultural en los espacios eulatinos.”

Daniel Minerbi Vargas. ASU, Tempe, Estados Unidos.

A través de la estructura autobiográfica, que va de la novelística, al ensayo, al performance-drama, a la crónica y hasta el documental para examinar los textos escritos y visuales como los documentales *Sueños binacionales/Bi-National Dreams* (2006) y *2501 Migrants: A Journey* (2009) de Yolanda Cruz; las novelas *Barrioztlán* (1999) y *Desierto mojado: Crónicas* (2012) de Saúl Cuevas; *Los boys* (1996), *La maravillosa vida breve de Óscar Wao* (2007) y *Asi es como la pierdes* (2013) de Junto Díaz; *Morir en Isla Vista* (1999), *Bio-Grafía americana* (2009) y *Memorias del segundo exilio español* (1954-2010) (2011) de Víctor Fuentes (Floreál Hernández); *Mambo Mouth* (1993), *Spicorama* (1993) y *Pimps, Hos, Playa Hatas, and All the Rest of My Hollywood Friends: My Life* (2006) de John Leguizamo; *Vidas en vilo: La cultura cubanoamericana* (1994), *El año que viene estamos en Cuba* (1997), *Cincuenta lecciones de exilio y desexilio* (2000) de Gustavo Pérez-Firmat; *Big Banana* (1999); *Nunca entres por Miami* (2002) y *La novela del milenio pasado* (2004) de Roberto Quesada; y *Cuando era puertorriqueña* (1994), *Casi una mujer* (1999), *El amante turco* (2005) y *Conquistadora* (2011) de Esmeralda Santiago, se analizan los espacios creados por la migración y/o exilio y el bagaje cultural de objetos arrastrados que van llevando consigo los inmigrantes del sur hacia el norte, desde un punto de vista teórico, según el ensayo “Notes Towards General Theory of Migration in Late Capitalism” (1996) de Marios Nikolankos, *Rethinking Migration: New Theoretical and Emperical Perspectives* (2008) de Alejandro Portes y Josh DeWind, así como *Reflections on Exile: And Other Essays* (2000) de Edward W. Said.

#### E) “Public Art – El Arte Público”

Roberto Delgado. Los Angeles, Estados Unidos.

- 1- Introduction: What is the myth of public art? Or: Is Eli Broad joined at the hip with the Medicis?
- 2- Art & architecture: LA & Florence – Before and after Frank Gehry.  
w/ audio-visual show & tell and Q & A
- 3- “Art is Politics”, (June Wayne)  
The Academy and it’s public art myopia  
The Gallery-Museum industrial complex  
w/ Q & A
- 4- A short review of Roberto Delgado and Chiapas 1976-1988.  
Why most Renaissance artist were able to paint without the benefit of an MFA from UCLA  
Why the Maya see color and light as the same thing  
w/ audio-visual show & tell and Q & A
- 5- A short review of Chicano art 1976 -1988: Why the 80s Decade of the Chicano was premature  
The Mexican-American identity crisis  
Why artistic power follows political power  
Street art before it was Street Art  
You package it, you sell it  
Drinking from the fountain; or, 30 centuries of history right next door  
w/ audio-visual show & tell and Q & A
- 6- Public Art: The 21<sup>st</sup> century’s growth industry for young MFAs  
What’s a Lufthansa Airbus 380 have to do with downtown LA art?

Why is a Carnival Cruise ship parked outside of Ensenada, México, and none of the 5K passengers get off?  
w/ Q & A

**MESA 35: TRANSCULTURACIÓN TRANSFRONTERIZA: LENGUA Y MEDIOS DE COMUNICACIÓN EN REGIONES FRONTERIZAS**

Moderadora: Karla M. Muller

14h30 – 16h30

**A) “O bilinguismo como estratégia de aprimoramento do discurso organizacional na fronteira binacional Livramento-Rivera (BR/UY).”**

Stefânia Oliveira da Costa. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Karla M. Muller. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Jandré Corrêa Batista. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Uma vez a comunicação organizacional compreendendo todo o fluxo de mensagens que compõem a rede de relações das organizações, as mesmas precisam considerar as peculiaridades do ambiente em que atuam, dos mercados em que competem, levando em conta padrões sociais, culturais, políticos e econômicos, visando desenvolver um discurso que vá ao encontro da linguagem dos públicos e seja recebido da forma mais clara possível. Autores como Godói e Ribeiro (2009), ao estudarem a contribuição das Ciências da Linguagem para o estudo da comunicação organizacional, destacam a importância de a escolha linguística, quando da relação públicos-organização-públicos, ser bem pontualizada, considerando-se o contexto no momento do planejamento estratégico das ações comunicativas. Nas situações de relacionamento intercultural, os autores frisam que, algumas vezes, não são partilhados os mesmos interesses, crenças e valores culturais entre os interlocutores, o que pode gerar mal-entendidos nas interpretações discursivas.

Por essas razões, decidiu-se observar a fronteira binacional Livramento-Rivera (BR-UY), espaço de intercâmbio em que se falam diferentes línguas e dialetos, procurando saber se o bilinguismo tem servido como estratégia de aprimoramento dos discursos de organizações lá atuantes, isto é, se as escolhas linguísticas, realizadas no momento de enviarem mensagens aos públicos, por meio de diferentes canais de comunicação, levam em consideração o fato de o ambiente comportar falantes de diferentes línguas maternas.

Trata-se de um debate inicial, visto que o trabalho é recente e passará por diferentes etapas de construção e investigação. Portanto, neste primeiro momento, apresenta-se uma revisão bibliográfica que transita pelas Ciências da Linguagem e da Comunicação, buscando conceituar comunicação e discurso organizacional, bem como fronteiras, bilinguismo e políticas linguísticas. Correlacionar tais conceitos permite melhor compreender por que o bilinguismo pode servir como estratégia para que as mensagens transmitidas pelas organizações a seus públicos de interesse sejam mais bem recebidas e colaborem com o processo de integração entre o Brasil e seus países vizinhos.



**B) “Culturas transfronteiriças no jornalismo local: entre a assimilação e o estigma.”**

Ada Cristina Machado Silveira. UFSM, Santa Maria, Brasil.

Aline Roes Dalmolin. UFSM, Santa Maria, Brasil.

Wagner Azevedo. UFSM, Santa Maria, Brasil.

O artigo relata resultados da pesquisa intitulada "Ambivalência de fronteiras e favelas na cobertura jornalística de periferias". Ao estudar as fronteiras internacionais, percebidas como espaços heterotópicos, vale dizer, por sua capacidade de revelar aquilo que a sociedade nacional tem como próprio e distinto, constata-se que elas são retratadas pela cobertura jornalística num enquadramento de situações limite. O *corpus* da análise é composto de três notícias extraídas do diário *A Platéia* de Sant’Anna do Livramento (RS) e outras três do diário *Gazeta do Iguazu* de Foz do Iguazu (PR) nos dias 28, 29 e 30 de junho de 2007.

O material foi selecionado após uma análise preliminar das três edições dos periódicos para detectar diferentes tipos de notícias que refletissem de alguma maneira a dinâmica das relações sociais na faixa de fronteira entre as cidades-gêmeas Santana do Livramento (BR) e *Rivera* (UY), bem como na tríplice fronteira de Foz do Iguazu (BRA), *Ciudad del Este* (PY) e *Puerto Iguazú* (AR). A partir da observação, podemos entender que o *local* possui como critério de noticiabilidade não só assuntos que envolvam diretamente as cidades, mas também, questões de cunho internacional que afetam aos cidadãos. O comparativo entre o conjunto de matérias extraídas na mesma data dos dois diários brasileiros permite deduzir duas tendências, uma de assimilação entre duas culturas nacionais e outra de estigmatização.

Em que pesem as considerações teóricas de que a continuidade entre os quatro países não conhecer barreira intransponível, o jornalismo trabalha essa realidade com restrições, sobretudo no diário *A Gazeta do Iguazu*, embora possa se considerar uma tendência ao reconhecimento da assimilação em termos de prática jornalística em *A Platéia*.

**C) “Rádio de fronteira: o porta-voz da cultura fronteiriça.”**

Vera Lucia Spacil Raddatz. UNIJUI, Ijuí, Brasil.

A partir da década de 50, o veículo rádio constituiu-se um importante veículo de comunicação nas fronteiras brasileiras. Primeiro, como uma barreira eletrônica para amenizar o impacto da entrada do idioma estrangeiro em território nacional. Segundo, para preencher o vazio de comunicação nos espaços políticos-culturais da região. Destes dois elementos iniciais, o rádio de fronteira evoluiu para se posicionar como um espaço de articulação das informações e da cultura fronteiriça.

Este artigo tem como objetivo situar o papel do rádio nas regiões fronteiriças do Rio Grande do Sul, desde a sua implantação até os dias atuais, discutindo a sua função como veículo de comunicação que ultrapassa os limites geográficos, sendo por isso um dinamizador das manifestações da cultura das comunidades da fronteira, seja pela música, pelo trato do idioma ou pelas coberturas radiofônicas. Ora o rádio reelabora as identidades fronteiriças como marcas de integração, ora se revela como observatório das marcas de tensão, pois a fronteira é ao mesmo tempo espaço de integração e lugar de tensão. A cultura fronteiriça se alimenta das relações e das práticas socioculturais deste ambiente e faz disso a matéria-prima do cotidiano. As emissoras de rádio situadas nas faixas de fronteira, tanto podem acionar os elementos da cultura local como aglutinar características do ser fronteiriço para estabelecer as identidades do lugar. A fronteira é produto de múltiplas identidades.

O texto encontra suporte teórico em autores como García-Canclini, Armand Mattelart, Alejandro Grimson, Boaventura de Souza Santos, entre outros. Quanto aos aspectos da comunicação radiofônica de fronteira, que acompanha o desenvolvimento das comunidades, considera-se observá-la dentro de um contexto social e histórico, conforme Thompson. Observa-se ainda que o rádio de fronteira mudou o seu fazer cotidiano e a forma de projetar a fronteira a partir da sua inclusão nas plataformas digitais. Os radialistas passam a exercer a função de porta-vozes da integração dos povos da zona de fronteira e possibilitam o multiculturalismo. A fronteira, a partir do rádio, passa a ser discutida como integração de diversidades culturais, fusão de características regionais, aproximação subjetiva de territórios e expansão do conhecimento sobre si mesma.

**D) “Cultura(s) fronteiriça(s) na mídia *online*.”**

Karla M. Müller. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Jandré Corrêa Batista. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Stefânia Oliveira da Costa. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Natália Corá Tomé da Cruz. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Nos espaços de fronteiras nacionais, várias são as práticas socioculturais a serem consideradas. No caso de fronteiras binacionais, como as que estudamos há quase quinze anos – Livramento-Rivera (BR/UY), Uruguiana-Paso de los Libres (BR/AR) –, ou onde o contato ocorre entre três países, como é o caso de Barra do Quaraí-Bella Unión–Monte Caseros (BR/UY/AR) e Foz do Iguazu-Puerto Iguazu–Ciudad del Leste (BR/AR/PY), ao discutirmos a cultura fronteiriça, temos que levar em conta, além dos elementos ligados aos habitantes locais, fatores correspondentes às organizações ali estabelecidas.

Dizemos isso por considerarmos que há implicações da cultura local na cultura organizacional e vice-versa. As interações ocorrem quase que naturalmente, produzindo novas práticas, muito próprias do lugar. O fenômeno ocorre em todos os espaços citados acima, embora, em cada um destes, existam fatores peculiares à região.

Nesse sentido, consideramos a mídia local como importante sujeito, pois seu papel é ativo; não apenas no sentido de divulgar os acontecimentos do lugar, mas também porque participa do processo de (re)criação das práticas do lugar no seu fazer cotidiano.

O objetivo deste paper é trazer exemplares de material divulgado pela mídia online, produzida nos espaços de fronteira nacionais e disponível para ser acessado via internet. Os sites e portais selecionados são: A Platéia ([www.aplateia.com.br](http://www.aplateia.com.br)), de Santana do Livramento (divisa com Rivera); Folha Portal/ Folha Barrense ([www.barradoquarai.net](http://www.barradoquarai.net)), de Barra do Quaraí (ao lado de Bella Unión e Monte Caseros); Diário da Fronteira ([www.diariodafronteira.blogspot.com.br](http://www.diariodafronteira.blogspot.com.br)), de Uruguiana (vizinha de Paso de Los Libres); e Gazeta do Iguazu ([www.gazeta.inf.br](http://www.gazeta.inf.br)), produzida em Foz do Iguazu (cidade localizada na divisa com Puerto Iguazu e Ciudad del Leste).

O ano de coleta foi 2012 e representa o quarto ciclo da pesquisa Mídia e Fronteira. A metodologia empregada vem sendo baseada na proposta de John B. Thompson (1995), que considera relevante partirmos da análise da doxa para então passarmos para questões envolvendo os meios de comunicação, suas mecânicas e processualidades (produção, transmissão e recepção), para então partirmos para a análise formal ou discursivas e chegarmos à (re)interpretação. No texto, serão feitos recortes, abordando temáticas que ressaltam práticas socioculturais dos grupos que ocupam pontos de contato entre Brasil e seus vizinhos. São temas significativos dessas regiões fronteiriças e caracterizam os movimentos postos em diligência pelos grupos locais e que se apresentam de modo “mesclado”, muito particular.

A partir do exposto, reforçamos a posição de que a mídia participa da construção da cultura e da identidade fronteiriças, demonstrando que é possível (e real) a ocorrência de esforços integracionistas entre povos e instituições dos países envolvidos, promovendo a região, as pessoas e as organizações ali presentes, o que já se configura como elemento constitutivo daquelas práticas socioculturais.

**E) “O lugar da notícia nos processos regionais de integração do Mercosul.”**

Jandré Corrêa Batista. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Karla M. Müller. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Stefânia Oliveira da Costa UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Tendo o reconhecimento do jornalismo como espaço de construção da realidade social (VIZEU, 2007), o presente trabalho busca explorar as representações no âmbito do Mercosul a partir das formas de referência adotadas por periódicos atuantes em contextos privilegiados de proximidade cultural e geográfica. Posto que os propósitos do Mercado Comum do Sul (Mercosul) vão mais além da integração econômica, a nossa motivação é averiguar a referencialidade ao Brasil na mídia *online* em relação aos países do bloco e vice-versa, a partir de considerações à luz da hipótese do *newsmaking*. A hipótese do *newsmaking* consiste numa teorização sobre o fazer jornalístico: coloca-se em relevo o emissor, o profissional da comunicação e seus critérios de noticiabilidade (cf. WOLF, 2003). Busca-se, assim, compreender o papel de mediação do profissional da informação, em todo o processo de produção informacional na conversão da realidade social à narrativa jornalística.

Para este momento da pesquisa, selecionamos o webjornalismo como foco de estudo por critérios de convergência midiática e irrestrição locativa de acesso à informação. Objetivamos estudar as formas de representações dos países que formam o bloco, tendo como foco a relação de referencialidade entre os países, a partir da mídia jornalística *online*. A hipótese é de que os temas concernentes ao bloco não recebem um aporte midiático substancial, o que indicia um prejuízo ostensivo aos processos regionais de integração. Longe de atribuir à mídia um papel determinista, buscamos ressaltar a influência social do jornalismo sobre uma condição política específica. Imaginamos que, apesar das proximidades culturais e da bagagem histórica que relaciona os países do bloco, não há uma referencialidade midiática expressiva, principalmente a partir da perspectiva brasileira, conforme discutido em outro momento (cf. BATISTA e CORRÊA, 2010).

A comunicação midiática, nesse sentido, teria a contribuir ou a negar o fortalecimento dos processos de aproximação no Mercosul. Para chegar a um processo de integração que vá mais além do aspecto econômico, percebe-se, portanto, a necessidade de uma aceitação social mútua: a motivação das comunidades por uma efetiva integração, o que demandaria o (re)conhecimento do outro para além de suas circunscrições (cf. CORRÊA, 2009): questão fundamentalmente arraigada ao acesso à informação (cf. PICCININ e SELLI, 2008).

A abordagem metodológica pretende centrar-se nos pressupostos da análise de conteúdo aplicados ao Jornalismo, conforme sugere Herscovitz (2008), reunindo, assim, elementos quali e quantitativos. Para a constituição da mostra, serão levados em conta os webjornais de referência (selecionados por critérios de visibilidade e de agendamento entre veículos) de Uruguai, Argentina e Brasil (países escolhidos em razão de sua continuidade na participação no bloco).

**MESA 36: TRANSCULTURACIÓN TRANSFRONTERIZA: NUEVAS IDENTIDADES Y NUEVOS SUJETOS SOCIALES**

Moderador: Alejandro Schweitzer

16h50 – 18h50

**A) “Viejos y nuevos actores: otras identidades en las ciudades fronterizas de Venezuela.”**

Mario Valero Martínez. ULA, Táchira, Venezuela.

El trabajo que se somete a consideración -eje *Nuevas entidades y nuevos sujetos sociales transfronterizos*-, forma parte de los resultados parciales de la investigación sobre la informalidad comercial y ocasional en ciudades fronterizas de Venezuela. En uno de los objetivos de este proyecto se propone analizar los relatos de los habitantes fronterizos que se apropian de los espacios públicos en territorios nacionales contiguos para trabajar en el comercio callejero o en otras actividades ilegales e ilícitas.

La pesquisa se enfoca en la exploración de motivaciones, travesías, movilidades, apreciaciones e interrelaciones binacionales de trece habitantes seleccionados aleatoriamente (nueve vendedores ambulantes, tres personas dedicadas al comercio furtivo y un empleado de los llamados talleres satélites), que despliegan sus actividades en las ciudades fronterizas de Venezuela: San Cristóbal, San Antonio y Ureña, limítrofes con Colombia.

Previamente se examinan algunos factores nacionales y binacionales que han influido en su expansión en esta primera década del siglo veintiuno, así como los contextos y dinámicas de la ciudades donde se focaliza el estudio. Los resultados de la investigación han permitido confirmar las constantes re-creaciones de identificaciones binacionales que derivan en la configuración de ámbitos geo-culturales donde emergen las identidades interfronterizas.

Proyecto de investigación: *Estudio de las dinámicas comerciales informales, ocasionales y temporales en ciudades de fronteras de Venezuela: Subsistema San Cristóbal-San Antonio-Ureña. Puerto Ayacucho. Ciudad Sucre*. Financiado por el Consejo de Desarrollo Científico, Humanístico, Tecnológico y Artístico (CDCHTA) de la Universidad de Los Andes-Venezuela. Código NUTA-H-331-10-09-B

**B) “As especificidades do cotidiano da fronteira platina e as intervenções no espaço urbano das cidades gêmeas.”**

Karla Nunes de Barros Coelho. ULBRA, Torres, Brasil.

As identidades culturais se dão através de diferentes formas de aproximação. Nesse caso, as cidades de fronteira, tratando aqui mais especificamente das fronteiras internacionais, apresentam uma proximidade espacial importante, onde diferentes culturas colidem e convivem formando assim uma nova cultura, uma nova identidade, a identidade da fronteira. As cidades de fronteira são consideradas pontos chave, onde as evoluções ocorridas nos novos arranjos de integração estabelecem claras relações com os espaços urbanos locais. O contato entre diferentes culturas se torna constante, e os espaços urbanos se complementam de maneiras diversas.

O artigo busca discutir a partir da investigação das práticas cotidianas locais, relações entre a cultura da Fronteira Platina, a qual acumula vestígios do contato constante com o outro ao longo dos anos, e os espaços urbanos locais, principalmente quando estão localizados um frente ao outro, em dois diferentes países. O vai e vem de uma cidade para a outra já faz parte do cotidiano local e influencia no espaço urbano da cidade-gêmea.

**C) “Dos en una: a relação entre irmãos-hermanos na Fronteira da Paz.”**

Mayra Coan Lago. USP, São Paulo, Brasil.

Thaís de Oliveira. USP, São Paulo, Brasil.

“Fronteira viva”, “fronteira modelo”, “fronteira da paz” são algumas das denominações que caracterizam o espaço que “une e separa” o Brasil do Uruguai, por meio das cidades de Santana do Livramento (Rio Grande do Sul) e Rivera (Uruguai). A fronteira é mais do que uma questão territorial ou geopolítica, ela é também um espaço onde valores, condutas e culturas distintas podem se integrar e, conseqüentemente, promover intercâmbios entre si. Neste contexto de interação e integração, é importante mencionar os fenômenos de transculturação e de hibridação presentes no “espaço fronteiro” que unem estas cidades, como por exemplo, os *Doble Chapa* - denominação para fronteiriços com dupla cidadania - e também o Dialeto Português do Uruguai (DPU), popularmente conhecido como *portunhol*. Embora eles (*os Doble Chapa*) tenham uma relação amistosa, há momentos em que as particularidades nacionais se sobrepõem às regionais e despertam sentimentos de rivalidade, como nas partidas de futebol. Levando em consideração o que foi apresentado, o artigo tem como objetivo identificar como essas singularidades auxiliam na construção, bem como na consolidação da identidade destes novos sujeitos.

Para tanto, nos orientaremos por meio das seguintes questões: Quem são estes novos sujeitos? Uma vez que possuem dupla cidadania, como eles se sentem no que se refere à identidade, se consideram mais brasileiros ou mais uruguaios? Qual a percepção que um tem do outro? Como são as relações e as comunicações estabelecidas entre eles nesta zona de contato? As manifestações e tradições culturais perpassam a fronteira? De que forma a identidade, as diferentes percepções, as relações entre brasileiros e uruguaios e o intercâmbio cultural influenciam na denominação da Fronteira da Paz?

**D) “Língua e identidade na fronteira: relatos de diferentes agentes institucionais.”**

Ariéli Santana Rocha. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

Valesca Brasil Irala. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), localizada no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem como um dos seus princípios norteadores “contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina” (UNIPAMPA, 2009, p.3). Nesse sentido, inúmeras iniciativas são levadas a cabo nos diferentes campi da instituição, distribuídos ao longo da fronteira brasileira com esses dois países, especialmente no âmbito da pesquisa e da extensão universitária, além de um edital específico para ingresso de estudantes nacionais uruguaios em alguns cursos de graduação da universidade. No campus Bagé, desde 2011, foi formado um grupo denominado “Fronteira e Linguagem no Espaço Platino” (FLEP), no qual se discutem temáticas e se propõem análises de diferentes materialidades relacionadas à temática fronteira, partindo de uma perspectiva transdisciplinar.

Este trabalho, desenvolvido no interior deste grupo, tem como objetivo apresentar um panorama a respeito de como a comunidade acadêmica da UNIPAMPA se define diante dos seguintes questionamentos: “Você se considera fronteiro? Por quê?” e “Para você, o que é um espaço de fronteira?”. Além dessas perguntas abertas, foram propostas duas perguntas vinculadas à relação dos sujeitos investigados com a língua espanhola. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um formulário on-line criado no googledocs, distribuído eletronicamente entre professores, alunos e técnicos da instituição nos 10 campi.

## Resumos

A pesquisa foi divulgada através de listas de e-mails institucionais e através de grupos específicos relacionados à UNIPAMPA na rede social Facebook, com adesão voluntária dos participantes. Em dois meses, em torno de 230 sujeitos responderam ao questionário. Os resultados evidenciam que as justificativas dos participantes para definirem-se ou não como fronteiriços são mais complexas do que aparentemente possam parecer. Da mesma forma, a maneira como os participantes constroem o conceito de “fronteira”. No que tange à relação com a língua espanhola, a maioria discorre que o contato o idioma se deu apenas no âmbito escolar ou como disciplina acadêmica. Além disso, em geral, os sujeitos afirmam demonstrar “curiosidade” pela língua.

Como conclusão, consideramos que, ao analisar e avaliar as definições construídas por diferentes agentes institucionais (docentes, técnicos e alunos) a partir de suas experiências fronteiriças, podemos avançar na compreensão do papel da UNIPAMPA nessa região, trazendo à tona como tais agentes se relacionam e consideram tal questão em suas vidas cotidianas, para, de alguma forma, intensificar o caráter formativo relacionado a essa temática, através da inserção de componentes curriculares voltados essa questão em diferentes cursos de graduação, seja como disciplinas obrigatórias, seja como disciplinas eletivas.

## TEMAS 5 y 6: NUEVOS MOVIMIENTOS Y EXPERIENCIAS RECIENTES DE ORGANIZACIÓN y TRANSCULTURACIÓN TRANSFRONTERIZA

AUDITÓRIO DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA

22 de noviembre

MESA 37: TRANSCULTURACIÓN TRANSFRONTERIZA: PATRIMONIO SIN FRONTERAS, PRECARIZACIÓN CULTURAL Y PAISAJE TRANSFRONTERIZO

Moderadora: Georgia Patrícia da Silva

08h40 – 10h40

A) “O patrimônio sem fronteiras: questões contemporâneas das políticas públicas para o patrimônio imaterial na América do Sul.”

Darlan De Mamann Marchi. UFPel, Pelotas, Brasil.

As convenções da UNESCO no campo da cultura a partir da segunda metade do século XX foram produzidas com a intenção de proteger manifestações e expressões humanas da possível descaracterização promovida pela forma arbitrária com a qual o modelo de desenvolvimento ocidental tem atuado. A preservação do patrimônio cultural passa a ter destaque nas ações empreendidas pelas nações unidas e que refletiram nas políticas públicas dos países-membros. As representações sociais expressas pelo patrimônio é o que Candau (2012, p. 158-159), ao utilizar-se das palavras de Marc Guillaume, expressa como forma de alimento das “ficções da história”, que são construídas no presente em relação ao passado. É a memória a serviço de um grupo ou de um Estado e, a significação que lhe é dada, corresponde aos objetivos de uma instituição, de indivíduos ou de parcelas da sociedade. O campo do patrimônio traz consigo uma série de problemáticas e conflitos como as que se expressam na relação memória/esquecimento, como: preservar/destruir, conservar/alterar, tradição/renovação. Esses binarismos expressam conflitos, confrontos culturais e sociais que apresentam grandes desafios para as sociedades.

Os países sul-americanos possuem uma formação cultural comum e diversa, marcadas pelo sincretismo religioso, pelo entrecruzamento de elementos culturais de distintas origens, que geraram expressões culturais diversas. Durante séculos essas manifestações foram vistas como expressões de segunda categoria, dentro do ultrapassado antagonismo entre a cultura erudita e a cultura popular. Atualmente, as manifestações culturais dos grupos populares estão inseridas no debate contemporâneo relativo ao patrimônio imaterial e à diversidade cultural e tem exigido políticas públicas dos estados para a salvaguarda desses bens culturais. Órgãos públicos e instituições responsáveis com a área da cultura dos países sul-americanos, e órgãos internacionais como o Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina (Crespial/Unesco), tem articulado ações conjuntas no intuito de salvaguardar e difundir as expressões culturais compartilhadas pelos povos dessa região, compreendendo que a cultura não se delimita às fronteiras políticas instituídas pelo modelo de Estado-nação.

**B) “Globalização e etnicidades: a precarização das matrizes culturais na região do Recôncavo Baiano”.**  
Júnio de Jesus dos Santos. UEBA, Salvador, Brasil.

O processo de reestruturações geográficas trouxeram novas dimensões da vida social, na qual, a globalização tornou-se a palavra-chave para a apreensão da reprodução da dimensão da vida. A configuração, das condições simbólicas e materiais do cotidiano social, nos quais, os espaços políticos do cidadão estão inscrita espaço e no tempo, materializado nos sistemas de signos organizados em torno do exercício da cidadania e no direito a individualidade sociocultural. Nesse contexto, a Etnicidades assume dimensões da sensibilidade dos indivíduos para com os processos homogeneizantes condicionam as pessoas e suas manifestações a precarização. O cotidiano é nível da vida que possibilita compreender as dimensões sociais. Assim sendo, o objetivo do trabalho é analisar os impactos dos fenômenos da globalização nas matrizes culturais do Recôncavo Baiano, evidenciando as mutações territoriais, com ênfase para as populações tradicionais frente às inserções de novas tecnologias.

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotaram-se alguns procedimentos metodológicos: inicialmente, fizeram-se os levantamentos bibliográficos de alguns autores clássicos e contemporâneos, havendo a realização de fichamentos e a confecção de resenhas e resumos. Por conseguinte, delimitação espacial do objeto de estudo e da problemática. Posteriormente, realizou-se a pesquisa *in loco*, para uma melhor apreensão da realidade. Verificou-se que existe uma ingenuidade das pessoas frente aos processos da globalização, especialmente do poder estrutural das ideologias e políticos. O processo histórico materializado na cultural regional, a diversidade étnicas e culturais e suas representações são um rico acervo geográfico e histórico, por serem, as populações tradicionais protagonistas da preservação ambiental e das matrizes africanas. Além, das relações físico-culturais guardam certo equilíbrio e harmonia com a natureza. As novas tecnologias provocam impactos regionais, especialmente no processo de produção de espaços dicotômicos, acentuando as desigualdades sócias e as disparidades econômicas.

**Palavras-chave:** Globalização; Etnicidades; Relações Físicas – Naturais: Populações Tradicionais.

**C) “A (des) integração regional mediante a valorização da cultura: o caso de São Luís – MA.”**  
Georgia Patrícia da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.

Os Programas de Revitalização dos centros históricos predominam no Brasil, a partir da década de 1970, seguindo uma ordem mundial calcada na valorização da cultura, por parte dos Estados. Deste modo, a volta aos espaços preteridos fez surgir novas percepções, novas ideias e novas dimensões, com os diversos atores passando a buscar novas estratégias de inserção das regiões no turismo nacional e regional. Ademais, a intensificação do processo de globalização e o fluxo de pessoas entre barreiras físicas e imaginárias contribuíram, sobremaneira, para uma crescente interdependência, que impulsionou o aumento das trocas comerciais entre os Estados e o fortalecimento dos regionalismos, sendo a ‘bandeira’ “Patrimônio Cultural Material e Imaterial” um exemplo concreto.

Vale ressaltar que, pensar as relações que dão em função desses atrativos não significa somente analisar as dimensões política e econômica, mas entender o papel da dimensão cultural nas relações que se estabelecem, tendo em vista que a cultura é um instrumento de aproximação das sociedades e facilitadora do avanço do processo de integração regional.



Este trabalho caminhou, no sentido de analisar a valorização da cultura pelas relações nacionais e internacionais que se constituíram ou se afirmaram dentro do Programa de Revitalização do Centro Histórico em São Luís do Maranhão. Tentou-se analisar quais diretrizes norteiam o processo de integração regional dos espaços da cidade, e da cidade com outros estados, mediante o culto do patrimônio histórico cultural. Para o desenvolvimento do estudo aqui apresentado, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, em que se privilegiou a pesquisa documental, tendo-se como técnica de coleta de dados a entrevista e conversas informais com pessoas e grupos que estão diretamente ligados ao centro histórico em análise.

Analisando ainda o processo de integração regional em São Luís, identificou-se que a relevância da temática cultural para o avanço da integração, mediante o culto da identidade, é tão romântica quanto pragmática. Algumas manifestações culturais tais como o tambor de crioula, e bumba-meu-boi, tal como o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, atuam positivamente no que concerne ao avanço da integração regional entre os estados do Brasil e alguns países da Europa, tanto por seu vetor econômico quanto pelo ideológico, por outro lado, assiste-se ao enfraquecimento do Estado, que demonstra sua impotência gestonária, referente ao seu papel de protetor dos interesses da sociedade local, diante de sua interdependência de atividades produtivas, em favor das organizações financeiras e da especulação imobiliária, promovendo assim a desintegração.

#### **D) “A paisagem transfronteiriça na bienal do MERCOSUL: a geopoética do pampa”.**

Marina Cañas Martins. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

No presente artigo, o suporte teórico-metodológico da paisagem serve como base para entender a constituição de determinadas imagens como referências espaciais definidoras de territorializações. Utilizam-se imagens paisagísticas produzidas no campo das artes, entendendo essa produção como discursos sobre a paisagem que se transformam em referências espaciais para uma região. Portanto, são três as noções base deste trabalho: 1) a paisagem como imagem; 2) a paisagem como referência espacial; 3) o campo das artes como produtor de imagens de paisagem. O artigo examina como a 8ª Bienal do Mercosul constrói a paisagem do Pampa e das cidades pampianas. O Pampa, região formada pelo Uruguai, parte do Rio Grande do Sul, e parte da Argentina, é uma paisagem que, no senso comum, unifica uma ideia de identidade cultural entre os três países.

Neste caso, coloca-se a seguinte questão: que paisagem transfronteiriça a curadoria e as obras da Bienal constroem? Quais paisagens adquiriram valor através das obras? Desse modo, reconhecem-se espaços ou elementos espaciais que foram valorizados como paisagem, perante outros que foram excluídos. A escolha pela 8ª Bienal do Mercosul, realizada em Porto Alegre em 2011, deveu-se ao fato do tema norteador da mostra tratar das tensões entre territórios locais e transnacionais, e entre construções políticas e circunstâncias geográficas. Seu título - *Ensaio de Geopoética* – refere-se às diversas formas que os artistas construíram para definir o território, a partir das perspectivas geográfica, política e cultural.

**Palavras-chave:** Paisagem. Pampa. Mercosul

**MESA 38: NUEVOS MOVIMIENTOS Y EXPERIENCIAS RECIENTES DE ORGANIZACIÓN: SOCIABILIDADES EMERGENTES Y EN RED**

Moderadora: Maria Margareth Lins Rossal

11h00 – 13h00

**A) “As Tecnologias de Informação e Comunicação como Instrumentos Emancipatórios em Orçamentos Participativos?”**

Maria Margareth Lins Rossal. UC, Coimbra, Portugal.

Instrumentos tecnológicos são reflexos e espelhos da sociedade que as criam, as desenvolvem e as utilizam, pois "não é possível pensar em tecnologia sem pensar na sociedade em que está inserida" ou em "tecnologia social sem pensar em projeto de sociedade" (Benini *et alli*, 2011:112) e muito menos, pensar tecnologia social sem participação. Não vincular as tecnologias às questões políticas, sociais e humanas é além de tudo, retirar a possibilidade de emancipação através destes instrumentos. A partir da presente proposta, pretendo analisar metodologias e práticas democráticas aplicadas através das Tecnologias de Comunicação e Informação, em contextos e processos de participação, e em específico o Orçamento Participativo, a partir do conhecimento nas Ciências Sociais e Políticas. A proposta é estudar como estas tecnologias podem contribuir, ou não, para que processos participativos alcancem fins emancipatórios. Neste caso, pretendo olhar para os processos de Orçamento Participativo em duas realidades sociais e políticas diferentes, fazendo um dialogo entre as reflexões das ciências sociais e as tecnologias da informação.

**Palavras-chave:** Tecnologia de Informação e Comunicação. Tecnologias Sociais. Participação. Orçamento Participativo. Democracia. Emancipação.

**Referências**

UN-Habitat, (2004), **72 Perguntas frequentes sobre orçamento participativo**. Série caixa de ferramentas de governação urbana. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. Quito: AH Editorial.

Benini, Édi A; Faria, Mauricio Sardá de; Npavaes, Henrique T.; Dagnino, (2011). "**Gestão Pública e Sociedade - Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária**". (Orgs.) Vol 1, Outras Expressões - São Paulo.

**B) “La Red Alianza Gerdau GIZ en la America del Sur.”**

Sabrina Lissa Ferreira Lauriano Leme. UFPR, Curitiba, Brasil.

As relações internacionais têm o desafio científico de analisar um campo notoriamente complexo, multidisciplinar com uma lógica tão dinâmica, que inúmeros esforços acadêmicos se distanciam da prática. A globalização também traz à tona problemáticas como governabilidade global, a governança sem governo, a perda de centralidade política do Estado-nação, a estrutura econômica global e o deslocamento de seus poderes políticos (HELD, 2001). Em face do potencial descentralizador da globalização, as relações de interdependência nos colocam face a redes sociotécnicas complexas. (KEOHANE & NYE, 1972; 1977). A sociedade internacional está estruturada em relações plurais, que envolvem um número muito grande de atores: Estados, organizações intergovernamentais, empresas transnacionais, e redes internacionais de ONGs e movimentos sociais. Em setembro de 2010, a empresa brasileira Gerdau – líder no segmento de aços longos nas Américas e um dos maiores fornecedores de aços especiais do mundo – e a Agência de Cooperação Internacional do Governo da Alemanha GIZ – Deutsche Gesellschaft für

Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH firmaram uma Aliança Estratégica para a integração do setor informal na cadeia de valor do aço. Com o objetivo de fortalecer a organização e a gestão de atores do setor informal da cadeia do aço no Brasil, Chile, Perú e Uruguai, Gerdau e GIZ formaram uma rede de mais de 20 atores, entre organizações da sociedade civil, multinacionais, empresas sociais e prefeituras municipais. A formação da rede Alianza Estratégica Gerdau / GIZ, o modelo de integração internacional de *transnational corporations* – TNCs, *transnational civil society* – CSOs, e *policy makers*; e os resultados obtidos nos projetos sociais desenvolvidos no Brasil, Chile, Perú e Uruguai são o tema do artigo La Red Alianza Gerdau GIZ en la America del Sur.

**C) “Economía Solidária no Prata: uma Alternativa aos Descompassos da Globalização.”**

Pamela Ieda Muniz. IDEAU, Bagé, Brasil.

Cindy Rosa Martinez. IDEAU, Bagé, Brasil.

L. A. Maia. IDEAU, Bagé, Brasil.

A Globalização econômica é um fenômeno vinculado ao sistema capitalista, e tem como um dos seus muitos propósitos expandir seu modo de produção e prestação de serviços para novos territórios, não necessariamente adequando-o a realidade sociopolítica de cada Estado. A partir dela surgem redes que transformam relações culturais, sociais e econômicas de forma rápida e desumana. Em contrapartida, para suavizar as desigualdades impostas por ela, a Economia Solidária destaca-se como uma alternativa real aos descompassos do modo de produção capitalista, sejam eles, distribuição desigual de renda e alimentos, escassez de recursos naturais, desemprego, entre outros. Busca-se com este artigo analisar em que medida experiências de fomento a economia solidária, desenvolvidas nos países da Região do Prata, garantem enfrentamento às consequências sociais e econômicas da globalização, bem como, contribuem para uma projeção internacional de seus idealizadores. Para isso, faz-se necessário contextualizar o surgimento e a expansão da globalização; identificando suas origens, correntes teóricas e conceitos que balizam a práxis da economia solidária.

**D) “Cambio climático y población vulnerable: el uso de los sistemas de Alerta Temprana: una opción para la región.”**

Juan Zotz. UBA, Buenos Aires, Argentina.

El cambio Climático que estamos viviendo afecta a toda la población y es uno de los mayores retos a resolver por las instituciones científicas y políticas (IPCC 2007, UE 2005) como por la sociedad (Eurobarometro 2006). Se sabe que las sequias, inundaciones u olas de calor van a repercutir en la población en general; y este impacto va a tener consecuencias políticas, económicas y sociales. Estos impactos son más graves aun en los países subdesarrollados donde hay zonas con malas o nulas infraestructuras sanitarias, donde esos efectos climáticos van a impactar mucho más, ya que no están preparadas para poder adaptarse y mitigar los efectos. Un ejemplo lo fue la Ola de calor que afecto a Europa Occidental en el año 2003 y dejo miles de muertos. Los sistemas de Alerta Temprana, en este contexto, juegan un rol clave, ya que desempeñan una función esencial al alertar a la población sobre una posible consecuencia climática. Sin embargo, el desempeño real de los sistemas de Alerta Temprana son difíciles y necesitan mucha coordinación, ya que abarcan a varias agencias estatales y, asimismo, requieren que de una política de concientización del ciudadano para poder estar preparado; de manera tal de disminuir la mortalidad de los ciudadanos ante un evento extremo.

**MESA 39: NUEVAS IDENTIDADES, NUEVOS SUJETOS SOCIALES TRANSFRONTERIZOS Y MOVIMIENTOS Y EXPERIENCIAS RECIENTES DE ORGANIZACIÓN**

Moderador: Manuel Ortiz Veas

14h30 – 16h30

**A) “A identidade política e social quilombola no Brasil do Sec. XXI”.**

Diosmar M. Santana Filho. UFBA, Salvador, Brasil.

Guiomar Inez Germani. UFBA, Salvador, Brasil.

A Constituição Federal de 1988 do Brasil estabelece passos para democratização no Estado Nacional, pelo fato da mesma reconhecer as diferenças e interesses da sociedade, com isso, agendas sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais, se estabelecerão no processo de organização sócio-espacial do Estado. No entanto, para a efetivação da democracia o espaço e o tempo virão a ser referencia para a efetivação do direito a propriedade como a terra. Pelo motivo do Art. 68 dos Atos do Dispositivo Constitucionais Transitórios (ADCT), torna dever do Estado o reconhecimento da territorialidade e temporalidade dos Territórios Quilombolas, núcleos remanescentes dos antigos quilombos, que devem ser reconhecidos, demarcados e terão o título da propriedade coletiva da terra. Este reconhecimento constitucional, reestabelece na agenda política do Estado Nacional a luta dos povos africanos e seus descendentes do período social-histórico dos séculos XVI-XVII, com o Quilombo de Palmares. Mas, principalmente no século XX, pelos movimentos negro e social, ao estabeleceram na luta pela cidadania, que a nação só se tornará democrática e desenvolvida, combatendo o racismo e as desigualdades sociais, reflexões do processo social-histórico.

Desta forma, o estudo tem como propósito apresentar o desenvolvimento da política pública para o acesso e direito a terra a população negra quilombola, pelo Estado nacional brasileiro, tendo como especificidade o estado da Bahia do século XXI.

**Palavras-chave:** Estado Nacional. Direito. Identidade/diferença. Quilombo. População Negra.

**B) “Comunicología y Unidad IberoAmericana.”**

Manuel Ortiz Veas, Universidad de La Frontera, Temuco, Chile

Vivimos bajo el imperio del narcisismo y egocentrismo: egoístas, autoritarios y no solidarios de poderosos que imponen el belicismo; obligando a los ciudadanos a la no Comunicación (acto altruista&solidario&pacífico de hacer en común) y haciéndonos creer que es sinónimo de cien o más conceptos.

La palabra maldita, PAZ – denominada así por la Poeta chilena Gabriela Mistral, que vivió en momentos en que se privilegiaba la guerra - conlleva y va implícita en los verdaderos orígenes etimológicos y léxico-genésicos de la COMUNICACIÓN... Comunicación que para hacerla viva y encarnada requiere de un nuevo mundo valórico (donde prime la comunidad en el amor y la aceptación) que tenga claro que habitamos en una Datósfera en la cual debemos claramente distinguir y diferenciar una serie de conceptos que nunca han sido sinónimos; y hacer una ética y moral donde sea realidad el que amemos a nuestro prójimo como a nosotros mismos

**C) “Metropolización y economía informal: la conformación de hecho del Sistema Metropolitano Binacional Cúcuta - San Cristóbal.”**

Jorge Bichara Bitar Ramírez. Universidad de Pamplona, Colombia.

El tema abordado en este estudio es la incidencia de la economía informal en el proceso de metropolización en la región fronteriza que integra el área metropolitana de Cúcuta (Colombia) y el área metropolitana de San Cristóbal (Venezuela), en cuanto a la dimensión territorial-demográfica y las relaciones de interdependencia socioeconómica y política entre las dos áreas metropolitanas.

Esta investigación tiene como intención abordar la gestión urbana a escala metropolitana y particular interés en promover proyectos de investigación en áreas metropolitanas transfronterizas, a fin de identificar y estudiar estas dinámicas territoriales, y demográficas, y sus relaciones socioeconómicas y políticas.

Estos procesos de metropolización que superan los procesos de conurbación municipales y trascienden las fronteras nacionales, contienen complejas dinámicas implementadas en espacios regionales conurbados, que aunque divididos por un límite político y gubernamental, participan de una dinámica común en lo económico, social, familiar, recreativo y ambiental, dinámicas que no pueden estudiarse desde la óptica de las ciudades tradicionales.

Esta investigación busca comprender y explicar este fenómeno urbano presentando como caso de estudio las áreas metropolitanas de Cúcuta en Colombia y San Cristóbal en Venezuela, dos centros urbanos consolidados con cercanía geográfica, generadores de una atracción mutua, materializada en un crecimiento físico y en un continuo intercambio de personas y mercancías.

**D) “Propuesta Comunicacional para la frontera Colombo-Venezolana.”**

Gerzon Cárdenas. UNET, San Cristóbal, Venezuela.

Se pretende generar un plan de trabajo que implique la estructuración de una propuesta para el uso de los Medios de Comunicación en zonas del eje fronterizo colombo-venezolano, esta perspectiva debe ofrecer una visión renovadora, alejada de los prejuicios, pre-conceptos y estereotipos que lamentablemente caracterizan las agendas de los medios de ambos países al momento de cubrir la pauta informativa en estas áreas geográficas.

Asumir este proyecto dentro del actual proceso globalizador significa “ampliar la mirada” y representa un reto para prever un plan de acción que intente en la medida de lo posible aglutinar en su empeño la mayor cantidad de saberes, tanto formales e informales que constantemente se “viven” y se “transmiten de generación en generación” en los espacios binacionales. Las fronteras no son únicamente contextos plagados de problemas, sinsabores y dificultades. Sin obviar la existencia de éstos, también debemos ser propositivos y asertivos, revalorizando los aspectos que motivan y generan actitudes valiosas como, la convivencia, la tolerancia, la resolución pacífica de conflictos, la cultura de Paz y fundamentalmente resignificar entre esos aspectos el “sentido natural de hermandad” que por el hecho de compartir alegrías y tristezas comunes caracteriza a los habitantes de las líneas fronterizas. Pensar esta idea obliga a definir un esquema de actividades que entre otros aspectos debería incluir: La realización de un mapa comunicacional para establecer la existencia de televisoras, radios e impresos que operan en el estado y departamento del área geográfica en estudio: Eje fronterizo: Estado Táchira (Municipios: San Cristóbal, Junín, Rafael Urdaneta, Bolívar, Pedro María Ureña) Departamento Norte de Santander (Municipios: Los Patios, Villa del Rosario, San José de Cúcuta) así como de los medios nacionales que cobren la frontera.

## Resumos

Conocer: ¿Cuál es la concepción que ellos manejan sobre la frontera?; Entrevistar a sus jefes de información; conocer la programación que emiten; acercarse a la óptica sobre la cual se manejan; Al igual que revisar el marco legal sobre el cuál deberían gestionar su praxis; Verificar la vigencia de convenios educativos y la operacionalización de ellos. Esta acción se genera desde una apuesta por la revalorización de las culturas locales sin desmedro de los elementos globalizadores, es decir un intento de aproximarse al ejercicio de la Glocalidad.

## PRESENTACIÓN DE LIBROS Y REVISTAS

### AUDITÓRIO DE LA FACULTAD DE ARQUITECTURA

22 de noviembre

Moderadora: María del Rocío Bedoya Bedoya

Revista: Papeles de Población. Retos y desafíos futuros.

Juan Gabino González Becerril, B. Jaciel Monyoya Arce, Paulino Osorio Montaña.  
Universidad Autónoma del Estado de México.

Revista: Boletim Gaúcho de Geografia, v. 41. n.1

Adriana Dorfman

Publicação de caráter científico da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre.  
ISSN 0101-788-8

Libro: Planes geoestratégicos, desplazamientos y migraciones forzadas en el área del Proyecto de Desarrollo e Integración de Mesoamérica.

Juan Manuel Sandoval, Raquel Álvarez y Sara Fernández (Coordinadores).

Universidad de Los Andes (Venezuela), Universidad de Antioquia (Colombia); Centro de Investigaciones en Sociedad, Salud y Cultura (Colombia); Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio; y Centro de Estudios Estratégicos de América del Norte, A. C. (México).

Medellín, Colombia, 2011.

ISBN: 978-958-98566-6-6.

Manual: Conversaciones sobre las prácticas investigativas desde la pregunta por las metodologías críticas en contextos sociales de despojo, destierro y desplazamiento forzado. Elementos para una filosofía de la praxis.

Sara Yaneth Fernández, Marcela Gómez y Marta Cecilia López (Compiladoras).

Coordinación Proyecto SPECHF Colombia.

Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, Universidad de Antioquía, Medellín, Colombia. 2011.

ISBN: 978-958-98566-7-3.

## SESIÓN DE PRESENTACIONES EN LA FRONTERA BRASIL-URUGUAY

### SANTANA DO LIVRAMENTO

23 de noviembre de 2013

#### MESA 40: PRATICAS E REFLEXÕES NA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-URUGUAY

Moderador: Hamilton Santos Rodrigues

14h30 – 16h30

#### A) “Saúde na fronteira de Barra do Quaraí, RS e Bella Unión, Artigas: alternativas a soluções de problemas com base na integração entre o Brasil e o Uruguai.”

Hamilton Santos Rodrigues. Unipampa – S. do Livramento, Pref. Munic. de Barra do Quaraí  
Avelar B. Fortunato. Unipampa – S. do Livramento

O objetivo deste estudo foi identificar alternativas de soluções de problemas fronteiriços, especificamente no campo da saúde humana, para residentes no Município de Barra do Quaraí – RS. A metodologia utilizada foi a de Estudo de Caso na qual foram analisados: um acordo e um ajuste complementar celebrados entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, com vistas a solucionar problemas de saúde dos cidadãos fronteiriços; os termos de contratação de serviços de saúde assinados pelo Município de Barra do Quaraí – RS: um com o Hospital de Bella Unión e outro com a Empresa *Servicio Integral de Emergencia Medico Movil - SIEMM S.R.L.*, pessoas jurídicas sediadas em Bella Unión, Departamento de Artigas, República Oriental Uruguai; além de atas, processos licitatórios e outros documentos. Nos resultados encontrados observa-se que a “fronteira movimenta-se” com o objetivo de construir, processar soluções de seus problemas e neste caso em particular, criar as condições para resolvê-los através de tratados e acordos binacionais que, por meio do referido movimento, acabaram sendo celebrados, e por meio de gestão na saúde, verificado nos contratos de prestação de serviços médicos e hospitalares para cidadãos que não dispunham na época deste atendimento em seu lado da fronteira. Sugestões para autoridades e de novas pesquisas completam esta investigação.

**Palavras-chave:** Acordos Internacionais. Saúde. Cooperação transfronteiriça. Barra do Quaraí. Bella Unión.

#### B) “Integração e Desenvolvimento Social: Ações do MIDES e Avanços na Cidadania na Fronteira Entre Uruguai e Brasil”

Horacio Dávila Rodriguez. Unipampa – S. do Livramento, Pref. Munic. de Barra do Quaraí.  
Avelar B. Fortunato. Unipampa – S. do Livramento.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as ações desenvolvidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai (MIDES) e suas possíveis contribuições para o avanço da cidadania no período de 2006 a 2009 através do programa “*Políticas de Integración de Frontera: Espacio de vida diverso y complejo*” para regiões de fronteira entre Uruguai e Brasil. Este estudo é classificado como descritivo, de natureza qualitativa, no qual com a utilização de técnica documental, analisaram-se o conteúdo dos documentos onde se encontram registradas as memórias dos seminários promovidos pelo MIDES sobre uma ampla temática de problemas



fronteiriços. Os seminários do MIDES permitiram o envolvimento de autoridades governamentais e não-governamentais, além da sociedade civil de ambos os países, que através de suas organizações foram de fundamental importância nos debates dos quais resultaram encaminhamentos as esferas governamentais de ambas as nações. Tais ações representaram um relevante avanço na integração binacional, na consolidação da cidadania, na garantia de direitos, e de acesso a políticas públicas da comunidade da fronteira Brasil e Uruguai.

**Palavras-chave:** Integração. Cidadania. Avanços. Fronteira. Desenvolvimento.

**ÍNDICE DE AUTORES**

<b>Autor</b>	<b>Página</b>
<b>A. B. Burlamaqui, Embrapa, Brasil.</b>	78
<b>Ada Cristina Machado Silveira. UFSM, Santa Maria, Brasil.</b>	102, 151
<b>Adriana Carísimo. UNAM, Posadas, Argentina.</b>	143
<b>Adriana Dorfman. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	81, 84, 165
<b>Adriano Pires de Almeida. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	42
<b>Alberto Betancourt Posada. UNAM, México.</b>	65
<b>Alberto Ochoa. UACJ, Ciudad Juárez, México.</b>	107
<b>Alberto Pereira Lopes. UFT, Araguaína, Brasil.</b>	107
<b>Alberto Quintal Palomo. UADY, Mérida, México.</b>	114
<b>Aldomar Arnaldo Rückert. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	23, 30, 36, 49, 72
<b>Alejandro Schweitzer. CONICET-UNPA/UARG, Río Gallegos, Argentina.</b>	44, 45, 46, 47
<b>Alexander Severo Córdoba. FURG, Rio Grande, Brasil.</b>	56
<b>Alice Cepeda. USC, Los Angeles, Estados Unidos.</b>	110
<b>Alicia Mónica Oudin. UNAM, Posadas, Argentina.</b>	143
<b>Aline Roes Dalmolin. UFSM, Santa Maria, Brasil.</b>	151
<b>Alix Bibiana Gómez Vargas. UdeA, Medellín, Colombia.</b>	131
<b>Álvaro Jesús Sepúlveda Yáñez. UDES, Cúcuta, Colombia.</b>	53
<b>Ana Zuleide Barroso da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.</b>	61, 132
<b>Andrés Cuesta Beleño. UNISALLE, Bogotá, Colombia.</b>	126
<b>Anelize Maximila Corrêa. UFPel, UCPel, Pelotas, Brasil.</b>	124
<b>Angélica Lastiri Salazar. UAM, Xochimilco, México.</b>	122
<b>Aparício Rolim. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.</b>	49
<b>Ariéli Santana Rocha. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.</b>	155
<b>Arturo Perales Salvador. UACH, Chapingo, México.</b>	121, 122
<b>Arturo Santamaría Gómez. UAS, Sinaloa, México.</b>	107
<b>Aurora Furlong. BAUP, Puebla, México.</b>	89, 90, 112
<b>Avelar Fortunato. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.</b>	56, 58, 60, 166
<b>Avelardo Valdez. USC, Los Angeles, Estados Unidos.</b>	107, 110
<b>Beatriz Ensabella. UNC, Cordoba, Argentina.</b>	43
<b>Braulio Morales Morales. UACH, Chapingo, México.</b>	70, 75, 92, 121
<b>Brenda Farias da Silva. UFAP, Macapá, Brasil.</b>	79
<b>Brenda Ponzi. UNICEN, Tandil, Argentina.</b>	46
<b>Brián Ferrero. UNAM, Misiones, Argentina.</b>	79
<b>Bruno de Oliveira Lemos. SEPLAG-RS e UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	49, 58
<b>C. Barnaud, Inra, Francia.</b>	78
<b>Camilo Pereira Carneiro Filho. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	58
<b>Canrobert Penn Costa Neto. UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil.</b>	133
<b>Carla Gabriela Cavini Bontempo. UFSC, Florianópolis, Brasil.</b>	139
<b>Carlos Martínez León. BAUP, Puebla, México.</b>	29
<b>Carlos Vinícius Costa Garcia. UFAM, Manaus, Brasil.</b>	98
<b>Carlos Yéffim Fong Ronquillo. UACJ, Ciudad Juárez, México.</b>	105

Carmen Bocanegra Gastelum. USON, México.	34
Cezar Karpinski. UNILA, Tríplice Fronteira Argentina, Brasil y Paraguay.	143
Christiano Ricardo dos Santos. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	72
Cindy Rosa Martinez. IDEAU, Bagé, Brasil.	161
Cintya Dayanne Gomes de Almeida. UFAP, Macapá, Brasil.	79
Claudia Patricia Carrión Sánchez. CCS, Bogotá, Colombia.	131
Cláudio Machado Maia. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.	49, 89
Cristiana de Vasconcelos Lopes. USP, São Paulo, Brasil.	142
Cristóbal Martín Cuevas Alvarado. UAEM, México.	73
Daiane da Rosa Ugoski. UCPel, Pelotas, Brasil.	134
Daniel Minerbi Vargas. ASU, Tempe, Estados Unidos.	149
Daniela Galli Mattiauda. UNILA, Tríplice Fronteira AR, BR y PY.	139
Darlan de Mamann Marchi. UFPel, Pelotas, Brasil.	157
Denise Fagundes Jardim. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	81
Diana Osorio. Fenalco, Bogotá, Colombia.	69
Diego Bautista Paéz. UNAM, México.	65
Diego Edinson Lara Rivera. Universidad del Cauca, Colombia.	128
Dione Ludwig. UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil.	49, 89
Diosmar M. Santana Filho. UFBA, Salvador, Brasil.	162
Edgar Talledos Sánchez. UMAR, Huatulco, México.	126
Edilma de Jesus Desidério. UNAM, México.	112
Edith Vera Bustillos. UACJ, Ciudad Juárez, México.	117
Eduarda Figueiredo Scheibe. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	35, 36
Eduardo Ernesto Filippi. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	49, 89
Eimer Alexis Barajas Román. CEFDT, Cúcuta, Colombia.	61, 62
Elías Gómez. UNAM, Misiones, Argentina.	79
Elizabete Melo Nogueira. IFRR, Boa Vista, Brasil.	133
Eloisa Maieski Antunes. Analista de Comércio Exterior.	56
Elsa Laurelli. CONICET-CEUR, Buenos Aires, Argentina.	82
Emilce Beatriz Cammarata. UNAM, Posadas, Argentina.	141, 143
Emiliano Vitale. UNAM, Posadas, Argentina.	143
Emmanuel Arrazola Ovando. UMAR, Oaxaca, México.	118
Enzo Fasioli. UNPA/UART, Río Turbio, Argentina.	45, 47, 77, 78
Eric Gustavo Cardin. UNOESTE, Paraná, Brasil.	62
Erika Collischonn. UFPel, Pelotas, Brasil.	84
Esther Figueroa Hernández. UAEM, México.	73, 115, 116
F. Coronato, CENPAT, Argentina,	78
Fátima Maria Andrade Pelaes. Obs. das Fronteiras Amazônicas, Brasil.	57
Fernando Ferrari-Filho. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	30
Flávia Carolina de Resende Fagundes. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	100, 101
Francis Mestries. UAM, Azcapotzalco, México.	123
Francisca Machado. UDP, Santiago, Chile	109
Francisco Pérez Soto. UACH, Chapingo, México.	71, 73, 113, 116
Francys Cárdenas Ferrucho. UEXTERNADO, Colombia.	127

<b>Geisa Zanini Rorato. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	96
<b>Georgia Patricia da Silva. UFRR, Boa Vista, Brasil.</b>	61, 132, 133, 157, 158
<b>Georgina Galván Medina. UNAM, México.</b>	66
<b>Geovana Gabriela Bardesio. UNIPAMPA, Santana do Livramento, RS, Brasil.</b>	119
<b>Gerland Santos de Paiva. UFAM, Manaus, Brasil.</b>	43
<b>Gerzon Cárdenas. UNET, San Cristóbal, Venezuela.</b>	163
<b>Giovanny Cardona Montoya. CEIPA, Sabaneta, Colombia.</b>	31
<b>Gislene Santos. UFPR, Curitiba, Brasil.</b>	83
<b>Gladys Modesta Quintero Villamizar. UNILIBRE, Cúcuta, Colombia.</b>	134, 136
<b>Glenio Piran Dal' Magro. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	32
<b>Glória Maria Gomes Dravanz. UCPel, Pelotas, Brasil.</b>	134
<b>Gonzalo Hatch Kuri. UNAM, México.</b>	44
<b>Guiomar Inez Germani. UFBA, Salvador, Brasil.</b>	162
<b>Gutemberg de Vilhena Silva. UFAP, Macapá, Brasil.</b>	79
<b>H. Morales, IPA, Uruguay,</b>	78
<b>Halina Tzhkaeva. UACJ, Ciudad Juárez, México.</b>	107
<b>Hamilton dos Santos Rodrigues. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.</b>	60, 166
<b>Harold Andrés Méndez Urbano. Universidad del Cauca, Colombia.</b>	128
<b>Héctor Antonio Padilla Delgado. UACJ, Ciudad Juárez, México.</b>	102, 103
<b>Heleniza Ávila Campos. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	82, 83, 96
<b>Horacio Dávila Rodríguez</b>	166
<b>Igor Marcelo Fouchy das Neves. UFPel, Pelotas, Brasil.</b>	63
<b>Iliana Martell González. UACJ, Ciudad Juárez, México.</b>	105
<b>Isabel Padilha Guimarães. UFSM, Santa Maria, Brasil.</b>	102
<b>Iván Franco Cáceres. INAH, México.</b>	40, 116
<b>Ivo Marcos Theis, FURB, Blumenau, Brasil.</b>	40
<b>J.F. Tourrand, Cirad, Francia y UnB, Brasil,</b>	78
<b>Jacieli Gustavo Kunz. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	68
<b>Jacqueline Ahlert. UPF, Passo Fundo, RS, Brasil.</b>	142
<b>Jadson Luís Rebelo Porto. UNIFAP, Macapá, Brasil.</b>	40
<b>Jandrê Corrêa Batista. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	124, 150, 152, 153
<b>Janneth K. Clavijo. UNC, Córdoba, Argentina.</b>	115
<b>Jaqueline Silva da Rosa. UFRR, Boa Vista, Brasil.</b>	61, 132
<b>Jesica Wendy Beltran Ch. UFSM, Santa Maria, Brasil.</b>	91
<b>João Armando Dessimon Machado. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	32
<b>Jorge Alberto López Arévalo. UNACH, Chiapas, México.</b>	118
<b>Jorge Balderas Domínguez. UACJ, Ciudad Juárez, México.</b>	106
<b>Jorge Bichara Bitar Ramírez. Universidad de Pamplona, Colombia.</b>	162, 163
<b>Jorge Herrera. FUKL, Bogotá, Colombia.</b>	73
<b>Jorge Matajira. ESAP, Territ. Norte de Santander-Arauca, Cúcuta, Colombia.</b>	51
<b>Jorgelina Berteza. UNC, Córdoba, Argentina.</b>	46
<b>José Alberto Tostes. Observatório das Fronteiras Amazônicas, Brasil.</b>	57
<b>José Javier Orosa González. UDC, La Coruña, España.</b>	70, 71, 72
<b>José Pablo Alaguna Padilla. BUAP, Puebla, México.</b>	89

Juan Carlos Morales Manzur. LUZ, Maracaibo, Venezuela.	42
Juan Carlos Sabogal. UNC, Córdoba, Argentina.	115
Juan Manuel Mendoza Guerrero. UAS, Sinaloa, México.	144
Juan Manuel Sandoval. INAH, México.	100, 165
Juan Pablo Espinosa. UNAM, Misiones, Argentina.	135
Juan Villa. ASU, Tempe, Estados Unidos.	148
Juan Zotz. UBA, Buenos Aires, Argentina.	161
Juanita Sunberg. UBC, Vancouver, Canada.	103
Juliana Lopes do Nascimento. UFT, Araguaína, Brasil.	107
Júlio da Silveira Moreira. UNAM, México.	75, 77
Júnio de Jesus dos Santos. UEBA, Salvador, Brasil.	158
Karina Bijit Abde. UV, Valparaiso, Chile.	125
Karla M. Muller. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	83, 150, 152, 153
Karla Nunes de Barros Coelho. ULBRA, Torres, Brasil.	154
L. A. Maia. IDEAU, Bagé, Brasil.	161
Leobardo Alvarado. UACJ, Ciudad Juárez, México.	103
Leonardo Marmontel Braga. IDEAU, Bagé, Brasil.	99
Leopoldo Santos Ramirez. USON, Sonora, México.	111
Lisandra Pereira Lamoso. UFGD, Brasil.	34
Lizeth Alejandra Parra Barbosa. UdeA, Medellín, Colombia.	90
Lorenzo Reyes Reyes. UACH, Chapingo, México.	75, 92, 121
Loreto Gavilán. UDP, Santiago, Chile	109
Luciana Machado Rodrigues. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.	138
Lucila Godínez Montoya. UAEM, México.	73, 113, 116
Luisa Fernanda Valencia Jiménez. UdeA, Medellín, Colombia.	130
Luiz Carlos Tau Golin. UPF, Passo Fundo, Brasil.	41
Luiz Felipe Barros de Barros. UNISC, Brasil.	41
Luiz Valdemir Ribas da Cruz Junior. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.	96
Manuel de Jesús Hernández G. ASU, Tempe, Estados Unidos.	144, 145
Manuel Del Valle Sánchez. UACH, Chapingo, México.	69, 70, 71, 75
Manuel Ortiz Veas, Universidad de La Frontera, Temuco, Chile.	162
Mara Rosange Acosta de Medeiros. UCPel, Pelotas, Brasil.	134
Marcela Julio. UNICEN, Tandil, Argentina.	43
Marcela Orozco Contreras. UNAM Y RMALC, México.	35
Marcia Vera. University of Sheffield, Sheffield, Reino Unido.	124, 125
Marcos Fávoro, USP, São Paulo, Brasil.	87
María Claudia Giménez. UNAM, Posadas, Argentina.	143
María del Pilar Pastor Durango. UdeA, Medellín, Colombia.	104
María del Socorro Velázquez Vargas. UACJ, Ciudad Juárez, México.	106
María Guadalupe Violeta Guzmán Medina. UADY, Mérida, México.	118
Maria Izabel Mallmann. PUCRS, PoA, Brasil. Udelar, Montevideo, Uruguay.	59, 88
Maria Margareth Lins Rossal. UC, Coimbra, Portugal.	160
María Rocio Bedoya Bedoya. UdeA, Medellín, Colombia.	113, 114
María Victoria López López. UdeA, Medellín, Colombia.	104

<b>Mariana Nogueira Henriques. UFSM, Santa Maria, Brasil.</b>	102
<b>Mariana Paz y Rocha. UNAM, México.</b>	66
<b>Mariana Schweitzer. CONICET –UBA, Buenos Aires, Argentina.</b>	37
<b>Maribel Reinel. FUKL, Bogotá, Colombia.</b>	73
<b>Mariella Dardanelli. Montevideo, Uruguay.</b>	111
<b>Marina Cañas Martins. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	159
<b>Marina Sierra. UFPS, Cúcuta, Colombia.</b>	49, 50
<b>Mario Luiz de Oliveira. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.</b>	60
<b>Mario Riedl. FACCAT, Taquara, Brasil.</b>	49, 89
<b>Mario Valero Martínez. ULA, Táchira, Venezuela.</b>	154
<b>Maritza Rosales. ULA, Mérida, Venezuela.</b>	33
<b>Marlene Otero S. ULA, Mérida, Venezuela.</b>	31
<b>Marleny Cardona A. FUKL, Bogotá, Colombia.</b>	67, 69, 73
<b>Martha Monzón Flores. INAH, México.</b>	117
<b>Mateus Lopes da Silva. UFPel, Pelotas, Brasil.</b>	137
<b>Maurício Pinto da Silva. UFPel, Pelotas, Brasil.</b>	60, 63, 137
<b>Mayra Coan Lago. USP, São Paulo, Brasil.</b>	155
<b>Mayra Montserrat Eslava Galicia. UNAM, México.</b>	48
<b>Melissa de Mattos Pimenta. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	81
<b>Melissa Wright. PSU, State College, Estados Unidos.</b>	102
<b>Miguel Angel Vázquez Ruiz. USON, México.</b>	31, 32
<b>Mónica Montana Martínez Ribas. UFRR, Boa Vista, Brasil.</b>	75, 87, 108
<b>Myriam Zapata Jiménez. UNISALLE, Bogotá, Colombia.</b>	126, 127
<b>Nadège Porta. CIDDH, PUCP, Lima, Perú</b>	108
<b>Natália Corá Tomé da Cruz. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	152
<b>Nayeli Jocelyn Castañeda García. BUAP, Puebla, México.</b>	89
<b>Nemesio Castillo Viveros. UACJ, Ciudad Juárez, México.</b>	105
<b>Nir Kshetri. FUKL, Bogotá, Colombia.</b>	73
<b>Noemí Fratini. UNC, Córdoba, Argentina.</b>	45
<b>Oscar Iván Reyes Maya. UCM, Madrid, España.</b>	92, 121
<b>Oswaldo Luiz Angel Coggiola. USP, São Paulo, Brasil.</b>	142
<b>P. Waquil, UFRGS, Brasil</b>	78
<b>Pablo Godoy. UNPA/UARG, Río Gallegos, Argentina.</b>	44, 45, 47
<b>Pamela Ieda Muniz. IDEAU, Bagé, Brasil.</b>	161
<b>Patricia Elena Giraldo Calderón. UdeA, Medellín, Colombia.</b>	123
<b>Patrisia Macias-Rojas. UIC, Chicago, Estados Unidos.</b>	101
<b>Paulo Cassanego Jr. UNIPAMPA, Santana do Livramento, RS, Brasil.</b>	119
<b>Priscila Baruffi Ribeiro. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.</b>	138
<b>R. Pocard-Chapuis, Cirad, Francia y Embrapa, Brasil.</b>	78
<b>Rafael Alvariza Allende. PUCRS, Porto Alegre, Brasil.</b>	88
<b>Rafael Pentiado Poerschke. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.</b>	90, 112
<b>Raiza Gomes Fraga. UnB, Brasília, Brasil.</b>	77
<b>Raúl Netzahualcoyotzi. BAUP, Puebla, México.</b>	90, 112
<b>Renan Kaique Tinoco de Souza. UFAM, Manaus, Brasil.</b>	77

Ricardo Jose B. Nogueira. UFAM, Brasil.	63, 80
Roberto Delgado. Los Angeles, Estados Unidos.	149
Roberto Rodolfo Georg Uebel. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	122
Roberto Trinidad Pizarro. UPR, Recinto de Río Piedras.	93
Rodolfo Basurto Alvarez. USON, Sonora, México.	111
Rodolfo Rincones Delgado. UACJ, Ciudad Juárez, México.	117
Ronaldo Colvero. UNIPAMPA, São Borja, Brasil.	99
Rosa María Vanegas García. INAH, México.	116
Rosane Cardoso Machado. Santana do Livramento, Brasil.	139
S. Carvalho, UFPA, Brasil,	78
Sabrina Lissa Ferreira Lauriano Leme. UFPR, Curitiba, Brasil.	160
Sandra Bustillos Durán. UACJ, Ciudad Juárez, México.	107, 117
Sara Yaneth Fernández Moreno. UdeA, Medellín, Colombia.	128, 129, 165
Silvia Nieto. UNC, Córdoba, Argentina.	46
Silvia Valiente. UNC, Cordoba y UNPA, Río Gallegos, Argentina.	43, 45
Stefânia Oliveira da Costa. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	150, 152, 153
Suelen Castiblanco. FUKL, Bogotá, Colombia.	67, 73
Susana Bleil de Souza. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	141
Tamires Aparecida Ferreira Souza. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.	98
Tatiane Dinca	91
Tchella Fernandes Maso. UFGD, Dourados, Brasil.	87
Teresa Cristina Schneider Marques. PUCRS, Porto Alegre, Brasil.	59,88
Thaís de Oliveira. USP, São Paulo, Brasil.	157
Thaís Virga Passos. USP, São Paulo, Brasil.	36, 87
Thamara Rizério da Silva Vargas. UNIPAMPA, Bagé, Brasil.	138
Thiago Oliveira Neto. UFAM, Manaus, Brasil.	37, 63, 77, 80
Thiara Tezza. UNIPAMPA, São Borja, Brasil.	99
Ulises Delgado Gonzalez. UNAM, México.	67
Valesca Brasil Irala. UNIPAMPA, Santana do Livramento, Brasil.	56, 96, 155
Vanessa Maria de Oliveira Borges. UNIJORGE, Salvador, Brasil.	94
Véra Lúcia Carvalho Villar. UNIPAMPA, São Borja, Brasil.	140
Vera Lucia Spacil Raddatz. UNIJUI, Ijuí, Brasil.	151
Vera Maria Ribeiro Nogueira. UCPel, Pelotas. UFSC, Florianópolis, Brasil	139
Vini Rabassa da Silva. UCPel, Pelotas, Brasil.	134
Wagner Azevedo. UFSM, Santa Maria, Brasil.	151
Wilebaldo L. Martínez Toyos. UACJ, Ciudad Juárez, México.	106
Willy Soto Acosta. UNA, Costa Rica.	39
Xaman Korai. UFRR, Boa Vista, Brasil.	75
Xiomara Ramirezparis Colmenares. UDES, Cúcuta, Colombia.	53
Yackson José Ramírez Ochoa. UCV, Caracas, Venezuela.	86
Yamila Irupé Nuñez. UNaM, Misiones, Argentina.	95
Yeim Castro. COLMEX, DF, México.	114

Anotações









Anotações



Anotações



Anotações





Anotações











Anotações





Anotações



Anotações



Anotações



Anotações









